

**Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Geografia**

Patrício Aureliano Silva Carneiro

**CONQUISTA E POVOAMENTO DE UMA FRONTEIRA: a
Formação Regional da Zona da Mata no Leste da
Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**

**Minas Gerais - Brasil
Março - 2008**

Patrício Aureliano Silva Carneiro

**CONQUISTA E POVOAMENTO DE UMA FRONTEIRA: a
Formação Regional da Zona da Mata no Leste da
Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Ralfo Edmundo da Silva Matos.

**Belo Horizonte
Departamento de Geografia da UFMG
2008**

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

C289c
2008

Carneiro, Patrício Aureliano Silva, 1982-

Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835) / Patrício Aureliano Silva Carneiro. – Belo Horizonte, UFMG, 2008. xvi, 278f. : il. (algumas col.) ; 30cm.

Inclui anexo e apêndice.

Orientador: Ralfo Edmundo da Silva Matos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais.

Referências bibliográficas: f. 247-277.

1. Geografia rural - Zona da Mata (MG: mesorregião) - Período colonial, 1694-1835. 2. Colonização - Minas Gerais. 3. Fazendeiros - Minas Gerais. 4. Camponeses - Minas Gerais. I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Título.

CDD 22.ed. 981.5103

Dissertação defendida e aprovada, em 04 de Março de 2008, perante banca examinadora:

Prof. Dr. Ralfo Edmundo da Silva Matos

Orientador

Prof. Dr. Angelo Alves Carrara

Examinador

Profa. Dra. Heloísa Soares de Moura Costa

Examinadora

Ao meu pai Raimundo, lavrador, exemplo de quem ainda acredita na pequena agricultura. Em sua vida simples e trabalhadora na roça, me influenciou a conhecer melhor a organização do espaço agrário.

À minha mãe Carmelita (in memoriam), dona de casa, exemplo de vida, sempre ciosa da necessidade de proporcionar aos filhos a educação formal que ela e meu pai não tiveram oportunidade.

Aos meus irmãos, Flávio e Jorge, símbolos de esforço e dedicação.

À Fia, por não medir esforços para nos proporcionar uma estrutura materna.

À Diná, uma flor doce e charmosa, que a cada dia desabrocha em minha vida, enchendo-a de um perfume sublime.

AGRADECIMENTOS

No desenvolvimento deste trabalho várias pessoas e instituições foram fundamentais, direta e indiretamente. Ao citá-las, poderia cometer o grande equívoco de omitir algumas. Contudo, gostaria de deixar aqui registrado o meu sincero agradecimento àquelas que estiveram mais presentes.

Desde que me ingressei na UFV para fazer a graduação em Geografia, sete anos se passaram. Aos professores desse curso fica aqui o sincero agradecimento. Não poderia deixar de mencionar o aprendizado com os professores Maurício Fontes (Departamento de Solos) e Rosa Fontes (Departamento de Economia) durante o momento em que participei do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas em Disparidades Regionais de Minas Gerais. Eles me proporcionaram a oportunidade de conhecer a pesquisa ainda no início da graduação, a liberdade para procurar compreender as primeiras questões acerca da região da Mata e a possibilidade de construção de um currículo diversificado.

Durante a pós-graduação, agradeço às pessoas da divisão de transporte da UFV, por terem me viabilizado o veículo semanal a Belo Horizonte ao longo do curto tempo que conciliei a atividade de professor substituto na instituição com o mestrado na UFMG. À Tei e ao Klaus e à Silvana e ao José Luís, sou grato pela estadia agradável por ocasião das minhas viagens a Belo Horizonte e a Ouro Preto. Sem esses apoios, com certeza meus estudos teriam sido mais cansativos e, principalmente, dispendiosos.

Ao professor Ralfo Matos, orientador assíduo, devo o aprendizado acumulado no decorrer da dilapidação desta pesquisa. Seus alertas quanto ao aperfeiçoamento e delimitação de um projeto, por vezes tortuoso, foram de grande importância. Teria sido impossível a conclusão deste trabalho sem a sua dedicação, atenção e disponibilidade.

Ao professor Angelo Carrara, co-orientador implícito, obrigado pela disposição em me auxiliar com seus conhecimentos brilhantes e competentes da história colonial, progressivamente apresentando-me aos dízimos e conduzindo-me por estas várias Minas Gerais. Excluído o seu apoio à pesquisa, o entusiasmo e as sugestões de caminhos a percorrer, esta dissertação teria conteúdo distinto.

À professora Heloísa Costa, sou grato pela gentileza de fazer parte da banca examinadora e pela leitura atenta da primeira versão no seminário de dissertação. As suas valiosas sugestões proporcionaram um aprendizado profícuo.

E ao Luís Henrique, colega de sala de aula desde os tempos do ginásio, também preocupado com o desvendamento da história piranguense, agradeço por ter me disponibilizado, gentilmente, os inventários *post-mortem*, coletados em sua pesquisa de mestrado.

Enfim, gostaria de lembrar que este trabalho foi, em parte, financiado pela Fapemig, por meio da concessão de uma bolsa de estudo.

Os rios da Mata atravessam a paisagem e o tempo. Desde as origens, cortam silenciosos as aldeias e cidades rumo do mar [...]. Temperamento agreste, sensibilidade sertaneja, traçou nas telas as veredas com gente quase afogada pela vegetação. Os ranchos humildes perdem-se diante da ênfase com que carrega as tintas no traço do latifúndio. Paulo Mercadante, 1973, p.13.

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	x
Lista de Tabelas.....	xi
Lista de Gráficos.....	xiii
Lista de Abreviaturas.....	xiv
RESUMO.....	XV
ABSTRACT.....	XVI
INTRODUÇÃO.....	1
ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	6
Recorte Espacial e Temporal.....	6
Fontes Primárias e Secundárias.....	10
Notas sobre os Registros de Pagamento do Dízimo.....	11
Notas sobre a Pequena Produção Mercantil no Dízimo.....	16
I. O CONCEITO <i>REGIÃO</i> E A DIVERSIDADE INTERNA NA ZONA DA MATA.....	24
1. A Evolução do Conceito <i>Região</i> na Geografia.....	24
2. A Heterogeneidade da Mata.....	31
2.1. Do Pioneirismo Estadual à Estagnação.....	35
2.2. A Estrutura Sócio-Econômica Desigual.....	48
2.3. A Estrutura Agrária Diversa.....	53
II. INCURSÕES TERRITORIAIS DAS FRENTES PIONEIRAS EM UMA ZONA DE FRONTEIRA.....	65
1. As Concessões de Sesmarias.....	65
2. Os Sertões do Leste como Área Proibida.....	75
3. O Desbravamento e a Gênese do Povoamento.....	83
3.1. A Ocupação pelo Médio Vale do Rio Paraíba do Sul.....	84
3.1.1. A Penetração pela Sub-bacia do Paraibuna.....	84
3.1.2. O Avanço pela Sub-bacia do Pomba.....	105
3.2. A Ocupação pelo Alto e Médio Vale do Rio Doce.....	113
3.2.1. A Penetração pela Sub-bacia do Piranga.....	113
3.2.2. O Avanço pela Sub-bacia do Casca, Matipó e Cuieté.....	131
III. ESTRUTURAS AGRÁRIAS, MERCADO INTERNO E PAISAGENS RURAIS NA MATA DO LESTE.....	141
1. O Debate em Torno do Caráter da Economia Colonial.....	141
2. Os Movimentos Populacionais e a Expansão da Fronteira Agropecuária.....	148
3. Formação Espacial Camponesa nos Vales dos Rios Doce e Pomba.....	166
3.1. Crise da Mineração e Desconcentração da Atividade Agropecuária.....	171
3.2. Expansão do Café e Concentração da Produção Agrária.....	200
4. Latifúndio e Formação Espacial Escravista no Vale do Paraibuna.....	213
4.1. Produção Mercantil e Expansão da Agropecuária.....	213
4.2. Acumulação Endógena e Difusão do Café.....	222

CONSIDERAÇÕES FINAIS	233
APÊNDICE: A Política Colonial de Restrição à Abertura de Caminhos	239
FONTES DOCUMENTAIS	247
BIBLIOGRAFIA	257
ANEXO	277

LISTA DE FIGURAS

1. Divisão Mesorregional do Estado de Minas Gerais em 2007	32
2. Divisão Microrregional e Municipal da Zona da Mata em 2007	33
3. Rede Ferroviária da Leopoldina nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.....	39
4. Grau de Urbanização da População (Urbana/Total) nos Municípios da Zona da Mata em 2000	50
5. Porcentagem de Pessoas Pobres nos Municípios da Zona da Mata em 2000	52
6. Porcentagem dos Médios e Grandes Estabelecimentos Sobre o Total dos Imóveis Rurais nos Municípios da Zona da Mata em 1995/96	56
7. Porcentagem da Área Ocupada pelos Médios e Grandes Estabelecimentos Sobre a Superfície Total nos Municípios da Zona da Mata em 1995/96	56
8. Porcentagem dos Minifúndios e Pequenos Estabelecimentos Sobre o Total dos Imóveis Rurais nos Municípios da Zona da Mata em 1995/96	60
9. Porcentagem da Área Ocupada pelos Minifúndios e Pequenos Estabelecimentos Sobre a Superfície Total nos Municípios da Zona da Mata em 1995/96	60
10. Principais Fazendas e Roças no Caminho Novo, Sertões da Mantiqueira, 1789.	88
11. Vista de um Fragmento da Paisagem do Campo, Lagoa Santa (1850)	89
12. Vista de um Fragmento da Paisagem do Mato, Mariana (1850)	89
13. Rota Provável da Primeira Expedição, Comandada por Dom Rodrigo José de Menezes, nos Sertões da Mantiqueira em 1781	100
14. Frentes de Conquista, Tribos Indígenas e Povoados nos Vales dos Rios Pomba e Piranga na Segunda Metade do Século XVIII.....	107
15. Bandeiras e Descobertos Auríferos nos Sertões da Capitania do Rio de Janeiro no Final do Século XVII	114
16. Mapa dos Principais Grupos de Solos na Região das Minas (Ouro Preto e Mariana) e no Vale do Rio Piranga	152
17. Hidrografia de Parte do Brasil e Sertões do Leste da Capitania de Minas Gerais (1780)	278

LISTA DE TABELAS

1. Cruzamento de Alguns Inventariados da Freguesia de Guarapiranga com Avenças do Dízimo (1750-1830).....	18
2. Total de Sesmarias Concedidas (Léguas Quadradas) pelos Governadores das Capitanias de São Paulo e Minas do Ouro (1710-1720) e das Minas Gerais (1720-1832).....	71
3. Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia de Borda do Campo (Localidades de Santa Rita, Ibitipoca e Remédios) em 1753, 1772 e 1785.	97
4. Relação dos Aldeamentos Existentes nos Vales dos Rios Pomba/Paraíba e Doce em 1827.....	111
5. Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia de São Miguel e Almas em 1828.....	135
6. Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia do Cuieté em 1784.....	137
7. População das Comarcas de Minas Gerais entre 1776 e 1835.....	154
8. Lista das Pessoas de Confissão e Comunhão da Comarca Eclesiástica de Mariana em 1749.....	158
9. Lista da População das Comarcas de Mariana e Ouro Preto em 1813.....	158
10. Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública, Capitania de Minas Gerais em 1750 e 1828.....	159
11. Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública, Capitania de Minas Gerais em 1750-3.....	174
12. Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesias de Piranga, São João e Congonhas em 1750-3.....	177
13. Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia de Piranga entre 1750 e 1828.....	179
14. Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia do Sumidouro entre 1750 e 1826.....	179
15. Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia de Itaverava entre 1750 e 1828.....	179

16. Distribuição dos Fogos Conforme Ocupação e Posse de Escravos na Freguesia de Santa Rita do Turvo em 1820.....	193
17. Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia de Santa Rita do Turvo em 1833.....	193
18. Distribuição dos Fogos Conforme Ocupação e Posse de Escravos na Freguesia de São João Batista do Presídio (Aplicação do Presídio e da Capela de São Januário do Ubá) em 1819.....	196
19. Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia de São João Batista do Presídio em 1830 e 1833.....	196
20. Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia de Rio Pomba em 1827, 1830 e 1833.....	198
21. Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública, Relativos à Cultura do Café por Faixas de Lavradores, nas Freguesias do Sumidouro (1826) e Piranga (1828)	202
22. Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública, Relativos à Cultura do Café por Faixas de Lavradores, na Freguesia da Barra do Bacalhau (1832-1835).....	206
23. Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia do Caminho Novo entre 1750 e 1828.....	214
24. Marco Temporal das Primeiras Vilas Erigidas na Mata.....	243
25. Relação das Povoações Localizadas na Região da Mata, Província de Minas Gerais, com Declaração do Número de Fogos em 1830	244

LISTA DE GRÁFICOS

1. Valores dos Montes-Mores em Mil Réis na Freguesia de Ubá (1826 a 1890)209
2. Comportamento da Dimensão Média do Alqueire por Filho nos Inventários da Freguesia de Ubá (1823 a 1886).....211

LISTA DE ABREVIATURAS

Arquivos

ACMM - Arquivo da Câmara Municipal de Mariana

ACSM - Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

AHM - Arquivo Histórico Ultramarino

APM - Arquivo Público Mineiro

CC - Casa dos Contos

Instituições

BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

FJP - Fundação João Pinheiro

IBC - Instituto Brasileiro do Café

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INTERSIND - Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Marcenaria de Ubá

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PNUD - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

Gerais

Fl. - Folha

FP - Fazenda Provincial

Ft. - Fotograma

PIB - Produto Interno Bruto

RAPM - Revista do Arquivo Público Mineiro

Re. - Registro

SC - Seção Colonial

RESUMO

O tema central deste trabalho consiste em investigar os processos de ocupação e de povoamento territorial do leste da Capitania de Minas Gerais durante o período colonial. Na literatura criou-se o dogma de que a ocupação desse espaço só aconteceu no decurso das primeiras décadas do século XIX, em decorrência do decréscimo da extração aurífera na antiga região das minas, da quebra da política metropolitana de isolamento das áreas não povoadas e do avanço da cultura do café. Todavia, já nos primórdios da descoberta do ouro, a Mata foi um espaço instável, e sua formação, ocorrida basicamente a partir de três frentes pioneiras (vales dos rios Paraibuna e Pomba e alto vale do rio Doce), esteve marcada por surtos de expansão com tempos variáveis. Dos maciços florestais da mata atlântica e da presença de um conteúdo distinto de organização territorial adveio a sua primeira aceção de região. Na época colonial, os registros de pagamento do dízimo indicaram a conformação de dois sistemas agrários no espaço rural: mercantil simples ou camponês e escravista ou latifundiário. Com a crise da mineração, à queda no nível de mercantilização da produção agrária houve uma maior participação do primeiro conjunto de lavradores no abastecimento interno. No entanto, após as duas primeiras décadas do oitocentos, a introdução do café desencadeou a reconcentração da agropecuária comercializável no extrato dos fazendeiros (médios e grandes lavradores). Enquanto estes se personificaram no monopólio dos circuitos agropastoris, com sua riqueza acompanhando a rota ascendente de valorização do alqueire de terras e das plantações de café, os camponeses, com reduzido envolvimento na agricultura mercantil, foram afetados pelo esgotamento de matos virgens nas áreas de fronteira, pelo aumento do preço da terra e pelo contínuo parcelamento do solo e dos bens da herança. As diferenças nas características peculiares de cada subespaço, no âmbito dos agentes modeladores, nas atividades econômicas implantadas e na evolução dos meios de transporte explicam a formação dos dois principais tipos de paisagens atuais na região.

Palavras-Chave: Zona da Mata Mineira, Desbravamento, Ocupação e Povoamento, Formação Regional, Fazendeiros e Camponeses, Período Colonial.

ABSTRACT

This work has as main theme to investigate the occupational and territorial settlement processes of the east of Minas Gerais' Captaincy during the colonial period. The literature has created the dogma that the occupation of that space only occurred during the first decades of the nineteenth century, because of some facts as: the decrease of the auriferous extraction in the mines' old area; the break of the metropolitan politic of the isolation of the no populated areas and due to the improvement of cultivation of coffee. Although, in the beginning of the gold's discovery, the Mata was an unstable space, and its formation, occurred basically from three pioneering fronts (valleys of the Paraibuna and the Pomba rivers and high valley of the River Doce), it was marked by expansion outbreaks with variable times. Through the forest massifs of Mata Atlântica (Atlantic Forest) and the presence of a different content of territorial organization in the colonial period, it happened the first sense of region. In the rural space, the registrations of tithe's payment indicated the formation of two agrarian systems: mercantile simple or peasant and slavery or latifundium. With the mining crisis, to the fall in the level of commercialization of agrarian production there was a larger participation of the first producers group in the internal supplying. However, after the first two decades of the eight hundred, the introduction of coffee unleashed the new concentration of the marketable agriculture and cattle raising in the farmers' extract (medium and big farmers). While these farmers personified themselves in the route of monopoly of the agro-pastoral circuits, with their wealth following the ascending valorization of the price of lands and the coffee plantations, the peasants, with reduced involvement in the mercantile agriculture, were affected by the exhaustion of virgin forests in the frontier areas, by the increase of land price and by the continuous division of the land and the inheritance's possessions. Differences in the peculiar characteristics of each subspace, in the ambit of agents modeled, in the implanted economical activities and in the kinds of transportation's evolution explain the formation of the two main types of landscapes at the present time in the region.

Key-Words: Zona da Mata of Minas Gerais, Exploration, Occupation and Settlement, Regional Formation, Farmers and Peasants, Colonial Period.

INTRODUÇÃO

A Geografia é uma ciência que mobiliza o conhecimento dos métodos e dos resultados de um bom número de ciências associadas. Por natureza, precisa ser metodologicamente heterogênea (GEORGE, 1978, p.8). Com a História, as relações são antigas, desde Hettner e Vidal de la Blache, e ocorrem numa subárea denominada *Geohistória*. Esta corrente procura contribuir para o entendimento da evolução do uso e da organização do espaço pelo homem (ANDRADE, 1993, p.22), a fim de desvendar as conexões entre as sociedades e os meios geográficos. Busca, em tempos pretéritos, as chaves da interpretação do presente (ABREU, 1997, p.240). Isto implica complexidade de desafios, haja vista o caráter transdisciplinar.

A compreensão de processos e agentes responsáveis pela organização territorial atual é condição básica para o planejamento. Todavia, o entendimento da configuração socioespacial recente não pode prescindir do estudo de formação dos espaços. Esta dimensão aparece como uma categoria importante na apreensão das dinâmicas históricas, pois a conquista, incorporação e povoamento de novas áreas se molda na relação entre sociedade e espaço. Como já dizia Santos (1977, p.81), “não há sociedade a-espacial”. As ações que se processam tanto produzem quanto dependem do arranjo espacial. Por isso, é fundamental entendermos a (s) lógica (s) do ordenamento.

A formação regional da Mata foi explicada, na maioria das vezes, por fatores e processos externos, centrados à região da mineração, ou exclusivamente pela economia cafeeira. A maioria dos estudos, clássicos e recentes, ditos regionais, é fragmentada: encaram o recorte territorial como uma unidade homogênea e generalizam a análise de uma parcela pouco significativa de municípios para a base regional¹. Carrara (1993, p.18) destacou que vários autores consideram alguns municípios da Mata como representativos de toda a

¹ Exceção deve ser feita a três importantes trabalhos. O primeiro, empreendido pela geógrafa Elza Coelho de Souza em 1951 que, baseando-se nas características da estrutura agrária e demográfica, propôs uma diferenciação da área hoje compreendida pelas regiões Zona da Mata e Rio Doce em três “zonas”: Sul, Central e Norte. O segundo, efetuado pelo geógrafo Orlando Valverde em 1958, que apresentou dez “tipos de paisagens” para a Mata. O terceiro, fruto da dissertação de mestrado do historiador Angelo Alves Carrara em 1993, que criticou a historiografia por tomar a Zona da Mata como uma unidade econômica durante o Império e a Primeira República e propôs a distinção da área em três “sub-regiões”: Sul, Central e Norte. Para as referências completas, consultar a bibliografia.

região no que diz respeito à mão-de-obra (escrava), ao espaço agrário (latifúndio) e ao produto agrícola principal (café). Além de conferirem excessiva ênfase à cafeicultura como a grande responsável pelo desbravamento e povoamento da região, a elite tem sido tratada como se coadunasse dos mesmos interesses, sempre na defesa da rubiácea.

As investigações sobre os municípios da parte sul da Mata (vale do Paraibuna) são abundantes. O contrário ocorre com os das partes central (vale do Pomba) e norte (vale do Doce). Aquelas análises são válidas, mas é inadmissível generalizá-las para o recorte regional². Por exemplo, alguns estudos que enfocam Juiz de Fora no período imperial propagam para a Mata a visão de um espaço agrário caracterizado pelo predomínio do latifundiário escravista monocultor, proprietário de fazendas de vasto sobrado, quase sempre de dois pavimentos, grande número de janelas envidraçadas, dezenas de amplos quartos e varandas espaçosas. Este padrão, todavia, é carente de fundamento nas partes central e norte da região, haja vista a preponderância histórica de uma formação social camponesa³. É preciso superar esta generalidade histórico-geográfica e desvendar as diversas espacialidades e temporalidades geradas e acumuladas pela *região*, não por um recorte específico. Neste sentido, a evolução temporal e, principalmente, espacial da Mata ainda está em construção.

No período colonial, a imagem que os governantes de Minas Gerais construíram acerca do leste da capitania e a historiografia reproduziu foi a de uma área natural, intocada pelo homem branco e habitada por indígenas pouco afeitos à civilização. No entanto, já nos primórdios da descoberta do ouro, o leste foi um espaço instável, com surtos variáveis de ocupação territorial após o deslocamento da fronteira pelos colonos. A sua posição geográfica, borda da região mineradora, conferiu-lhe a condição de porta obrigatória de passagem para o deslocamento de algumas frentes pioneiras. Uma região em contínua formação cuja característica principal foi o surto demográfico crescente.

² Carrara (1993, p.29) já havia ressaltado que “a consideração usual de que Juiz de Fora é a ‘cidade pólo’ da região ou a utilização de obras sobre Juiz de Fora como representativa de toda a Mata” [...] contribuiu “para as generalizações”.

³ No contexto atual é possível encontrar nos municípios de Cipotânea, Rio Espera, Presidente Bernardes, Piranga, Guaraciaba, Ponte Nova, Viçosa etc vestígios de fazendas dos séculos XVIII e XIX com as características citadas. Mas, no espaço agrário em geral, à época mencionada, elas compuseram muito mais a exceção do que a regra.

A construção mental da Mata como fronteira ainda sob o domínio da natureza, do “gentio” ou de feras, notável na cartografia da época, pode ter sido um dos principais entraves a dificultar ou, até mesmo, retardar o povoamento, como de fato aconteceu em algumas áreas, mas não a *barrar* o avanço e a ocupação. A visão de um mundo desconhecido entre os colonizadores criou o fascínio pela riqueza fácil e imediata e seduziu aventureiros ávidos ao deslocamento da fronteira. Os pioneiros tinham a convicção de que lá se encontrava a fortuna, os índios predestinados ao cativeiro, prontos para serem preados, e as minas resplandecentes, prontas para serem apropriadas⁴.

A região da Mata foi moldada à revelia da legislação proibitiva que instituiu as áreas proibidas e impediu a abertura de novos caminhos nas áreas não povoadas da capitania. As falhas no sistema da administração colonial, as políticas mal concebidas e inconsistentes da Coroa em relação à colônia, a falta de flexibilidade na implementação de ordens, o amplo sistema regulador e o malogro em reconhecer o caráter singular do Brasil contribuíram para que alguns dos instrumentos normativos impostos pela Metrópole e seus representantes em Minas Gerais se tornassem frágeis. O próprio incentivo à comercialização da produção agrária pelos lavradores e as concessões de sesmarias, as quais legitimaram petições de terras apossadas ou compradas, contribuíram para impulsionar o processo de incorporação territorial.

As deficiências de controle pela Coroa corroboraram para a gestação de uma “cultura de evasão”, resultante também do caráter particular das áreas periféricas. A fragilidade da autoridade colonial podia ser apreendida na burla dos registros do ouro, na recusa do pagamento do quinto real, na ocupação de áreas vedadas pelos colonos etc. A conquista e a incorporação dos matos de leste ao longo do século XVIII, quando estes espaços estavam proibidos por decreto Real,

⁴ Se nos ativermos ao sentido estrito da palavra, os verdadeiros pioneiros não foram os bandeirantes ou sertanistas, mas os índios, primeiros a queimar a mata e a aproveitar o solo (MONBEIG, 1984, p.129). Deve-se desmistificar a superioridade do bandeirante sobre o indígena no processo de incorporação territorial. Boxer (1963, p.71), por exemplo, relatou que os paulistas descobridores possuíam uma “forma de vida mais ameríndia do que européia”. Estavam “habitados a uma existência nômade [...] e inteiramente à vontade na braveza do sertão”. Russel Wood (1999, p.103-104) também relatou que os paulistas eram distinguidos pelos padrões de comportamento e estilo de vida, com um “componente indígena – língua, valores, vida doméstica, costumes e habilidades” que caracterizava uma cultura “nem totalmente européia, nem totalmente indígena”.

comprovam as dificuldades do poder metropolitano em restringir a produção de parte do espaço colonial, notadamente daquelas áreas vedadas.

A dissertação se encontra estruturada da seguinte forma. Primeiramente, privilegiam-se alguns esclarecimentos importantes no item da metodologia como os recortes espacial e temporal e a principal fonte utilizada neste trabalho: os registros do dízimo. No capítulo introdutório enfatiza-se, num momento inicial, a discussão sobre a evolução do conceito *região* na geografia. Posteriormente, apresenta-se uma breve revisão dos fatores que desencadearam o pioneirismo da Mata no contexto da província de Minas, além dos responsáveis pela sua estagnação. A análise finaliza com apontamentos acerca da heterogeneidade interna regional, no que se refere aos aspectos atuais das estruturas sócio-econômica e agrária.

No segundo capítulo são abordadas as concessões de sesmarias no “Antigo Sistema Colonial” e os fatores responsáveis pela criação do dogma de que o devassamento da Mata só teria ocorrido no decorrer das duas primeiras décadas do século XIX. Destaque especial é dado às três principais frentes pioneiras de conquista territorial e de povoamento: a) ao longo das margens do Caminho Novo, que surgiu nos primórdios do século XVIII, mas, somente a partir da segunda metade se adentrou pelas suas bordas e incorporou boa parte dos sertões da Mantiqueira; b) no vale do rio Pomba, também a partir de 1750, cuja conseqüência central foi a redução do índio ao aldeamento e a montagem de um complexo aparato produtivo latifundiário no qual se explorou, principalmente, a mão-de-obra indígena e as potencialidades locais; c) e no alto vale do rio Doce, que se processou a partir da primeira metade do setecentos pelos vales dos rios Piranga e Xopotó e na segunda metade pelos vales dos rios Turvo Limpo, Casca, Matipó e Cuieté.

No terceiro capítulo abordam-se os movimentos populacionais e o deslocamento da fronteira agropecuária na Capitania de Minas Gerais. De posse dos registros do dízimo, a ênfase recai sobre a análise da expansão dos dois principais sistemas agrários na Mata (mercantil simples e escravista) e seu comportamento a partir da segunda metade do século XVIII até o início da implantação da atividade cafeeira. É estudada a configuração de duas formações socioespaciais, base para explicação da disparidade intra-regional atual. A primeira, escravista, formada no âmbito do setor da mineração, da agricultura e

da pecuária para abastecimento dos viajantes ao longo do Caminho Novo, que tomou novo impulso com o avanço do café. A segunda, predominantemente camponesa, caracterizada por um movimento de ocupação de terras em áreas de fronteira, vales dos rios Doce e Pomba. Nestas duas áreas, os pequenos estabelecimentos rurais não raro superaram suas necessidades de consumo, chegando a participarem do abastecimento interno de gêneros alimentícios. Todavia, sua reprodução seria comprometida pelo avanço da expansão capitalista do café, pelo esgotamento da fronteira agrícola e pelo parcelamento da terra.

Por último, são apresentadas as considerações finais, o apêndice, com uma breve discussão a respeito da política colonial de restrição à abertura de caminhos e à ocupação das “áreas proibidas”, e as referências bibliográficas utilizadas.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Recorte Espacial e Temporal

A regionalização atual da Zona da Mata remonta a 1989 e decorre da agregação dos seus municípios e microrregiões⁵. Este recorte não incorpora áreas que no século XVIII compunham as *Matas do Leste*, a exemplo do espaço compreendido pelo médio vale do rio Doce, na atual mesorregião de mesmo nome. O primeiro elemento de acepção regional foi a cobertura florestal original da área. Ao reconstituí-la cartograficamente, Valverde (1958, p.3) mostrou que ela ultrapassava, em muito, a totalidade da região delimitada à época do seu estudo. Logo, a despeito das possibilidades de utilização da regionalização contemporânea em pesquisas históricas ou geohistóricas, é preciso estar atento para a sua correspondência restrita com a vigente no período colonial⁶.

A imposição prévia de uma regionalização modelo para apreensão de processos espaciais não satisfaz, pois qualquer regionalização, por mais adequada que seja, atende a objetivos específicos para a qual foi proposta. Não pode, portanto, ser tomada como suporte teórico-metodológico exclusivo para o estudo do espaço em geral. Além disso, o conceito *região* supõe uma mobilidade intrínseca que não se resume, exclusivamente, aos dias atuais, pois todo processo de formação regional é dinâmico, envolve mobilidade. Na esfera de uma análise regional, cabe ao pesquisador estabelecer, com base no desvendamento

⁵ A primeira regionalização do território brasileiro foi efetuada em 1940, na qual o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, baseando-se nos critérios do quadro natural, dividiu o país em cinco grandes regiões: Norte, Sul, Leste, Centro e Nordeste. No mesmo ano, criaram-se as zonas fisiográficas, pautadas em aspectos econômicos. Visando readaptar o segundo estudo, em 1968, o instituto elaborou nova divisão, criando as microrregiões homogêneas para fins estatísticos. Foram agrupados municípios com características semelhantes quanto à produção econômica (agricultura e indústria), à população e ao quadro natural. A revisão foi efetuada em 1989, em função das grandes mudanças pelas quais passaram o território brasileiro como expansão da fronteira agrícola, urbanização, industrialização, movimentos migratórios internos etc, e perdura até os dias atuais.

⁶ Cunha e Godoy (2003, p.36-38), ao proporem uma regionalização para Minas Gerais no século XVIII, apresentaram, separadamente, o Sertão do Rio Doce e a Mata, além de agregarem uma parte norte do território desta última área à Zona Mineradora Central. As semelhanças entre as duas regiões (Sertão do Rio Doce e Mata) foram mais marcantes do que as diferenças. Salvo a fraca população não-indígena existente na primeira e a presença de um único distrito, Cuieté, as características natural (densa cobertura florestal), social (população indígena pouco afeita à civilização) e econômica (área de fronteira em expansão, marcada pela predominância da produção familiar camponesa) são atributos que tornam os dois componentes regionais inseparáveis. Mercadante (1973, p.47), por exemplo, identificou Aimorés, localizado na margem direita do baixo vale do rio Doce, como ponto extremo do norte da Mata.

das particularidades da dimensão espacial do seu estudo, critérios de delimitação do espaço que sejam adequados aos objetivos da sua pesquisa.

A característica peculiar da Mata ou dos sertões do leste ao longo do século dezoito foi a existência de matos, densos e abundantes, o que lhe conformou a condição de uma área de fronteira demográfica e econômica em contínua expansão: região incerta e instável onde após o avanço dos primeiros cultivos, manchas de florestas subsistiram, às vezes, por um bom tempo. Por isso procurou-se trabalhar com a noção de *região em formação*.

No período colonial já havia uma percepção daqueles sertões pelos bandeirantes a partir da mata densa e impenetrável. Mas, é somente ao longo do dezoito que Minas Gerais passa a adquirir contornos de um território regionalizado, com seus espaços regionais comandados pela produção econômica, especialmente da zona mineradora e entorno. A concepção de região à época fundava-se na diferenciação de dois conjuntos geográficos: as minas e os sertões, os matos e os campos⁷.

No conjunto minas e sertões, a influência por excelência era do espaço minerador, pólo econômico diferenciador não só pela presença do ouro, mas de uma exclusiva centralidade comandada pela vida urbana. Nos sertões se encontravam os espaços pouco conhecidos, temidos e desejados, lugares de risco e perigo, áreas fracamente ocupadas pelo homem branco e, no caso do leste da capitania, habitadas pelas tribos indígenas dos Botocudos, Coropós, Coroados e Puris. A noção de isolamento atribuída ao sertão deve ser interpretada como uma aparência, pois, segundo Carrara (2007, p.47-48), “muitos eram seus caminhos, e talvez, o que fosse mais comum, mais numerosos ainda seus ‘descaminhos”’.

Com o avanço das áreas conhecidas da capitania e sua respectiva apropriação econômica, as categorias de percepção do espaço no universo mental da população foram sendo criadas. Os campos, no sul, compunham a área onde começou a se desenvolver uma produção agrária para o

⁷ A distinção original entre as categorias “minas” e “sertões” se deve a Carrara (2007, p.40-52), na sua discussão acerca das paisagens geográficas e divisão administrativa nas Minas Gerais do século dezoito. A diferenciação entre minas e sertões também esteve recorrente na legislação colonial. Conforme Resolução de 15/03/1731, do Conselho Ultramarino, citada em Carrara (1999b, p.21), nas terras onde houvesse minas e nos caminhos para elas, o tamanho das sesmarias deveria ser de meia légua em quadra, ao passo que no sertão, ouvidas as Câmaras dos sítios a que pertencessem, seriam de três léguas.

abastecimento das minas, posteriormente direcionada ao mercado do Rio. Os currais, nos vales dos rios São Francisco e das Velhas, foi onde se expandiu a pecuária extensiva. Os matos, na parte leste, lugar por excelência da densa cobertura florestal, da presença indígena e de unidades produtivas voltadas para o consumo e/ou para o abastecimento de mercados nas minas ou nos caminhos de acessos a elas. E o sertão, no norte, oeste e nordeste, continuamente deslocado, sempre a representar áreas pouco conhecidas e com fraco adensamento da população branca.

Mais importante do que, simplesmente, apresentar uma forma regional com *limites rígidos* em determinado período, advinda da diferenciação anteriormente citada, é a tentativa de compreensão de processos e agentes responsáveis pela construção do espaço regional. A existência de um critério de demarcação do território brasileiro na época colonial em especial, de caráter eclesiástico, administrativo e tributário, formado pelas freguesias com seus respectivos distritos e povoados, certamente poderia ser uma grande vantagem para delimitação de um formato regional, se levarmos em conta que no citado recorte se encontram várias ou quase todas as fontes documentais. Entretanto, dificilmente os espaços econômicos se circunscreveram às divisões criadas⁸.

O período de estudo abrange o intervalo entre 1694 e 1835, apesar da digressão necessária no capítulo introdutório, que trata da diversidade interna atual da Mata. Os registros documentados de desbravamento e exploração do vale do rio Doce, em especial do de seu afluente principal, o Piranga, remontam ao final do século XVII. A primeira data marca a abertura de um caminho ligando o distrito do Sumidouro (hoje Padre Viegas) ao espaço do futuro arraial de Guarapiranga (atual Piranga), além da construção de uma capela ou oratório com a invocação de Nossa Senhora da Conceição no segundo. Já o ano de 1835 é uma demarcação convencional, pois representa a última data em que vigorou a

⁸ Na Capitania de Minas Gerais, as freguesias formavam os termos que tinham por sede as vilas, centro das questões tributárias, administrativas e eclesiásticas. A comarca era composta pela reunião dos termos. No século XVIII, Minas Gerais possuía quatro comarcas: Vila Rica, Rio das Mortes, Rio das Velhas e Serro Frio. Em 1815, criou-se a quinta em Paracatu. Um dos grandes desafios no trabalho foi acompanhar as diversas alterações político-administrativas durante os séculos XVIII e XIX, marcadas pela criação, supressão, desmembramento, reagrupamento e sobreposição de territórios de freguesias, vilas e distritos. Este fator explica algumas das dificuldades surgidas em certos momentos para a identificação, delimitação e vinculação dos povoados e, no plano geral, a assimilação de um *espaço regional*.

arrecadação do dízimo, principal fonte utilizada neste trabalho, da forma em que foi cobrado ao longo de todo o período colonial.

A construção de mapas temáticos, com base nos Sistemas de Informações Geográficas, *software* ArcView GIS 3.2a, foi adotada para dar visibilidade espacial às principais frentes de desbravamento e à heterogeneidade interna regional da Mata. No primeiro capítulo, os dados utilizados como Produto Interno Bruto, população rural e urbana, média de moradores por domicílio rural, escolaridade, renda, Índice de Desenvolvimento Humano e de Gini, atividades econômicas, produção, produtividade e técnicas agrícolas, área plantada, dimensão e área ocupada pelos estabelecimentos rurais etc foram coletados em diversas instituições de pesquisa. Alguns estão contidos em publicações específicas como a dos *Indicadores Básicos do Brasil*, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2005), e a do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundação João Pinheiro (FJP) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), lançado em 2003. Outros constituem parte de publicações periódicas como o *Censo Agropecuário* de 1995/96 e o *Demográfico* de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No segundo capítulo, duas perspectivas foram consideradas na análise da gênese do povoamento. A primeira reside no mapeamento do avanço e da ocupação territorial no âmbito das principais bacias hidrográficas: Doce, Pomba e Paraíba do Sul. Estes três rios e alguns de seus afluentes foram marcos importantes para o conhecimento de áreas durante o período colonial. O devassamento só podia ocorrer pelas veredas, em função das dificuldades impostas pela mata fechada e pelas serras. O recurso hídrico foi, talvez, a condição natural mais importante para a fixação da população. O segundo pressuposto foi que a edificação de capelas, nas quais eram transmitidos os dois principais costumes da época, batismo e casamento, concorreu para o povoamento. Segundo Barbosa (1995, p.264), excetuando-se as principais vilas do ouro, a formação de boa parte dos núcleos populacionais se deu no entorno e, posteriormente, à edificação de capelas⁹. Geralmente, um patrimônio de terras

⁹ A centralidade conferida pela instituição religiosa remonta ao local de origem dos imigrantes que se deslocaram para a região das minas. Maxwell (1985, p. 114) e Vasconcellos (1968, p.73) relataram que eles eram do norte de Portugal (Minho, Porto, Trás-os-Montes, Douro, Beiras etc),

era doado à igreja pelo fazendeiro mais influente ou que primeiro se estabeleceu na área. Daí o termo “cidades-patrimônio”, cunhado por Deffontaines (1957) *apud* Valverde (1958, p.69).

Os mapas temáticos apresentados no segundo capítulo contêm esboçados somente os arraiais vinculados à bacia hidrográfica em estudo, de forma a tornar mais evidente a informação discutida ao longo do texto. Os dados históricos utilizados na confecção dos mapas estão citados no decorrer da discussão. Os dados geográficos, digitalizados pelo Instituto de Geociências Aplicadas (IGA) e pela Companhia de Processamento de Dados (Prodemge), foram retirados no *site* do Geominas como a divisão político-administrativa (1996), hidrografia (1996), sedes municipais (1996), sedes de localidades (1998), sedes distritais (1998) e vegetação natural (1980). Particularmente em relação aos grupos de solos, a referência básica é o trabalho de Carneiro e Fontes (2005, p.165), que compilaram para a base digital os solos levantados, originalmente, por Amaral (1993).

Fontes Primárias e Secundárias

As fontes primárias consultadas foram as seguintes: publicações da Revista do Arquivo Público Mineiro, Códices da Seção Colonial do mesmo arquivo, alguns documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (CD-ROM), mapas das Comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes, confeccionados por José Joaquim da Rocha em 1778 e disponíveis no trabalho do mesmo autor, publicado em 1995, livros, Relatórios de Presidente de Província de Minas Gerais, disponibilizados em meio digital pelo *Center for Research Libraries*, registros das avenças do dízimo e relatos de viajantes. Procedeu-se à modernização da linguagem, inclusive dos nomes e sobrenomes de pessoas e dos topônimos. As fontes secundárias coletadas estão distribuídas entre livros, artigos de periódicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, principalmente acerca da Geografia Regional e da História Agrária.

caracterizado por lugarejos pequenos e com casas esparsas que guardavam grande coesão em torno da igreja (CUNHA e MONTE-MÓR, 2000, p.314).

Notas sobre os Registros de Pagamento do Dízimo

Os principais tributos que vigoraram na Capitania de Minas Gerais foram o Dízimo, o Quinto, as Entradas e as Passagens¹⁰. A cobrança do dízimo teve início em 1704 e findou em 1835¹¹. Os valores versavam sobre um período de três anos. Em 1750, por exemplo, o contrato iniciava no 1º dia de agosto e findava no último dia de julho do ano de 1753¹². Na folha de frente dos livros eram registradas a data da avença, o número de ordem do devedor, o nome, a paragem e o valor avençado. Na folha oposta eram anotadas as parcelas recebidas com suas respectivas datas. Para o presente trabalho, foram coletados os dados da folha de frente para as freguesias do Caminho Novo, Simão Pereira, Engenho do Mato, Piranga, Cuieté, Rio Pomba, São João Batista do Presídio, São Miguel e Almas, Santa Rita do Turvo e Barra do Bacalhau, localizadas na Mata, e para as freguesias do Sumidouro, Itaverava e Borda do Campo (paragens de Remédios, Santa Rita e Ibitipoca), situadas no entorno da Mata. Somados, eles correspondem a um total de 6.480 lançamentos, distribuídos entre o período de 1750 e 1835. Também foram coletados valores agregados de outras freguesias da Capitania de Minas Gerais no mesmo período.

O dízimo incidia sobre a produção agrícola e pecuária e sua cobrança estava a cargo do *contratador*, responsável pela arrematação do contrato em

¹⁰ Os livros dos dízimos estão dispersos em três arquivos: Casa dos Contos (Ouro Preto), Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) e Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). A maioria se encontra microfilmada e pode ser consultada no primeiro, exceto alguns manuscritos das décadas de 1750 e 1830, disponíveis no segundo. O estado de conservação da fonte é muito boa, afora alguns registros das freguesias de Carijós, Borda do Campo, Prados, Itaverava e Piranga, borrados, apagados ou com folhas incompletas. Carrara (2003, p.24-27 e 43-57) disponibilizou um levantamento minucioso do tributo, em que são mencionados o ano, o nome da freguesia e do arquivo e o número do livro.

¹¹ APM, CC, Livro 2045, Filme 147. O dízimo principiou sua transfiguração a partir de 1836, quando as cifras passaram a corresponder sobre os valores das mercadorias exportadas pela província, não mais sobre as destinadas simplesmente ao mercado interno. Na data citada, a lei n. 49 ainda estabelecia que todo o açúcar ou rapadura pagaria 5%, enquanto os gêneros de produção e criação pagariam o dízimo tradicional (10%). Em 1837, a lei n. 80 estabelecia valores específicos para cada gênero agrícola. Os principais produtos exportáveis, café, tabaco, algodão, açúcar e rapadura, pagariam 3%. O imposto de 10% continuava em vigor sobre a criação e outras produções. Em 1839, a lei n. 154 aboliu definitivamente o dízimo, estabelecendo no seu lugar o imposto de 3% sobre o café, açúcar, tabaco, algodão e outros gêneros manufaturados exportáveis e 6% sobre todos os gêneros de produção e criação da Província que fossem exportados (CARRARA, 2007, p.275).

¹² Entre os anos de 1805-1807, 1816-1818 e 1825-1831 encontramos registros anuais para uma mesma freguesia. Isto se tornou regra a partir do primeiro período citado. Infelizmente, não há disponibilidade de séries temporais completas. Contudo, é possível efetuar algumas comparações, como por exemplo, para a freguesia de Piranga, que possui informações nos anos de 1750, 1805, 1806, 1807 (incompleto) e 1828.

hasta pública¹³. A instrução a seguir, do General Luiz Diogo Lobo da Silva, datada de 1761, expõe algumas normas a serem seguidas pelos administradores na cobrança desse imposto.

Cada um dos avençadores, digo cada um dos administradores, será obrigado, primeiramente, a fazer toda a possível diligência, a fim de que sejam avençados todos os cultivadores e criadores da sua repartição, dos frutos, miunças, criações e mais culturas que pelo direito divino, constituições e condições deste contrato devem e costumam pagar Dízimos e se praticarão com os próprios donos das fazendas ou seus feitores e administradores, passando-lhes créditos [...] Procederá nesta diligência, a mais importante, com o maior cuidado e cautela, informando-se primeiro com as pessoas mais fidedignas da vizinhança os quais hão de ser avençados, examinando miudamente o estado em que se acha a sua fazenda, os frutos, criações [...] Nas fazendas de maior lote senão ajustará sem proceder uma exata informação dos agregados que nelas houverem, tanto no corpo principal das mesmas fazendas como nos acessórios a que chamam rocinha, dos frutos e criações que estes possuem [...] Todas as avenças ou suas quantias, por módicas que sejam, reduzirão a crédito na forma que se adverte, salvo algumas que tão limitada aquela quantidade do devedor possa verificar se somente deva [fiento?], cujos créditos indispensavelmente se hão de lançar no livro Mestre da Administração [...] Será objeto principal dos avençadores, depois de completa a primeira diligência da avença, fazer com que os devedores paguem suavemente¹⁴.

O primeiro fato a ser destacado é que, pelo direito divino, toda produção agrária deveria pagar o dízimo. Os contratadores deveriam fazer “toda a possível diligência”, consultando às pessoas mais “fidedignas” da área, informações sobre os cultivadores e criadores para, então, proceder ao exame minucioso do estado da produção, inclusive o das miunças, por mais “módicas” que fossem¹⁵. Cabia ao contratador, juntamente com o lavrador ou o administrador da fazenda, a feitura de um prognóstico quanto à produção agrária que o segundo esperava obter no triênio. O valor estabelecido era lançado sob a forma de créditos no livro da

¹³ Até 1715, os dízimos de Minas Gerais foram administrados e cobrados sob a responsabilidade da Provedoria da Real Fazenda do Rio de Janeiro. A partir de então, passaram a ser administrados pela Provedoria de Minas Gerais quando no ano de 1772 a Junta da Real Fazenda assumiu os encargos de arrematar a terceiros o contrato de arrecadação. Caso não houvesse licitantes ou a quantia de maior lance não fosse satisfatória, a própria Junta administrava o contrato (CARRARA, 2007, p.220).

¹⁴ APM, CC, Livro 1159, Filme 23, Fl. 4v e seguintes.

¹⁵ O termo *miunça* vem de *miúça* e significa pequena porção ou fragmento, conjunto de coisas miúdas, miuçalha ou miudagem (FERREIRA, 1999). Correspondia ao tributo sobre a produção diminuta, geralmente camponesa.

administração fazendária. Isto significa que o agricultor estava avençado (avença significa ajuste, combinação) e se comprometia a pagar o montante especificado. A quantia devida era paga em parcelas, comumente notável nas avenças de maior valor, ou à vista.

A instrução deixa evidente que o dízimo tinha uma grande abrangência sobre a produção agrária, pois nas fazendas de maior lote era obrigatório que o contratador efetuasse uma “exata informação”, inclusive dos frutos e criações das rocinhas dos agregados, os quais obrigatoriamente deveriam ser avençados. Registros dos dízimos dos contratos da década de 1750 em especial trazem esta informação importante discriminada, mencionando, além dos agregados, pardos, forros, crioulos, pretos e, até mesmo, escravos. O dízimo de alguns proprietários era decorrente somente da existência desses personagens em suas terras¹⁶. Com certeza, o valor avençado dos agregados era contingentemente diminuto. Por exemplo, na freguesia de Guarapiranga, em 1750, encontramos José Pereira Barcelos, pardo, agregado do Tenente José da Silva, com 2 oitavas¹⁷. As faixas inferiores à apresentada certamente eram a regra, mas não exclusiva, pois na freguesia do Caminho Novo, em 1753, Manoel Álvares Martins, agregado de Luís Álvares, foi avençado em 14 oitavas e 5 vinténs de ouro¹⁸. Uma diferença bastante expressiva, decorrente da acentuada mercantilização da produção agrária na segunda freguesia, e que não corresponde à realidade geral.

A unidade de medida dos lançamentos era registrada em oitavas, frações de oitavas e/ou vinténs de ouro em pó. Mas, o que representava o valor avençado em termos econômicos¹⁹? Prado Júnior (1977, p.322) relatou que correspondia a um imposto sobre 10% da *produção bruta*. Carrara (2007, p.233) também concorda com tal percentual, mas ressalta que o dízimo versava sobre a

¹⁶ Em 1753, Manoel Soares, na freguesia de Itaverava, foi avençado em 24 oitavas de ouro em pó, referentes a “1 crédito dos dízimos de seus escravos e uns crioulos forros e seus agregados (APM, CC, Livro 2043, Filme 131, Ft. 191, Re. 81)”. Isto corrobora a hipótese de Gorender (1991, p.75), acerca da existência de um segmento da “economia natural” do escravismo colonial, sem rigidez, por admitir a prática de transações comerciais.

¹⁷ APM, CC, Livro 2040. Contas Correntes dos Créditos de Dízimos do Contrato de João de Souza Lisboa, do Termo da Cidade de Mariana. Manuscrito. Re. 77.

¹⁸ AN, CC, Livro 2043, Filme 131, Ft. 131, Re. 7.

¹⁹ No caso da avença dos gados, a cobrança se fazia em gado mesmo (CARRARA, 2007, p.225). No período entre agosto de 1751 até 1823, a oitava de ouro em pó valeu o equivalente a Rs 1.200 réis, a fração de $\frac{1}{4}$ correspondia a 300 réis e 1 vintém a 37,5 réis. A partir de 1º de setembro de 1808, o ouro em pó, principal moeda de troca da capitania, deixou de circular livremente. Os valores do dízimo posteriores a esta data passaram a ser lançados em réis.

*produção agrária comercializável*²⁰. Os números trazem, portanto, a *décima parte* da produção agrária comercializável no tempo em questão. Decerto era uma estimativa, mas baseada em um padrão semelhante às produções anteriores da mesma propriedade. A título de esclarecimento, vejamos um exemplo. Apesar da maioria dos registros não mencionarem o gênero tributado, o lavrador Manoel Francisco da Silva, nos Geraes da freguesia de Congonhas, foi lançado em 20 $\frac{1}{4}$ oitavas em 1759, referentes a “1 crédito de 3 anos da sua roça de 140 alqueires de milho”, que o avençador e o lavrador estipularam corresponder à décima parte do que se esperava vender no triênio (1759-1761), isto é, 1.400 alqueires²¹.

As dificuldades de acesso ao mercado eram maiores à produção camponesa que, não dispondo, por exemplo, de proximidade de centros urbanos ou de tropas para comercializar seu excedente geralmente vendiam-no a terceiros. Nas freguesias de Sumidouro, Itaverava e Guarapiranga, com destaque para a terceira, os registros flagram agricultores, negociantes e tropeiros comprando a produção de lavradores, provavelmente pela disponibilidade de melhores canais de comercialização. No ano de 1753, em Itaverava, Pedro Gomes Domingues foi avençado em uma oitava, referente a “1 crédito de miunças de Guiomar Cardoso”. Leonardo João Coelho Ribeiro foi lançado em 5 $\frac{3}{4}$ oitavas e 1 vintém, decorrentes de “1 crédito de suas miunças” e 21 alqueires de milho de Pascoal Fernandes²². Em ambos os casos, se considerarmos os valores diminutos vendidos, estamos lidando com um excedente de produção camponesa.

A venda de créditos de dízimos não se resumia aos excedentes da pequena produção mercantil. Em relação aos dois exemplos citados anteriormente, encontramos valores muito superiores. Na freguesia de Guarapiranga, em 1750, Vicente Rolão Calado e José Álvares Rodrigues foram avençados, respectivamente, em 21 $\frac{3}{4}$ oitavas e 4 vinténs e 38 oitavas. O primeiro valor, referente a “1 crédito de dízimos de Antônio dos Santos” e o

²⁰ Carrara (2005, p.28) salientou que a produção de aguardente e de açúcar pagava o equivalente a 5%, ou seja, a vigésima. Segundo o autor, considerando que açúcar e cachaça não eram, propriamente, os gêneros de maior circulação em Minas e que o dízimo versava sobre 10% da produção agrária comercializável, não erraremos se atribuirmos à produção agrícola e pastoril, posta em circulação, o valor equivalente a dez vezes o do dízimo.

²¹ APM, CC, Livro 2043, Filme 131, Ft. 259, Re. 370.

²² APM, CC, Livro 2043, Filme 131, Fl. 191, Re. 181 e 218.

segundo, relativo a “1 crédito de fumos que comprou²³”. Na freguesia de Itaverava, em 1753, o Tenente Miguel da Silva Vieira foi avençado em 37 oitavas, concernentes a “1 crédito de 24 barris de melado de dízimos de Antônio José e 10 carros de milho de dízimos de José Pereira Cardoso²⁴”. Os vendedores de crédito desses exemplos, provavelmente, não poderiam ser enquadrados como camponeses, pois o montante comercializado é bastante significativo.

Cabe destacar, as dificuldades encontradas para compreensão e sistematização de alguns registros, principalmente daqueles que fogem à regra geral aqui esboçada. Na freguesia de Itaverava, em 1753, João Domingues foi lançado em 5 oitavas, relativas a “1 crédito de seus dízimos a pagar todas as vezes”, e José Francisco do Amaral, em 2 oitavas, referentes a “1 crédito de suas miunças dos 2 últimos anos²⁵”. No primeiro caso, poderíamos depreender que o lavrador ou pagaria o valor especificado para todos os contratos, o que é menos plausível, ou pagou o dízimo uma única vez, em função da inserção mercantil esporádica. No segundo caso, provavelmente o contribuinte não tenha comercializado no terceiro ano do contrato e o montante corresponde somente aos dois primeiros anos, ou seja, aqueles em que houve produção destinada à venda.

Por fim, como toda medida quantitativa, o dízimo pode não representar, tão fielmente, uma realidade histórica, especialmente se levarmos em conta que ele estava sujeito à ação traiçoeira dos contratadores, os quais recebiam de 7 a 10% do valor total ajustado e se aproveitavam dos períodos de preços elevados do mercado para efetuarem as avenças. Não foram raros os casos em que lavradores reclamaram das extorsões praticadas pelos avençadores, sinalizando um “quadro de coerção do excedente produtivo²⁶”. A carta Régia de 20 de janeiro de 1777 procurou combater as “injustiças e vexações” praticadas pelos Rendeiros dos dízimos contra os lavradores. Ela ordenava que todas as desavenças entre os rendeiros, administradores e lavradores fossem verbalmente autuadas por via de simples querela, imediatamente levadas à Junta da Fazenda de Vila Rica²⁷.

²³ APM, CC, Livro 2040, Re. 296 e 376.

²⁴ APM, CC, Livro 2043, Filme 131, Fl. 191, Re. 117 e 157.

²⁵ APM, CC, Livro 2043, Filme 131, Fl. 191, Re. 194 e 219.

²⁶ Saint-Hilaire (1975a, p.94) relatou que a Fazenda Pública também apreendeu grande número de propriedades rurais, em vista da impossibilidade em que frequentemente se acharam os dizimados de cumprir as cláusulas de seus contratos.

²⁷ RAPM, v.8, 1903, p.515.

Notas sobre a Pequena Produção Mercantil no Dízimo

A produção voltada exclusivamente para o autoconsumo, ou seja, que não era vendida, não está captada no dízimo que tributava apenas a *produção agrária comercializável*. Contudo, o dízimo traz o *excedente produtivo* às necessidades de cada unidade camponesa, notável nas avenças diminutas. Em princípio, a unidade camponesa produz apenas o necessário para o sustento de seus membros, mas eventual ou permanentemente pode comercializar os excedentes agrícolas/pastoris cujo fim central é a compra daquilo que internamente ela não produz ou a ampliação da força de trabalho.

Na pequena produção mercantil, o excedente destinado ao mercado não esteve, portanto, isento do tributo, visto que alguns lançamentos especificam o termo *miunças*. De posse desses registros, a assimilação da pequena produção mercantil parece simples, pois os lançamentos trazem explícitos os seguintes informes: “1 crédito de suas miunças”, que certamente corresponde à produção diminuta, ou “1 crédito de seus dízimos”. Logo, se identificássemos todos os valores de miunças nos registros, poderíamos considerar como pequena produção mercantil aquela com montante inferior ao maior valor de miunça encontrado, neste caso, 8 oitavas ou 9\$600 réis, pagos por Manoel Monteiro na freguesia de Itaverava em 1753²⁸.

Duas constatações, contudo, podem comprometer o valor estipulado em termos de representatividade da pequena produção: a) nos lançamentos que coletamos entre 1750 e 1835, o conjunto dos dados que mencionam o termo *miunças* são ínfimos, não passam de 1% (62) dos registros coletados (6.480); b) nos livros posteriores a 1772 não encontramos mais a utilização do termo. No segundo caso em particular, não podemos concluir pela inexistência de produção mercantil diminuta no dízimo. O que pode ter ocorrido foi simplesmente o abandono do termo nos registros. É consenso que, a partir da segunda metade do século XVIII, a crise da mineração acentuou a expansão da atividade

²⁸ APM, CC, Livro 2043, Filme 131, Fl. 191, Re. 183. Há de se ressaltar que a adoção do maior valor de miunça encontrado pode não escapar de ser generalista para certas freguesias estudadas. Em Guarapiranga, por exemplo, os registros que mencionam *miunças* não ultrapassam o valor de 3 ½ oitavas (4\$2000 réis) para os dados coletados em 1750, 1805 e 1828. Em Sumidouro, 5 oitavas (6\$000 réis) para os dados coletados em 1750, 1806 e 1826. E, em Itaverava, 8 oitavas (9\$600 réis) para os dados coletados em 1750, 1753, 1772 e 1828. Em termos econômicos, a suposição de uma condição camponesa diferente em Guarapiranga e Sumidouro, quando comparada a Itaverava, não parece equivocada.

agropecuária²⁹. Enquanto naquela atividade as datas estiveram concentradas em poucas mãos, nesta, o acesso às terras de cultura pelos pequenos proprietários provavelmente foi menos desigual, principalmente pela fronteira aberta, poucas diferenças qualitativas no processo material de produção (instrumentos básicos) e menor exigência de investimento em mão-de-obra escrava. Especialmente nas freguesias de fronteira, há um grande volume de lavradores e valores incipientes pagos durante toda a vigência do tributo.

Tendo em vista a baixa ocorrência de registros que mencionam miunças e, contraditoriamente, o crescimento da base de lavradores a partir da segunda metade do dezoito, até que ponto a medida igual ou inferior a 8 oitavas (9\$600 réis) é uma representação fidedigna da categoria pequena produção mercantil? Para termos uma comprovação aproximada, uma alternativa é bastante válida: consultar os inventários *post-mortem* de alguns pagadores do dízimo com valores acima e abaixo de 8 oitavas³⁰.

Os inventários nos fornecem elementos importantes do falecido como número de filhos, plantel de cativos, dívidas ativas e passivas, riqueza total ou monte-mor e composição da fortuna em metais, jóias, móveis, instrumentos de trabalho, produção agrícola, rebanho, benfeitorias, imóveis etc. Ciente da alta probabilidade de baixa cobertura da população com nenhuma ou poucas posses, notadamente camponeses, é possível desvendar informações gerais de diversas categorias de lavradores no espaço agrário. A Tabela 1 destaca as principais características de vinte e três inventariados (20,7% dos analisados) que apresentaram correspondência com as avenças do dízimo.

²⁹ No Termo de Mariana, percentualmente, há uma inversão das unidades produtivas com mineração (mineradoras, agrícola-mineradoras, agropecuaristas-mineradoras e pecuaristas-mineradoras) a favor das unidades sem mineração (agrícolas, pecuaristas e agropecuaristas) entre os períodos de 1750-70, 1780-1810 e 1820-50. Processo semelhante ocorreu com o percentual da população escrava ocupada nas unidades produtivas (ALMEIDA, 1994, p. 90-91).

³⁰ A consulta a todos os pagadores do dízimo que abriram inventário nas freguesias ora analisadas seria mais correto para a identificação de padrões da paisagem rural. Em vista do volume acentuado de documentos e do tempo reduzido, essa tarefa não foi viável. Há de se ressaltar também um problema de representatividade dos inventários, pois sua abertura só justificava se houvesse algum bem a inventariar ou caso o falecido deixasse órfãos a serem tutelados. Era comum a prática de partilha dos bens entre os filhos adultos de forma amigável, evitando, assim, despesas com o processo lavrado pelos tabeliões nos centros urbanos. Portanto, um grande contingente da população rural não está contemplado nessa listagem, especialmente se tratando da população camponesa, cuja natureza do modo de produção, exíguo, explica as escassas fontes deixadas pela categoria. Na nossa pesquisa, limitamo-nos à análise de 111 inventários da freguesia de Guarapiranga, datados entre 1749 e 1820, disponibilizados, gentilmente, por Oliveira (2006).

Tabela 1 – Cruzamento de Alguns Inventariados da Freguesia de Guarapiranga com Avenças do Dízimo (1750-1830) ¹

Nome do Inventariado (Médios e Grandes Lavradores)	Data	Monte-mor (Réis) ²	Imóveis	Cativos	Nome do Avençado	DT Dízimo	Valor (Oitavas)	Valor (Réis)
1. João de Arruda Câmara	1765	7:348\$625	2	42	O próprio	1750	174	208\$800
2. Miguel de Matos	1770	3:543\$765	3	17	O próprio	1750	95	114\$000
3. Joana Pires Farinha	1749	3:080\$080	1	12	Miguel de Matos ³	1750	95	114\$000
4. Bento Pacheco do Amaral	1755	6:400\$000			O próprio	1750	51	61\$200
5. Capitão Antônio Alvarez Ferreira	1750	17:622\$720	11	58	Ana Cabral da Câmara ³	1750	46	55\$200
6. Ten.Cel. Gregório de Matos Lobo	1785	4:529\$875	1	60	O próprio	1750	32	38\$400
7. Faustina Gonçalves	1750	1:172\$250	1	8	Antônio Gonçalves Pedrozo ³	1750	15	18\$000
8. Manoel Luis Sampaio	1780	2:869\$900	2	26	O próprio	1750	13	15\$600
9. Antônio Monteiro Caldas	1765	751\$225		10	O próprio	1750	13	15\$600
10. João Martins Medeiros	1810	1:463\$500	1	8	O próprio	1805	13	15\$600
11. Verissimo da Silva	1785	2:291\$065	2	15	O próprio	1750	12	14\$400
12. José Ferreira Maciel	1820	2:894\$365		15	Mariana Joaquina Ribeira ³	1828		14\$280
Nome do Inventariado (Pequenos Lavradores)	Data	Monte-mor (Réis) ²	Imóveis	Cativos	Nome do Avençado	DT Dízimo	Valor (Oitavas)	Valor (Réis)
1. Bebiana Marques Ferreira	1815	648\$900	1	4	Patrício Barroso ³	1805	8 1/4	9\$900
2. Antônio da Silva Ribeiro	1770	779\$362	1	3	O próprio	1750	6	7\$200
3. Antônio Francisco	1765	453\$200	1	3	O próprio	1750	6	7\$200
4. Maria de São José (crioula)	1810	976\$542	1	4	A própria	1805	5	6\$000
5. Antônio João	1785	295\$709		0	O próprio	1750	4	4\$800
6. Maria Vieira do Sacramento	1820	317\$725	1	3	Luís Lucas Valadão ³	1805	4	4\$800
7. Joaquim Alvarez de Souza	1810	395\$673	1	5	O próprio	1805	3	3\$600
8. Thereza Maria de Jesus	1810	916\$650	1	5	Joaquim Soares Ribeiro ³	1805	3	3\$600
9. Jacinto Furtado de Mendonça	1810	428\$850	1	3	O próprio	1805	3	3\$600
10. Nicolau Martins	1800	767\$200	1	4	Josefa D. de Souza ³	1805	2	2\$400
11. Manoel Martins Paiva	1800	299\$778	1	0	Clara Maria de Jesus ³	1805	3/4	900

Notas: ¹ Dentre os 111 inventários foram selecionados apenas os que apresentaram correspondência com as avenças do dízimo. ² Excluído do cálculo as dívidas passivas, conforme sugestão em Almeida (2001, p.181). ³ Viúvo (a) do inventariado. Fonte: ACSM (Inventários *post-mortem* do 1º e 2º Ofícios, coletados por Oliveira, 2006). APM, CC, Livro 2040. AN, CC, Livros 3047 e 278 (Registros dos dízimos de Guarapiranga).

As correspondências dos inventariados com as avenças do dízimo estão contempladas da seguinte maneira: a) o próprio inventariado foi avençado antes do seu falecimento; b) o marido foi avençado antes da morte da esposa; c) ou o (a) viúvo (a) foi avençado (a) posteriormente à morte do cônjuge.

À primeira vista, na faixa dos médios e grandes lavradores, a tabela apresenta um falso problema: correspondência ora sim ora não entre plantel de cativos e valor avençado no dízimo. Era de se esperar que o lavrador com maior número de escravos fosse também maior pagador de dízimo. Contudo, a distância temporal significativa entre data do inventário e da avença explica a ausência dessa correlação em alguns casos, pois no período pode ter havido divisões na propriedade ou sua transferência para filhos, concessão de dote para filhas etc. Caso não considerarmos os lavradores em que a distância temporal entre avença e dízimo supera 15 anos ou mais (João de Arruda Câmara, Miguel de Matos, Ten. Cel. Gregório de Matos Lobo, Manoel Luis Sampaio, Antônio Monteiro Caldas e Veríssimo da Silva) observaremos a relativa correlação entre dízimo e posse de cativos. Esclarecida esta questão mantivemos a tabela original pela sua importância primaz na definição e na caracterização geral das duas faixas de lavradores.

No primeiro grupo, dispomos de inventariados que não se enquadram na pequena produção mercantil. A comprovação está no montante e na composição do monte-mor que, a exceção do de Antônio Monteiro Caldas, são bastante elevados, destacando-se a presença de um ou mais imóveis e de médios e grandes plantéis de cativos, exceto Bento Pacheco do Amaral. O monte-mor total deste inventariado se refere a uma escritura feita em função da venda de metade da sua fazenda, um mecanismo utilizado para preservação do patrimônio³¹. Os valores pagos de dízimo neste grupo variam de 14\$280 a 208\$800 réis.

A viúva de José Ferreira Maciel, Mariana Joaquina Ribeira, avençada com o menor valor (14\$280 réis em 1828), possuía, em 1820, uma riqueza calculada em 2:894\$365 réis, distribuída entre metais, móveis, instrumentos de trabalho, imóveis, colheitas, animais e 15 escravos avaliados em 1:554\$000 (54% do monte)³². Veríssimo da Silva foi avençado em 12 oitavas ou 14\$400 réis em 1750, montante um pouco maior. Fora casado com Maria Pires Farinha, filha de Brás

³¹ ACSM, Códice 135, Auto 2818, 1º Ofício.

³² ACSM, Códice 133, Auto 2787, 1º Ofício. AN, CC, Livro 278, Filme 29, Ft. 633, Re. 45.

Pires Farinha. O inventariado dispunha de um monte-mor equivalente a 2:291\$065 réis, composto por dívidas ativas, imóveis, jóias, móveis, instrumentos de trabalho, animais e 15 escravos. A sua “fazenda com terras de planta, matas virgens e capoeiras com benfeitorias e casas de curar fumo” e “um pedaço de terras com plantas e capoeiras, matas virgens e seus pertences” foram avaliados em 1:150\$000 (50% do monte)³³. Desnecessário caracterizar a riqueza dos outros inventariados com maiores fortunas. Com certeza, todas as unidades produtivas nessa faixa, agropecuaristas-mineradoras, agrícolas e agropecuaristas, podem ser classificadas como médias ou grandes.

No segundo conjunto de lavradores, as características dos inventariados comprovam a assertiva de que estamos lidando com a produção camponesa. A coluna relativa ao plantel de escravos, com presença de até cinco cativos, pode parecer contraditória, tendo em vista a associação unívoca entre campesinato e mão-de-obra familiar. Todavia, ressalte-se que a difusão daquele tipo de mão-de-obra entre a pequena agricultura mercantil se deu em maior grau do que se imaginava há algumas décadas atrás. Costa (1995, p.12) realçou que a estrutura da posse de escravos era caracterizada por um *continuum* no qual se viam representados todos os tamanhos de plantel. Evidentemente, os domicílios sem posse de escravos, a contarem exclusivamente com mão-de-obra familiar (incluindo agregados e/ou parceiros), compunham a maior parcela. Em Minas Gerais, Luna e Klein (2004, p.179-180) apontaram que eles representavam cerca de 2/3 no ano de 1830. Mas, entre os domicílios com presença de cativos, predominavam os pequenos plantéis (1-5 escravos), equivalentes a 73% dos proprietários.

Na Zona da Mata, até por volta da década de 1860, semelhante padrão pode ser encontrado. Em 1831/32 e 1862/63, os percentuais de domicílios cuja população escrava estava ausente eram, respectivamente, 60% segundo Paiva e Godoy (2002, p.49) e 67% conforme Martins, Lima e Silva (2002, p.21). Entretanto, as pequenas posses eram significativas. Considerando apenas os domicílios onde os cativos se faziam presentes, no primeiro estudo, o percentual dos fogos com 1 a 3 escravos compreendia 49%. No segundo estudo, a porcentagem dos fogos com 1 a 4 escravos alcançava 52%. Ambos os trabalhos

³³ ACSM, Códice 23, Auto 582, 2º Ofício. APM, CC, Livro 2040, Re. 277.

apontam que o escravismo baseava-se nas pequenas e médias posses, não obstante a predominância das grandes e muito grandes posses quando tomamos como referência a distribuição dos escravos segundo o tamanho dos plantéis. Dito isto e tendo em vista a participação, em diferentes graus, das pequenas unidades na comercialização de algum excedente não podemos privá-las da capacidade de acumular alguns poucos escravos³⁴.

Esclarecida a aparente contradição entre pequena agricultura mercantil e posse de cativos, a análise dos inventariados reunidos no segundo conjunto mostra que o valor do monte-mor varia de 295\$709 a 976\$542 réis. A maior fortuna é a de Maria de São José (crioula), avençada em 5 oitavas (6\$000 réis) no ano de 1805. Cinco anos depois, à época de seu falecimento, sua riqueza estava distribuída entre jóias, móveis, dívidas ativas, instrumentos de trabalho (4 enxadas, 3 foices e 2 machados), 10 porcos, 2 tropas, 400 alqueires de milho e 12 de feijão (48\$600) e quatro escravos (280\$000 ou 28,5% do monte). O seu imóvel, descrito apenas como “uma fazenda com suas benfeitorias”, foi avaliado em 450\$000 (46% do monte). A inventariada também possuía dívidas passivas estimadas em 42\$641³⁵. No extremo oposto, encontramos Antônio João, inventariado com o menor monte-mor. Morador do arraial do Bacalhau, em 1785, ano do seu falecimento, possuía apenas 295\$709 réis, distribuídos entre instrumentos de trabalho (2 enxadas, 2 foices e 1 machado), animais (apenas 2 bovinos) e dívidas ativas. Não são mencionados imóveis, apesar da sua avença em 1750, no valor de 4 oitavas (4\$800 réis), corresponder a “1 crédito de seus dízimos de vacas de leite e frangos³⁶”.

No conjunto dos pequenos lavradores citados, o maior valor lançado no livro do dízimo corresponde ao de Patrício Barroso, avençado em 8 ¼ oitavas ou 9\$900 réis no ano de 1805. O inventário da sua esposa, Bebiana Marques

³⁴ Opiniões semelhantes podem ser encontradas em Prado Júnior (1987, p.42), Gorender (1988, p.296), Carrara (1999a, p.6; 2007, p.62) e Souza (1998, p.121; 2003, p.18). O primeiro relatou que as pequenas unidades produtivas, próximas do tipo camponês europeu, caracterizavam-se pelo emprego da mão-de-obra familiar e de algum escravo. O segundo salientou que a relativa prosperidade de alguns pequenos cultivadores independentes lhes permitia certa acumulação e aquisição de escravos. O terceiro afirmou que, apesar da capacidade de acumulação limitada, não podemos tirar dos pequenos lavradores a capacidade de adquirir escravos, pois a ascendência social passava pela sua posse. Para a última autora, a posse de algum escravo por parte dos camponeses era possível, principalmente num momento de maior prosperidade. Contudo, ela adquiria a condição de eventual, uma vez que não havia reposição regular da força de trabalho.

³⁵ ACSM, Códice 49, Auto 1106, 1º Ofício. AN, CC, Livro 3047, Filme 174, Ft. 289, Re. 156.

³⁶ ACSM, Códice 39, Auto 901, 1º Ofício. APM, CC, Livro 2040, Re. 345.

Ferreira, falecida em 1815 na Aplicação do Melo, indica que o patrimônio de 648\$900 réis era bastante diversificado. Constavam metais, móveis, instrumentos de trabalho (2 enxadas, 2 foices e 1 machado), “uma morada de casas com quintal cercado de árvores de espinho com uma porção de terras e matas virgens, com capoeiras, com regos de água”, moinho coberto de telha, monjolo e pedra de torrar farinha, avaliados em 215\$000, 100 alqueires de milho (7\$500), 2 bovinos, 1 eqüino, 2 muares e 3 tropas (108\$600), dívidas ativas (33\$000) e 4 escravos (235\$000 ou 36% do monte)³⁷.

Após as considerações anteriores, resultantes do cruzamento dos inventários com os registros de avença do dízimo, podemos deduzir que o montante do tributo igual ou inferior a 8 oitavas (9\$600 réis) pode ser tomado como uma representação da categoria pequena produção mercantil. Algumas divergências nas correspondências entre riqueza acumulada pelos camponeses e valor avençado no dízimo são perfeitamente concebíveis: sinalizam capacidades diferenciadas de sua participação na atividade agropastoril em função da interferência de vários fatores como proximidade de áreas consumidoras e de vias de comunicação, disponibilidade de mão-de-obra (cativa e/ou familiar), tamanho da terra etc.

Numa distinção categórica, os médios e grandes lavradores, em geral, correspondiam aos *fazendeiros*. Saint-Hilaire (1975a, p.95) relatou que entre os mineiros, “os homens de maior consideração” eram os que habitavam o campo, sobretudo “os fazendeiros das zonas auríferas do centro da província”. Quase todos brancos e “superiores pelo trato e pureza da linguagem”, muitos deles fizeram alguns estudos. Não trabalhavam pessoalmente e contentavam-se em dirigir os escravos.

Os pequenos lavradores, em contrapartida, poderiam ser designados por *roceiros* (da palavra roça), camponeses não tão ricos, poderosos e polidos como os fazendeiros, e que se limitavam a cultivar o solo segundo a percepção do naturalista. Obviamente, em se tratando da atividade agropastoril, produtora de hierarquias e diferenças, havia uma diversidade de grupos sociais no espaço agrário que não se resumiam simplesmente à distinção entre fazendeiros e

³⁷ ACSM, Códice 69, Auto 1462, 1º Ofício. AN, CC, Livro 3047, Filme 174, Ft. 0289, Re. 254.

roceiros, conforme observou Andrade (1994, p.204). Todavia, a classificação é categórica, a fim de balizarmos características gerais do espaço rural.

A análise da inserção da economia natural nos circuitos mercantis é importante para se compreender, conforme efetuou Lênin (1985, p.113), a diferenciação social do campesinato e o grau de “descamponização” numa sociedade em mudança. Pesquisas posteriores devem aprofundar essa discussão, cujo estudo minucioso, levando-se em conta os registros do dízimo, passa pela definição de uma medida limite abrangente dos valores pagos pelos roceiros, a ser determinada também a partir dos inventários, da capacidade da unidade produtiva em empregar mão-de-obra familiar e extra-familiar (cativos, agregados etc) e de outros fatores intervenientes no comportamento demográfico dos “grupos domésticos”, segundo expressão de Mendras (1978, p.65).

I. O CONCEITO REGIÃO E A DIVERSIDADE INTERNA NA ZONA DA MATA

1. A Evolução do Conceito *Região* na Geografia

A palavra *região* deriva do verbo latim *regere* que significa governar, reinar. Nos impérios romano e persa, o controle sobre um espaço de grande extensão e diversidade territorial se deu, respectivamente, a partir da *regio* e da *satrápia*, áreas recortadas e subordinadas às regras gerais do poder central (CORRÊA, 1991, p.48).

Na história do pensamento geográfico, a noção de região experimentou várias mudanças, influenciadas por matrizes teóricas diversas como as naturalistas e quantitativas de inspiração positivista, o materialismo histórico e dialético, as geografias humanista e cultural etc. Zarur (1946, p.178) enfatizou que algumas interpretações são tão distintas a ponto de se invalidarem. Apesar da evolução do conceito ter respondido às mudanças no contexto histórico, especialmente dos paradigmas, o delineamento de uma definição operacional parece ainda longe de se concretizar.

A primeira acepção de região surgiu nos séculos XVIII e XIX, sob a influência das teorias naturalistas de Lamarck, acerca da hereditariedade dos caracteres adquiridos, e de Darwin, sobre a sobrevivência e a adaptação dos indivíduos. Frederic Ratzel postulava que as formas de organização social seriam resultantes da combinação específica de elementos da natureza como o clima, a vegetação e o relevo. Daí a idéia de *região natural*, definida por meio de critérios claros e objetivos como as bacias hidrográficas, o clima e/ou a fisionomia da vegetação³⁸. O entendimento do todo era construído a partir da somatória das várias regiões em suas diversas partes.

A concepção de região enquanto unidade morfológica e fisicamente pré-constituída e a passividade dos grupos humanos frente ao meio natural foi criticada, principalmente, pela escola francesa de geografia a partir do final do século XIX. Entre os motivos, havia também um de cunho político: as disputas territoriais entre a França e a Alemanha. Principal expoente da nova corrente,

³⁸ Exemplo notável desse paradigma possui o trabalho de Herbertson que, baseando-se nas características do clima, relevo e vegetação, dividiu a superfície da terra em 6 áreas: polar, temperada fria, temperada quente, tropical, montanhosa subtropical e terras baixas e úmidas equatoriais (CORRÊA, 1991, p.24).

denominada “possibilismo” por Lucien F  bvre, Paul Vidal de La Blache (1954, p. 41-46) salientou que o homem  , ao mesmo tempo, ativo e passivo, pois se a natureza impusesse quadros rígidos, a empresa da coloniza  o seria um engano³⁹.

Os adeptos do possibilismo, influenciados pelo historicismo de base neo-Kantiana, deixaram de ver a região como o físico e o imutável e passaram a compreendê-la como uma entidade concreta, orgânica, resultado da intera  o do homem com o meio natural ao longo do processo histórico. A *região paisagem* ou *região geográfica* formada comportaria uma combina  o específica da diversidade dos elementos, dispendo de uma paisagem e de um “g  nero de vida” que lhe confeririam homogeneidade e singularidade, portanto, diferente das demais e de qualquer outro espaço na superfície terrestre. Os estudos regionais, denominados monografias, descreviam as características físicas da paisagem, a popula  o e as atividades econ  micas⁴⁰.

Richard Hartshorne irá contrapor a no  o de região enquanto uma cria  o concreta, pois segundo este autor, qualquer divisão da superfície da terra   arbitrária, portanto, uma cria  o intelectual. Caso a região fosse concreta, ela seria facilmente reconhecível por todos os seus habitantes, não havendo discrepâncias nos limites (CORRÊA, 1987, p.50). Hartshorne não concebe a diferencia  o de áreas a partir das rela  oes entre o homem e a natureza, mas por meio da integra  o de fen  menos heterog  neos em uma dada porão da superfície da terra, cuja forma de apreensão seria dada pelo método regional. O objeto da geografia regional deveria ser, então, o caráter variável da superfície da terra, dividida arbitrariamente em partes, únicas em suas características, independente do nível da divisão. A singularidade de cada estudo regional não permitia que os fen  menos observados fossem irredutíveis   generaliza  o.

O caráter excepcionalista da ciência geográfica, pautado na descri  o e na compreensão e que renunciava às leis gerais e   explica  o, estaria no cerne das críticas que se dirigiram a ela a partir da década de 1950. Uma Nova Geografia

³⁹ Emmanuel de Martone ressaltou que a maior contribui  o para o possibilismo foi dada por Vidal de la Blache, pois excetuando-se a obra *La Terre et l'  volution Humaine* (Paris, 1922) de Lucien F  bvre, ninguém mostrou, no mesmo grau, a preocupa  o de encarar os fen  menos de Geografia humana como estágios de uma longa evolu  o, ou seja, compreender, numa perspectiva histórica, as conexões entre as sociedades humanas e os meios geográficos (MARTONNE, 1954, p.24-25).

⁴⁰ No Brasil, a cria  o das zonas fisiográficas para apresenta  o dos resultados dos recenseamentos de 1950 e 1960 está pautada na concep  o de região geográfica da escola francesa.

surgiu como decorrência da introdução do positivismo lógico e da teoria quantitativa. Num contexto de planejamento estatal, para alguns críticos, os estudos da geografia teórica contribuía para:

[...] justificar a expansão capitalista, escamotear as transformações que afetaram os gêneros de vida e paisagens solidamente estabelecidas, assim como dar esperanças aos 'deserdados da terra', acenando com a perspectiva de desenvolvimento a curto e médio prazo: o subdesenvolvimento é encarado como uma etapa necessária, superada em pouco tempo (CORRÊA, 1991, p.17).

A região passou a ser uma criação intelectual, concebida a partir de propósitos específicos, segundo critérios ou variáveis arbitrarias. Ou seja, o espaço é regionalizado conforme as regiões climáticas, agrícolas, industriais, lingüísticas, nodais ou tantas outras segundo os objetivos de cada trabalho. A *região natural* e a *região paisagem* consistem numa das múltiplas possibilidades de se recortar o espaço terrestre, compreendido pela somatória de suas várias partes.

A grande uniformidade interna e a diferença em face de outros conjuntos é a principal característica da região, que se resume a uma classe de área geográfica. Na apreensão das similaridades e diferenças utilizam-se técnicas estatísticas que partem de dois pressupostos: divisão lógica e agrupamento. No primeiro caso, o todo é, sucessivamente, repartido em segmentos, enquanto no segundo caso, por meio da agregação dos objetos, chega-se ao todo.

Os estudos sob o paradigma da Nova Geografia utilizam o método regional para identificar as características internas da região ou as suas interações espaciais. Selecionam-se variáveis chaves do espaço para definir áreas relativamente homogêneas ou concebe-se o espaço a partir das suas múltiplas relações, valorizando o estudo das trocas e dos fluxos com inspiração nos modelos de Christaller, Weber ou von Thünen (GOMES, 1995, p.63)⁴¹.

O excesso de quantificação, a fragmentação analítica, o aniquilamento do processo histórico constituinte da sociedade e o caráter ideológico da Nova Geografia, a serviço do Estado, geraram reações. Várias críticas foram tecidas à utilização do conceito regional como um fim em si mesmo, visto que contribuía

⁴¹ A criação das regiões homogêneas no Brasil para apresentação dos resultados dos recenseamentos de 1970 e 1980 foi influenciada pelo paradigma da Nova Geografia.

para a naturalização do capitalismo e do desenvolvimento espacial desigual. Fisher (1979, p.149) apontou que a geografia não deveria considerar “cada região como um quadro a ser pendurado na parede para a contemplação estética”, mas tratá-las comparativamente, a fim de contribuir na compreensão do antigo e contínuo processo de interação do homem com o meio.

Na década de 1970, uma Geografia Crítica começa a se esboçar com teóricos ligados a uma posição política de esquerda como William Bunge, David Harvey, Yves Lacoste, Milton Santos etc⁴². A insuficiência da Geografia Teorética na explicação das disparidades decorrentes dos processos de globalização e de fragmentação promoveu o desdobramento de uma geografia radical sob influência do materialismo histórico e dialético.

A região passou a ser vista como o resultado da realização de um processo geral num quadro territorial menor, com um papel na divisão territorial do trabalho e compondo uma totalidade sócio-espacial onde se articulam o geral - vários modos de produção com um dominante, neste caso, o capitalismo - e o particular que confere singularidade ao edifício regional. A geografia crítica procura compreender a articulação dos diferentes modos de produção, o papel do Estado, as contradições entre as classes sociais, a dimensão política do regionalismo, a acumulação capitalista etc. Busca-se superar a descrição pura e simples de padrões espaciais, conforme se fazia na Nova Geografia.

A influência da economia política marxista sobre a Geografia Regional, não obstante ter impulsionado a adoção da noção de divisão territorial do trabalho e, posteriormente, a do regionalismo político, não trouxe um verdadeiro enriquecimento em termos de um conceito efetivamente operacional de *região*. Gomes (1995, p.66) enfatizou que a dialética se transformou numa determinação histórica mecânica e evolucionista e o estatuto da espacialidade relegado como instrumento explicativo. No pensamento e no discurso sociais críticos, houve um

⁴² Os precursores da Geografia Crítica podem ser buscados no final do século XIX. Élisée Reclus e Piotr Kropotkin já propunham uma ciência geográfica que não estivesse comprometida com os interesses das potências imperialistas. Ver por exemplo: KROPOTKIN, Piotr. **O que a Geografia deve ser**. Tradução de José Willian Vesentini. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. (Seleção de Textos, n.13). Na década de 1970, pode-se identificar também o início da influência do humanismo na geografia que refuta a regionalização como classificação a partir de critérios externos e concebe a região como um produto real, apreendida somente no espaço vivido.

aniquilamento do espaço pelo tempo⁴³. Castro (2002, p.57-58) afirmou que a determinação da base material e a imposição da totalidade sobre a unidade eliminaram as possibilidades explicativas da escala regional. Se a perspectiva positivista confinou a disciplina a um forte provincianismo acadêmico, fruto da redução do método geográfico à região e da conseqüente submissão da escala global, na vertente materialista, a região, ao ser aprisionada pela escala planetária, tornou-se um epifenômeno.

Na evolução do pensamento geográfico, o que fica evidente em relação ao conceito *região* são as suas várias mudanças, influenciadas pelos contextos específicos que motivaram a priorização de determinadas abordagens, como a natural, nas regionalizações do século XIX, a econômica, nas regiões funcionais ou urbano-industriais, e a política, nos estudos que enfatizam os regionalismos.

No momento atual, há uma contínua sobreposição de processos em múltiplas escalas, os quais promovem a interpenetração de recortes, tornando-os mais efêmeros e complexos. Algumas questões como valorização do singular e da diferença, regionalismos e identidades regionais, desigualdades produzidas nas mais diversas escalas etc estão a influenciar a reformulação do conceito de região. Segundo Haesbaert (1999, p.24), a diversidade territorial é fruto tanto da divisão territorial do trabalho, que mediante o caráter seletivo do capital produz particularidades (o desigual, notado nas *diferenças de grau*), quanto da própria natureza interna do espaço ou do reafirmar de movimentos calcados em certas identidades (o específico, notado nas *diferenças de natureza*).

Decerto, as regiões possuem uma estrutura socioespacial particular, singularidade que permite diferenciá-la e delimitá-la. Enquanto conteúdo, ela pode encerrar uma construção de identidade política, carregada de poder cujos conflitos sinalizam para a maior ou menor capacidade de sua interação interna e coesão. Se determinados grupos lutam para impor os seus discursos, generalizando-os como uma necessidade para o bem coletivo da comunidade

⁴³ Geógrafos marxistas têm destacado a necessidade de inserção do espaço na teoria social crítica, com vistas à construção de um novo método de investigação: o materialismo histórico-geográfico. As duas obras seguintes são exemplares. SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p. 81-99, 1977. SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução de Vera Ribeiro; Revisão de Berta Becker e Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

regional, fica evidente o conteúdo político de base territorial no âmbito da região ou do regionalismo.

Este parece ser o caso da exposição de Manoel Otoni Neiva, Presidente da Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina no ano de 1993. Na apresentação do livro de Alves (1993, p.2), ele ressaltou que “no momento em que a iniciativa privada se mostrar unida e vigorosa em *nossa região*, o Estado será obrigado a ouvir a *voz da Zona da Mata*, estar atento às *suas justas reivindicações* (Grifos nossos)”. Tal evidência corrobora as colocações apontadas por Gomes (1995, p.72) e Castro (1986, p.38), ao afirmarem que o discurso regional pode ser o veículo encontrado por uma elite local para garantir o controle do território, mediante construções identitárias e aspiração de maior autonomia.

Projetos de investimento sob o discurso do “desenvolvimento regional” da Zona da Mata são disseminados. O mais notório talvez seja o do Aeroporto Regional, localizado no limite entre os municípios de Goianá e Rio Novo, devido às características favoráveis de altitude nas duas áreas. O funcionamento do empreendimento depende somente da liberação formal da Agência Nacional da Aviação Civil. Distante 30 quilômetros de Juiz de Fora, nele foram investidos cerca de R\$ 77,2 milhões (R\$ 66,6 oriundos do Governo Estadual e R\$ 10,6 do Federal). Estuda-se ainda a possibilidade da criação de uma Zona Franca nas proximidades do sítio aeroportuário e, segundo a Tribuna de Minas (2007), está prevista, em 2008, a duplicação da MG-353, que liga o aeroporto a Juiz de Fora, e a construção de uma nova via interligando a referida rodovia à BR-040⁴⁴.

A identidade regional foi construída no passado por uma elite cafeeira local, principalmente ligada a Juiz de Fora, que atrelou a Mata à noção de região do café. Contudo, desde a segunda metade do século XVIII, nela também sobressaiu o cultivo de feijão, milho, cana-de-açúcar e fumo e a criação de suínos e de gado bovino para corte e produção de leite. Atividades que romperam os limites da subsistência e alcançaram mercados locais e regionais. Hoje, novamente, grupos de elite se utilizam da questão regional para construir a idéia de uma região que

⁴⁴ No plano, o discurso do investimento apóia-se no fato de que, em função da perda relativa de importância econômica da região, ocorrida principalmente desde a década de 1930, o projeto abre possibilidades para a articulação do local e regional com o global. Segundo a Agência Minas (2003), publicação do governo estadual, o empreendimento deverá beneficiar, devido ao transporte de cargas, o pólo moveleiro de Ubá, o setor de confecções de São João Nepomuceno, os floricultores de Barbacena, os fruticultores da Zona da Mata e Sul de Minas e os industriais de Juiz de Fora.

possui forte homogeneidade interna. Agregam o fator da estagnação para justificar e legitimar a implantação de determinados investimentos que, na prática, irão favorecer apenas setores específicos.

Diante dessas constatações, como proceder, então, num estudo regional? Há uma determinada corrente teórica a ser privilegiada? Quais as implicações do contexto atual, no qual a “compressão do tempo e do espaço” promove a redução das distâncias e impõe uma mudança contínua nos limites historicamente reais de cada espaço, regionais ou não, e nos seus respectivos conteúdos e funções? E, como trabalhar com as particularidades e os regionalismos, cada vez mais emergentes?

No sentido de operacionalizar o estudo regional, Corrêa (1987, p.51-52) aponta três questões de natureza metodológica que se aplicam também à pesquisa em geografia histórica. Segundo o autor, primeiramente é preciso adotar um dos conceitos de região, independente se for o de uma região homogênea, uma região reconhecida pelos seus habitantes, dotada de certa individualidade, uma região funcional, ou mesmo uma região natural. Em segundo lugar, é de fundamental importância que se considere o seu conteúdo, o qual se diferencia qualitativamente dos demais territórios e possui, portanto, uma determinada particularidade. Por fim, cabe a análise dos processos, como por exemplo, a gênese e a evolução da região, e dos agentes sociais que, com suas práticas, atuam no sentido da preservação ou da transformação do edifício regional.

A Zona da Mata representa um importante lócus para estudos regionais. Menos pela noção de uma área particular, o que está na base da conformação de regiões, mas por denotar um espaço dinâmico em termos de agentes modeladores e de atividades econômicas, seja no contexto histórico ou atual. Apesar de dispor de alguns municípios que compuseram o centro econômico da província mineira durante a expansão da agroexportação do café, no momento presente ela possui acentuada disparidade interna e estagnação frente às outras regiões do estado.

2. A Heterogeneidade da Mata

A diversidade das formações regionais pode ser explicada pelo desenvolvimento desigual dos processos sociais, tanto no tempo como no espaço (SOJA, 1993, p.37). Os agentes sociais, em especial os de maior poder político e econômico, ao produzirem o espaço geográfico fazem surgir áreas heterogêneas. Mas, a explicação para a diferenciação não finda aí, pois, conforme Santos (1981, p.150), cada espaço receptor, com seus atributos, não absorve todos os elementos, e os absorvidos geralmente não são, necessariamente, da mesma geração. Isto configura uma característica intrínseca do espaço geográfico: a sua “acumulação desigual de tempos”, fundamento não somente da distinção das paisagens no globo, mas também da individualidade dos subespaços.

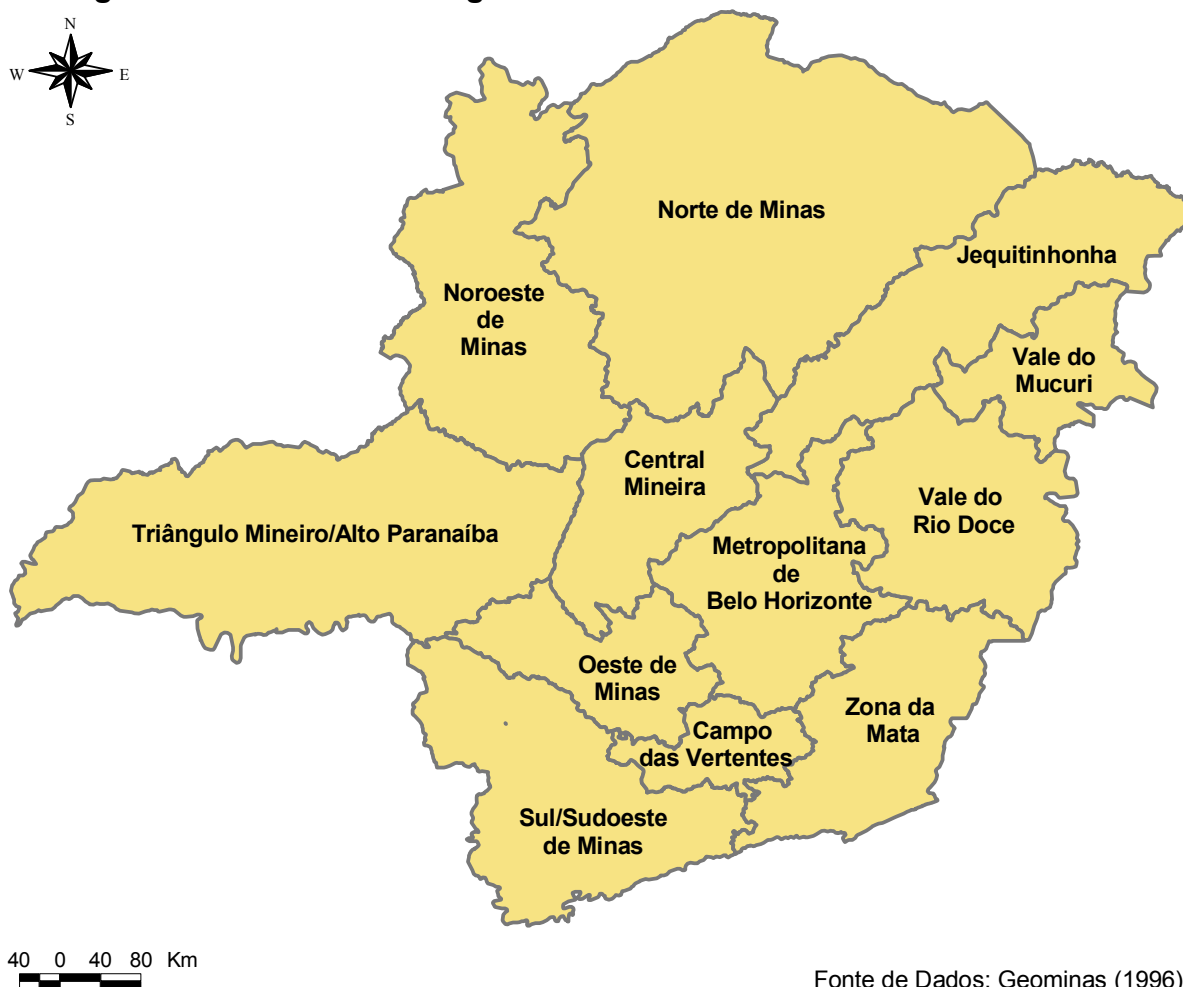
Nas últimas décadas, fenômenos como a globalização e a fragmentação têm impulsionado a diferenciação contínua dos países, estados e regiões. Em Minas Gerais, o desenvolvimento seletivo pode ser notado na participação desigual das suas doze mesorregiões geográficas (Figura 1) na composição do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. Segundo dados divulgados pela FJP (2003), a Metropolitana de Belo Horizonte e o Sul/Sudoeste de Minas responderam por 54% do PIB em 2000, ao passo que o Vale do Mucuri, Norte de Minas e Jequitinhonha representaram apenas 7%. A primeira, onde se localiza a capital, concentra os melhores indicadores de produção, industrialização e renda *per capita*, destacando-se empresas de grande porte como Vale, Belgo (Grupo Arcelor), Minerações Brasileiras Reunidas, Gerdau Açominas etc. Em contrapartida, a última mesorregião apresenta os piores índices de renda, produtividade, escolaridade, saúde, dentre outros.

As desigualdades regionais são conseqüências inerentes dos projetos de desenvolvimento econômico. Mas, em Minas Gerais, três particularidades do estado contribuíram para reforçá-las. Wirth (1982, p.41) relatou que, até por volta da década de 1930, não havia uma força “unificadora” capaz de integrar o território mineiro num conjunto unificado. O que se configurava era um agrupamento de várias regiões que mantinham relações muito mais com unidades federais de sua vizinhança do que propriamente com a unidade política administrativa na qual estava inserida, dando ao estado uma “longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos”. Daí a noção de “mosaico mineiro”.

Os acentuados vínculos atuais das regiões mineiras com outros estados, como entre o Sul de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba com São Paulo, entre a Zona da Mata e o Rio de Janeiro e entre o Noroeste e Brasília, ainda marcam o desenvolvimento econômico diferenciado do Estado.

A concentração da base mineral, que contribuiu para o agrupamento dos empreendimentos industriais, especialmente na região Metropolitana, e a inserção periférica de Minas no processo de industrialização brasileira, o qual se tornou base para investimentos direcionados, principalmente, à produção de matérias-primas para os centros econômicos do país (Rio de Janeiro e São Paulo), são outros dois fatores, mencionados por Chaves (2002, p.315).

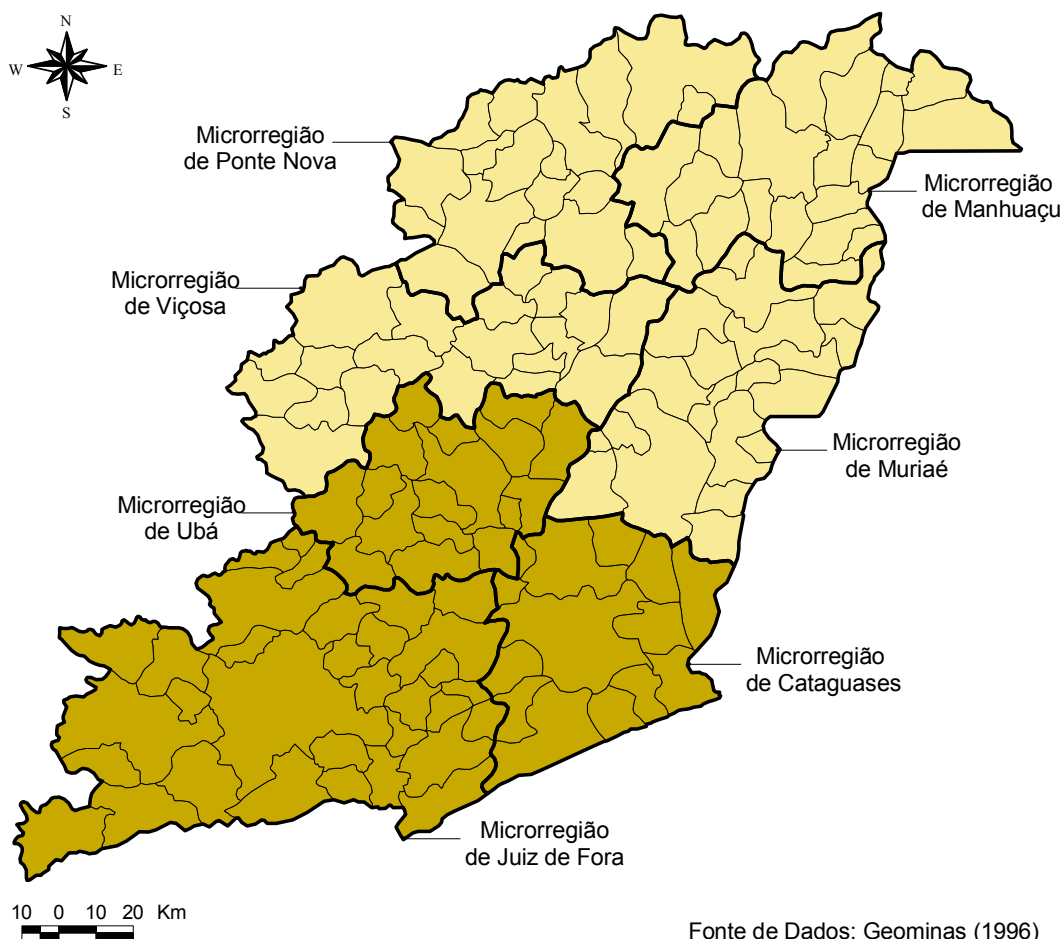
Figura 1 - Divisão Mesorregional do Estado de Minas Gerais em 2007



O quadro dos indicadores sociais microrregionais e municipais mostra que a Zona da Mata (Figura 2) e o Vale do Rio Doce têm ampliado o leque das regiões problemas em Minas Gerais, dispondo de municípios com situações

semelhantes aos do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Norte de Minas⁴⁵. Segundo o IBGE (2003), no *ranking* da renda nominal mediana mensal da população responsável pelos domicílios particulares permanentes em 2000, a primeira região citada figurava em 5º lugar no estado, atrás da Metropolitana de Belo Horizonte, do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, do Sul/Sudoeste e do Oeste de Minas.

Figura 2 - Divisão Microrregional e Municipal da Zona da Mata em 2007



A localização da Zona da Mata numa área próxima aos principais pólos do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) não têm sido suficiente para modificar os seus acentuados contrastes internos, a perda de importância econômica no contexto estadual e a estagnação de indicadores sociais. Na

⁴⁵ No Vale do Rio Doce, a estrutura econômica está concentrada em Governador Valadares e, principalmente, nos municípios de Belo Oriente, Ipatinga e Timóteo (Vale do Aço) onde se encontram as plantas industriais das empresas Celulose Nipo-Brasileira S/A (Cenibra), Usinec, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A ou Sistema Usiminas e Acesita S/A (Grupo Arcelor) cujos segmentos estão voltados, primordialmente, para o fornecimento às regiões mais industrializadas e aos grandes mercados do país. Daí, o baixo impacto do desenvolvimento intra-regional.

análise de dados socioeconômicos de instituições de pesquisa como IBGE, FJP, PNUD e IPEA para a Zona da Mata, guardadas as especificidades de alguns municípios, Carneiro (2006, p.551) ressaltou a conformação de duas formações territoriais no contexto intra-regional: a parte Centro-Norte, composta pelos municípios das microrregiões de Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé, e a parte Centro-Sul, representada pelos municípios das microrregiões de Juiz de Fora, Cataguases e Ubá (Figura 2)⁴⁶.

A disparidade interna da Mata não é uma evidência recente. Há mais de cinquenta anos, Souza (1951, p.52-53), baseando-se nos dados de estrutura agrária e demográfica divulgados pelo recenseamento de 1940, propôs uma divisão da região, que à época abarcava o vale do Rio Doce, em duas grandes áreas. A primeira era formada pelos municípios da parte sul, no vale do rio Paraíba e seus afluentes Preto, Paraibuna e Pomba, cujas características eram a presença de propriedades pouco divididas (média superior a 79 hectares), área produtiva ocupada, principalmente, por pastagens (mais de 70%) e baixa densidade demográfica rural (inferior a 34 hab./km²).

Os municípios compreendidos entre a margem esquerda do rio Pomba e o alto vale do rio Doce e daí para leste até o limite com o Espírito Santo compunham a segunda área. A atividade produtiva predominante era a lavoura (mais de 40% do espaço). O tamanho médio das propriedades era inferior a 60 hectares e a densidade demográfica rural superior a 34 hab./km². Neste grupo foram identificados três conjuntos de municípios com características bastante peculiares. O primeiro, formado por Ervália, Rio Branco, Guiricema, Senador Firmino, Mercês, Rio Espera, Viçosa e Teixeiras, cujo tamanho médio da propriedade era inferior a 35 hectares. O segundo, pelos municípios situados na margem direita do rio Doce, Aimorés, Resplendor e Inhapim, com mais de 60% da área ocupada pelas propriedades rurais onde, além da agricultura (40% da área produtiva), sobressaía a exploração de madeiras, lenha e carvão. E o terceiro, constituído pelos municípios da margem esquerda do rio Doce, Governador

⁴⁶ Detalhes da disparidade intra-regional atual da Zona da Mata podem ser consultados nas obras seguintes. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Diagnóstico da Zona da Mata de Minas Gerais**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1971. BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Zona da Mata: Diagnóstico e Indicações de Ações Prioritárias para seu Desenvolvimento**. Belo Horizonte: BDMG, 2000. FONTES, Rosa; CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva; SANTOLIN, Roberto. Inequality in Minas Gerais, Brazil: a Study Case on Zona da Mata Region. In: MEETING OF THE SOCIETY FOR THE STUDY OF ECONOMIC INEQUALITY, 5., 2005, Palma de Mallorca. **Anais...** Palma de Mallorca: ECINEQ, 2005.

Valadares e Conselheiro Pena, nos quais a área respondida pelas fazendas e sítios era inferior a 50%, caracterizando um espaço de ocupação relativamente recente.

A conformação dos tipos atuais de paisagens na Mata originou-se das diferenças nos “sistemas de utilização da terra”, nos “regimes de propriedades” e na “evolução dos meios de transporte”, para utilizar as palavras de Valverde (1958, p.38). A seguir, procuramos discutir a elevação de parte da região ao posto de área mais importante em Minas, assim como os fatores responsáveis pela estagnação regional. No contexto atual, sobressai uma estrutura econômica concentrada, na qual coexistem microrregiões e municípios de destaque no nível estadual ao lado de outros com indicadores comparáveis aos das áreas mais pobres, disparidades também notáveis no âmbito da estrutura agrária.

2.1. Do Pioneirismo Estadual à Estagnação

No período entre 1850 e as duas primeiras décadas do século XX, a Mata possuía alguns municípios que compunham a área mais importante da província mineira. A região se tornou pioneira na industrialização em Minas Gerais, com destaque para a construção, em 1889, de uma usina hidrelétrica (Companhia Mineira de Eletricidade) e para a criação, em 1905, da Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina. Dentre os fatores norteadores desse dinamismo, destaca-se a implantação de uma malha rodo-ferroviária a partir de 1836, formada pela Estrada Paraibuna, Rodovia União-Indústria (primeira grande via carroçável construída no Brasil segundo Silva, 1940a, p.222) e, principalmente, pelas estradas de ferro Cataguases, Leopoldina e Pedro II. Ao ligarem a parte sul da Mata ao Rio de Janeiro, impulsionaram o crescimento e a acumulação da economia cafeeira naquela área.

A discussão sobre a expansão dos transportes rodoviários e, posteriormente, ferroviários, sempre esteve na pauta da política mineira. Em 1842, o Vice-Presidente da Província, Herculano Ferreira Pena, relatou que a seqüência das estradas entre Ouro Preto e o rio Paraibuna era de “maior utilidade”: para este traçado deveriam ser direcionados “todos os esforços (RELATÓRIO, 1842, p.7)”. Com este projeto atendia-se aos anseios da capital da província, na região da antiga mineração, e aos dos plantadores de café na parte

sul da Mata⁴⁷. Os investimentos na abertura, ampliação e manutenção de estradas eram obras de vital importância, principalmente no caso do café, pois reduziam os ritmos lentos impostos pelos deslocamentos de burros cujos lombos carregavam enormes quantidades da rubiácea em caminhos com trajetos, na maioria das vezes, precários.

A construção de estradas passou a ser confiada a particulares pelo governo provincial. Por exemplo, em 1836, José Antônio da Silva Pinto, um dos plantadores mais ricos de Juiz de Fora, arrematou o alargamento do trecho entre Simão Pereira e Matias Barbosa, segmento da Estrada Paraibuna (RELATÓRIO, 1837, p. 39). Vários trechos dessa estrada, projetada pelo engenheiro Halfed, estavam concluídos na referida data. Ao contrário da parte norte da Mata, no sul, a expansão dos transportes ocorreu paralelamente à do café, recebendo boa parte dos incentivos governamentais e de particulares ligados à próspera economia cafeeira. Blasenheim (1982, p.109-110) relatou que embora os graus íngremes e o traçado estreito limitassem o transporte em mulas na Estrada Paraibuna, ela teve um impacto imediato em Juiz de Fora, distante quatro dias do Rio de Janeiro, drenando boa parte da remessa de café daquele centro comercial e do interior da região.

O engenheiro Gerber, no relatório de 1859, enviado ao governo juntamente com o projeto de uma rodovia (União e Indústria) para a região, mencionou que “se alguma parte da Província de Minas Gerais” experimentava progressos visíveis em poucos anos era, por certo, a leste, compreendendo municípios como Mar de Espanha, Pomba, Ubá, São Paulo do Muriaé etc. As perspectivas futuras eram esperançosas devido à “natureza fertilíssima” da área e à localização próxima do Rio de Janeiro, onde se encontrava mercado para gêneros da produção agrária, mormente o café. Se “sob a falta absoluta de boas vias de comunicação”, tanto progresso se havia feito, seria inquestionável o alto grau a que chegaria a região, removidos tais obstáculos (CASTRO, 1987, p.138)⁴⁸.

⁴⁷ Havia divergências em relação ao traçado entre Ouro Preto e o Alto do Morro, na serra de Ouro Branco. Para o Inspetor Geral da obra, em virtude da redução da distância e da grande despesa a exigir na referida serra e outras, seria “mais conveniente” segui-la por Remédios, Catas Altas da Noruega etc, portanto, passando pela borda ocidental da parte norte da Mata, não pela Vila de Queluz como constava no projeto. Todavia, Herculano Ferreira Pena considerou “razoável e útil” que a estrada passasse por Queluz (RELATÓRIO, 1842, p.9).

⁴⁸ Quatro anos antes, em 1855, a Câmara de Piranga se ressentia da condição “estacionária” da agricultura no município e expunha a necessidade da “abertura de várias estradas”. A Câmara de Rio Pomba destacava como mais “conveniente” para o progressivo aumento do município a

No ano 1861, o ramal da Estrada União e Indústria chegava à vila de Juiz de Fora, ligando-a a Petrópolis. O sul da Mata tornava-se área prioritária para os investimentos e, em pouco tempo, alcançaria a condição de espaço mais importante da província. A vila citada se tornou o principal entreposto comercial de Minas, ponto terminal de uma rodovia que não se inferiorizava a “qualquer outra do mundo” e oferecia “todas as possibilidades de transporte desejáveis às ricas colheitas de café que, de todas as fazendas da região”, desciam “incessantemente para o Rio”, conforme relataram Agassiz e Agassiz (1975, p.58-59) em 1866. Burton (2001, p.78), ao passar pela vila em 1868, observou a presença de “grandes armazéns”, destinados principalmente ao armazenamento de café.

Parte expressiva do capital gerado no núcleo produtivo foi retido e direcionado a atividades comerciais, de infra-estrutura e financeira, especialmente nos centros urbanos de Juiz de Fora, Cataguases e Leopoldina⁴⁹. A importância da primeira cidade como entreposto não se resumiu ao café. Também a sua polaridade não esteve restrita à região, pois, segundo Paula (1976, p62), ela serviu a quase toda Minas Gerais e a parte do Estado de Goiás, por sua localização e disponibilidade de ligações com a capital federal.

Na década de 1870, a expansão das ferrovias Pedro II, Leopoldina e outras na região ocorreu numa das fases mais expressivas da economia cafeeira, especialmente em relação aos preços atingidos pela rubiácea no mercado internacional. Blasenheim (1982, p.118) afirmou que das 11 concessões de ferrovias emitidas pelo governo provincial no decênio citado, 25 foram direcionadas à Mata. Em 1875, a estrada de ferro Pedro II alcançava Juiz de Fora⁵⁰.

implantação de um ramal da Companhia União e Indústria entre o distrito de Sapucaia (Província do Rio de Janeiro) e a vila de Piranga, passando pela vila do Pomba (RELATÓRIO, 1855, p.133 e 138).

⁴⁹ É sabido da dependência dos produtores locais em relação ao mercado do Rio de Janeiro, mas esta não implicou na canalização completa do capital gerado pela cafeicultura, pois as condições e a estrutura da produção permitiram a formação de um excedente econômico no seu núcleo produtivo mais importante (Juiz de Fora) até por volta da segunda década do século XX, o qual desencadeou o citado processo de diversificação urbano-industrial (PAULA, 2001, p.74-92; PIRES, 1993, p.151-219; 2004, p. 376-400). O entusiasmo pelo progresso e pela modernização em Juiz de Fora, determinados pelo plantio e pela exportação do café, pode ser observado no jornal *Pharol*, que começou a ser publicado em 11 de setembro de 1866 (GOODWIN JUNIOR, 1997, p.196).

⁵⁰ Matos (1971, p.53-54) relatou que havia um projeto para o prolongamento da ferrovia citada ao centro de Minas, passando pelo planalto de Barbacena, comum aos vales do São Francisco, Doce

No caso da Estrada de Ferro Leopoldina, pioneira em Minas Gerais, antes do término do século XIX, o seu traçado uniu quase todos os municípios cafeeiros importantes da parte sul da Mata como Juiz de Fora, Mar de Espanha, São João Nepomuceno, Cataguases, Rio Novo, Leopoldina etc. Após algumas décadas da implantação do primeiro ramal (1872), somente poucos municípios da parte norte como Viçosa, Ponte Nova, Rio Casca, Caratinga, Manhuaçu etc foram contemplados. Segundo Carrara (1993, p.76-77), o prolongamento só foi possível após Nominato de Souza Lima ter encontrado uma solução para os trilhos vencerem a serra de São Geraldo e devido às influências do deputado liberal eleito pela Mata central, Vaz de Melo, junto ao governo e de Cesário Alvim junto à diretoria da Leopoldina.

Qual teria sido a importância real da expansão de estradas de ferro, no caso a Leopoldina, nas últimas décadas do século XIX sobre alguns poucos municípios da parte norte da Mata cuja supremacia era de lavouras familiares, sem predominância do café em relação a outros produtos? Para Carrara (1999a, p.28-29), “as ferrovias não tinham a capacidade de gerar um processo de produção novo numa área de predomínio de pequenos produtores rurais”. Se alguns pequenos lavradores, em condições materiais e locais favoráveis, puderam contar com a facilidade do escoamento da produção mercantil, isto se deu enquanto a ausência de terras virgens (fechamento da fronteira agrícola) e a pulverização da unidade produtiva entre os filhos não afetaram a reprodução do seu modo de vida.

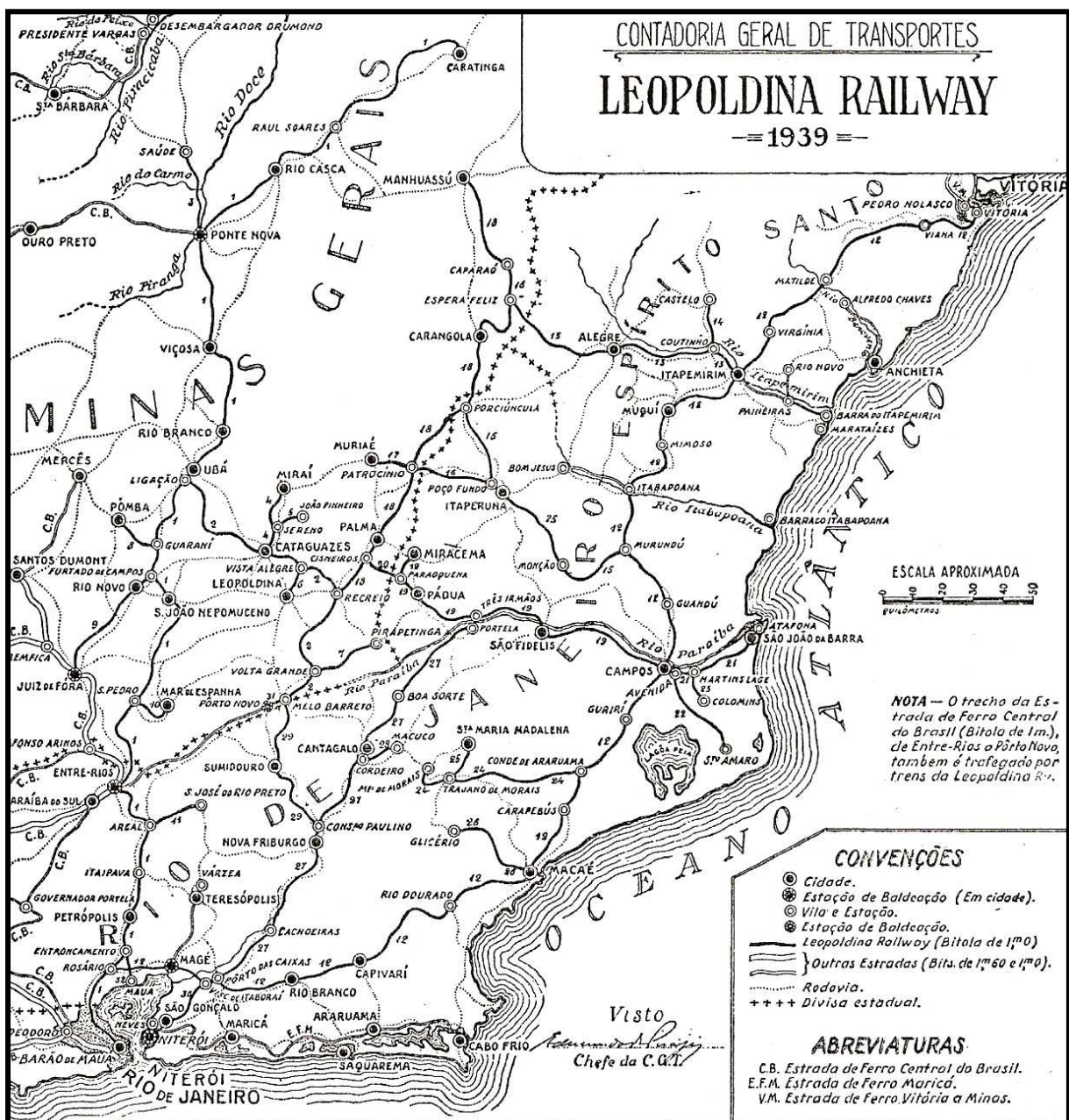
Além disso, no final do século XIX, a Estrada de Ferro Leopoldina, devido à falência, foi encampada pela companhia inglesa *Leopoldina Railway* em 1897. O café produzido pela região na esfera estadual, além de ter reduzido de dois terços para menos de um quarto, passava por uma de suas piores crises de preço. Lima (1981, p.42) ressaltou que de pouco mais de dezenove mil réis, o preço médio da arroba chegou a sete. Esta conjuntura reduziu a margem de lucro do cafeicultor e debilitou a capacidade de expansão da sua economia. O quadro era pior em relação ao pequeno produtor, com poucas ou nenhuma possibilidade de

e Grande. No planalto, o ramal deveria tomar uma das três direções: a) pelas nascentes do rio Piranga ou de seus afluentes penetrar no vale do rio Doce; b) pelo rio das Mortes adentrar no vale do Grande; c) ou atravessar a serra das Vertentes e penetrar diretamente no vale do São Francisco pelo rio Paraopeba ou das Velhas. Os investimentos foram direcionados ao último traçado. Os trilhos da então chamada *Central do Brasil* galgaram a Mantiqueira e atingiram Barbacena em 1880 e Ouro Preto em 1888, capital da província mineira.

escoamento da produção. A este personagem do espaço agrário, segundo o mesmo autor, “praticamente impedido de acesso a novas terras”, restou-lhe “a triste alternativa de assistir ao gradual, mas inexorável, processo de envelhecimento de suas terras e cafeeiros”.

No ano de 1939, o retrato da rede ferroviária Leopoldina, apresentado na Figura 3, evidenciava um grande vazio na parte Centro-Norte da Zona da Mata mineira, quando comparada à rede implantada no Sul da região.

Figura 3 - Rede Ferroviária da Leopoldina nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo



Fonte: Silva (1940b, p.417)

No período imperial, segundo Carrara (1999a, p.27), enquanto os fazendeiros e seus representantes do sul da Mata defendiam firmemente a ferrovia como meio de transporte privilegiado para o café, os políticos da Mata central (Ubá) viam na estrada de ferro um meio a facilitar o transporte de gêneros, a aglomeração de população, a comunicação rápida de idéias, a civilização e, em última instância, o progresso. Na Figura 3 subentende-se que no jogo de forças venceu a mentalidade dos primeiros, dado que a expansão ferroviária privilegiou, quase que exclusivamente, os interesses particulares de fazendeiros influentes do café e suas localidades. As aglomerações urbanas menores, não contempladas pelos ramais, não experimentaram a chance de se desenvolver em função desse transporte. Como resultado, a integração regional da Mata não foi favorecida pela implantação ferroviária, conclusão também observada por Valverde (1985, p.64) e Giovanini (2006, p.165).

Já nos primórdios do desbravamento do leste de Minas, início do século XVIII, a abertura de estradas como o Caminho Novo contribuiu para a formação de uma estrutura produtiva concentrada. Ao longo do dezenove, o avanço da atividade cafeeira mercantil no sul da Mata, causa e consequência da expansão do sistema de transportes rodoviários e ferroviários como a estrada do Couto (construída sob a superintendência de Francisco Leite Ribeiro, ligando suas propriedades em Mar de Espanha a Sapucaia e a Magé), a Paraibuna, a União e Indústria ou as estradas de ferro, consolidaria a estrutura espacial concentrada, engendrando espaços agrários distintos.

No centro e no norte da região, as unidades agropecuárias eram diversificadas, com destaque para o plantio do milho, arroz, feijão, algodão, fumo e café, para a criação de suínos e para a produção de derivados da cana-de-açúcar (aguardente, rapadura e açúcar). Na parte sul, as unidades tendiam para a monocultura do café, apesar da ocorrência de produção de alimentos, especialmente, nas áreas com condições topográficas e climáticas não favoráveis ao plantio da rubiácea. Essa disparidade interna tornou-se notória no recenseamento de 1872. Enquanto no norte da Mata (Piranga, Viçosa e Ponte Nova), a proporção dos cativos sobre o total da população dos municípios era, respectivamente, 13,4, 17,9 e 18,7%, no sul da região (Mar de Espanha, Juiz de Fora e Leopoldina), o percentual alcançava, respectivamente, 39,2, 37,0 e 36,4%. Os dados do censo refletiam as diferenças na estrutura agrária, pois quanto mais

distante da área monocultora (sul da Mata) e mais próximo das lavouras diversificadas (centro e norte), menor era a proporção dos escravos no conjunto da população total⁵¹.

É presumível que a concentração espacial dos investimentos rodoviários e ferroviários, capitaneados tanto por recursos públicos quanto privados (nacionais e internacionais), provocou impactos diferenciados na economia intra-regional, seja na formação de estruturas agrárias distintas ou no desencadeamento do surto industrial localizado no sul da Mata. Ela explica, em maior grau, as acentuadas disparidades internas na região, ao passo que a “debilidade da lavoura cafeeira”, apontada em Mercadante (1973, p.88), apesar de aceitável, não pode ser tomada como principal responsável.

Nas últimas quatro décadas, alguns estudos como os de Silva (1973, p.107) e Alves (1993, p.67) começaram a ressaltar que a Mata estaria passando por um processo de *declínio* ou *decadência*. Se analisarmos alguns fatores, especialmente a partir do decênio de 1930, veremos que a região tem perdido importância no contexto estadual. Portanto, a suposição de *decadência* ou de *involução* provavelmente não seja adequada, pois o que tem ocorrido é um processo de estagnação⁵². Chaves (2002, p.319-320) mencionou que o melhor desempenho das regiões Sul/Sudoeste de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, principalmente a partir de 1970, é um dos elementos explicativos para a redução da importância da Mata nas estatísticas globais.

Em termos históricos, é necessário enfatizar a própria crise da economia cafeeira na região, advinda da queda de produtividade da rubiácea e, principalmente, do surgimento de novas áreas mais produtivas no estado e no

⁵¹ DIRETORIA GERAL de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger; Tipografia Comercial, 1876.

⁵² A melhoria dos índices de alguns dos municípios mais pobres, ocorrida no período de 1970-1991 e 1991-2000, não foi suficiente, entretanto, para que eles apresentassem mudanças positivas em suas respectivas posições relativas. Por exemplo, em 1970, segundo o *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*, da FJP e IPEA (1998), o Índice de Desenvolvimento Humano de Piranga, na microrregião de Viçosa, era 0,348, ocupando no *ranking* estadual a posição 444 e no nacional a 2.032. Em 1991, o IDH subiu para 0,458, mas a posição ocupada no *ranking* estadual caiu para 630 e no nacional para 2.989. Em 2000, segundo o *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil*, do PNUD, IPEA e FJP (2003), o IDH alcançou o valor de 0,661, mas houve uma retração na posição ocupada no *ranking* estadual para 707 e no nacional para 3.594. Note-se que, em 2000, o Estado de Minas Gerais possuía 853 municípios e o Brasil 5.507.

país⁵³. Nos anos de 1880, a fronteira do café atingiu as partes sul da província de Minas e a ocidental da de São Paulo (MONBEIG, 1984, p.95). Além da concorrência com a produção paulista, a Mata começou a perder importância relativa para o sul da província mineira que, à época, também experimentava o surto ferroviário. Silvano Brandão, na posição de Senador do Estado e Secretário do Interior, cuidou para que a sua região de origem adquirisse parte principal dos recursos estaduais para construção de vias férreas. Francisco Sales, seu sucessor e também um sulista, continuou a política depois de 1902⁵⁴.

O fim da escravidão em 1888 parece não ter sido tão relevante como alguns autores advogam, pois a transição para o trabalho livre na Zona da Mata se fez sem grandes choques. Blasenheim (1982, p.67-68) ressaltou que as consequências foram mais políticas do que econômicas e a crise da escravidão não teria passado de um “sopro psicológico”. Transcrevemos a seguir, um trecho do pronunciamento, em 1888, do Presidente da Província de Minas, Luiz Eugênio Horta Barbosa, acerca da questão. Ele reafirma o que salientamos anteriormente.

A solução radical de um problema tão urgente não trouxe alteração alguma à ordem pública: e se durante os primeiros tempos o trabalho recebe alguma perturbação, não é esta tão grave que deva influir no geral contentamento e inspirar-nos excessivo receio de temerosa crise. A introdução do braço europeu e o bom aproveitamento dos trabalhadores nacionais, livres ou recém libertos, cooperando com as riquezas naturais e pujantes forças produtivas do solo pátrio, bem cedo farão desaparecer o abalo transitório (RELATÓRIO, 1888, p.51)⁵⁵.

Os fatores que amenizaram o choque da passagem podem ser encontrados em Lanna (1988, p. 74). Segundo esta autora, a colonização antiga, o fechamento da fronteira agrícola e o grande contingente populacional em Minas possibilitaram o aproveitamento da população internamente disponível por meio da parceria, do assalariamento temporário e do colonato. A cafeicultura mineira

⁵³ No início do século XX, a produção média do cafeeiro na Mata era de 450 kg por mil pés. Em contrapartida, nos Estados de São Paulo e Paraná, os valores eram, respectivamente, 800 e 1.000 kg por mil pés (BDMG, 2000, p.73).

⁵⁴ Entre 1890 e 1906, a malha ferroviária sulista saltou de 246 para 923 quilômetros, enquanto a matense cresceu 86 quilômetros (BLASENHEIM, 1982, p.153).

⁵⁵ Um dos impactos mais relevantes da Lei Áurea foi a alta dos preços do café. Isto modificou completamente a estrutura produtiva das propriedades matenses. Segundo Mercadante (1973, p.93), os espaços destinados à produção de alimentos para o sustento dos membros da fazenda foram substituídos por mais cafezais.

enfrentava outros problemas como a baixa produtividade, a escassez de capitais e os altos custos dos transportes. A parceria, ao reduzir os gastos monetários, tornou-se a relação de trabalho mais adequada para aquela realidade⁵⁶.

O impacto econômico maior veio ao longo das primeiras décadas do século XX e, principalmente, a partir de 1930. Primeiro, com o colapso internacional do padrão de acumulação vinculado à dinâmica do setor agroexportador cafeeiro, carro chefe da economia nacional. Segundo, em função da reorientação das políticas governamentais de estímulo ao setor secundário, com incentivos às indústrias de bens de capital. Nesta época, em termos de importância econômica, a Mata se orientava, principalmente, pela indústria de bens de consumo (têxtil, alimentos e bebidas) e pelo cultivo do café que perdia espaço para a expansão da pecuária extensiva⁵⁷. Esta atividade, além de empregar pouca mão-de-obra, transformava a antiga paisagem rural cafeeira em grandes extensões de pastagens que avançavam, inclusive, sobre as poucas áreas de matas existentes.

No plano estadual, a construção de Belo Horizonte a partir do final do século XIX promoveu uma redução da capacidade de investimentos do Estado em outras regiões, penalizando a Mata mineira que naquela época era responsável por importante contribuição fiscal (BDMG, 2000, p.19). Ao longo da primeira metade do século XX, a política mineira passou a direcionar, em consonância com o projeto federal, investimentos industriais a uma região específica, a Metalúrgica, e a alguns centros urbanos como Belo Horizonte e suas cidades satélites onde, além das funções política e administrativa, aquela cidade começava a desempenhar a função de pólo articulador das diversas regiões mineiras⁵⁸. Deve-se mencionar ainda que, num segundo momento, parte dos

⁵⁶ Prates (1906, p.132-133) *apud* Valverde (1958, p.34) também registrou que na cultura do café adotava-se “o sistema de meação”. Apesar do direito do colono (meeiro) ao cultivo de cereais no meio dos cafezais, tal sistema favoreceu, em maior grau, o fazendeiro que dispusesse de reservas e crédito, especialmente nos momentos de dificuldades da produção. Já o roceiro e sua família ficavam na dependência de adiantamentos entregues pelo fazendeiro, em espécie e a preços que excediam os valores estabelecidos no mercado.

⁵⁷ A respeito do crescimento da atividade pecuária em Juiz de Fora nas primeiras décadas do século XX, consultar Destro (2006).

⁵⁸ Em 1920, a Zona da Mata ainda era a região mais importante do Estado quando sua participação no valor da produção industrial alcançou 36%, em grande parte, sob a responsabilidade de Juiz de Fora. Em 1947, essa participação reduziu para 20%, ao passo que a Zona Metalúrgica cresceu de 32 para 45% (BDMG, 2000, p. 20).

investimentos foram direcionados ao Vale do Aço, através da indústria de base (siderurgia)⁵⁹.

Outro fator relevante na explicação da perda de importância econômica da Mata no âmbito estadual é o reordenamento do espaço econômico nacional. A partir da década de 1950, a expansão da agropecuária esteve atrelada, principalmente, ao desenvolvimento de políticas públicas por meio de investimentos em infra-estrutura, assistência técnica, concessões de crédito de custeio e comercialização etc. Este componente técnico-científico modernizante foi distribuído de forma bastante desigual em Minas Gerais, direcionado apenas às regiões cujas características ambientais eram compatíveis com o pacote tecnológico divulgado pela “Revolução Verde”. Carneiro *et al.* (2005, p.493-496) relataram que no contexto do deslocamento da fronteira agrícola para o oeste do país, apenas as regiões mineiras do Triângulo/Alto Paranaíba e do Noroeste, localizadas nas áreas do cerrado, passaram a se beneficiar dos incentivos para expansão de uma agricultura moderna.

O espaço do cerrado mineiro, articulado com a política de modernização da agricultura nacional, com áreas extensas e topografia favorável à mecanização e à utilização intensiva de capital, surgiu como alternativa para expansão da produção de cereais e grãos e da pecuária de corte, sinalizando a possibilidade de crescimento de diversos segmentos verticalizados da economia nacional. Os solos ácidos e tóxicos foram corrigidos com a introdução de inovações químicas e biológicas. Vários planos de dotação de infra-estrutura, de concessão de incentivos fiscais e financeiros no bojo do Sistema Nacional de Crédito Rural, além de programas no contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento como o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), o Prodecer (Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados), o PCI (Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados) e o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba) foram criados para viabilizar a expansão agrícola. A integração setorial entre agricultura e indústria promoveu a industrialização da agricultura e a agroindustrialização, formando os

⁵⁹ Apesar dos investimentos localizados, a Minas Gerais foi reservado um espaço periférico na industrialização brasileira, complementar e dependente em relação ao principal eixo econômico do país, pois as possibilidades se resumiram aos setores da mineração e siderurgia. O próprio estado perderia importância no âmbito da competição com os parques industriais de São Paulo e Rio de Janeiro.

grandes complexos agroindustriais, responsáveis pelo comando da economia regional⁶⁰.

Os investimentos estatais e federais, ao privilegiarem os grandes produtores e os cultivos para exportação das regiões citadas (Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Noroeste de Minas) e do cerrado em geral, contribuíram, segundo Martine e Garcia (1987b, p.81-89), para promover uma acentuada diferenciação tecnológica entre culturas dinâmicas e as destinadas ao consumo popular. Isto teve um efeito desagregador sobre a produção de pequenos e médios agricultores de regiões com atividade voltada, primordialmente, para o mercado interno. Entre as safras de 1990/91 e 2002/03, no quesito produção, o arroz e o feijão tiveram aumento, respectivamente, de 4 e 16%, enquanto a soja de 238%. No âmbito da produtividade, os dois primeiros tiveram acréscimos de 38 e 47%, respectivamente, ao passo que a soja atingiu 78%. Por fim, a área plantada das culturas de arroz e feijão reduziu, respectivamente, 25 e 21%, enquanto a da soja cresceu 90%⁶¹.

A concentração do uso de tecnologias aplicadas contribui para explicar esse fosso. Nas microrregiões de Minas Gerais, o *Censo Agropecuário* de 1995/96 mostrou que práticas tecnológicas como assistência técnica, conservação de solos, controle de pragas e doenças, máquinas e energia elétrica se concentram, em grande parte, nas áreas com cultivos agrícolas mais “dinâmicos”, ou seja, naquelas que no bojo das políticas públicas estaduais e nacionais receberam a maioria dos incentivos fiscais e financeiros. Segundo Carneiro *et al.* (2005, p.504), este quadro indica que sob a ótica das políticas agrícolas, o maior desafio para promoção de um desenvolvimento socioespacial

⁶⁰ Dentre as principais obras acerca da modernização agrícola consultar, especialmente, as seguintes. BRITO, Maristella de Azevedo; MESQUITA, Olíndina Vianna. Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período de 1970-75. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.44, n.1, p.3-49, jan./mar. 1982. MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Orgs.). **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987a. MULLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989. MAZZALI, Leonel. **O Processo Recente de Reorganização Agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: UNESP, 2000.

⁶¹ BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Série histórica da área plantada, da produtividade e da produção entre as safras de 1990/91 a 2002/03**. Disponível em: <<http://www.mapa.gov.br>>. Acesso em: 06 jun. 2006.

menos desigual no espaço rural mineiro passa pelo fortalecimento das regiões que ficaram fora do eixo de modernização agrícola⁶².

As regiões do cerrado mineiro foram também beneficiadas com a construção de Brasília a partir da década de 1950, para abrigar a nova capital federal, e com a desconcentração industrial e populacional do Sudeste nos anos de 1970, que alcançou, inclusive, alguns espaços do Sul/Sudoeste de Minas, conforme estudaram Matos (1998, p.725) e Pacheco (1999, p.27). Após a duplicação da Fernão Dias, a última região tem sido escolhida para a implantação de novos projetos industriais na área de tecnologia de ponta. Além da grande importância da sua produção agropecuária, especialmente o café, ela caminha para se tornar um dos grandes pólos tecnológicos do estado. Já o crescimento do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e do Noroeste de Minas é proporcional ainda à sua condição geográfica de ponto de conexão entre São Paulo e Belo Horizonte com o interior do território Nacional. A grande importância atual do setor atacadista em Uberlândia, onde se destacam a Martins, Peixoto e Arcon, revela que a sua localização se tornou ideal para o escoamento da produção até mesmo nacional.

No início dos anos de 1980, a estratégia governamental passou a contemplar algumas regiões estagnadas, e a Zona da Mata era uma área prioritária frente à sua perda na participação econômica estadual. Além da estagnação, ela enfrentava outros problemas. Cesal e Bandeira (1971, p.3) relataram que, em 1967, 80% dos estabelecimentos com menos de 50 hectares detinham apenas 28% da área, evidenciando não somente uma elevada concentração fundiária, mas um acentuado processo de “atomização” da propriedade⁶³. Estudos temáticos como os de Loss (1981, p.80-83) e Pita (1982, p.93) enfatizavam a necessidade de uma reorganização fundiária para superar o quadro de estagnação da agricultura. Nesse contexto, a região foi contemplada com o Programa Integrado de Desenvolvimento da Zona da Mata

⁶² Notadamente, a Zona da Mata é uma delas, dada a sua característica principal, grande importância da agropecuária de pequeno porte majoritariamente familiar (área inferior a 100 hectares). Segundo o *Censo Agropecuário* de 1995/96, depois do Sul/Sudoeste de Minas (88.133 estabelecimentos), ela apresenta o maior número de estabelecimentos segundo a dimensão citada. Foram contabilizados 66.589 imóveis rurais que representavam 91,9% do total regional e 13,4% do estadual.

⁶³ O Relatório do Instituto Brasileiro do Café (IBC, 1967, p.139) também chamou atenção para a fragmentação dos estabelecimentos agropecuários na Mata, especialmente daqueles com dimensão inferior a 10 hectares.

(PRODEMATA). A Fundação Ruralminas (1978, p.11-12) ressaltou que o projeto tinha como objetivo “criar condições técnicas e financeiras para que a exploração dos minifúndios” elevasse a renda agrária, comprometida, sobretudo, pela política de erradicação dos cafezais entre 1962/67⁶⁴.

A avaliação do PRODEMATA foi efetuada através de vários estudos temáticos, a cargo do Departamento de Economia Rural da UFV. Dos consultados, todos ressaltaram a falta de resultados expressivos para a região ou a contribuição “modesta” do projeto. Pita (1982, p.93) e Universidade Federal de Viçosa (1987, p.70) relataram que não ocorreram aumentos significativos nas condições sócio-econômicas dos pequenos produtores, na ocupação da mão-de-obra, na produção, na área cultivada e nos índices de produtividade. O principal entrave à consecução dos objetivos propostos foi a forte restrição ao uso de crédito rural, especialmente pelos proprietários e parceiros com até 10 hectares, conforme igualmente propuseram Espeschit (1981, p.90), Mukole (1985, p.48-49), Oliveira (1985, p.47) e outros mais.

A existência de dois centros universitários de porte nacional na Zona da Mata, Universidades Federais de Viçosa e de Juiz de Fora, que juntas congregam 68 cursos e atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, não parece ter gerado resultados expressivos para o contexto regional. Espera-se uma articulação mais produtiva dessas instituições com a região para mudar a sua situação de inserção periférica no contexto dos projetos de desenvolvimento estadual e nacional desde a década de 1930, de forma a reduzir a conjuntura de extrema disparidade interna mostrada a seguir.

⁶⁴ No período citado, o programa de erradicação atingiu 26 milhões de pés de café ou 43% do total da região. Para se ter uma idéia geral acerca do seu impacto sobre a dinâmica demográfica regional, utilizando-se dados do IBGE e do Departamento de Geociências da UFJF, apresentados, respectivamente, em Universidade Federal de Viçosa (1971, p.104) e Paiva (1995, p.139-140), enquanto entre 1950 e 1960 todas as microrregiões da Mata tiveram aumento de sua população, com um valor global da ordem de 20%, no intervalo de 1960 a 1970, as microrregiões de Ponte Nova, Viçosa, Muriaé e Manhuaçu, mais afetadas pela erradicação, tiveram sua população reduzida em 8%. É interessante apontar que alguns municípios das microrregiões citadas tiveram incremento populacional (16 de um total de 67) e estão representados, majoritariamente, pelos pólos microrregionais, que absorveram 81% do aumento total. Resguardados outros fatores que influíram sobre este processo, como o crescimento vegetativo, isto sinaliza que, provavelmente, os níveis de emprego e rendimento proporcionados pela atividade cafeeira não foram atingidos com a diversificação econômica, o que desencadeou um acentuado fluxo de migrantes, especialmente para as zonas urbanas.

2.2. A Estrutura Sócio-Econômica Desigual

A idéia de uma Zona da Mata com forte homogeneidade interna não corresponde à sua realidade atual. A comprovação dessa evidência nos permite lançar uma hipótese da pesquisa que será debatida ao longo dos próximos capítulos: a formação da região não seguiu um processo social e histórico uniforme.

A análise de variáveis econômicas da Zona da Mata, a exemplo do Produto Interno Bruto (PIB), pode causar algumas surpresas, dado que esta é uma região estagnada. Mas, desagregando os valores em termos microrregionais e, principalmente, municipais constatamos a expressiva predominância dos municípios pólos em relação aos demais⁶⁵.

A microrregião de Juiz de Fora concentra a maior parte da atividade econômica. Os acentuados índices de urbanização da população e a diversificação urbano-industrial são as principais características que a diferem da região. Na participação do PIB regional em 2000, segundo dados da FJP (2003), ela respondeu por 42%, com destaque para o município de mesmo nome (32%) que reúne importantes empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços. Na composição da renda microrregional juizforana, destacam-se os setores industrial e de serviços que representaram, respectivamente, 52 e 45% do PIB⁶⁶.

No percentual do PIB regional, a microrregião de Ubá aparece em segundo plano, com 12%. O setor industrial é também o mais importante e respondeu por 49% da renda microrregional em 2000⁶⁷. No município de Visconde do Rio Branco

⁶⁵ A escala microrregional mostra tanto a importância dos municípios pólos quanto as desigualdades entre estes e os polarizados. Por exemplo, tomando-se a variável rendimento nominal mediano mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes na microrregião de Juiz de Fora, no município pólo o valor em 2000 era R\$ 480,00, enquanto em Aracitaba foi de R\$ 151,00. Na microrregião de Viçosa, no mesmo ano o município pólo atingiu R\$ 370,00, ao passo que em Araponga o valor foi equivalente a R\$ 150,00 (IBGE, 2003).

⁶⁶ O parque é diversificado, caracterizado pelos ramos automotivo, siderúrgico, metalúrgico, têxtil e vestuário, químico, eletroeletrônico, alimentar (laticínios) etc. Algumas empresas merecem destaque como a Mercedes Benz, a Belgo Mineira Participações S.A., a White Martins, as Companhias Têxtil Ferreira Guimarães e Paraibuna de Metais, os Laticínios Cândido Tostes, a Módulo Metais, a Quiral Química do Brasil S.A., entre outras. O PIB agropecuário, equivalente a 3% do total, é dado, basicamente, pela pecuária de corte e leiteira.

⁶⁷ A importância recai, diretamente, sobre o Arranjo Produtivo Local das Indústrias de Móveis (quarto pólo moveleiro do Brasil), formado pelos municípios de Ubá, Guidoal, Piraúba, Rio Pomba, Rodeiro, São Geraldo, Tocantins e Visconde do Rio Branco. Segundo o Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Marcenaria de Ubá (Intersind, 2005), no ano de 2004

se localizam as sedes das indústrias Tropical (sucos Tial) e Pif-Paf Alimentos. O setor agropecuário, representando 8% do PIB, possui atividades como o cultivo de cana-de-açúcar, a produção de fumo, tomate e frutas e a avicultura integrada.

As microrregiões de Muriaé e Cataguases apresentaram participação idêntica no PIB regional em 2000, equivalente a 11%. Na primeira, ressalta-se a importância do setor de confecções e da produção de café. Na segunda, sobressaem os ramos têxtil, alimentar, químico, papel, papelão e de energia elétrica, com destaque para a Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina que fornece eletricidade para mais de 45% dos municípios da Mata. Somadas as microrregiões de Muriaé, Cataguases, Juiz de Fora e Ubá, elas responderam por quase 76% do PIB regional e por 85% do PIB industrial em 2000. Em contrapartida, as microrregiões de Ponte Nova, Manhuaçu e Viçosa representaram apenas 24% do PIB regional e 15% do industrial⁶⁸.

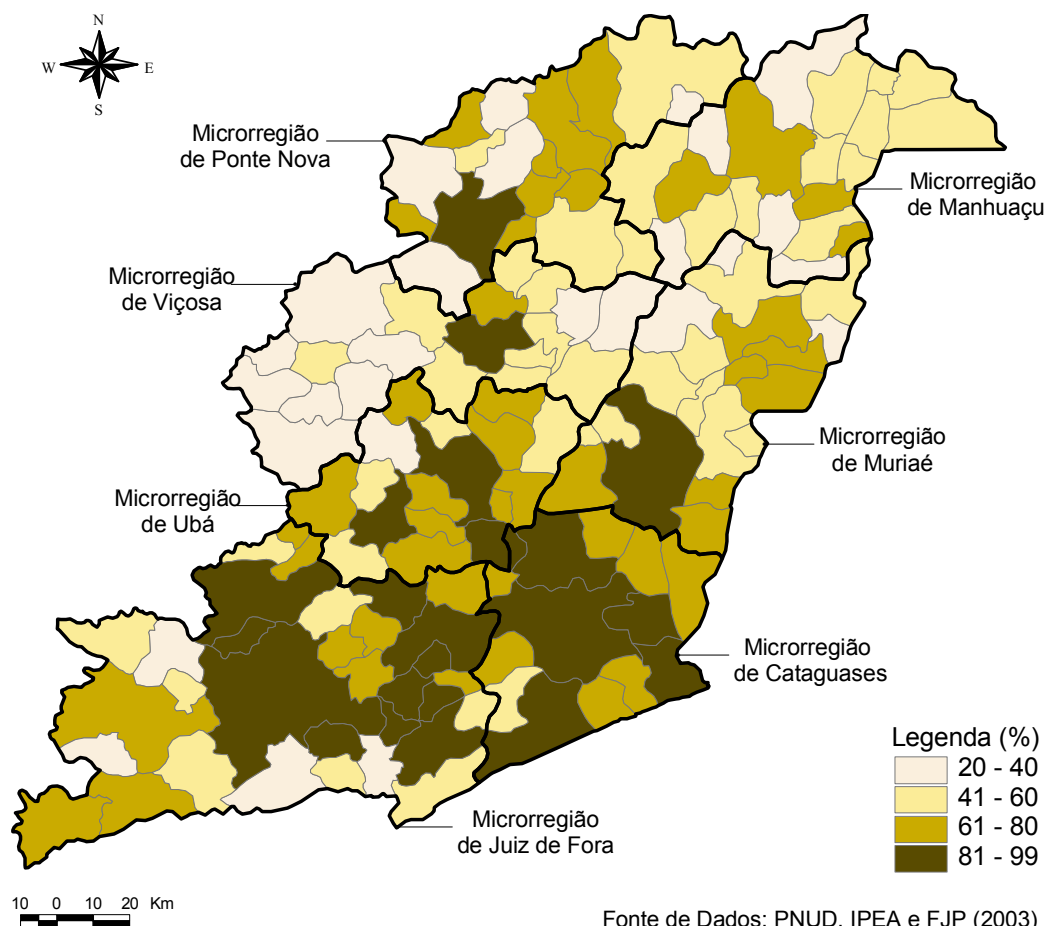
Na parte Centro-Norte da Zona da Mata, as microrregiões de Viçosa, Ponte Nova e Manhuaçu apresentam elevadas taxas de analfabetismo, especialmente da população com mais de 25 anos, e baixos índices de renda *per capita*⁶⁹. Na composição do PIB predomina o setor terciário, mas a atividade produtiva está ligada, fundamentalmente, ao setor primário, no qual se destacam a criação de aves, a pecuária leiteira e o plantio de café, milho, feijão e eucalipto. Daí decorre uma das principais características dessas microrregiões: o baixo grau de urbanização da população no âmbito regional. Os valores percentuais estão destacados na Figura 4.

predominavam nesses municípios cerca de 370 empresas do setor, de pequeno e médio porte, com destaque para a Itatiaia Móveis (grande porte), que comercializam móveis de madeira, aço, tubulares e estofados no Brasil e, recentemente, no exterior (África, América do Sul, do Norte e Central).

⁶⁸ Em termos socioeconômicos, a microrregião de Muriaé é a que dispõe do maior número de municípios com características semelhantes aos das duas formações territoriais da Mata (Centro-Norte e Centro-Sul). Os seus municípios próximos às microrregiões de Viçosa e Manhuaçu exibem aspectos semelhantes aos das mesmas. A situação é parecida para os seus municípios que se localizam nas imediações das microrregiões de Ubá e Cataguases.

⁶⁹ Dados do IBGE (2003) sinalizaram que todas as microrregiões da Zona da Mata possuíam taxas de analfabetismo (população acima de 25 anos) superiores à média brasileira, que é de 16%. Contudo, os índices são mais acentuados nas microrregiões de Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé (entre 22 e 24%). Esta constatação é compatível com os dados apresentados pelo PNUD, IPEA e FJP (2003), os quais também apontaram essas microrregiões como portadoras de indicadores de educação pouco significativos em relação à Zona da Mata e ao estado.

Figura 4 – Grau de Urbanização da População (Urbana / Total) nos Municípios da Zona da Mata em 2000



Mais da metade (54%) dos municípios componentes das microrregiões de Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé possuía o quantitativo da população rural superior ao da urbana em 2000. Dos 78 municípios integrantes dessas microrregiões, 51 detinham mais de 50% da sua população economicamente ativa ocupada no setor primário. Excetuando-se a de Muriaé, as taxas de moradores por domicílio rural (acima de 4,0) se assemelham às das microrregiões mineiras com os maiores percentuais (entre 4,0 e 4,9).

A microrregião de Ponte Nova, cuja história está atrelada à produção de cana-de-açúcar, atualmente orienta-se pela atividade de suinocultura, detendo posição privilegiada no *ranking* estadual. Merece destaque o Frigorífico Industrial Vale do Piranga S.A. (FRIVAP), da marca *Saudali*, que realiza o abate, corte, fabricação e comercialização de embutidos de carne suína. Na microrregião de Manhuaçu, a estrutura produtiva agropecuária está concentrada no plantio de café.

A produção de milho, feijão e café, além da avicultura e da suinocultura, são os principais ramos nos municípios da microrregião de Viçosa. O objetivo da produção, com poucas exceções, é o atendimento ao consumo familiar e ao mercado local. Em termos de rendimento econômico, a atividade de prestação de serviços, com 64% do PIB microrregional em 2000, é a mais importante, destacando-se a Universidade Federal de Viçosa, responsável pela absorção de parcela relevante do funcionalismo público. O pólo microrregional (Viçosa) parece não ter contribuído para gerar mudanças estruturais em seu espaço de influência (19 municipalidades), pois os municípios desta área concentram os piores indicadores socioeconômicos regionais. No *ranking* estadual do IDH em 2000, segundo dados apresentados pelo PNUD, IPEA e FJP (2003), excetuando-se Viçosa (25º), Coimbra (240º), São Miguel do Anta (470º) e Teixeiras (490º), a melhor classificação foi a de Brás Pires (520º lugar).

O percentual de pessoas com rendimentos mensais inferiores à linha de pobreza no ano de 2000, ou seja, abaixo de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (R\$ 75,50), está representado na Figura 5⁷⁰. A insuficiência de rendimentos era extremamente elevada em dezenove municípios das microrregiões de Viçosa e Ponte Nova, com 55 a 67% da população pobre. Nos municípios da parte Centro-Sul, a pobreza também se manifesta, porém em menor grau. No intervalo citado havia apenas um município (Dores do Turvo), localizado na microrregião de Ubá. Todavia, no grupo com 42 a 54% da população pobre destacaram-se treze unidades administrativas, distribuídas entre as microrregiões de Juiz de Fora e Ubá.

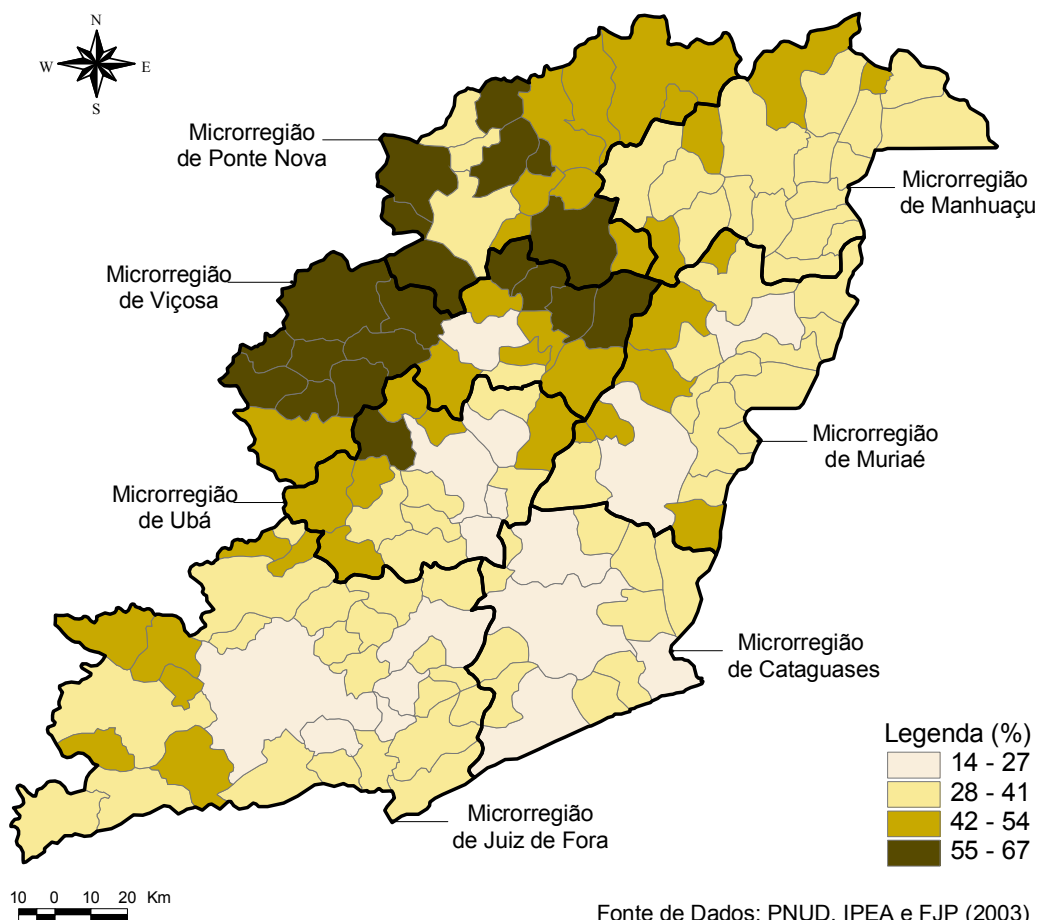
O quadro supracitado é agravante se levarmos em conta a evolução do Índice de Gini entre 1991 e 2000 e o comportamento da renda municipal no contexto estadual entre 1985 e 2000⁷¹. No primeiro caso, dos 142 municípios componentes da Zona da Mata, 17 não apresentaram variações no período citado. Por outro lado, 67 exibiram reduções, mas apenas 28% são integrantes das microrregiões de Viçosa, Ponte Nova e Manhuaçu, enquanto 58% são representantes das microrregiões de Juiz de Fora, Cataguases e Ubá. No primeiro grupo das microrregiões mencionadas se concentra a maior parte dos

⁷⁰ O *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João Pinheiro (2003), adota a linha de pobreza como sendo inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

⁷¹ O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição da renda domiciliar *per capita*. Numericamente, o seu valor varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior a discrepância entre os mais pobres e os mais ricos.

municípios que apresentaram aumentos no índice, 62% contra 24% no segundo grupo.

Figura 5 – Porcentagem de Pessoas Pobres nos Municípios da Zona da Mata em 2000



O comportamento da renda dos municípios da Mata em relação ao plano estadual entre 1985 e 2000 foi analisado por Fontes, Carneiro e Santolin (2005, p.17) por meio de testes estatísticos. Eles ressaltaram a ocorrência de convergência de renda entre os municípios da região no período estudado. Todavia, segundo os autores, a convergência se deu de forma condicional, ou seja, atingiu seletivamente algumas unidades administrativas. Os municípios continuaram concentrados, em sua maioria, nos estratos de renda *per capita* pobre (entre 40 e 80% da renda média estadual) e média (entre 80 e 120% da média estadual). Em 1985, os classificados nesses dois estratos eram 78%, em 2000, 86%. O reagrupamento decorreu, em grande parte, de uma mudança de municípios do estrado muito pobre (abaixo de 40% da média estadual) para

pobre. À redução da participação do estrato muito pobre no período, que poderia sinalizar uma tendência de arrefecimento da desigualdade de renda entre os municípios, houve dispersão do estrato muito rico (acima de 160% da média estadual), logo, um movimento divergente em relação aos demais.

O comportamento econômico da renda regional e sua situação atual não são nada alentadoras. Municípios das microrregiões de Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e, em menor grau, os das microrregiões de Muriaé e Ubá parecem estar em processo de inércia em relação à renda média estadual, o que os coloca também numa situação desfavorável no conjunto regional. Em contrapartida, uma parcela inexpressiva de municípios isolados nas microrregiões de Juiz de Fora e Cataguases, com um comportamento de renda superior à média estadual, estão inseridos num movimento divergente em relação à região. A persistência dessa tendência leva a crer que as municipalidades mais pobres deverão manter o atraso relativo ao longo do tempo em relação aos municípios mais ricos, um entrave considerável à superação da estagnação intra-regional da Mata.

2.3. A Estrutura Agrária Diversa

As estruturas agrárias atuais da Zona da Mata nos fornecem importantes evidências que levam à suposição de uma provável formação territorial diferenciada da região. Marcada pela coexistência do binômio grande-pequena propriedade, desde os primórdios do desbravamento regional, o grande estabelecimento, nascido das posses e das concessões de sesmarias, imprime sua marca. Não foram raros os casos de arraiais que surgiram em função da instalação de fazendeiros influentes, os quais doaram o patrimônio à construção de capelas e, até hoje, “emprestam” o seu título a praças, ruas, escolas etc. O pequeno estabelecimento também nasce nesse contexto, porém fadado, com o passar do tempo, a se tornar incapaz de garantir a reprodução social do agricultor predominantemente familiar, seja pelo seu papel periférico nas concessões, pela exigüidade dos recursos, pelo esgotamento da fronteira agrícola, pela fragmentação da terra etc.

No estudo do espaço agrário atual, alguns conceitos básicos como os de *minifúndio*, *propriedade familiar*, *latifúndio* etc exigem esclarecimentos para evitar classificações generalistas. Até por volta do final da década de 1970, a unidade

básica de medida para a classificação dos estabelecimentos rurais quanto à dimensão foi o *módulo rural*, calculado para cada imóvel rural em separado e com área fixada nos termos da propriedade familiar. A Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979, mudou a unidade para *módulo fiscal*. Expresso em hectares e com valor definido para cada municipalidade, o cálculo do módulo fiscal contempla as características naturais, agrícolas e socioeconômicas dos municípios, levando-se em conta: a) o tipo de exploração predominante; b) a renda obtida com a exploração preponderante; c) outras explorações existentes que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; d) e o conceito de propriedade familiar do Estatuto da Terra, Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964⁷².

Originalmente, o conceito de *propriedade familiar* pode se encontrado no Estatuto da Terra. Ela consiste num imóvel rural direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família ou eventualmente pela ajuda de terceiros, o qual deve garantir-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração. Os conceitos de *minifúndio* e *latifúndio*, também explícitos no Estatuto, foram reformulados pelo Decreto n. 84.685, de 6 de maio de 1980. O primeiro corresponde ao imóvel rural com dimensão inferior a um módulo fiscal. O segundo, por sua vez, ao imóvel com dimensão superior a seiscentas vezes o módulo fiscal e também congrega os estabelecimentos que, não excedendo o limite referido e tendo área igual ou superior a um módulo fiscal, são mantidos inexplorados, com fins especulativos ou subexplorados⁷³.

⁷² BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, 31 novembro 1964. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006. BRASIL. Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos artigos 49 e 50 da Lei n. 4.504, de 30 de Novembro de 1964 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, 11 dezembro 1976. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

⁷³ BRASIL. Decreto n. 84.685, de 6 de maio de 1980. Regulamenta a Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, 7 maio 1980. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006. No estudo do espaço agrário regional atual, evitaremos a adoção do termo *latifúndio*, em virtude de não podermos dimensionar a sua segunda característica: área inexplorada ou sub-explorada.

Nos municípios da Zona da Mata, o módulo fiscal varia de 22 a 30 hectares⁷⁴. Calculando a média regional temos 26 hectares. Considerando este valor médio e cruzando-o com o Decreto n. 84.685/80 e com a Lei n. 8.629/93, que classificam as categorias de propriedade conforme o módulo fiscal, podemos rotular os estabelecimentos da Mata quanto à sua dimensão⁷⁵. Minifúndios são todos aqueles com extensão menor do que 26 hectares. Pequenas propriedades são consideradas as com extensão entre 26 e 104 hectares. Médias propriedades são as com extensão entre 104 e 390 hectares. E grandes propriedades são as que excedem 390 hectares⁷⁶. Agora, pode-se traçar uma caracterização do espaço agrário regional.

A expansão de atividades econômicas na Zona da Mata no período colonial promoveu a formação de duas paisagens rurais, distintas na estrutura agrária e na forma de articulação com o mercado (Capítulo 3). Quando se analisam as características do espaço agrário recente, a primeira evidência perceptível é a existência de vestígios advindos daquela apropriação histórica diversa. Dois processos, aparentemente diferentes, mas complementares, sobressaem: o de concentração e o de fragmentação da terra. O primeiro pode ser notado, especialmente, em municípios das microrregiões de Juiz de Fora e Cataguases, ao passo que o segundo sobressai em municípios das microrregiões de Viçosa, Manhuaçu, Ubá e Muriaé.

A concentração fundiária pode ser analisada nas Figuras 6 e 7 que trazem, respectivamente, a porcentagem dos estabelecimentos com dimensão superior a 100 hectares, ou seja, médias e grandes propriedades, e o percentual da sua área ocupada nos municípios da Zona da Mata em 1995/96.

⁷⁴ BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Indicadores Básicos do INCRA, Brasil – Municípios (2005)**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2006.

⁷⁵ BRASIL. Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, 26 fevereiro 1993. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

⁷⁶ A apresentação dos dados de estrutura agrária do *Censo Agropecuário* de 1995/96 para a Zona da Mata foi efetuada com base no recorte municipal existente em 1996: 129 municípios. Entre 1993 e 1996 foram criadas 13 novas unidades político-administrativas, porém instaladas somente em 1º de janeiro de 1997. Isto não interfere no cálculo do valor médio do módulo fiscal regional, pois todos os municípios novos possuem o mesmo valor dos de proveniência. Em termos da classificação dos estabelecimentos quanto à dimensão, há um pequeno problema para a sua operacionalização, pois o censo não traz, precisamente, os valores dimensionais que estabelecemos para cada grupo. Em virtude disso, adotaremos os grupos mais próximos divulgados pelo censo. Consideraremos minifúndios os estabelecimentos com área inferior a 20 hectares, pequenas propriedades, as com extensão entre 20 e 100 hectares, e médias e grandes propriedades aquelas com área superior a 100 hectares.

Figura 6 - Porcentagem dos Médios e Grandes Estabelecimentos Sobre o Total dos Imóveis Rurais nos Municípios da Zona da Mata em 1995/96

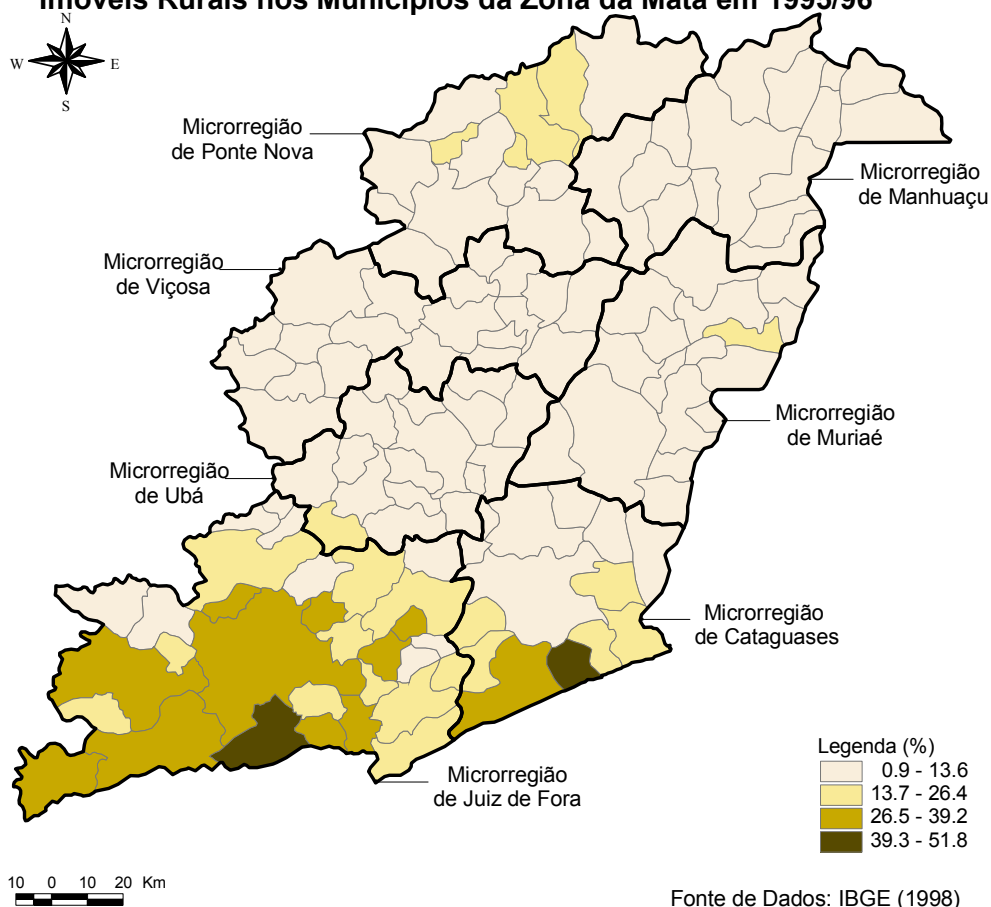
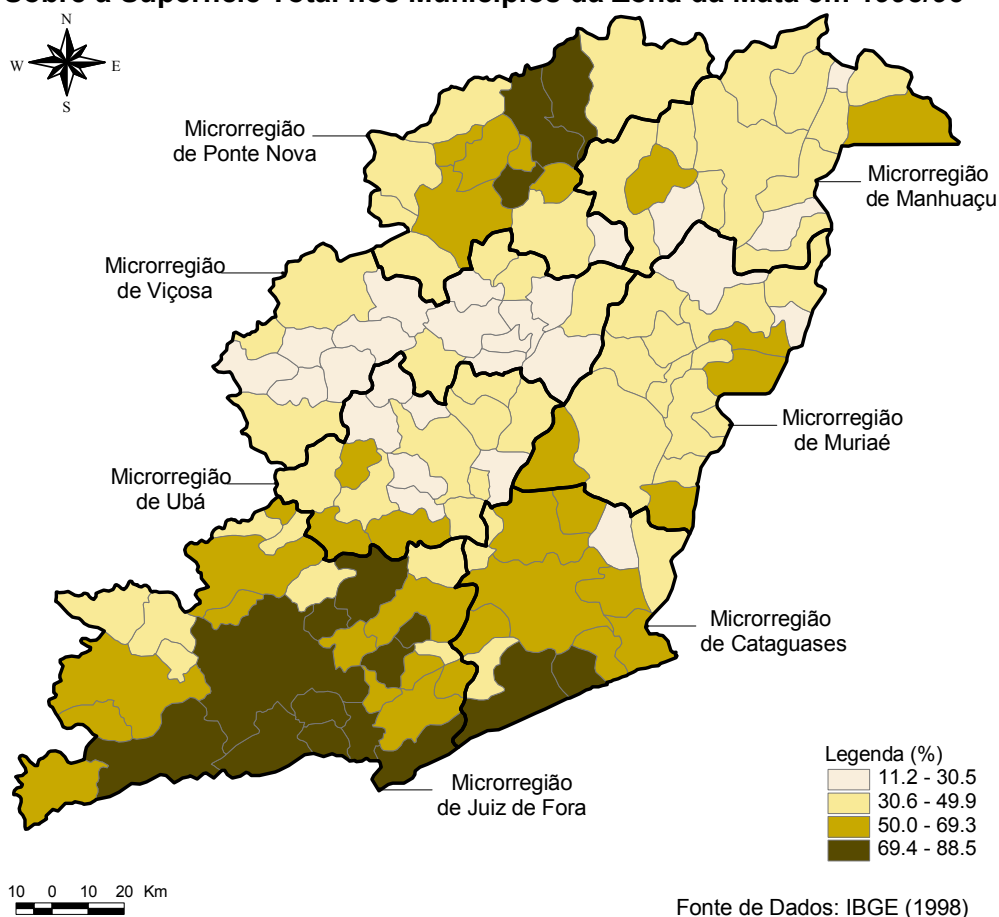


Figura 7- Porcentagem da Área Ocupada pelos Médios e Grandes Estabelecimentos Sobre a Superfície Total nos Municípios da Zona da Mata em 1995/96



Os dados do último *censo agropecuário* indicam que os grandes e médios estabelecimentos predominam nas microrregiões de Cataguases e Juiz de Fora. Na primeira, 64% dos municípios possuíam mais de metade da área total ocupada pelos imóveis referidos. Na segunda, os níveis de concentração eram maiores, pois a proporção alcançava 74%⁷⁷.

Na microrregião de Ponte Nova, a concentração da terra também é acentuada, dado que 53% dos municípios exibiram mais de metade da sua área ocupada pelos grandes e médios estabelecimentos, com destaque para Rio Casca (81,5%) e Urucânia (74,7%). No conjunto dos imóveis rurais, as duas categorias de propriedades mencionadas representavam parcela incipiente. Por exemplo, em São Pedro dos Ferros elas não passavam de 15,6%, no entanto monopolizavam 75,3% da superfície municipal⁷⁸.

A suposição de que o impacto da concentração fundiária poderá ser tanto maior quanto menor for o grau de urbanização da população é plausível. Confirmada essa hipótese, asseguraríamos que o quadro oferece maiores problemas aos municípios da microrregião de Ponte Nova, pois apresentam a combinação de má distribuição da terra e taxas expressivas de população residente no espaço rural. Entretanto, vale salientar que nas microrregiões de Juiz de Fora e Cataguases, a despeito do elevado grau de urbanização em vários municípios, há também os que possuem percentuais significativos de sua população domiciliada no espaço rural, assinalado, como já vimos, pelo predomínio das médias e grandes propriedades⁷⁹.

A evidência da pecuária extensiva nas microrregiões de Juiz de Fora e Cataguases esclarece parte das origens da má distribuição da terra. Os dados do *Censo Agropecuário* de 1995/96 mostraram que os pecuaristas dessas duas microrregiões, no *ranking* estadual das 66 microrregiões mineiras, detinham, respectivamente, o 9º e o 19º posto em termos do número de estabelecimentos

⁷⁷ Na microrregião de Juiz de Fora, os médios e grandes estabelecimentos ocupavam elevados percentuais da área municipal como em Belmiro Braga (88,5% do total), Coronel Pacheco (86,5%), Santana do Deserto (86,3%), Volta Grande (83,7%), Matias Barbosa (80,1%), Além Paraíba (78,2%), Simão Pereira (75,1%), Chiador (74,4%) etc.

⁷⁸ A situação descrita também ocorre em outros municípios, não vinculados à microrregião de Ponte Nova, como Dona Euzébia (os médios e grandes estabelecimentos, 4,8%, monopolizavam 48,8% da área), Santana de Cataguases (6,5% ocupando 50,1% da área), Guiricema (2% com 32,8% da área), Pedra Dourada (4,4% detendo 45,5% da área) etc.

⁷⁹ É o caso, por exemplo, de Belmiro Braga, Santana do Deserto, Chiador, Simão Pereira e Coronel Pacheco cujos graus percentuais de urbanização (população urbana/total) no ano de 2000 eram, respectivamente, 27,7, 32,5, 47,7, 53,8 e 62,1%.

com a referida atividade. No percentual da área ocupada com pastagens naturais e artificiais, as duas microrregiões ocupavam, respectivamente, a 14ª e a 10ª posição. Ambas as constatações permitem elucidar o porquê do baixo percentual de população rural nessas áreas, visto que, para se criar gado, emprega-se pouca mão-de-obra.

Outra explicação para a acentuada concentração da propriedade da terra remonta aos períodos colonial e imperial, época do apossamento de terras pelas elites nas bordas e ao longo do Caminho Novo, da expansão do café e das concessões de sesmarias às famílias de prestígio. Por volta de meados do setecentos, os registros de avença do dízimo da freguesia do Caminho Novo indicam que, em termos do valor pago por agricultor, aí se encontrava a produção de mantimentos com o maior grau de mercantilização por lavrador no contexto da capitania mineira. Com a crise da mineração, decerto houve uma desconcentração da produção agrária entre uma base ampliada de lavradores (Capítulo 3), mas o aumento dos produtores ao longo do caminho e, especialmente, o avanço do café e dos meios de transporte impulsionariam a ampliação da atividade agroexportadora escravocrata e de suas características basilares: acumulação de terras e escravos⁸⁰.

Em meados do século XIX, os Registros Paroquiais de Terras precocemente revelavam uma diferenciação nas estruturas fundiárias matenses. Segundo Carrara (1999a, p.24), em 1855, Santo Antônio do Paraibuna concentrava 145 proprietários, com tamanho médio, quando declarado, equivalente a uma ou duas sesmarias. Em Mar de Espanha, Cataguases e Leopoldina, os números dos proprietários eram, respectivamente, 270, 207 e 82. As cifras mencionadas contrastavam com as de Rio Pomba (1.600), Muriaé (553), Visconde do Rio Branco (504), Ponte Nova (365) e Viçosa (327).

Na freguesia de Ubá, 211 proprietários registrados, os dados paroquiais indicavam que o tamanho médio dos imóveis girava em torno dos 37 alqueires (179,1 hectares). Aqueles com mais de 100 alqueires (484 hectares), 9% do total, ocupavam 46% da área declarada. O quadro de Leopoldina era diverso: a dimensão média das propriedades equivalia a 220 alqueires (1.064,8 hectares) e aquelas com mais de 100 alqueires, 33% do total, detinham 88,5% da superfície

⁸⁰ Para consulta dos dízimos da freguesia do Caminho Novo, ver a referência completa na bibliografia.

registrada (CARRARA, 1999a, p.25). Em Santo Antônio do Paraibuna (incluído o distrito de Simão Pereira), Andrade (1997, p.24) observou que a dimensão média dos imóveis se situava por volta dos 334 alqueires (1.616,6 hectares). Os proprietários com mais de 200 alqueires (968 hectares), 25% do total, dominavam 93% da área assinalada⁸¹. Em Nossa Senhora da Glória (Itamuri, atual distrito de Muriaé) e São Paulo do Muriaé (hoje Muriaé), a mesma categoria, representando 26% dos proprietários, ocupava 82% da superfície declarada⁸².

A explicação para as raízes da concentração fundiária na microrregião de Ponte Nova também pode ser buscada na sua formação territorial. No baixo vale do rio Piranga, o arraial de São Sebastião e Almas (Ponte Nova) teve sua expansão advinda da instalação de grandes fazendas que exploravam uma das primeiras culturas mercantis, de grande expressão, instalada na Mata: a cana-de-açúcar. Nas primeiras décadas do século XIX, o referido distrito e o de Paulo Moreira (atual município de Alvinópolis, na mesorregião metropolitana) detinham 42,5% dos engenhos marianenses, conforme apontou Andrade (1998, p.124).

Se o processo de concentração fundiária na Mata é dominante em municípios das microrregiões de Juiz de Fora, Cataguases e Ponte Nova, o da fragmentação da terra se destaca nas microrregiões de Viçosa, Manhuaçu, Muriaé e Ubá. Estas possuem como característica central o predomínio do minifúndio (área inferior a 20 hectares) e do pequeno estabelecimento (dimensão entre 20 e 100 hectares).

O percentual dos minifúndios e pequenos estabelecimentos sobre o conjunto total dos imóveis rurais e a porcentagem da sua área ocupada sobre a superfície dos municípios da Zona da Mata estão apresentados, respectivamente, nas Figuras 8 e 9. Segundo o *Censo Agropecuário* de 1995/96, as microrregiões de Manhuaçu, Muriaé, Ubá e Viçosa, com destaque para a última, exibiram em 68 municípios, 81% do total, mais de 90% dos estabelecimentos classificados como minifúndios ou pequenos, ou seja, com área inferior a 100 hectares. Evidência que sinaliza a grande importância dos imóveis rurais citados.

⁸¹ As grandes propriedades em Juiz de Fora entre 1850 e 1888, a partir da análise de inventários *post-mortem*, possuíam, em média, 236 alqueires (1.142,2 hectares), 237.714 pés de café e 100 escravos (ANDRADE, 1997, p.24).

⁸² Em Nossa Senhora da Glória e São Paulo do Muriaé, embora as grandes extensões das unidades produtivas fossem semelhantes às da vila de Santo Antônio do Paraibuna, a cafeicultura e a posse de escravos tinham um perfil menos concentrado, pois os plantéis não ultrapassavam a média de 23 cativos e os cafezais atingiam pouco mais de 21.000 pés (ANDRADE, 1997, p.25).

Figura 8 - Porcentagem dos Minifúndios e Pequenos Estabelecimentos Sobre o Total dos Imóveis Rurais nos Municípios da Zona da Mata em 1995/96

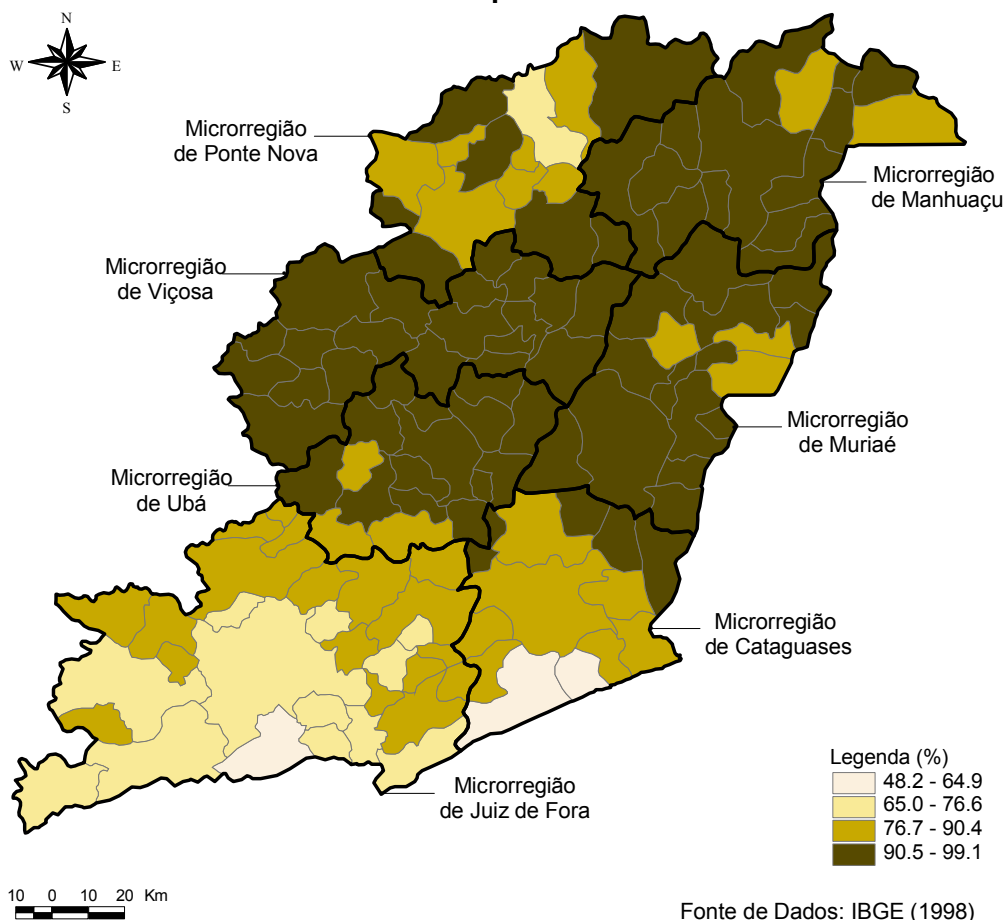
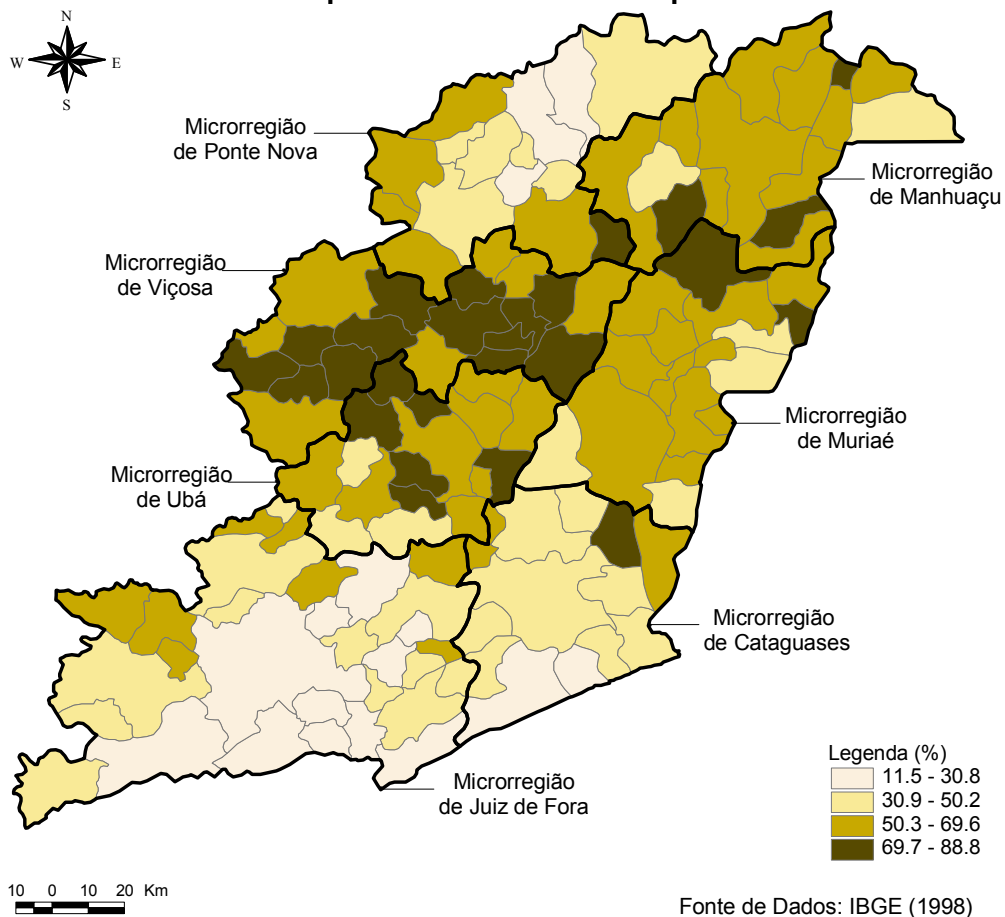


Figura 9 - Porcentagem da Área Ocupada pelos Minifúndios e Pequenos Estabelecimentos Sobre a Superfície Total nos Municípios da Mata em 1995/96



Até mesmo na microrregião de Ponte Nova, distinguida pela concentração fundiária elevada, sete municípios dispunham de grande representatividade dos estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, dentre os quais o de Sericita, onde os minifúndios e pequenos imóveis chegaram a representar 99% do montante total.

A supremacia maciça dos minifúndios e pequenos estabelecimentos no conjunto geral dos imóveis não encontra correspondência com a proeminência sobre a área ocupada em alguns municípios. Tal equivalência é vital para a manutenção e reprodução dos minifúndios em especial, em vista de suas dimensões reduzidas. Nas microrregiões de Viçosa, Manhuaçu, Muriaé e Ubá, 60 municípios ou 87% do total, possuíam mais de 50% do seu espaço ocupado pelos minifúndios e pequenos estabelecimentos. Se neste cálculo acrescentarmos os da microrregião de Ponte Nova, o número se elevava para 67 ou 80% do total. Nesta microrregião, todavia, os imóveis em questão, significativos na composição da soma geral, estão a reboque das médias e grandes propriedades que monopolizam a maioria da área⁸³.

Nas microrregiões de Juiz de Fora e Cataguases, os minifúndios e pequenos estabelecimentos também compõem parcela expressiva do conjunto dos imóveis rurais. Excluído o município de Belmiro Braga, em todos os outros, os estabelecimentos mencionados superavam, em número, os imóveis classificados como médios e grandes. Apesar da sua representatividade no conjunto total, dispõem de extensões reduzidas. Na microrregião de Juiz de Fora, apenas em oito municípios (26% do total) os minifúndios e pequenos estabelecimentos ocupavam mais de metade da área municipal (com valores modestos, entre 51,7 e 61,4%). Na microrregião de Cataguases, era somente em cinco municípios (36% do total), com valores também próximos à metade (afora no município de Laranjal). De forma semelhante à microrregião de Ponte Nova, a elevada concentração da terra oferece uma explicação para a ocupação de áreas inexpressivas pelos imóveis rurais pequenos.

⁸³ Em Rio Casca, São Pedro dos Ferros e Uruçânia, por exemplo, os minifúndios e pequenos estabelecimentos representavam, respectivamente, 76,2, 84,4 e 89,6% do conjunto dos imóveis rurais, mas detinham somente 18,5, 24,7 e 25,3% da área municipal. A situação da microrregião é menos desigual em Sericita, onde os estabelecimentos com dimensão inferior a 100 hectares dominavam 83% da área municipal, e em Acaiaca, Barra Longa, Dom Silvério, Guaraciaba e Jequeri, onde eles ocupavam entre 51,3 a 60,2% do espaço.

A participação dos minifúndios (dimensão inferior a 20 hectares) na composição dos imóveis rurais e, especialmente, na área ocupada revela um quadro de fragmentação acentuada deste tipo de propriedade. Em termos de representatividade no conjunto dos estabelecimentos totais, eles predominam em municípios das microrregiões de Viçosa, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova e Ubá, com destaque para as duas primeiras. Nas cinco microrregiões, eles compunham entre 29,6 e 86,1% do conjunto total dos imóveis rurais, mas detinham apenas entre 3,2 e 40% das áreas municipais. Este quadro sinaliza uma situação precária para os minifúndios, pois a exigüidade da sua área ocupada é um entrave às possibilidades, já ínfimas, de crescimento da sua atividade agropecuária⁸⁴.

Quais seriam as explicações para a acentuada pulverização de pequenos estabelecimentos fundiários nos municípios das microrregiões de Viçosa, Manhuaçu, Muriaé e Ponte Nova em especial? A elevada ruralização da população nos municípios componentes das microrregiões citadas oferece uma justificativa, haja vista que a maioria dos municípios exibe baixas taxas de urbanização de sua população. Contudo, o esclarecimento da atomização fundiária pode estar, especialmente, na gênese da estrutura agrária regional. Geralmente, a formação da pequena propriedade aparece na literatura como relacionada à ascensão social dos imigrantes. Mas, sabe-se que em Minas Gerais, a questão da organização do trabalho livre esteve voltada muito mais para uma política de colonização, via atração da população livre, do que propriamente de trabalhadores estrangeiros⁸⁵.

A elucidação da formação da pequena propriedade remonta ao período colonial. Neste contexto, a freguesia de Guarapiranga compreendia parte

⁸⁴ Desagregando a categoria minifúndios e considerando somente os imóveis rurais com dimensão inferior a 5 hectares, apesar de expressivos no conjunto total, a sua área ocupada é praticamente ínfima. Os exemplos são vários. No município de Barão de Monte Alto, eles eram 321 imóveis rurais (52,5% do total), com média de 1,44 hectares, e detinham apenas 2,62% da área. Em Presidente Bernardes, eram 320 estabelecimentos (44,7% do total), com média de 1,74 hectares, e ocupavam 4,20% da área. Em Porto Firme, eram 736 imóveis rurais (54,6% do total), com média de 1,88 hectares, e compreendiam 8,08% do espaço total municipal. Em Visconde do Rio Branco, eram 323 estabelecimentos (42,6% do total), com média de 1,96 hectares, e ocupavam 4,83% da área. No município de Eugenópolis, eram 609 imóveis rurais (49,4% do total), com média de 1,98 hectares, e correspondiam a 5,23% da área.

⁸⁵ As transcrições a seguir corroboram nossa afirmação. Em 1873, o Presidente da Província de Minas, Venâncio José de Oliveira Lisboa, relatou ser “mais acertado que procurássemos chamar ao trabalho os [trabalhadores] nacionais (RELATÓRIO, 1873, p.19)”. Em outro fragmento, escrito 15 anos depois, a opção adotada por Minas está clara no pronunciamento de Luiz Eugênio Horta Barbosa, Presidente da Província: “mandastes, é certo, fundar núcleos coloniais [...], mas compreendi bem que o vosso pensamento não foi de certo fazer deste sistema o principal da imigração (RELATÓRIO, 1988, p.60)”.

expressiva do Centro-Oeste da atual Zona da Mata. Desde as primeiras décadas do século XVIII e, principalmente, a partir de 1750, para o qual se dispõe de dados, a proximidade geográfica dessa freguesia com a região das minas promoveu o surgimento e o predomínio de uma agropecuária voltada para o consumo e/ou para o abastecimento interno (prioritariamente familiar e, ocasionalmente, mercantil) (Capítulo 3). Em função da crise da atividade mineradora, tais características foram *intensificadas* na segunda metade do século XVIII com o deslocamento, em escala cada vez maior, da população dos distritos mineradores para as áreas de fronteira, cuja abundância de matos virgens assumiu importância estrutural naquele sistema agrário. Os valores incipientes pagos de dízimo pela grande maioria dos lavradores avançados indicam a preponderância de uma formação social camponesa⁸⁶.

Na primeira metade do século XIX, a própria expansão do café na freguesia e entorno, notável nos registros do dízimo, pode ter contribuído para a monopolização da terra. No entanto, esta atividade não teve amplo desenvolvimento como em municípios do sul da região a partir de 1850. Por isso, talvez o fator mais relevante esteja no esgotamento das áreas não apropriadas, o qual atuou como entrave à expansão da formação social camponesa, desencadeando a fragmentação do solo. Na segunda metade do oitocentos, vários agricultores passaram a se inserir em sistemas de trabalho como arrendamento, parceria ou como empregados temporários, conforme relatou Lanna (1988, p.74).

No contexto atual do espaço agrário regional, o predomínio do minifúndio não é casual. Há três séculos atrás, a abundância de terras devolutas foi a característica central da área. Hoje, a situação é inversa, pois o minifúndio é sinônimo de imóvel rural com área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar e incompatível com o pleno emprego da força de trabalho doméstica, portanto, insuficiente para garantir a subsistência e o bem estar sócio-econômico no campo. Sujeito ao comportamento demográfico da população, apesar da redução expressiva da fecundidade da Zona da Mata na última década, o quadro

⁸⁶ Entre 1674 e 1807, segundo Carrara (2007, p.57), dois modos de produção distintos se organizaram na Capitania de Minas Gerais. O primeiro era o escravista e abrangia o setor da mineração, da agricultura e da pecuária para abastecimento dos núcleos urbanos. O segundo era o camponês e estava voltado prioritariamente para o consumo familiar por meio da agricultura e da pecuária. Este teve grande expressão na freguesia de Piranga, conforme atestam os registros do dízimo.

ainda sinaliza para a proliferação da propriedade excessivamente pequena, pois nas microrregiões de Viçosa, Ponte Nova e Manhuaçu, as taxas de moradores por domicílio rural ainda são elevadas, próximas às das microrregiões mineiras com os maiores percentuais⁸⁷.

À multiplicação de minúsculos estabelecimentos, desenvolve-se a reaglutinação e o refortalecimento da grande propriedade. Não obstante, o lavrador com pouca terra ainda resiste, pois parte de seu tempo ele desempenha trabalhos acessórios, como arrendatário ou parceiro em outro estabelecimento rural, ou se ocupa em atividades não-agrícolas. O predomínio do minifúndio em escala crescente ainda surge como um obstáculo à introdução de novas técnicas na agricultura, visto que o tamanho das propriedades torna-se incompatível com a rentabilidade do trabalho mecanizado.

No processo de desenvolvimento rural, a fragmentação da propriedade pode ser um fator mais importante para explicação da pobreza em algumas áreas do que, propriamente, o discurso das tradições sociais as quais estão apegados os agricultores. Logo, a superação da estagnação regional da Mata também passa, indispensavelmente, pela resolução da acentuada atomização do pequeno estabelecimento fundiário, condição essencial para a construção de uma agropecuária familiar em bases competitivas. Neste sentido, determinados tipos de investimentos que privilegiam, tão somente, universos muito restritos, como é o caso do Aeroporto Regional no sul da Mata, infelizmente produzirão resultados ínfimos.

Finalmente, esperamos ter mostrado, a partir de análises das estruturas sócio-econômica e agrária, que a Zona da Mata não possui forte homogeneidade. A comunidade regional carece de projetos que contemplem esta sua característica fundamental. Assim sendo, é preciso ter cuidado ao elaborar planos de intervenção que se apoiem nos discursos defensores da forte identidade interna. Como se observará nos dois capítulos seguintes, a própria *formação do espaço regional*, desde o período colonial, ocorreu de forma distinta. Nela, deve ser buscada a maioria das explicações para as diferenças atuais encontradas no interior da região.

⁸⁷ A concentração fundiária é também um fator explicativo para a fragmentação dos minifúndios. Não é, portanto, mera coincidência que nos municípios da microrregião de Juiz de Fora, portadora da pior distribuição de terras na região, ocorram números expressivos de estabelecimentos com valores muito exíguos de área média.

II. INCURSÕES TERRITORIAIS DAS FRENTES PIONEIRAS EM UMA ZONA DE FRONTEIRA

1. As Concessões de Sesmarias

A legislação das sesmarias brasileiras possui sua origem na idade média ibérica. Em Portugal, o êxodo rural e o crescimento das atividades e da população das cidades impulsionaram as concessões que surgiram para garantir a consolidação territorial do país, conter o abandono dos campos, inclusive os já lavrados e aproveitados, assegurar a produtividade da agricultura decadente e regular a mão-de-obra rural (ALVEAL, 2002, p.17-74). O Estado possuía domínio eminente sobre todo o território, com poderes inclusive de expropriação do sesmeiro, caso este não cumprisse a obrigatoriedade do cultivo no tempo predeterminado, estratégia utilizada para garantir o uso produtivo da terra e o sucesso do povoamento.

Na transposição do sistema sesmarial para o Brasil, Portugal se deparou com diferenças marcantes no espaço geográfico da colônia, como a sua vasta dimensão territorial e a “aparente” rarefação demográfica. Para garantir os objetivos da colonização, o caráter vitalício das sesmarias portuguesas foi aqui substituído pelo perpétuo, a fim de incentivar o povoamento de uma terra tão distante e habitada por povos “hostis”. Em Portugal, procurou-se combater a “incultura”, resultado do descaso dos senhorios que não trabalhavam a terra, nem deixavam que outros a cultivassem. No Brasil, as causas da implantação da lei foram a “carência de braços e a falta de população (PORTO, 1965, p.52)”. A Coroa jamais se preocupou em distribuir terras nas mãos da população em geral, pois havia a necessidade de viabilizar a formação de mão-de-obra para garantir o funcionamento do empreendimento colonial, uma concepção apoiada nos postulados de Wakefield⁸⁸.

⁸⁸ Os princípios da “colonização sistemática” de Wakefield se baseavam no fato de que o funcionamento das engrenagens da produção dependia de reservas de braços. Caso as terras estivessem ao alcance das populações pobres, homens e mulheres mais capazes se transformariam em produtores independentes, em vez de se engajarem como trabalhadores nas propriedades dos latifundiários. Como na colônia predominavam abundância de terras férteis e disponíveis e população esparsa, o sistema de trabalho, segundo Boserup (1987, p.81-88), seria a escravidão.

A exigência de se cultivar as terras era condição intrínseca ao próprio instituto sesmeiro, conforme as Ordens Régias lançadas⁸⁹. O direito de propriedade poderia, então, ser quebrado com a reversão da gleba ao patrimônio público caso a mesma não fosse utilizada. Mas, os regimentos apenas vieram minorar, nas palavras de Guimarães (1968, p.53), “os insistentes abusos e as repetidas demandas nas quais levavam a melhor os senhores mais poderosos”, retardando a marcha da colonização. A improdutividade e os abusos dos senhores causavam prejuízo na arrecadação da Real Fazenda, pois o pagamento do dízimo pelos sesmeiros à Ordem de Cristo era imposição adicional à obrigatoriedade do cultivo nas concessões.

Na petição de sesmarias, os colonos afirmavam ter famílias a sustentar, posses o bastante como roças, escravos, engenhos, gado *vacum* e cavalariças, serviços prestados à Sua Majestade etc⁹⁰. Essas alegações demonstram que o uso ou o cultivo da terra fizeram da sesmaria um instrumento para assegurar posses lançadas. Em geral, os colonos primeiro se apropriavam das terras, faziam suas lavouras e, com posses e cultivos, dois atributos importantíssimos nas concessões, conseguiam a gleba. Por isso, Cardoso (1979, p.118) salientou que o estabelecimento fundiário no Brasil “sempre funcionou como propriedade privada [...] do ponto de vista econômico”. No caso de Minas Gerais, desde os primórdios da sua formação territorial, a propriedade já nasceu privada e foi reprodutora de renda devido a um mercado de compra e venda de terras, comercializadas sem a titulação regular⁹¹.

⁸⁹ Em 22 de outubro de 1698, Ordem Régia determinava prazo máximo de dois anos para cultivo, povoação e demarcação de terras. Em 3 de outubro de 1727, o prazo era reduzido para dentro de um ano e oito meses, enquanto em 12 de junho de 1728, para dez meses da data de concessão, conforme expôs Carrara (1999b, p.20). O conceito do uso agrícola foi reafirmado no Alvará de 5 de janeiro de 1785, reproduzido em Novais (1966, p.165-166), que declarou a cultura como a “essencialíssima condição” nas outorgas de sesmarias.

⁹⁰ Ver, por exemplo, em Vasconcelos (1948, p.290-291), a carta de sesmaria concedida por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, ao coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, em 1711.

⁹¹ Exemplo evidente desse processo possui a carta de concessão de sesmaria a Antônio Rabelo Lobo na paragem do córrego de Santo Antônio, afluente do rio Xopotó, proximidades do atual distrito de Alto Rio Doce. Em 1745, o governador Gomes Freire de Andrade despachou a sesmaria com o seguinte teor. “Faço a saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que tendo respeito em representar por sua petição Antônio Rabelo Lobo que *ele comprara uma roça* a Antônio de Torres, o qual arrematara em praça cita no corgo de Santo Antônio, Matos do Xopotó, Comarca de Vila do Carmo, hoje cidade de Mariana e *porque a queria de sesmaria para evitar contendas* (Grifos Nossos) (APM, SC, Códice 80, Fl. 194v)”. Ressalte-se ainda que, à época, a localidade citada se encontrava numa zona de fronteira aberta.

Os títulos de sesmarias, geralmente, se dirigiam aos “homens bons”, de “qualidades” ou de “posses”, merecedores do *status* de senhores de terra. Quando se tratavam dos grandes interesses da exploração colonial, Guimarães (1968, p.41) apontou que os homens de posses eram mais preferidos, em função da sua disponibilidade de cabedais para levar a cabo o negócio. No trecho a seguir, Saint-Hilaire (1974b, p.23-24), no início do século XIX, criticou o tamanho excessivo das glebas concedidas, a burocracia para se conseguí-las, as artimanhas usadas pelos homens mais influentes para pleitear as cartas e burlar os regimentos que combatiam a improdutividade e a grilagem de terras.

[No Brasil] retalhou-se o solo pelo sistema das sesmarias, concessões que só se podiam obter depois de muitas formalidades e a propósito das quais era necessário pagar o título expedido. O rico, conhecedor do andamento dos negócios, tinha protetores e podia fazer bons favores; pedia-as para cada membro de sua família e assim alcançava imensas extensões de terras. Alguns indivíduos faziam dos pedidos de sesmarias verdadeira especulação. Começavam um arroteamento do terreno concedido, plantavam um pouco, construíam uma casinhola, vendiam em seguida a sesmaria e obtinha outra. O Rei dava terras sem conta nem medida aos homens a quem imaginava dever serviços [...] Os pobres, que não podem ter títulos, estabelecem-se nos terrenos que sabem não ter dono. Plantam, constroem pequenas casas, criam galinhas e quando menos esperam aparece-lhes um homem rico, com o título que recebeu na véspera, expulsa-os e aproveita o fruto de seu trabalho (SAINT-HILAIRE, 1974b, p.23-24).

As leis implantadas com o propósito de regulamentar o tamanho das concessões de terras foram muito genéricas quanto à dimensão que um sesmeiro poderia torná-la produtiva. Quando não especificaram, deixaram margem à formação de latifúndios. Nas outorgas de enormes extensões de terras estava o interesse da Coroa em alargar um sistema de produção colonial baseado no caráter latifundiário, extensivo, monocultor e escravista que, num primeiro momento, combinado ao cultivo de cana-de-açúcar, gerava vantagens comerciais para a Metrópole⁹².

⁹² As concessões no Nordeste do país abrangiam, em geral, uma faixa territorial maior do que as do Centro-Sul. Por exemplo, Garcia d' Ávila e seus parentes possuíam terras da Bahia até o Piauí, numa extensão de 200 léguas (FREIRE, 1906 *apud* GUIMARÃES, 1968, p.51). A diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul no âmbito da concentração fundiária pode ser explicada pelas duas fases distintas da legislação relativa à outorga de sesmaria no Brasil. Silva (1990) *apud* Erthal (2000, p.60) relatou que até o final do século XVII, as exigências relativas às doações de sesmarias

Em 1855, o Relatório do Presidente de Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, apontou o quanto era desigual a distribuição das terras no período colonial, pois chegou-se a conceder sesmarias desde o máximo de 48 léguas quadradas até o mínimo de 50 braças, sem contar aquelas cujo registro de outorga não mencionou o tamanho (RELATÓRIO, 1855, p.39-40)⁹³. O sargento mor Gabriel Fernandes Aleixo, por exemplo, recebeu cinco sesmarias entre 1735 e 1750 no vale do rio Piranga⁹⁴. Manoel de Carvalho ganhou sete sesmarias no vale do rio Doce entre 1746 e 1754 (RIBEIRO FILHO, 2006, p.122). O comendador Manuel José Monteiro de Barros, no vale do rio Paraíba do Sul, obteve a concessão de quatorze sesmarias (CARRARA, 1999a, p.20)⁹⁵.

Os latifundiários criaram estratégias para ludibriar o instrumento impositivo do cultivo. Subdividiam os seus domínios em parcelas, entregando-as aos roceiros, agregados, posseiros etc, garantindo não somente a validação da sua propriedade pelo uso produtivo da gleba, mas também a apropriação da renda agrária. Na Carta Régia de 20 de outubro de 1753, citada em Guimarães (1968, p.73), a Coroa se queixava dos prejuízos à Real Fazenda e impôs a condição para “não serem dadas as sesmarias senão para sesmeiros que as cultivassem, não para repartirem e darem a outros que a conquistem, roteiem e entrem a fabricar”.

A grande extensão de sesmarias improdutivas e o desejo de minimização do custo de reprodução da mão-de-obra cativa em especial estimularam os sesmeiros a emprestarem pequenas extensões de terras aos seus escravos, prática que contribuiu para a formação de uma “brecha camponesa” no interior do sistema escravista, conforme salientou Lepkowski (1968) *apud* Cardoso (1979, p.133). Saint-Hilaire (1975a, p.53), ao passar pelas proximidades da habitação de

foram regidas pelas Ordenações do Reino: Afonsinas (1446), Manuelinas (1511-12) e Filipinas (1603). O sistema econômico, pautado na economia açucareira, demandava grandes extensões de terras e os instrumentos normativos nas doações eram muito genéricos e vagos. A partir do século XVIII, surgiram várias normas reguladoras por meio de decretos, preceitos, forais, estatutos, resoluções, cartas patentes, cartas do Rei etc devido à dificuldade financeira do Reino, mas, principalmente, ao aumento populacional e à descoberta de ouro e pedras preciosas na colônia.

⁹³ Uma braça equivalia a 10 palmos ou 2,2 metros, enquanto uma légua a 6,6 quilômetros.

⁹⁴ RAPM, v.37, 1988, p.28.

⁹⁵ Da distribuição desigual de terras e datas minerais, muitos sesmeiros construíram enormes fortunas. É o caso do mestre de campo Matias Barbosa da Silva. Em seu testamento de 1742, teria deixado, além de ouro em barra, em pó e lavrado, muitas jóias, quatro sítios e duas sesmarias na picada de Goiás, três fazendas ao longo do rio Gualaxo, numa das quais possuía mais de 200 escravos, terras minerais no rio Guarapiranga (atual Piranga), casas em Ouro Preto, Antônio Dias (várias) e no Rio de Janeiro (BARBOSA, 1995, p.44 e 199).

Juiz de Fora em 1816, se deparou com uma choça de um negro cativo. Este lhe confirmou a prática de alguns senhores em conceder o domingo livre aos escravos, a fim de trabalharem por conta própria. Observação semelhante foi relatada, em 1850, pelo viajante Burmeister (1952, p.135).

As medições e demarcações judiciais das terras doadas, impostas nos regimentos para a validação da sesmaria, raramente foram efetuadas. Numa colônia com povoados dispersos pelo interior remoto, ignoraram-se as possibilidades da grande margem de corrupções: interesses de particulares se sobrepueram como meio oportuno de ascensão social e enriquecimento. O “tipo de colono europeu” que se estabeleceu no Brasil não era o trabalhador, mas o explorador, “empresário de um grande negócio”. O poder de alguns, advindo do domínio de amplas extensões de terras, se teceu no ato de falsearem títulos de propriedade⁹⁶.

A legislação agrária não vedava a incorporação de outros domínios: caso o possuidor quisesse ter mais terras, poderia adquiri-las por compras ou por heranças (ALVEAL, 2002, p.104). Apesar de ser vetada a distribuição de mais de uma sesmaria à mesma pessoa, tal imposição não foi cumprida, seja pela sobreposição dos interesses particulares de funcionários da administração colonial, pela não observância e aplicação da prescrição e/ou pelo fato dos sesmeiros ignorarem a demarcação da terra. A maleabilidade na legislação, além de estimular a petição e a confirmação de várias sesmarias, permitiu que os colonos incorporassem às suas terras pessoalmente destinadas, aquelas distribuídas a seus familiares diretos⁹⁷.

A adoção de marcos referenciais gerais e, às vezes, sem perenidade nas outorgas de sesmarias abriu margem à ampliação de ilegalidades. Ferreira (1979) *apud* Abreu (1997, p.224) relatou que as concessões em quadra, “como se o solo onde se as devia demarcar fosse uma superfície regular, plana, horizontal, desativada de acidentes geográficos”, causou dificuldades na delimitação precisa

⁹⁶ As expressões destacadas são de Prado Júnior (1977, p.120) e se referem aos que vieram dirigir a grande exploração rural no Brasil.

⁹⁷ No vale do Paraíba mineiro, Francisco Leite Ribeiro explicava, no seu testamento, a origem das suas dezessete sesmarias que obteve entre 1817 e 1818: “tenho algumas sesmarias em nome de meus filhos, digo, de alguns, mas só me servi de seus nomes e o fiz a benefício de todos (RIBEIRO, 1955 *apud* CARRARA, 1999a, p.21)”. O Comendador Manuel José Monteiro de Barros, da mesma região, também acumulou um grande número de sesmarias para si (14) e para os seus filhos e parentes (10). Isto teria sido normal, se ele não tivesse pedido uma sesmaria para uma filha que ainda não havia nascido (REZENDE, 1988 *apud* REZENDE, 2005, p.15).

das terras e sobreposições de domínios. Instrumentos legais foram criados para combater os litígios. Por exemplo, a Ordem Régia de 1725 exigia que antes da delimitação das terras, deveriam ser notificados os vizinhos e moradores que estivessem nas bordas da sesmaria para, caso contrário, alegarem prejuízo e embargarem a demarcação judicial. Porém, a garantia da estabilidade da posse da terra residia na violência e nas artimanhas dos grandes sesmeiros⁹⁸ ou na ausência de um novo pretendente a requerer as mesmas terras.

Na Capitania de Minas Gerais, os litígios entre os sesmeiros, decorridos do lançamento de posses e da grilagem de terras, foram agravados pelo surgimento precoce de um mercado de compra e venda de estabelecimentos rurais nas minas e entorno, advindo da circulação de moeda interna (ouro em pó). Além disso, as terras devolutas, especialmente as localizadas nas proximidades dos distritos mineradores, se tornaram importantes para a reprodução de um sistema econômico colonial extensivo. Ao lado de terras desbravadas, havia uma necessidade estrutural de matos virgens, os quais se encontravam cada vez mais distantes dos povoados e próximos às áreas habitadas pelos indígenas⁹⁹.

As concessões de sesmarias na Capitania de Minas Gerais iniciaram-se no curso do século XVIII, especialmente, a partir de 1710, quando Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho assumiu o governo da então criada Capitania de São Paulo e Minas do Ouro¹⁰⁰. Desmembrada da do Rio de Janeiro, a nova Capitania foi instituída pela Carta Régia de 9 de novembro de 1709: uma consequência direta da intervenção da Coroa para conter o levante nas Minas que ocorreu entre reinóis e paulistas, no qual os segundos foram expulsos das terras pelos chamados *emboabas*¹⁰¹.

⁹⁸ Os falsários se utilizavam de várias estratégias para forjar a posse pelo usufruto. Segundo Monbeig (1984, 145), eles buscavam folhas de papel timbrado com as armas imperiais, imitavam escritas fora de uso, colavam selos velhos, amarelavam os documentos e arrancavam páginas dos registros dos tabeliães. Implantavam cafeeiros envelhecidos nas clareiras das florestas e transportavam partes destacadas de casas velhas, tudo para simular uma ocupação antiga do solo. Nos litígios entre os adversários compravam juizes de direito e agrimensores. Se todas essas artimanhas não funcionassem, o assassinato era uma outra solução.

⁹⁹ Em 1816, Saint-Hilaire (1975a, p.90) relatou que “todo o sistema de agricultura brasileira” era baseado na “destruição das florestas” e onde não havia matas não existia lavoura.

¹⁰⁰ Após a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, o Governador empossado, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, fundou as primeiras vilas, dando início ao processo de controle administrativo da região. Em 1720, logo após a Revolta de Vila Rica, é instituída a Capitania das Minas Gerais (MATOS, 1968, p.306; BARBOSA, 1995, p.204).

¹⁰¹ O termo *emboaba* qualificava os portugueses recém chegados e pessoas procedentes do interior da Bahia, de Pernambuco e de outras regiões do Brasil que se aventuraram para as Minas e se apropriaram das lavras descobertas pelos paulistas (BOXER, 1963, p.72). Estes se

Com base no Relatório do Presidente de Província de Minas de 1855, a Tabela 2 apresenta um levantamento das sesmarias concedidas em Minas Gerais no período entre 1710 e 1832. Observam-se 6.642 sesmarias outorgadas pelos governadores, num total de 4.252 léguas quadradas.

Tabela 2 – Total de Sesmarias Concedidas (Léguas Quadradas) pelos Governadores das Capitanias de São Paulo e Minas do Ouro (1710-1720) e das Minas Gerais (1720-1832)

Governador	Período ^a	Total ^b	Dimensão
1. D. Antônio de Albuquerque C. de Carvalho	1710-1711	120	106
2. D. Brás Baltasar da Silveira	1713-1717	68	131
3. D. Pedro Miguel de Almeida Portugal	1717-1721	75	160
4. D. Lourenço de Almeida	1721-1732	140	353 ½
5. D. André de Melo e Castro	1732-1735	24	17 ½
6. Gomes Freire de Andrade	1735-1763	2.350	1.831
7. Luís Diogo Lobo da Silva	1763-1768	402	220
8. José Luís de M. A. C. Branco e Noronha	1768-1773	443	187 ½
9. D. Antônio Carlos Furtado de Mendonça	1773-1774	128	32
10. D. Antônio de Noronha	1775-1780	113	23 ¾
11. D. Rodrigo José de Menezes	1780-1783	77	27 ½
12. Luís da Cunha Menezes	1783-1788	214	84 ¼
13. Luís Antônio Furtado de Mendonça	1788-1797	344	144
14. Bernardo José de Lorena	1797-1803	896	451
15. D. Pedro Xavier de Ataíde e Melo	1803-1809	42	15 ½
16. D. Francisco de Assis Mascarenhas	1810-1814	91	22 ¾
17. D. Manuel de Portugal e Castro	1814-1821	715	342 ¾
Governo Provisório	1821-1822	22	7 ½
Governo Provincial ^c	1822-1832	378	94 ½
Total		6.642	4252 ^d
Média/Ano		54	35

Observações:

^a Na maior parte dos anos, as concessões compreenderam até seus meados, conforme período de regência dos governadores. ^b Inclui as sesmarias outorgadas nos governos interinos (6º, 7º, 10º e 15º). Porém, não estão contabilizadas as despachadas por D. Rodrigo José de Menezes no rio do Peixe e na serra dos Arrepiados, ambas nos sertões do leste. ^c Todas as sesmarias distribuídas neste período foram para as margens do Rio Doce. ^d No relatório, o Presidente apresenta a soma de 4.257 léguas.

Fonte: Adaptado do RELATÓRIO que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na 2ª Sessão Ordinária da 10.ª Legislatura, em 25 de Março de 1855, o Presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1855. p. 39-40.

inclinavam a ver a região das minas como sua propriedade. Em carta de 06 de setembro de 1710, os Oficiais da Câmara de São Paulo queixavam-se ao Governador que “estando os paulistas senhores de várias terras nos sertões das minas, por haverem povoado e cultivado”, foram expulsos pelos “forasteiros” que as tomaram “por sesmaria, logrando o trabalho daqueles sem outro título, que o de povoadores”. Pediam a restituição das terras, a concessão de cartas de datas de sesmarias e a invalidação das que haviam sido dadas aos “intrusos” (CARRARA, 1999b, p.23).

Numa proporção média anual, em termos do total outorgado e da dimensão, os maiores valores se concentraram:

a) no governo de D. Antônio de Albuquerque C. de Carvalho (1710-1711), com 60 sesmarias e 53 léguas, que reflete o momento inicial de corrida e lançamento de posses na região das minas. Nos primeiros tempos da mineração, não foram raras as situações de fome. Por isso, era preciso colonizar as bordas das estradas, garantir o fornecimento de produtos alimentícios aos núcleos urbanos nascentes e conter a prática de atravessadores, não obstante o predomínio do sistema de apossamento da terra. Frente à concentração da atividade mineradora, a agropecuária também se tornou a única alternativa para a maioria dos grupos excluídos da sociedade do ouro;

b) nos governos de Gomes Freire de Andrade (1735-1763), Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768) e José Luís de M. A. C. Branco e Noronha (1768-1773), respectivamente, com 81 sesmarias e 63 léguas, 67 sesmarias e 37 léguas e 74 sesmarias e 31 léguas. No primeiro, se insere a última grande expansão da atividade mineradora, com a descoberta das minas de Paracatu, enquanto nos dois últimos se concentram, em função da redução da exploração aurífera, algumas das políticas de incentivo às novas descobertas minerais e a desconcentração da atividade agropastoril entre uma base ampliada de lavradores cuja consequência foi a maior diversificação setorial da economia mineira;

c) e nos governos de Bernardo José de Lorena (1797-1803) e D. Manuel de Portugal e Castro (1814-1821), períodos com proporções mais expressivas, respectivamente, com 149 sesmarias e 75 léguas e 89 sesmarias e 43 léguas concedidas, cuja explicação reside na imposição de um novo tipo de dinamismo econômico, comandado pela expansão e consolidação da fronteira agropecuária.

O sistema de sesmarias vigorou no Brasil até 1822 (em Minas Gerais, até 1832) quando, nas palavras de Guimarães (1968, p.59), reconheceu-se “uma situação insuportável” cujo desdobramento, qual seja, “a ocupação, em escala cada vez maior, das terras não cultivadas ou devolutas” por grandes contingentes da população rural, posseiros ou “intrusos”, como eram denominados, começou ameaçar a propriedade latifundiária. Na passagem a seguir, são relatados os problemas gerados pelas concessões, os quais teriam levado a Coroa a extinguir o instituto das sesmarias.

Das faltas de medições nasceu a maior desordem, porque ciente ou incientemente foram os posseiros entrando, e quando mais descobertas as regiões e melhor conhecidas as localidades, grandes estabelecimentos existiam já nas terras concedidas. É por essa mesma ignorância que tinha muitas vezes o posseiro [muito mais?] do que compreendia o concedido, novas concessões de sesmarias se verificaram dentro das já concedidas, e quando o tempo mostrou o erro, os estabelecimentos estavam já feitos. Desta marcha das coisas nasceram mais demandas do que se deram sesmarias no Brasil; e se excetuarmos um ou outro sesmeiro que mediu e realizou toda a terra que lhe fora dada, grande parte deixou cair as sesmarias em comisso, e o maior número contentou-se com cultivar uma parte delas [...] As demandas, pois, à proporção que a população ia crescendo e se movendo para o interior, recresceram e chegaram as coisas ao ponto que em 1822 se julgasse melhor não fazer mais concessões de terras por título de sesmaria, porque a experiência havia mostrado que produziam elas mais desordens entre os cultivadores e punham cada vez mais duvidosa a propriedade territorial (Grifos nossos) (MENEZES, 1850, p.9-11).

A posse de terras públicas, amplamente difundida no período colonial, predominou livremente até por volta de 1850, quando se reconheceu a necessidade de regularizar a estrutura fundiária do país e discernir o domínio público, constantemente invadido, do privado. Na Província de Minas, segundo Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos (1855, p.40), a superfície dos municípios existentes em 1845 era de 18.000 léguas quadradas onde predominavam as posses e os loteamentos arbitrários (8.000 ou 44,4%), as sesmarias (4.257 ou 23,7%) e as terras incultas e ocupadas pelos indígenas (3.000 ou 16,7%).

Nas condições do contexto, elevado número de posses, abundância de terras devolutas ainda não usurpadas e clima de emancipação dos escravos, tornou-se imprescindível garantir a formação de um mercado livre de força de trabalho. A promulgação da Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, e sua regulamentação pelo Decreto n.º 1.318, de 30 de janeiro de 1854, com inspiração nos postulados da “colonização sistemática” de Wakefield, viabilizou o objetivo supracitado e a implantação dos mecanismos do instituto liberal. Além de instaurar a forma de aquisição das terras de domínio público pela via exclusiva da compra (Artigo 1º), dificultando a obtenção do recurso primaz para reprodução do sistema agrário, notadamente do camponês, elevou o preço dos lotes ao determinar que eles deveriam ser vendidos em hasta pública, com pagamento à

vista (Artigo 14), fixando preços mínimos considerados superiores aos vigentes no país, segundo afirmou Guimarães (1968, p.134).

A lei de terras abriu possibilidades à regularização das áreas apossadas “mansa e pacificamente”, tanto pelos posseiros das grandes quanto das pequenas extensões territoriais. Mas, no caso dos homens pobres livres e dos escravos alforriados e emancipados, a sua condição de marginalidade social e a cobrança pelo registro da gleba dificultaram o reconhecimento dos seus domínios. O caráter ilícito das terras apossadas explica a resistência de boa parte dos fazendeiros que não registraram suas extensões, temerosos, conforme destacou Motta (1998, p.159-178), da possibilidade de gerar litígios com os confrontantes.

Os registros paroquiais de terras da década de 1850 evidenciaram o quadro desigual da estrutura agrária vigente, notado no baixo percentual de declarantes sobre o universo total da população e na participação extremamente diferenciada dos proprietários no conjunto da área declarada. Ao longo da segunda metade do século XIX, a propriedade da terra e o seu preço em ascensão impulsionariam a sujeição do trabalhador livre despossuído. Todavia, esse processo só se tornaria completo com a abolição gradual da escravidão e com a sua extinção definitiva, dado que tais fatores permitiram às instituições jurídicas e políticas, a serviço da nobreza latifundiária, forçar a sujeição de outro tipo de trabalhador: o emancipado¹⁰².

¹⁰² No final do século XIX, o francês Louis Couty relatou que o trabalho livre mostrava-se mais lucrativo do que o trabalho escravo. Em 1884, uma saca de café, pronta para ser despachada, produzida pelo cativo, custava ao fazendeiro 15\$000. A mesma saca, produzida pelo colono, custava de 7\$000 a 9\$800 (GUIMARÃES, 1968, p.145). Por isso, Martins (1996, p.32) afirmou que “num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa”.

2. Os Sertões do Leste como Área Proibida

No período colonial existiam vários sertões na Capitania de Minas Gerais. Na percepção dos moradores das vilas de São José e São João Del Rey, os sertões eram os cerrados do alto São Francisco e as picadas de Goiás. Em Borda do Campo, as escarpas da Mantiqueira. Na Comarca de Sabará, o médio São Francisco. E na de Vila Rica, as florestas do rio Doce (SOUZA, 1998 *apud* RODRIGUES, 2003, p.256).

No leste da capitania mineira, onde se insere a atual região da Zona da Mata e parte da do Vale do Rio Doce, as faixas orientais das Comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes formavam um espaço genericamente conhecido pelo título de *áreas proibidas* ou *sertão do leste*. Em termos de localização, abrangia os seguintes conjuntos com suas respectivas divisas: a oeste, próximo à região mineradora central, encontrava-se a freguesia de Guarapiranga, abarcando o vale do rio Piranga, limitada a noroeste com os territórios dos distritos de Ribeirão do Carmo e Vila Rica; ao norte, evidenciavam-se os Sertões da Casa da Casca e do Cuieté, respectivamente, nos vales dos rios Casca e Doce, cujos marcos divisórios eram dados pelas Comarcas de Sabará e do Serro Frio; o lado leste era a parte mais imprecisa, pois compreendia até os limites litigiosos na divisa entre as Capitâncias de Minas Gerais e Espírito Santo; e o sul era composto pela serra da Mantiqueira, no vale do rio Paraíba. No centro da área destacava-se o Sertão do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatos, no vale do rio Pomba¹⁰³.

O marco temporal de ocupação dos sertões do leste ou da Zona da Mata na literatura em geral tem sido a segunda metade do século XVIII e, principalmente, o início do XIX. Castro (1987, p.41, 43, 67) relatou que a área referida conservou-se em “estado absolutamente primitivo, independente e segregado”, até o fim do Dezoito. Para Mercadante (1973, p.22, 25), a Mata era desconhecida até a terceira metade do século XVIII. “Vista do litoral, pareciam-lhe impenetráveis os sertões”. Apesar da proximidade com a costa, “a ocupação não se fizera”. O fascínio exercido pelo ouro sobre as pessoas e a inexistência do

¹⁰³ No anexo encontra-se uma aproximação geral da localização da área descrita no conjunto do país em fins do século XVIII. Maiores detalhes podem ser consultados nos mapas das Comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes, confeccionados em 1778 por ROCHA, José Joaquim da. **Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

metal na área, a restrição imposta pela administração colonial à ocupação de espaços não povoados, com o intuito de combater os possíveis descaminhos do ouro, a barreira natural formada de matas impenetráveis e de tribos indígenas e a política do Reino que visava impor a especialização produtiva na extração do ouro teriam sido os motivos norteadores do povoamento tardio.

Para o geógrafo Valverde (1958, p.25), a Mata “permaneceu como terra sem história, uma área anecúmena até o limiar do século XIX”, devido a razões naturais, densa cobertura florestal e população indígena, e políticas, restrição da Coroa Portuguesa que procurou “manter virgem a floresta da Zona da Mata e do vale do rio Doce, proibindo, terminantemente, a penetração nela e a abertura de atalhos” para impedir o descaminho do ouro. Do mesmo modo, Iglésias (1972, p.374) enfatizou que no “decorso do século XVIII não foram feitas grandes incursões do litoral para o interior nem do centro mineiro para o litoral”. A Coroa teria evitado a construção de estradas com receio do descaminho do ouro. “Daí ser mantida, a leste da área explorada, enorme faixa florestal, em que se refugiou o índio que evitava o contato com o colonizador”.

Opinião semelhante é a de Blasenheim (1982, p.16-17 e 21), ao se apoiar na vegetação natural e na presença do indígena para explicar a ocupação tardia da Mata. Segundo este autor, após a descoberta do ouro no centro de Minas por volta de 1690, a Coroa se viu determinada a manter a Mata como uma “terra sem homens”. Promulgou vários decretos a fim de prevenir o contrabando nas minas de ouro, proibindo concessões de terra aos colonos nas áreas de floresta ao sul de Ouro Preto. A cobertura florestal teria impedido os esforços de expedições militares enviadas de Ouro Preto para pacificar os indígenas que habitavam a área em meados do século XVIII. Ou melhor, “a Coroa emprestou apenas suporte indiferente a estas expedições”. Os índios eram “inconscientes aliados do regime que proibiu a distribuição de sesmarias na Mata”. E suas características hostis, tanto entre as tribos rivais quanto em relação aos portugueses, fez da zona uma “área inóspita” para a colonização. A Coroa usou esta “inimizade” para sua “própria vantagem¹⁰⁴”.

¹⁰⁴ Na mesma perspectiva se insere o recente trabalho de Aguiar (2003, p.25), ao empreender importante estudo do processo de ocupação luso-brasileira do leste de Minas Gerais. De acordo com este autor: “Toda a região entre a atual Zona da Mata Mineira e a região Jequitinhonha-Mucuri-Doce, permaneceu incólume a uma ocupação promovida de forma sistemática e intensiva,

O isolamento da Mata, para a grande maioria dos autores, só foi quebrado após o declínio da mineração. Aguiar (2003, p.25) ressaltou que a partir da segunda metade do setecentos, “com o declínio das jazidas auríferas da região mineradora, levadas cada vez mais significativas de luso-brasileiros dirigiram-se para o ‘leste selvagem’”. Na opinião de Blasenheim (1982, p.17 e 23), a “exaustão das Minas” induziu a Coroa a revogar, em 1805, a necessidade de manter a muralha natural das densas matas contra os invasores e a proibição das concessões de terra. Vários decretos foram criados para subjugar e cristianizar os índios, bem como para prescrever, oficialmente, as concessões de sesmaria¹⁰⁵. Com a crise da mineração, o padrão do movimento migratório que passou a predominar em Minas foi centrífugo, ou seja, do centro para a periferia, no qual famílias proeminentes do Centro teriam retornado às margens dos caminhos para São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, as condições naturais ofereciam grandes dificuldades em função da topografia e do espesso manto florestal, e a população fixou-se no norte da província do Rio (PRADO JÚNIOR, 1977, p.75-78; CASTRO, 1980, p.29-30; BLASENHEIM, 1982, p.24).

O deslocamento dos geralistas se processava, mas “contornando as áreas proibidas” em direção ao litoral cujo desenvolvimento agrícola se intensificava devido ao “surto cafeeiro”. “Célebre ficaria no planalto de Minas a expressão: foi para a Mata do Rio (MERCADANTE, 1973, p.22 e 25)”. “Não bastou ser suspensa a interdição sobre a Zona da Mata para que ela se tornasse uma zona pioneira”, pois “faltava ainda a mola econômica, representada pelo surto cafeeiro, que iria desencadear o maior movimento pioneiro jamais realizado em terras de Minas Gerais (VALVERDE, 1958, p.27)”. A ocupação do sul da Mata proveio de Minas, mas pela província do Rio (BLASENHEIM, 1982, p.24) e teve uma direção geral para nordeste (VALVERDE, 1958, p.27)¹⁰⁶.

durante todo o período áureo da mineração [...] A região funcionava como ‘barreira verde’, para a proteção contra a realidade do contrabando e a possibilidade de uma invasão externa”.

¹⁰⁵ Friedrich E. Renger, um dos tradutores do relato de Eschwege (2002), ressaltou como nota de rodapé à página 67 que teria sido Guido Thomaz Marlière, no princípio do século dezenove, o responsável pela criação das “bases da colonização da Zona da Mata mineira”.

¹⁰⁶ Na Conceição de Valverde (1958, p.27), o movimento de expansão da fronteira do café na Zona da Mata “é mais do que gêmeo, é xifópago do que se verificou no médio Paraíba. Tem com este ligações espaciais – regiões contíguas; históricas – na mesma época: a partir da década de 1830; econômicas – o mesmo produto comercial: o café, a mesma estrutura agrária e social: o latifúndio patriarcal, aristocrata e escravocrata; demográficas e raciais – o estoque luso-brasileiro vindo do centro de Minas, superposto à camada escrava de negros africanos”.

Do “sertão inculto surgiram as grandes fazendas de café (CASTRO, 1987, p.41, 43 e 67)”. E, a promessa de novos impostos gerados pela exportação desta cultura estimulava a abertura da área pela Coroa (BLASENHEIM, 1982, p.17). Apesar da introdução de outras atividades econômicas como a criação de gado, a agricultura de cereais, a plantação de cana, de fumo e de algodão no início do século XIX, visando “quebrar o isolamento das terras centrais” e “dar vitalidade ao sertão (IGLÉSIAS, 1972, p.364 e 374; ABREU, 1976, p.147)”, foi o café a “grande força” que, na entrada do século, “promoveu o desbravamento da Zona da Mata (PEDROSA, 1962, p.199)”.

A concepção de ocupação tardia da Mata ainda está reproduzida em algumas obras cujo assunto não foi central. Vasconcelos (1918, p.258) apontou que a “região que até o presente conserva o nome de Mata, até os anos de 1784”, não foi efetuada nenhuma diligência para seu aproveitamento por parte do governo. Egler (1953, p.129) salientou que a condição de “área proibida”, para conter a saída ilegal do ouro, não permitiu que a região fosse então ocupada. Também na opinião de Muls (1990, p.102), “em fins do terceiro quartel do século XVIII”, a área do rio Doce ainda não estava ocupada, ou só muito esparsamente. De forma semelhante, Andrade (1998, p.115) apontou que as florestas virgens do leste “vão se manter relativamente intocadas na exploração do homem branco para os lados do sertão do rio Doce e, ao sul do município de Mariana, no sertão do rio Pomba, até finais do século XVIII e inícios do XIX¹⁰⁷”.

A literatura citada criou o dogma de que a ocupação da Mata só ocorreu no decorrer das duas primeiras décadas do século XIX, em função do decréscimo da extração aurífera, do afrouxamento das proibições portuguesas de devassamento de áreas não povoadas e da introdução do café. Decerto, esta cultura promoveu a fixação da ocupação e o crescimento urbano, especialmente devido aos seus resultados econômicos. Por isso, o enfoque da expansão da atividade agroexportadora cafeeira, ocorrida a partir do oitocentos, é tão recorrente. Contudo, é incorreto considerá-lo como marco temporal da formação regional, pois ignora o desbravamento e o povoamento da Mata ao longo do século XVIII, bem como o papel desempenhado pelos primeiros povoados da região no período

¹⁰⁷ Opiniões semelhantes podem ser encontradas nos trabalhos de Lanna (1988, p.30-31), Andrade (1997, p.24), Martins, Lima e Silva (2002, p.11), Saraiva (2002, p.1), Pires (2004, p.39-40), Oliveira (2004, p.138; 2005, p.45), Paraiso (2005, p.1), Fanni (2005, p.2-10), Netto e Diniz (2005, p.23), Paula (2005, p.20; 2006, p.3) etc.

colonial. Seja no vale do rio Paraíba, sobretudo nas bordas do Caminho Novo, rota que servia como elo de ligação entre a região mineradora e o porto do Rio de Janeiro, com roças e ranchos para abastecimento e pouso dos tropeiros e animais ou, principalmente, nos vales dos rios Doce e Pomba, os quais se tornaram áreas de população e produção agrícola expressivas, com característica predominantemente camponesa.

Uma das explicações para a afirmação da ausência de povoamento na Mata durante o século XVIII e da sua inexpressividade nas primeiras décadas do XIX decorre, a nosso ver, da generalização e da má interpretação dos relatos de viajantes, os quais passaram, quase todos, pelo trajeto do Caminho Novo (sul da Mata). Valverde (1958, p.27), por exemplo, relatou ser “inútil” a procura de vestígios da marcha pioneira na região antes de 1830, pois “aí está o testemunho de Saint-Hilaire, que nada viu de importante, mesmo em Matias Barbosa, então a área mais próspera”. Com certeza, as primeiras impressões de Saint-Hilaire (1975a, p.39-47), quando entrou na capitania de Minas (margem esquerda do rio Paraíba, Comarca do Rio das Mortes) em 1816, foram a ausência de “povoação nascente”, a presença de “florestas virgens” e de uma paisagem aparentando um “misto de desordem e regularidade selvagem”. De forma semelhante, o naturalista Mawe (1978, p.114), em sua descrição das paragens e habitações na entrada de Minas em 1809, também observou um aspecto de pobreza.

Como nos achássemos então na província de Minas Gerais, esperava encontrar aí melhores condições de agricultura – algum estabelecimento que merecesse o nome de fazenda – casas construídas não somente para abrigo, mas também com a preocupação de conforto. Pensava poder vislumbrar, entre os habitantes, aquele ar de saúde e de contentamento que se origina das ocupações revigorantes da agricultura; vãs ilusões [...] As casas velhas, estragadas, não eram reparadas; as ervas daninhas cobriam o pequeno número de jardins cercados; os cafeeiros, plantados nos primeiros tempos ainda existiam, mas o proprietário atual era muito indolente para colher os frutos; não havia nenhuma pastagem cercada, algumas cabras forneciam o leite de que se tinha necessidade; raramente se podia obter leite de vaca.

Tanto as evidências de Saint-Hilaire quanto as de Mawe, acerca dessa parte do Caminho Novo, podem ser encontradas nos registros de outros naturalistas. Não há dúvidas de que elas são representações, até certo ponto,

fiéis da área. Entretanto, duas questões precisam ser observadas na ocasião da interpretação desses relatos. A primeira é que o Caminho Novo cortava, *tão somente*, uma pequena parte da Mata (extremo sul), também conhecida pelo nome de Sertões da Mantiqueira. É inaceitável a generalização, para toda a região, do padrão de ocupação descrito pelos viajantes nesta parte do caminho, pois justamente aí (vale do Paraibuna) ocorria uma das maiores, senão a maior concentração fundiária da capitania. Não causa espanto, portanto, a densidade demográfica baixíssima, a quase ausência de estabelecimentos agropecuários de certa importância e a presença majoritária de construções miseráveis. Ademais, segundo notou Mawe (1978, p.112), as pessoas que viviam à beira da estrada pertenciam, geralmente, à “classe mais baixa”, enquanto os das “classes mais elevadas” habitavam longe da estrada.

Os registros do dízimo da freguesia do Caminho Novo, na segunda metade do século XVIII, indicam a existência de uma atividade agropecuária mercantil extremamente concentrada, a produzir, muito provavelmente, uma estrutura fundiária bastante desigual¹⁰⁸. Este padrão pode ser corroborado pelas anotações do próprio Saint-Hilaire (1975a, p.43 e 47), relatadas a seguir, apesar do lapso temporal entre as duas fontes (mais de cinquenta anos):

Não nos devemos admirar, aliás, que as margens de uma estrada tão freqüentada [Caminho Novo] só possuem população tão diminuta e pobre. Com prejuízo dos interesses gerais, enormes extensões de terra foram concedidas aos mesmos indivíduos, alguns possuem três ou quatro léguas à margem da estrada [...] Dificilmente toleram que outros aí se venham a estabelecer [...] [Na paróquia de Simão Pereira], à direita do rio, encontram-se algumas casas cobertas de sapé e bem próximo se vê uma casa de um só andar e que anuncia a abastança do proprietário.

Este é o modelo de ocupação vigente no vale do Paraibuna e não pode ser generalizado para a região. Burmeister (1952, p.121-187) percorreu um itinerário diferente do Rio de Janeiro a Vila Rica, passando pelo centro da Mata, transpondo distritos como Meia Pataca (atual Cataguases), Santo Antônio (hoje Astolfo Dutra), Pomba, Mercês, São Caetano (atual Cipotânea), Piranga etc, nos

¹⁰⁸ No triênio de 1750-3, os lavradores da freguesia do Caminho Novo foram avençados no dízimo com o maior valor médio da Capitania de Minas Gerais: 124 oitavas e 6 vinténs de ouro (149\$055 réis). O segundo maior valor médio era o da freguesia de Congonhas do Campo, equivalente a 52,5 oitavas e 3 vinténs (63\$133 réis). Ver a Tabela 11, página 174-175.

vales dos rios Paraíba, Pomba e Doce. O percurso, datado de 1850, além de abarcar uma faixa bem maior da região, oferece uma paisagem rural distinta daquela do Caminho Novo, pois nos vales dos rios Pomba e Doce, onde se situava as freguesias de Rio Pomba e Piranga, o espaço agrário era formado, prioritariamente, por pequenos estabelecimentos. O viajante enfatizou que à medida que subia o vale do Pomba, em direção ao alto vale do Doce, a área começava a se apresentar “mais cultivada (BURMEISTER, 1952, p.157 e 178)”. Se a data de viagem deste naturalista, bem posterior às dos outros relatos, inviabiliza as duas comparações, ressalte-se que o padrão citado já era notável nos registros de pagamento do dízimo em 1750, dado que a segunda freguesia mencionada dispunha de elevado número de lavradores avançados, o maior da capitania¹⁰⁹.

Por fim, é preciso levar em conta que o final do século XVIII e o início do XIX marcam um contexto de difusão e de desconcentração da produção agropecuária entre um universo maior de lavradores, em decorrência da crise da exploração do ouro. É notável, em quase todos os relatos de viajantes dessa época, a expansão do processo de ruralização em Minas, em que pese a importância alcançada por alguns núcleos urbanos, alçados à condição de entrepostos comerciais, a exemplo de Barbacena e São João Del Rey. Num contexto de dispersão da população pelo espaço rural da capitania, inclusive de famílias dos distritos mineradores antigos, não deveríamos esperar dos viajantes a descrição de imponentes aglomerados urbanos, sobretudo na Mata.

O princípio da incorporação territorial dos sertões do leste remonta, indubitavelmente, à primeira metade do século XVIII. Das chamadas minas gerais, denominação inicialmente dada à área correspondente a uma “longa seqüência de minas” (SAINT-HILAIRE, 1975a, p.45), na confluência das bacias dos rios Doce, Velhas e Mortes, os desbravadores adentraram pelos espaços fronteiriços da região mineradora (Itaverava, Guarapiranga e Barra Longa) e de Borda do Campo (Correia de Almeida, distrito de Barbacena). O objetivo foi introduzir a agropecuária, a extração mineral e vegetal e/ou o projeto de aldeamento dos índios. É nesse contexto que se insere a gênese dos povoados nos vales dos rios Doce, Pomba e Paraíba.

¹⁰⁹ Consultar também a Tabela 11, página 174-175.

Os movimentos de desbravamento e de ocupação não foram, portanto, em termos de marco temporal, muito distantes do predominante na região das minas. Em algumas áreas, a época da incursão (em especial) e da ocupação é tão antiga quanto a idade dos arraiais e vilas surgidos com a corrida do ouro. Entretanto, a estrutura da maioria dos povoados não teve a mesma expressão que os da zona mineradora central, onde a aglomeração se desdobrou em distritos com feições nitidamente proto-urbanas.

A origem das condições materiais responsáveis pela consolidação da Mata no século dezenove não está atrelada exclusivamente aos resultados proporcionados pela economia cafeeira, mas remonta ao processo de devassamento e de formação da região. No período colonial, as primeiras grandes propriedades, especialmente no vale do rio Paraibuna, se formaram por meio do apossamento da terra, notadamente pelas famílias de prestígio. Não seria exagerado afirmar que parte do capital cafeeiro originou-se da agricultura mercantil de alimentos, atividade que durante a segunda metade do dezoito atingiu um dos maiores graus de mercantilização na capitania. Com a expansão do café, elites oriundas dos espaços mineradores, bem articuladas ao governo provincial, acumularam várias sesmarias.

3. O Desbravamento e a Gênese do Povoamento

Os primeiros a percorrer as matas do leste na Capitania de Minas Gerais foram tribos indígenas, deslocadas do litoral para a margem esquerda do rio Paraíba do Sul e para os vales do Pomba e Doce. Os grupos migraram, pois, segundo Saint-Hilaire (1975a, p.28), a vizinhança dos portugueses “não tardou a ser funesta aos índios”, atingidos por doenças de pele, moléstias venéreas e, sobretudo, pela varíola¹¹⁰.

A concentração dos indígenas nas florestas do leste estimulou as primeiras entradas dos bandeirantes nos sertões da Capitania do Rio de Janeiro a partir de duas rotas: pelo rio Doce e seus afluentes e pela vila de Taubaté. O principal negócio das bandeiras, além da prospecção de ouro, prata e pedras preciosas, foi a pilhagem a tribos indígenas. Abreu (1976, p.99-106) relatou que as expedições, verdadeiras organizações militares, compunham-se de sertanistas e escravos que traziam pólvora, bala, machado, poucos mantimentos e corda para amarrar os prisioneiros¹¹¹. Segundo Mercadante (1973, p.15), no ano de 1531 teria saído da baía de Guanabara a primeira expedição a tocar a Mata.

O relato de Bento Fernandes Furtado no códice Costa Matoso (1999, p.170-171) indica que, em 1697, uma bandeira liderada por Bartolomeu Bueno partiu em direção à Casa da Casca¹¹², encontrando amostras de ouro na futura povoação de Itaverava. Segundo Taunay (1981, p.172), esta paragem se tornou ponto de passagem dos sertanistas no final do século XVII, devido aos seus descobertos auríferos. A sua localização geográfica para se adentrar na futura região das minas era favorável tanto para os bandeirantes que subiam o rio Doce

¹¹⁰ A população indígena se encontrava distribuída da seguinte maneira durante o século XVIII no leste de Minas Gerais. No ribeirão da Meia-Pataca, encontravam-se os Coroados. Os Engeräck-mung, como se autodenominavam os Botocudos, se localizavam na margem direita do rio Doce. Nas cabeceiras do Xopotó Novo, próximo ao futuro aldeamento do Presídio, viviam os Caetés e os Coroados. Os Puris habitavam os arredores do atual município de Leopoldina e do antigo distrito de Guarapiranga. No vale do Pomba fixaram-se os Croatos e Cropós e no do Casca, na serra dos Arrepiados, os Abaibas (MERCADANTE, 1973, p.28-35). Croatos e Cropós são, respectivamente, formas abreviadas de Coroados e Coropós.

¹¹¹ As duas passagens a seguir corroboram o desejo primaz de captura do índio pelo bandeirante. João Leme do Prado, por volta da primeira metade do século XVIII, ressaltou que os sertanistas eram “mais cobiçosos do gentio do que de ouro, não fizeram deste a estimação que hoje se faz (TAUNAY, 1981, p.211)”. Nos relatos dos primeiros descobrimentos das minas, Bento Fernandes Furtado, em 1750, enfatizou que “deu-se busca ao ouro, que havia a pouca experiência e menos agilidade daquele tempo extraído entre os intervalos do divertimento da caça e outros empregos necessários aos sertanejos para o alimento e conservação da vida (COSTA MATOSO, 1999, p.171)”.

¹¹² Serra dos Arrepiados, hoje serra do Brigadeiro, no vale do rio Casca, Zona da Mata.

e seu principal braço, o Piranga, quanto para os que vinham a pé da vila de Taubaté. Situada numa faixa de transição entre a vegetação de campo cerrado e de mata atlântica, na borda oeste da atual Zona da Mata, o local dispõe de outro atributo importante: a altitude elevada em relação aos arredores. O que lhe confere a possibilidade de uma observação mais distante dos objetos dispostos na paisagem.

Várias incursões foram efetuadas nos arredores de Itaverava. Miguel Garcia e seus homens, por exemplo, fizeram explorações ao norte, quando encontraram ouro em abundância no leito de um ribeirão que passou a se chamar córrego do Garcia¹¹³. Um novo tipo de povoamento nas proximidades dos ribeirões de Miguel Garcia e do Carmo e, mais tarde, na área vulgarmente chamada de *região das minas* se edificou devido à descoberta do ouro pelos bandeirantes. Pouco tempo foi necessário para a expansão da fronteira demográfica, no âmbito de um processo que se extravasava das minas, atingindo, entre outros espaços, o leste da futura Capitania de Minas Gerais.

3.1. A Ocupação pelo Médio Vale do Rio Paraíba do Sul

3.1.1. A Penetração pela Sub-bacia do Paraibuna

No início do século XVIII, a importância da região das Minas contribuiu para que a Coroa estabelecesse uma ligação entre Vila Rica, Ribeirão do Carmo, Sabará, Caeté e São João Del Rey com o Rio de Janeiro para o escoamento de mercadorias e de metal precioso. Além de buscar encurtar a distância entre as minas e o litoral, procurava-se também eliminar o trecho por mar existente no Caminho Velho, pois os piratas se mostravam cada vez mais ousados, colocando em risco os cabedais régios e os reais quintos.

A historiografia tradicional consagrou Garcia Rodrigues Pais, filho de Fernão Dias, como o mentor da empreitada que Artur de Sá incumbiu: abrir uma

¹¹³ Corresponde a um dos afluentes do rio Mainart, formador da bacia do Gualaxo do Sul. Há seis léguas de Itaverava, no córrego do Garcia, formou-se, conforme Vasconcelos (1948, p.180), o arraial do fundão, “onde surgiu o primeiro domicílio ereto nas Minas Gerais” e “esteve riquíssimo nos primeiros tempos”. O coronel Salvador Fernandes Furtado também teria tomado o norte de Itaverava, em direção ao córrego citado e, pouco mais tarde, já a leste, descobriu ouro no ribeirão do Carmo. Esta informação não é corroborada por Barbosa (1995, p.195), pois este autor apontou que foi graças aos relatos de Bento Furtado, filho do Coronel, que este figurou muito tempo como fundador do arraial de Ribeirão do Carmo (Mariana).

picada que ligasse a Borda do Campo à base da serra do Mar. Todavia, Venâncio (1999, p.181-189) ressaltou que pesquisas arqueológicas, publicadas por Maria da Conceição Beltrão, apontaram que parte do Caminho Novo foi uma rota indígena milenar. Há dez mil anos atrás, alguns trechos da estrada e dos pontos de assentamentos já eram ocupados. Nas últimas décadas do século XVII, foram várias as incursões de bandeirantes paulistas nos sertões da Capitania do Rio de Janeiro para apresamento de índios. Estes, transformados em prisioneiros, quando retornados às Minas, teriam fornecido importantes informações para a identificação de rotas rumo ao litoral. Venâncio (1999, p.188) ainda afirmou que enquanto os caminhos da segunda metade do século XVIII levaram décadas para serem incorporados aos roteiros coloniais, os de fins do século XVII e primeiras décadas do setecentos surgiram em apenas seis ou sete anos¹¹⁴.

O trecho do caminho oferecia grandes dificuldades, localizado quase todo sobre elevadas altitudes. Essas características, no período colonial, cumpriram um papel importante para viabilizar o objetivo da Coroa: obrigar os viandantes a passar somente por tais áreas, a fim de conter o contrabando do ouro. Vasconcelos (1948) destacou o ano de 1702 como o marco de “abertura” do Caminho Novo por Garcia Rodrigues¹¹⁵. Em 1703, Garcia dirigiu um memorial ao Governador da Capitania do Rio de Janeiro, D. Álvaro da Silveira e Albuquerque, e ao rei D. Pedro II, informando a situação de “construção” do caminho. Neste documento, reproduzido em Vasconcelos (1974, p.220-221), ele relatou a utilidade da “nova” estrada e os entraves para prosseguir na sua abertura, como a fuga de quase todos os seus escravos e a necessidade de gastar todo o seu cabedal na obra. Garcia se encontrava na Paraíba com escravos, mantimentos e criações.

D. Álvaro remeteu o memorial para a Corte com o ofício a seguir, relatando os entraves para a conclusão do caminho. Segundo o governador, a picada era de “coisa tão útil e necessária” para maior segurança e arrecadação da Fazenda de Sua Majestade. Contudo, sem a ajuda do Rei, Garcia não poderia acabar a obra.

¹¹⁴ Por volta de 1732, os relatos de Francisco Tavares de Brito no código Costa Matoso (1999, p.903-904) apontam que o trajeto entre a região das minas e o Rio de Janeiro já estava bastante povoado com dezenas de roças e rocinhas. A estrada, portanto, não foi resultado exclusivo de esforços dos colonizadores paulistas e portugueses, mas decorrente da conquista e usurpação de estruturas viárias pré-coloniais por parte dos povoadores.

¹¹⁵ Mercadante (1973) fixou o ano de 1688 como o marco inicial de “abertura” do caminho.

Senhor! Provisi a Garcia Rodrigues Pais repetidas vezes para a sua jornada para as Minas e assisti na sua ocupação, que V.M. lhe fez mercê, e como se determinasse a ir buscar sua mulher e família para esta terra, esperei que se recolhesse a ela, o que feito lhe tornei advertir a mesma diligência, para onde vai logo com toda a brevidade: e lhe ordenei que me fizesse sua informação sobre o estado em que está o seu caminho, a qual é a inclusa, que faço presente a V. M.; e a notícia, que particularmente acho, é que o mesmo Garcia Rodrigues Pais está com muitos poucos cabedais e escravos para poder acabar o seu caminho, e se entende que sem entrar ajuda de V.M. que se não poderá conseguir coisa tão útil e necessária para maior segurança e arrecadação da Fazenda de V.M., a quem Deus guarde etc. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1703 – D. Álvaro da Silveira e Albuquerque (VASCONCELOS, 1974, p.221-222).

Garcia Rodrigues Pais possuía um papel ativo no processo colonizador, essencial à condução do negócio empresarial estabelecido pela Coroa que exigia vassallos com grande cabedal. Ao viabilizar a transformação de traçados antigos na primeira grande via de comunicação regular no Brasil Colônia, prestou grande serviço ao Rei. De acordo com Antonil (1966, p.287-288), enquanto o tempo de viagem entre o Rio de Janeiro e Vila Rica, passando pelo trajeto do Caminho Velho, era de 30 a 43 dias, pelo Caminho Novo gastava-se de 10 a 15 dias. A importância assumida pela nova rota foi tal que durante a segunda metade do século XVIII ela concentrou o maior movimento fiscal em Minas: em 1776, dos 25 registros listados, o do Caminho Novo respondeu por 74,5% do valor do contrato das entradas. O segundo mais importante era o da Mantiqueira, com 10,9% do total¹¹⁶.

A ligação da Capitania do Rio de Janeiro com a região dos campos gerais começava na serra dos Órgãos, passando pelos rios Paraíba e Paraibuna e pela serra da Mantiqueira, na garganta de João Ayres, rumo à Borda do Campo, onde se reuniam os caminhos do rio das Velhas, das Mortes e do Doce. O trecho entre o Paraíba e a baía do Rio (Porto da Estrela), conhecido pelo nome *caminho por mar*, em parte acompanhando a margem do rio Inhomirim, estava concluído em 1725, segundo Abreu (1976, p.138). A junção do caminho por mar com a rota

¹¹⁶ RAPM, v.8, 1903, p.516. Inclusive após o apogeu da mineração, dizia Saint-Hilaire (1975a, p.39), em 1816, que a estrada entre o Rio de Janeiro e Vila Rica, Caminho Novo, não era menos freqüentada que a de Paris a Tolouse. No Porto da Estrela, um dos pontos de saída da Capitania do Rio de Janeiro para Minas, Saint-Hilaire (1975b, p.22), em 1819, relatou que desde o início de sua viagem pelo Brasil, nenhum outro lugar lhe pareceu “tão cheio de vida e de movimento”, em função dos burros de carga que chegavam e partiam, dos fardos, dos tropeiros e das mercadorias de toda espécie.

alternativa por terra se dava no local chamado Encruzilhada, na margem direita do Paraíba, em frente ao seu registro, conforme observou Saint-Hilaire (1975a, p.35-38). As principais paragens e habitações no último quartel do século XVIII que se localizavam ao longo do Caminho Novo, na altura dos sertões da Mantiqueira, estão representadas na Figura 10.

Na Capitania de Minas Gerais, observa-se o registro do Paraibuna¹¹⁷, as roças de Matias Barbosa, da Negra e de João Gomes, as fazendas do Juiz de Fora e da Mantiqueira e a habitação de Chapéu d’Uvas. Na Capitania do Rio de Janeiro, nota-se a distinção de duas rotas para se atingir o rio Paraíba do Sul: o caminho por mar, com as fazendas do Córrego Seco, o sítio do Piabanha e as roças do Sumidouro, Fagundes e Cebolas; e o caminho por terra, com as roças do Couto, Pati, Pau Grande e Werneck.

Os relatos de Antonil (1966, p. 288-290), em 1711, Costa Matoso (1999, p.882-897), em 1749, Mawe (1978, p.112-114), em 1809, Eschwege (2002, p.219-257), em 1811, Saint-Hilaire (1975a, p.35-57), em 1816, Pohl (1976, p.73-83), em 1818, Canstatt (2002, p.327-344), em 1871, etc trazem descrições de roças, ranchos e povoações ao longo do Caminho Novo. Importantes nessas obras são também as transcrições dos aspectos fitogeográficos ao longo do trecho, pois na percepção de duas paisagens, campo (Figura 11) e mato (Figura 12), reside a primeira acepção da Mata enquanto região, pautada no critério físico/natural¹¹⁸.

O termo *Mata* pode ter sido usado, pioneiramente, por Saint-Hilaire (1974b, p.41), em sua *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*, no ano de 1822, quando ele se referiu ao vale do rio Pomba, diferenciando-o da paisagem de campos no médio sul e no oeste da capitania, vale do rio Grande. O naturalista afirmou que “aqui [vale do Grande] cria-se gado e lá [vale do Pomba] planta-se milho”.

¹¹⁷ Registros eram postos fiscais onde se pagavam os impostos devidos ao Estado. Localizavam-se em pontos estratégicos, como nos locais mais freqüentados pelos comerciantes e lavradores, nos principais caminhos que levavam às minas, nas margens de rios etc.

¹¹⁸ No contexto atual, apesar da redução da cobertura florestal original da Zona da Mata, ainda é possível observar a transição entre as duas paisagens (campo e mato). Quando percorremos a BR 040, entre Conselheiro Lafaiete e Juiz de Fora, a mudança pode ser notada na altura de Barbacena. Infelizmente, ela não é tão evidente devido à perda expressiva da vegetação nessa área. Mas, se percorrermos a BR 482, entre Conselheiro Lafaiete e Piranga, passando por Itaverava e Catas Altas da Noruega, a transição é mais notável, principalmente quando entramos no espaço do penúltimo município. Isto pode ser explicado pelo fato dos três últimos municípios citados ainda conservarem em sua unidade político-administrativa boa parte da cobertura florestal de Mata Atlântica. Não obstante esta exceção, o nome *Zona da Mata* se tornou paradoxal, pois uma das principais características da região é, justamente, a ausência de vegetação.

Figura 11 - Vista de um Fragmento da *Paisagem do Campo*, Lagoa Santa (1850)



Fonte: Hermann Burmeister (1952, p.251).

Figura 12 - Vista de um Fragmento da *Paisagem do Mato*, Mariana (1850)



Fonte: Hermann Burmeister (1952, p.107).

No médio sul e no oeste da Capitania de Minas Gerais, a ocorrência do cerrado e do campo cerrado, formações florestais assinaladas pela presença de arbustos, pelo espaçamento entre as árvores e pelos troncos e numerosos galhos retorcidos, era a causa do predomínio de uma paisagem caracterizada pelo aspecto de campos relvosos. As pastagens se destacavam nas partes mais altas, enquanto nos vales encontravam-se alguns capões de mata. Tais condições naturais explicam a preponderância da criação de gado na área.

No leste da capitania ou na região da Mata, em contraposição ao médio sul e ao oeste, sobressaía a floresta atlântica: formação exuberante e densa (copas fechadas) que restringia a entrada de luz solar no interior do extrato arbóreo e permitia apenas estreita vereda para passagem dos viandantes. Era genericamente conhecida por *floresta tropical*, com ocorrência de subtipos ligados diretamente à altitude. A sua extensão sobre os vales dos rios Doce, Pomba e Paraíba do Sul se deve à elevada umidade nessas áreas. Em termos de atividade econômica, dominava o plantio do milho, devido ao abastecimento de viajantes e à criação de suínos.

Na passagem pelo sítio de Simão Pereira, margem do rio Paraibuna, Costa Matoso (1999, p.891) ressaltou: “vim continuando todo este caminho sempre entre matos, subindo e descendo mais e menos, com pouca ou nenhuma diferença”. Saint-Hilaire (1975a, p.42) também notou que entre o rio Paraíba e a cadeia ocidental, serra da Mantiqueira, na qual começam os pastos naturais, o espaço é “montanhoso e coberto de matas. Em subidas e descidas, a altitude se vai elevando gradualmente e a vegetação se torna pouco a pouco menos vigorosa e variada”.

O obstáculo de perspectivas visuais amplas na paisagem do mato ou a mudança inesperada do cenário da sombria floresta à campina, provavelmente contribuiu para que os viajantes descrevessem a primeira como “melancólica” ou “afogada” e se vislumbrassem com a entrada no campo. Na transposição da serra da Mantiqueira em direção à localidade de Borda do Campo, Costa Matoso (1999, p.895-896), vendo a terra descoberta de mato e uma vegetação rasteira, disse poder enxergar, mais distante, os objetos dispostos na paisagem, em comparação ao caminho cercado de mato. Ele concluiu, conforme passagem a seguir, com uma importante distinção entre o *Caminho do Mato*, que se estendia do norte da capitania do Rio até a Borda do Campo, e o *Caminho do Campo*, que se

prolongava do último marco citado até os arredores do arraial de Itaverava, onde a paisagem adquiria características semelhantes à da região das minas.

[...] Vinha já com algum desafogo, vendo que respirava e se estendiam mais ao longe os objetos da vista, deixando aquele afogado e melancólico caminho em que em dez dias não se via outra coisa, senão o mato e as árvores imediatas a mim. Assim, neste maior desafogo, cheguei a uma baixa em que há um sítio chamado a Borda do Campo, por nele se acabar o caminho do mato [...] Vim entrando pelo que chamam *Campo*, deixando já o caminho a que chamam do *Mato*. É chamado campo por descoberto, a respeito do mato, e, na verdade, é caminho excelente e desafogado; é igualmente subindo e descendo morros, ainda que mais pequenos; são todos faltos de matos e cobertos igualmente de um feno de uns dois palmos, e somente pelas baixas e quebradas deles há várias nódoas de mato a que chamam capões e capoeiras [...] E assim, dava este caminho lugar a alguma extensão de léguas na vista para a parte de oeste, que para a de leste ia sempre a vista em pouca distância dos mesmos matos a que aqui chamam os Gerais, porque continuam igualmente até a Capitania do Espírito Santo e Campos dos Goitacases [...] (COSTA MATOSO, 1999, p.895-896) (Grifos nossos)¹¹⁹.

A distinção entre as paisagens do mato e do campo não passou despercebida por Pohl (1976, p.82), que na descida da serra da Mantiqueira, sentido Borda do Campo, relatou que “ficam para trás serras e florestas, abrindo-se à vista campos relvosos, exuberantemente cobertos de plantas”. Após 50 léguas de estrada mata adentro quando se partia do Rio de Janeiro e uma visão bastante limitada, Eschwege (2002, p.247-248) salientou que se descortinava um horizonte aberto e vastíssimo, composto de pradarias. Saint-Hilaire (1975a, p.59), ao apontar a distinção entre as duas paisagens, enfatizou também os aspectos intermediários na transição e descreveu, mais detidamente, a fitofisionomia dos campos, conforme se evidencia a seguir.

¹¹⁹ Saint-Hilaire (1974b, p.31) relatou que nunca se aborreceu com a restrição visual da paisagem do mato, pois as características da vegetação, “tão majestosa e variada” e com efeitos “tão pitorescos”, eram dignas de contemplação. Mas, a paisagem do campo exerceu maior fascínio sobre o naturalista, pois em sua concepção, no lugar das “árvores gigantes”, cuja folhagem mal havia distinção, descortinava-se uma imensa extensão de terreno, marcado pela suave brisa e por “pastos salpicados de flores encantadoras”, das quais, de muito longe, se percebiam a família e o gênero. Quando entrou na Borda do Campo, ele relatou que “à vista dos belos campos” que se apresentaram aos seus olhos, não pôde deixar de “sentir verdadeiro aperto de coração”, ao pensar que logo os deixaria “para sempre”.

[...] As árvores que se vêem à direita tem um pouco menos vigor, e não se apresentam mais em agrupamentos condensados [...] O viajante, fatigado de atravessar florestas, avista subitamente vastas pastagens. Não se pense, todavia, que a transição das matas para os campos se faz bruscamente e sem aspectos intermediários; durante algumas léguas se vêem ainda moitas de arvoredo de espaço a espaço; mas a pouco e pouco vão se tornando mais raras, e acabam por desaparecer. A vegetação que se tem sob os olhos é absolutamente diferente da que apresentam as matas virgens; as árvores gigantescas sucedem gramíneas freqüentemente mal desenvolvidas, entremeadas de outras ervas, e os vegetais que se mais fazem notar no meio dessas pastagens não passam de arbustos.

Os viajantes ainda descreveram os limites da Mata, evidentemente em suas partes ocidental e sul, dado que estas duas, componentes da Comarca do Rio das Mortes, eram conhecidas por serem cortadas pelo Caminho Novo. No sul, a demarcação coincidia com os rios Paraíba, Preto e Paraibuna, o mesmo que dividia as capitanias de Minas e do Rio de Janeiro (SAINT-HILAIRE, 1975a, p.43-46). Na parte ocidental, o marco divisório se encontrava nas proximidades do povoado de Batalha cujo ponto mais elevado, após galgar o planalto da Mantiqueira, era a Borda do Campo, onde a floresta tropical dava lugar ao cerrado (SAINT-HILAIRE, 1975a, p.59-60). No caso da porção extremo-oriental da região, pertencente à Comarca de Vila Rica, havia imprecisão, pois ela se estendia até a fronteira com a Capitania do Espírito Santo e era amplamente dominada pelo "gentio". Neste espaço, possivelmente, a demarcação era dada pela serra do Caparaó, pois ao transpô-la, a floresta tropical dava lugar às formações litorâneas. Do aspecto natural, adveio, portanto, o primeiro contorno regional.

O conteúdo da organização territorial dos dois espaços (campo e mato), notadamente a sua base econômica, também foi atributo na conformação da distinção regional. Eram notáveis as diferenças entre os campos, onde predominavam a criação de gado, e os matos, onde se encontravam várias unidades produtivas com atividade voltada para o consumo e/ou para o abastecimento de mercados intra-regionais criados pelos centros urbanos nas minas e pela circulação de viajantes ao longo do Caminho Novo. Conforme já evidenciado, parte dessas colocações pode ser encontrada em Saint-Hilaire (1974b, p.41), quando ele diferenciou a produção do vale do rio Grande,

caracterizada pela criação de gado, daquela do vale do rio Pomba, distinguida pelo plantio de milho¹²⁰.

O tráfego dos viandantes e de animais em suas jornadas às minas foi estímulo à ocupação da paisagem do mato. A Coroa determinou que os sesmeiros se estabelecessem *apenas* às margens da estrada. O barateamento dos gêneros alimentícios ao longo do caminho era desejado, pois, de acordo com o Conselho Ultramarino, era necessário “haver neste caminho [Novo] muitas e repetidas povoações, para serem mais baratos os mantimentos, pois quantos mais houver mais baratos serão (ALVEAL, 2002, p.104)”.

O povoamento ao longo do Caminho Novo também teve papel importante na promoção de uma estrutura capaz de permitir um transporte seguro dos quintos reais. Numa carta do Senado da Câmara de Mariana, reproduzida em Costa Matoso (1999, p.507-508), os moradores do referido caminho foram apontados como “verdadeiras atalaias” na contenção do extravio do ouro, um dos “meios mais competentes para a segurança e boa arrecadação dos reais quintos”. Uma das zonas do caminho, a Mantiqueira, era temida devido à presença de precipícios, boqueirões e emboscadas, “uma selva escura lembrando a entrada do Inferno”, segundo apontou Vasconcelos (1918, p.246). Todos aqueles que se encontrassem ao longo ou na borda da estrada, moradores, rancheiros e pedestres, obrigatoriamente deveriam conceder a ajuda necessária à boa guarda, condução e segurança dos cabedais Régios, conforme atesta a ordem a seguir, do Conde de Valadares, em 1773.

Todos os moradores e rancheiros do mesmo Caminho [Novo] para a dita cidade [do Rio de Janeiro], lhes assistirão [aos representantes do Governo Régio] com a devida aposentadoria do estilo, e toda a mais ajuda e favor de que precisar o dito cabo da partida, para boa guarda, condução e segurança dos cabedais Régios [...], sem exceção de pessoa alguma, privilegiada ou dispensada por despacho [...] ficando todos na inteligência, e cada um responsável do prejuízo, que causar e acontecer por falta de inteira execução e cumprimento desta, e ser castigado severamente, como se constituir merecedor, depois de presos, quando faltarem em prontidão ao obredito (VASCONCELOS, 1918, p.245-246).

¹²⁰ Paula (2006, p.3 e 9-10), portanto, está equivocado ao afirmar que “não se pode falar em Zona da Mata antes da década de 1870”. Este autor acredita que a formação da Zona da Mata, enquanto um “espaço regional delimitado e diferenciado” no contexto econômico e social das Gerais, ocorreu apenas após a modernização dos transportes (rodovia e ferrovia), propiciada pela expansão da atividade cafeeira. O problema dessa proposição está justamente em tomar *apenas* a cultura cafeeira ou a produção econômica como instrumento de análise da formação regional.

A apropriação das terras ao longo do Caminho Novo foi, em grande medida, pautada na posse, o que alerta para a possibilidade de equívocos quando se atrela a gênese da ocupação territorial à data de outorga de sesmaria. Não obstante por meio das posses vários latifúndios terem se constituído, ela foi também “a arma estratégica de maior alcance e maior eficácia” na batalha da pequena propriedade contra o monopólio da terra (GUIMARÃES, 1968, p. 114).

A diferença temporal entre a posse e o título residia no fato de que a partir do século XVIII surgiu, precocemente, na região das minas e no seu entorno, devido à circulação de ouro em pó, um comércio de estabelecimentos rurais, no qual não foram raras as negociações de compra e venda de terras, inclusive daquelas sem a titulação regular¹²¹. José Joaquim da Rocha, em 1780, relatou que em Minas não havia “moeda corrente mais do que ouro em pó”. Este metal circulou livremente como dinheiro na capitania mineira até 1808 e, segundo Carrara (2005, p.25), a história do mercado interno começa a ser contada pela sua circulação, pois até o limite de 500 oitavas (600\$000 réis, quantia não desprezível), o ouro poderia permanecer nas mãos de seu dono. Portanto, não precisava ser levado às casas de fundição.

O paulista Garcia Rodrigues Pais foi um dos pioneiros na ocupação de parte dos vales do Paraibuna e Paraíba, mais pelas suas posses lançadas do que particularmente pelo título de propriedade¹²². Mas, ele e seus herdeiros não foram os únicos proprietários de terras no sul da Mata até 1805, como afirmou Blasenheim (1982, p.22). Em 1708, uma carta de concessão de sesmaria ao alcaide mor Tomé Correa Vasquez (futuro sogro de Garcia) põe em evidência que o sesmeiro já estava cultivando a terra, pois “ele tem um sítio no Caminho [Novo]

¹²¹ A título de exemplo, Caetano Alvarez Rodrigues e Maximiano de Oliveira Leite compraram meia légua de terras, em 1718, na freguesia de São Sebastião, hoje Bandeirantes, distrito de Mariana, onde o segundo possuía 67 escravos. A carta de sesmaria somente foi garantida em 1749, quando diziam possuir 224 cativos (APM, SC, Códice 90, Fl. 182). Por isso, as sesmarias podem ser consideradas muito mais como uma garantia a posses já lançadas ou a terras já compradas.

¹²² Garcia Rodrigues Pais era posseiro nas imediações do rio Paraibuna (entre a Vargem e o rio Paraíba do Sul) e na Borda do Campo, próximo à fazenda da Caveira e do Registro Velho, conforme a sua carta de sesmaria passada em 1727 pelo governador Dom Lourenço de Almeida (RAPM, v.9, 1904, p.426-428). O Rei também fez mercê a Garcia do ofício de Guarda-Mor das Minas (RAPM, v.1, 1896, p.683-684), uma prática típica do Antigo Regime na qual a Coroa reforçava os laços de sujeição dos colonizadores à estrutura política, retribuía os feitos de seus vassallos engajados na viabilização dos interesses metropolitanos e corroborava na formação de fortunas.

das minas e quer manter a continuação dele e sustento de passageiros¹²³”. Essa concessão, além de corroborar o fato de que outros colonos já estavam estabelecidos com posses no caminho, reforça a tese de que as sesmarias vieram, em grande medida, referendar o título de propriedade.

Para o período entre 1709 e 1735, Carrara (1999b, p.37-38) reuniu algumas sesmarias outorgadas ao longo do Caminho Novo (trecho entre o rio Paraíba do Sul e Carandaí). Parte das concessões possui comprovação evidente de que o sesmeiro já estava estabelecido na terra, como as de João Gonçalves Chaves (1715) e João da Silva Lopes (1735), há 3 anos no local, Domingos Gonçalves Ramos (1720), há 11 anos no local, Domingos Rodrigues da Fonseca Leme (1723), com posses de gado *vacum*, e José Lopes de Oliveira (1735), com posses para o Xopotó e escravos. Torna-se, portanto, plausível afirmar que há vários precursores no processo de incorporação territorial dos sertões da Mantiqueira à dinâmica do sistema colonial¹²⁴.

O guarda-mor Garcia Rodrigues e sua extensa rede familiar se tornaram os maiores detentores de terras na rota estratégica do caminho. Costa Matoso (1999, p.888), na sua viagem às Minas em 1749, apontou que Pedro Dias, filho de Garcia, agia como potentado absoluto da região onde era senhor de duas léguas de terreno, “pelo caminho que vim até a borda deste rio [Paraíba do Sul], de cinco até Paraibuna, de mais duas até Três Irmãos, e sem medida de largura, por ser tudo sertão, de que usa como lhe parece”. Outros parentes do Garcia também possuíam terras no trajeto da estrada, como o Alcaide Mor do Rio de Janeiro, Tomé Correa Vasquez (sogro), Manuel de Sá (cunhado) e Luís Fortes (o juiz de fora do Rio, irmão de Manuel de Sá), um exemplo de como as relações familiares não cessavam de interferir na formação do espaço agrário.

Saint-Hilaire (1975a, p.49), em 1816, apontou que, ao longo do Caminho Novo, os topônimos das roças e dos sítios foram decorrentes dos seus primeiros

¹²³ Revista do Instituto Histórico Geográfico de Juiz de Fora, 1985, p. 8 e 11 *apud* Lamas (2006, p.3).

¹²⁴ Além dos nomes relatados anteriormente, Carrara (1999b, p.37-38) citou outros como Manuel da Silva Rosa (1709), entre a Paraibuna e a roça de Simão Pereira de Sá, Domingos Rodrigues da Fonseca (1713), na Borda do Campo, Félix de Azevedo Carneiro e Cunha (1714), na paragem do Governador e do Alcaide-mor, Simão Pereira de Sá (1716) etc. Antonil (1966, p.289), em 1711, também mencionou a presença de alguns lavradores com roças ao longo do Caminho Novo como Matias Barbosa, Antônio de Araújo, José de Souza, Manuel Correia, Manuel de Araújo e Bispo. Essas colocações reafirmam a hipótese da existência de vários precursores no processo de desbravamento do vale do rio Paraíba do Sul, especialmente, do de seu afluente Paraibuna.

povoadores como João Gomes, Antônio Moreira, Pedro Alves etc. Costa Matoso (1999, p. 884-892) oferece outros exemplos. Segundo o ouvidor, a aldeia Farinha é de um “F. Farinha que nela residiu muito tempo”; o sítio Fragoso é “de um João Fragoso”, que em 1723 implantou a sua roça; o sítio Matias Barbosa “é fundação também do princípio do caminho, feita por um Matias Barbosa”; o sítio do Juiz de Fora “foi erigido por Luís Fortes, juiz de fora que tinha sido no Rio de Janeiro”; e o sítio do Queiroz, “tem este nome do seu edificador”. Outros topônimos foram retirados da língua dos índios, como por exemplo, o do arraial dos Carijós (hoje cidade de Conselheiro Lafaiete), ou de atributos geográficos, como o sítio do Piabanha (rio) e a fazenda da Mantiqueira (serra).

A partir de meados do setecentos, não obstante as fazendas, as roças e os sítios localizados às margens e ao longo do Caminho Novo, os povoadores começaram a se adentrar pelos espaços proibidos da Mantiqueira, na freguesia de Borda do Campo. A migração da antiga região das minas, advinda da crise da mineração, o crescimento da atividade agropecuária, a fronteira aberta e a ausência de uma fiscalização permanente na Mantiqueira são fatores que estimularam o avanço. Alguns registros de sesmarias sinalizam um precoce movimento de ocupação da área como as concedidas a Antônio Pereira Andrade em 1748 e 1754 no sertão da Pedra Menina, localidade de Remédios, Termo da Vila de São José¹²⁵.

Os registros de *avença* do dízimo da freguesia de Borda do Campo também apontam desde 1753 (para o qual dispomos de dados) a presença de moradores em paragens restritas ao devassamento como Santa Rita e Ibitipoca, oeste do Caminho (Mantiqueira), e Remédios, leste do caminho (alto vale do rio Xopotó). Na Tabela 3 estão apresentados, conforme as duas faixas de lavradores, pequenos (\leq 9\$600 réis), médios e grandes ($>$ 9\$600 réis), o número de *avençados* pelo dízimo, além dos valores totais e percentuais de cada categoria, nas três paragens citadas entre os anos de 1753 e 1785¹²⁶.

¹²⁵ APM, SC, Códice 90, Fl. 144. APM, SC, Códice 146, Fl. 148v.

¹²⁶ Voltamos a frisar que o termo *avença* significa ajuste, combinação entre o lavrador e o contratador do dízimo acerca do valor total da produção agrária que o primeiro esperava vender no triênio tributado. Era, portanto, um prognóstico do montante total da produção agrária, a partir do qual era calculado os 10% do dízimo.

Tabela 3 – Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia de Borda do Campo (Localidades de Santa Rita, Ibitipoca e Remédios) em 1753, 1772 e 1785 ¹

Faixas	Itens	1753	%	1772	%	1785	%
≤ 9\$600 réis	Lavradores	26	46,4	32	47,8	87	62,6
	Valor Pago	132\$900	14,7	172\$200	14,2	412\$463	20,6
	Média	5\$112	-	5\$381	-	4\$741	-
> 9\$600 réis	Lavradores	30	53,6	35	52,2	52	37,4
	Valor Pago	773\$888	85,3	1:042\$800	85,8	1:593\$188	79,4
	Média	25\$796	-	29\$794	-	30\$638	-
Soma	Lavradores % da Freguesia	56 18,8	100 -	67 19,8	100 -	139 35,3	100 -
Soma	Valor Pago	906\$788	100	1:215\$000	100	2:005\$651	100

Nota: ¹ Os registros coletados foram somente aqueles que mencionam as seguintes paragens: Santa Rita, Ibitipoca, Remédios e Pedra Menina. A última localidade é a mesma da terceira. Fonte: APM, CC, Livros 2042 e 2043, Filmes 130 e 131. AN, CC, Livros 675 e 4190, Filmes 47 e 643.

Durante o intervalo entre 1753 e 1785 é evidente o crescimento do montante de lavradores avançados nas três localidades, em termos gerais, passando de 56 para 139 e, em termos proporcionais no conjunto da freguesia, evoluindo de 18,8 para 35,3% do total de dizimados. No quesito percentual dos lavradores, nota-se o predomínio das médias e grandes unidades produtivas num primeiro momento, com 53,6% em 1753, suplantadas, posteriormente, pela pequena agricultura mercantil que atinge, em 1785, 62,6% do conjunto total dos lavradores avançados. Não obstante, em todo o período, observa-se tanto o predomínio das médias e grandes unidades na composição do montante total avançado, respondendo por percentuais entre 79,4 e 85,8% do valor, quanto o crescimento da quantia média paga por essa categoria, que passou de 25\$796 para 30\$638 réis. A pequena agricultura mercantil também apresentou aumento no valor total avançado, decerto pequeno, mas acompanhado pela redução no valor médio pago de 5\$112 para 4\$741 réis. No geral, a despeito do crescimento das pequenas unidades em termos do número de roceiros, é fato indiscutível a concentração da produção agrária mercantil entre as médias e grandes unidades. Exemplo desta categoria é Francisco Gonçalves da Costa, morador de Santa Rita. Em 1785, ele foi avançado em 120 oitavas (144\$000 réis).

Apesar da concentração da produção agrária mercantil, não há um padrão dominante de unidades produtivas. Em Ibitipoca, por exemplo, Francisco Antônio Rebelo observou, em 1780, a ocorrência de “roças antigas e modernas”¹²⁷. Uma exceção deve ser feita em relação à localidade de Remédios, situada na Mata, entre as nascentes dos rios Piranga e Xopotó, cuja predominância é da pequena agricultura mercantil que, em 1785, representava 73% dos lavradores e 49% do montante avençado. Costa (1981, p.75-80) classificou essa localidade como “rural de auto-consumo”, em vista de suas características principais: cultura de gêneros indispensáveis à própria manutenção, equilíbrio numérico dos sexos entre os livres, baixa proporção de cativos no total de habitantes, acentuado percentual de filhos legítimos e dilatada superação dos livres em relação aos escravos. Em 1819, 52,7% dos chefes de domicílio com a ocupação de “roceiro” no distrito de Remédios não possuíam escravo, segundo relatou Andrade (1994, p.174).

O movimento de ocupação ao longo da Mantiqueira, local vedado para desbravamento, foi seguido pela abertura de picadas. A administração colonial, no governo interino de José Antônio Freire de Andrade (1752-1758), passou a tomar conhecimento do deslocamento dos colonos. O alferes João Carvalho de Vasconcelos, destacado na patrulha do Caminho Novo, ordenou ao capitão Manoel Lopes de Oliveira, morador da Borda do Campo, que notificasse as pessoas contidas em uma relação, a fim de que cessassem a abertura de caminhos. O capitão Sebastião Gonçalves Pinto também interpelou os abridores das picadas, “para que as mesmas não continuassem” até o governador tomar sobre elas o conhecimento necessário, com “pena de serem presos”¹²⁸.

Em 1780, Félix Vital Nogueira, intendente do ouro da Comarca do Rio das Mortes, a pedido do Governador D. Rodrigo José de Menezes, averiguou os boatos relativos ao descaminho de metal na Mantiqueira. Ele comunicou ao governador que João Homem da Costa e outros se achavam com mineração no córrego das Pedras, cabeceira do Paraibuna, “lugar vedado para semelhante trabalho”. O intendente notificou os povoadores para que se apresentassem com as devidas ordens permissivas para explorar o local e constatou que o guarda mor Manoel José d’Ávila lhes havia feito data de terras, “dada por sesmaria contra

¹²⁷ APM, SC, Códice 224, fls. 36 e 38.

¹²⁸ APM, SC, Códice 224, fl. 35. O contrabando de ouro em pó, a evasão do pagamento do quinto ou a relatada abertura de picadas nos mostram, conforme ressaltou Russel Wood (1977, p.32-33, 52), uma indiferença quanto aos decretos reais e governamentais.

a mente de Sua Majestade”, pois a paragem estava compreendida nas áreas proibidas. O sítio se achava “devassado, roçado e plantado e com paiol para recolher os frutos, fabricados por ordem do sargento mor José Aires Gomes¹²⁹”.

O quadro da ocupação não se resumia ao supracitado, pois Félix Vital Nogueira noticiou ao governador que “muita gente” se havia introduzido nos gerais de Santa Rita do Ibitipoca, “devassando as áreas proibidas com posses e serviços de minerar”. D. Rodrigo, então, ordenou a Francisco Antônio Rebelo que averiguasse a situação da área. Este entrou na serra da Mantiqueira pelo ribeirão de Santa Rita e percorreu oito léguas por “caminhos abertos e cultivados”, pelos quais andavam “bestas carregadas conduzindo mantimentos até o rio do Peixe”. Ao longo de sete entradas da referida serra, certificou-se de estarem todas povoadas, onde se distribuía “roças antigas e modernas¹³⁰”.

A confirmação dos boatos de extravio do ouro e da abertura de picadas na freguesia de Borda do Campo, o desejo de alargar a fiscalização do metal e de conhecer as comunicações da Capitania de Minas com a do Rio de Janeiro, o estado de decadência da exploração aurífera na primeira Capitania¹³¹ e a necessidade de fazer uma repartição legal das terras de agricultura e datas minerais das áreas devassadas motivaram uma diligência inédita em 1781: a averiguação da serra da Mantiqueira pelo próprio Governador D. Rodrigo José de Menezes e sua comitiva¹³².

O trajeto percorrido por D. Rodrigo está, em parte, esquematizado na Figura 13¹³³. A comitiva saiu de Vila Rica, passando pelo Caminho Novo até a freguesia de Borda do Campo, na serra da Mantiqueira. Nestes arredores, José Ayres Gomes possuía as fazendas Borda do Campo, Mantiqueira e Passa Três e

¹²⁹ APM, SC, Códice 224, fl. 36.

¹³⁰ APM, SC, Códice 224, fls. 36 e 38. As folhas seguintes, especialmente 41, 42 e 45, trazem uma relação dos povoadores das áreas proibidas da Mantiqueira, levantada pelo capitão mor Antônio José Machado em 1780. Na entrada dos gerais pelo ribeirão de Santa Rita foram relatados 20 moradores que se estabeleceram antes da proibição e “92 moradores e posses modernas”. Ao longo do ribeirão de Santa Rita contaram-se 80 povoadores, “com terras apossadas e compradas” e tempo de permanência no local de 3 a 40 anos. No rio do Peixe foram contados 7 moradores e na entrada do Salto 26 modernos.

¹³¹ RAPM, v.2, 1897, p.312.

¹³² APM, SC, Códice 224, fl. 31. As observações completas acerca da viagem do governador aos sertões da Mantiqueira podem ser consultadas no “Livro 1º de Registro dos Ofícios dirigidos à Corte pelo Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo José de Menezes”, na parte documentos anexos, disponível no Códice 224, SC, folhas 61 a 66.

¹³³ A rota do Caminho Novo consiste numa representação esquemática, baseada em pontos gerais fornecidos pela bibliografia.

o sítio do Engenho¹³⁴. Próximo às suas terras, a comitiva penetrou na mata cinco léguas a oeste do caminho e encontrou vários mineiros que manifestaram haver ouro em um ribeirão, provavelmente o Grão Mogol ou o Vermelho, tributários do rio do Peixe, cujos afluentes principais nascem na serra de Ibitipoca.

Figura 13 – Rota Provável da Primeira Expedição, Comandada por Dom Rodrigo José de Menezes, nos Sertões da Mantiqueira em 1781



O governador continuou a sua viagem passando por muitos barrancos e cachoeiras, examinou as veredas praticadas pelos contrabandistas e achou “ouro em boa conta¹³⁵”. Estabeleceu o seu quartel-general “naqueles matos tão distantes” onde, repentinamente, na sua visão, se achou formado:

¹³⁴ Era também conhecido por fazenda do Engenho e se encontrava nas proximidades do lugar chamado Chapéu d’Uvas ou Engenho do Mato, hoje Paula Lima, localidade pertencente a Juiz de Fora. Em 1703, as terras nessa parte da Mantiqueira pertenciam, por posse, ao Coronel Domingos Rodrigues da Fonseca Leme que depois as passou ao domínio de Manoel Lopes de Oliveira, sogro de José Ayres (RAPM, v.11, 1906, [1907], p.631-639).

¹³⁵ APM, SC, Códice 224, fl. 61.

[...] Um arraial numeroso, composto do muito povo que me tinha seguido para participar da repartição das terras, [que] pelo Bando de 31 de março do presente ano lhes tinha prometido [...] E imediatamente entraram na secretaria mais de oitocentos requerimentos [...] e ficaram logo concedidas trezentas e tantas sesmarias, que depois se tem aumentado com novos requerimentos legalizados de maneira que atualmente são já quase quinhentas despachadas¹³⁶.

A viagem do governador, provavelmente, se encerrou às margens do rio Paraibuna, onde deságua o rio do Peixe e se deparava com a estrada do Caminho Novo, pois no mesmo ano Dom Rodrigo partiu para os sertões da Casa da Casca, na serra dos Arrepiados, e do Cuieté, no médio vale do rio Doce. Os efeitos da diligência à Mantiqueira são de suma importância, pois a administração colonial passou a ter uma nova visão acerca das áreas proibidas e dos sertões do leste como um todo. Enquanto os governos anteriores lançaram ordens com o intuito de torná-los restritos à ocupação, D. Rodrigo procedeu à repartição de datas minerais e de sesmarias em suas três viagens¹³⁷.

Em Carta dirigida ao Rei Martinho de Melo e Castro, Dom Rodrigo relatou que a ocupação ilegal das áreas proibidas na freguesia de Borda do Campo fora comandada pelo tenente-coronel Manoel Lopes de Oliveira que no governo interino de José Antônio Freire de Andrade enviou-lhe a notícia de que várias pessoas, a pretexto da necessária serventia para suas fazendas, entraram nos matos gerais por três picadas e que por elas poderia ocorrer contrabando de ouro¹³⁸. José Antônio Freire de Andrade resolveu, então, publicar, em 1775, um Bando, declarando os sertões da Mantiqueira como área proibida¹³⁹. Mas, tal proibição fora “fundada sobre princípios totalmente impraticáveis e de cuja observância resultava a ruína da Capitania”, pois:

¹³⁶ Idem. A localidade surgida corresponde ao arraial do Rio do Peixe (Lima Duarte).

¹³⁷ APM, SC, Códice 224, fl. 24. Castro (1987, p.18), portanto, equivocou-se ao afirmar que a primeira investida nas “áreas proibidas” da Mantiqueira ocorreu no governo de Luís da Cunha Menezes (1783-1788). A atitude tomada por D. Rodrigo, além de contribuir para impulsionar a “abertura” dos sertões do leste, influenciou as próximas administrações neste sentido, inclusive a de Luís da Cunha Menezes.

¹³⁸ APM, SC, Códice 224, fl. 35.

¹³⁹ APM, SC, Códice 224, fl. 29. A resolução de José Antônio Freire de Andrade se encontra em APM, SC, Códice 224, fl. 34.

[...] se tivessem observado as Ordens de 1720, 1733, em que se funda a mesma Provisão [declaração de proibição de abertura de caminhos ou picadas] e outras da mesma natureza [...] estariam as Minas na sua primeira infância. Não haveria Goiás, Paracatu, Campanha do Rio Verde e Minas Novas do Araçuaí e outros distritos de menor ponderação¹⁴⁰.

Por trás da denominação *áreas proibidas* havia implícito alguns “interesses particulares” que procuravam desviar a atenção dos representantes metropolitanos para o efetivo devassamento e povoamento que vinha ocorrendo. Dom Rodrigo defendeu que a barreira mais eficaz para combater os descaminhos do ouro, devido às várias estradas e ao “imenso número de habitantes”, mineradores e fazendeiros, seria a implementação de uma política de regularização do povoamento, pois enquanto houvesse sertões dilatados, mal se poderia combater a cobiça ajudada pela natureza¹⁴¹. O essencial da questão não consistia em haver muitos ou poucos caminhos, mas em “serem dirigidos”, de forma a desembocarem em certos pontos fixos, “para fora dos quais não pudesse passar coisa alguma de todo o recinto interior sem ser registrado¹⁴²”.

A estratégia da política colonial foi, portanto, o incentivo à ocupação parcial dos sertões da Mantiqueira por meio das concessões e regularizações de datas e sesmarias¹⁴³. Procurava-se promover o reordenamento do território conforme a política metropolitana, transformando os habitantes não apenas em povoadores, mas em pagadores de tributos e, acima de tudo, vassalos do Estado. Em ofício dirigido ao Rei, Dom Rodrigo salientou que “a espoliar” os habitantes dos seus respectivos domicílios seria mais vantajoso para a Real Fazenda conservá-los como “vassalos laboriosos¹⁴⁴”.

A viagem aos sertões da Mantiqueira e a política de abertura de D. Rodrigo parecem ter influenciado a próxima administração, qual seja, a de Luís da Cunha Menezes. Em 1784, este governador dizia “não parecer ser útil aos interesses desta mesma Capitania haver terras inúteis pela falta de se conhecer as utilidades

¹⁴⁰ APM, SC, Códice 224, fl.29.

¹⁴¹ APM, SC, Códice 224, fls.20, 29 e 31. Nas palavras do governador: “não se pode dar remédio sem que os distritos sejam habitados”.

¹⁴² APM, SC, Códice 224, fls.29 e 30.

¹⁴³ APM, SC, Códice 224, fl. 66. No âmbito desse processo de abertura, D. Rodrigo também determinou a construção de um “novo caminho interior”, entre os rios Preto e Paraibuna, conservando nele meia légua de mato virgem. Para a patrulha da nova picada, denominada Caminho de Menezes, nomeou o Alferes Joaquim José da Silva Xavier. APM, SC, Códice 224, fl. 66.

¹⁴⁴ APM, SC, Códice 224, fl. 31.

que se poderão tirar das mesmas¹⁴⁵. No mesmo ano, ele lançou uma Portaria encarregando o sargento mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho, o coronel Manoel Rodrigues da Costa e o alferes Joaquim José da Silva Xavier para efetuarem uma “exatíssima averiguação” das “áreas proibidas” da Mantiqueira¹⁴⁶.

Era necessário conhecer a Mantiqueira para garantir a subordinação dos seus habitantes à política colonial, pois fazendeiros e mineradores instalados na área, desde governos anteriores, se aproveitavam de fraquezas do sistema administrativo para alcançar os seus próprios objetivos, a exemplo da mineração clandestina do Macacu, na divisa das Capitanias de Minas e Rio¹⁴⁷. O conhecimento e a abertura dos sertões, com a respectiva instalação de registros, seria uma medida importante na contenção do contrabando do ouro. Os novos caminhos abertos deveriam estar patrulhados, não sendo mera coincidência que três registros (Cunha, Louriçal e Ericeira) estivessem em funcionamento em 1790.

A ocupação do vale do rio Paraibuna, até a primeira metade do século XVIII, margeou a borda do Caminho Novo, a partir da introdução de roças para garantir o abastecimento dos viajantes e a alimentação dos animais, forçar o barateamento dos gêneros alimentícios, combater os descaminhos do ouro e incentivar a formação de uma estrutura para o transporte seguro dos quintos reais. Fora das bordas do caminho, houve casos específicos de adensamentos pontuais, pouco expressivos. Em 1744, no *Catálogo das igrejas paroquiais do Bispado do Rio de Janeiro*, em Costa Matoso (1999, p.817), figuravam no Caminho Novo apenas uma capela e duas igrejas¹⁴⁸. Todas se encontravam às margens da estrada (uma fora da região da Mata), corroborando a hipótese de fraco adensamento no sertão adentro da Mantiqueira. Somente a partir da segunda metade do século XVIII, a ocupação se adentrou pelas bordas do

¹⁴⁵ RAPM, v.2, 1897, p.347.

¹⁴⁶ Ao terceiro, que se achava destacado na ronda do mato, foram dirigidas as seguintes ordens expressas: efetuar o levantamento de todas as características do território como as povoações, com destaque para suas forças, ocupações e distâncias dos principais centros, as riquezas naturais, as serras, os rios, os pontos estratégicos para estabelecimento de registros e as estradas e caminhos abertos de Minas para a Capitania do Rio de Janeiro. RAPM, v.2, 1897, p.349-350.

¹⁴⁷ Na portaria citada anteriormente, o sargento mor S. Martinho possuía ordem expressa para destruir a mineração clandestina do Macacu. Detalhes da diligência podem ser consultados em Castro (1987, p.23-35).

¹⁴⁸ A capela de Nossa Senhora da Glória, na roça de Simão Pereira (corresponde ao local da antiga roça de Simão Pereira, não ao sítio da atual cidade de mesmo nome). A igreja de Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Mato (hoje Paula Lima, localidade de Juiz de Fora). E a igreja de Nossa Senhora da Piedade (antigo arraial da Igreja Nova de Campolide, atual Barbacena).

caminho, especialmente pelos espaços proibidos da Mantiqueira, freguesias de Borda do Campo e do Caminho Novo.

Nas últimas décadas do século XVIII, as relações dos povoados do vale do Paraibuna com a Capitania do Rio de Janeiro se intensificaram devido à abertura explícita da Mantiqueira desde o governo de Dom Rodrigo e por causa dos efeitos da transferência da capital do Brasil para a cidade do Rio de Janeiro em 1763. Por volta de 1770, conforme Russel Wood (1998, p.31), o Rio era o principal mercado para os produtos da lavoura e da pecuária de Minas Gerais e ponto central da rede de suprimento de gêneros alimentícios que se estendia ao Sudeste. Bauss (1977) *apud* Russel Wood (1998, p.31) afirmou que “não havia outra cidade no Império português no final do século XVIII e início do XIX que merecesse com mais justiça o título de centro (da colônia e do império)”.

A vinda da família real em 1808, ao impulsionar a produção agropecuária na Comarca do Rio das Mortes, contribuiu para que o sul da Mata se tornasse um importante entreposto dos produtos comercializados pelo e para o Rio de Janeiro, pelos menos até por volta de 1820. Essa rota de abastecimento perderia sua proeminência com a criação da Estrada do Comércio que ligava a Corte diretamente à vila de São João Del Rey, passando pela paisagem do campo das vertentes, portanto, a oeste da região da Mata¹⁴⁹.

A Estrada do Comércio, quando comparada ao percurso do Caminho Novo, encurtava, em 18 léguas, a distância entre o Rio de Janeiro e a vila de São João. Essa mudança provavelmente provocou impactos negativos no sul da Mata. Todavia, em termos econômicos, eles devem ter possuído duração efêmera, pois o contexto era outro, dado que a expansão do café, à mesma época, determinava a imposição de um novo tipo de dinamismo econômico, a modificar a estrutura geral do espaço agrário no vale do Paraíba.

¹⁴⁹ O marco inicial de funcionamento da Estrada do Comércio, aberta pela junta do Comércio do Rio de Janeiro, situa-se entre 1819 e 1822. Na sua primeira viagem a Minas, Saint-Hilaire (1975a, p.31-32) mencionou que ela ainda estava sendo construída na primeira data, quando então passara pelo Caminho do Rio Preto. Em fevereiro de 1822, na sua segunda viagem, Saint-Hilaire (1974b, p.18) percorreu a nova via.

3.1.2. O Avanço pela Sub-bacia do Pomba

O vale do rio Pomba foi o núcleo da maior concentração de índios Coroados e Coropós no século XVIII, encurralados em função do avanço do povoamento a partir do litoral e da região das minas e por causa dos conflitos com os Botocudos. Com as planícies banhadas por riachos piscosos e cobertas de mata fechada, até sua conquista e ocupação efetiva, o vale citado tornou-se um local favorável para o refúgio dos indígenas. A sua disseminação pelo mato em geral foi, até certo ponto, funcional à administração colonial, pois contribuiu para tornar insegura a prática dos contrabandistas de ouro e diamantes¹⁵⁰.

A ameaça aos habitantes dos arraiais pelos indígenas, quando estes “desciam” das matas, foi combatida com a criação de juntas de extermínio, como a expedida por D. Antonio de Noronha, em 1775, que mandava o sargento mor João da Silva Tavares fazer guerra aos Botocudos no intuito de recuá-los aos matos virgens, e com a instalação de estruturas militares (presídios e aldeias). A espacialidade das estruturas do Cuieté, Abre Campo, São João Batista e Pomba, as duas primeiras no vale do Doce e as duas últimas no do Pomba, deixa evidente que elas formam um anteparo entre a região da mineração e da Mata: arranjos espaciais instalados para viabilizar o controle imediato do território. O próprio Governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello deixou claro a importância dos presídios ao relatar que:

Calculando-se o estrago feito antes do estabelecimento destes presídios se vê que o atual é muito menor que o feito antes; porque a corda que mandei estabelecer para a defesa dos habitantes desta Capitania é muito comprida, e tem intervalo de uns a outros Presídios¹⁵¹.

As incursões iniciais do homem branco no vale do Pomba datam da primeira metade do século XVIII, quando o capitão mor Luís Borges Pinto, estabelecido em Guarapiranga, explorou-o durante três anos. A segunda metade do século referido marca o início das expedições que fundaram os primeiros povoados, aldeamentos e presídios. Em 1750, uma empresa liderada pelo

¹⁵⁰ No caso dos Botocudos do vale do rio Doce, Duarte (1998, p.46) relatou que a existência da antropofagia entre os mesmos levou a um maior distanciamento do homem branco, bem como ao reforço da identificação selvagem/mata, no imaginário do conquistador.

¹⁵¹ RAPM, v.11, 1906, [1907], p.314.

sertanista Inácio de Andrade Ribeiro, partindo de Ouro Preto até Borda do Campo, embrenhou-se pelos altos afluentes do rio Pomba, alcançando o rio Coroados (antigamente também chamado de Xopotó Novo). Apesar de resistência indígena, o sertanejo estabeleceu um posto avançado na serra das Mercês, do qual se formou a povoação de Mercês, com gente oriunda principalmente do distrito de Igreja Nova (atual Barbacena)¹⁵².

No ano de 1767 foi instalada a primeira freguesia na área, com o título de São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Coropós e Coroados. O cabido de Mariana nomeou o Padre Manuel de Jesus Maria como vigário encomendado da nova paróquia. Eschwege (2002, p.98) salientou que a data citada representa o marco da submissão dos índios Coroados e Coropós à coroa portuguesa. Em 1787 foi fundada a capela dedicada a São João Batista, no Presídio dos Índios Puris, com criação da freguesia em 1810 segundo Barbosa (1995, p.370). Não obstante a lei de 1º de Abril de 1680 que regulamentou a liberdade aos indígenas, estes passaram a ser “administrados” pelos portugueses, por meio da prática do aldeamento, numa forma disfarçada de escravidão.

O discurso subentendido na instalação dos aldeamentos do Presídio e do Pomba fundava-se na necessidade de promover a “civilização” e “pacificação” dos indígenas por meio da catequese. Mas, o objetivo central fora garantir a segurança dos fazendeiros e o bom andamento dos negócios coloniais que se implantavam no vale¹⁵³. Para viabilizar o desejo supracitado, a melhor estratégia foi reduzir o espaço vital dos índios por meio do aldeamento, pois assim destruíam-se a organização social coletiva e implantava-se a dependência do “gentio” em relação à igreja e às estruturas militares, enfraquecendo sua dispersão pelo mato e reforçando a sua sedentarização e utilização como mão-de-obra em fazendas.

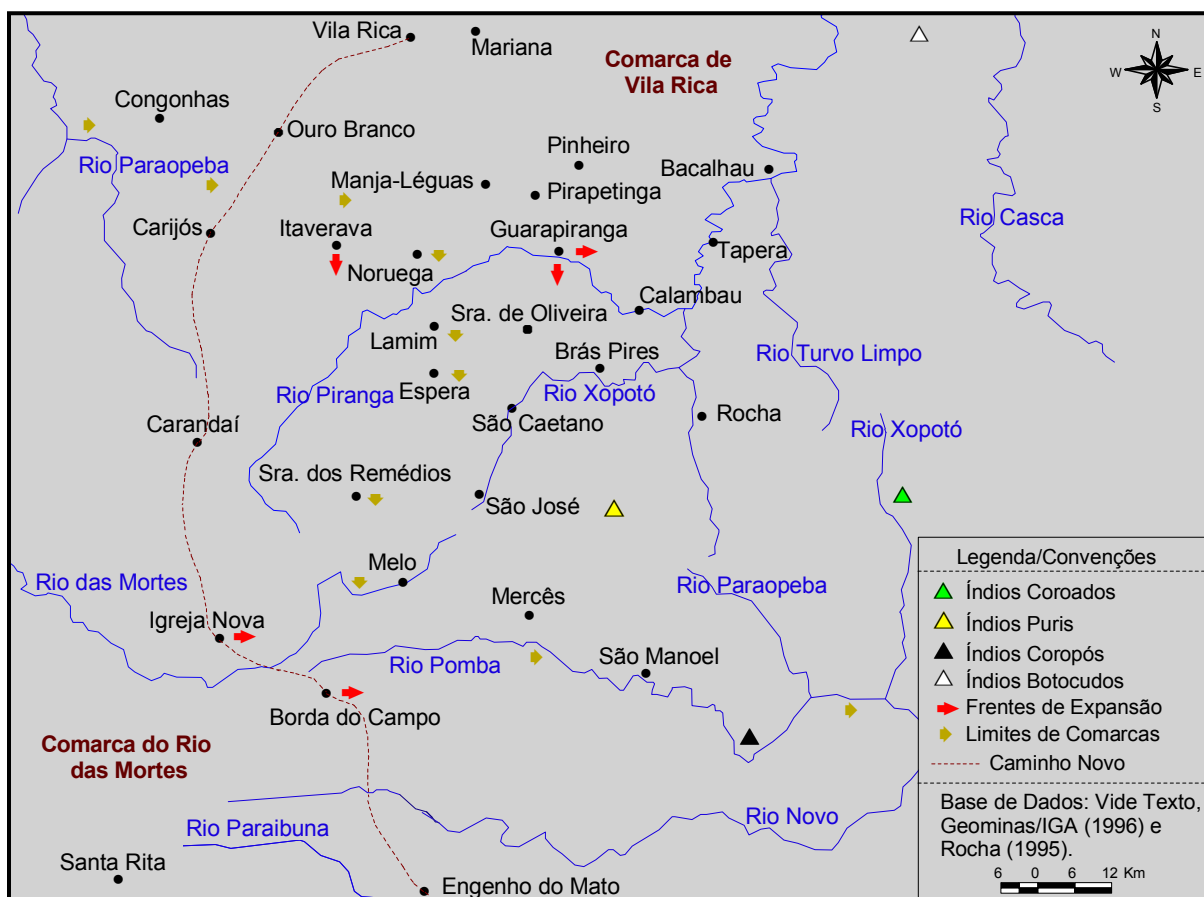
O desbravamento e a ocupação do vale do Pomba se insere, portanto, no âmbito dos constantes conflitos entre expedições exploradoras e índios. Observa-se pela Figura 14 que as frentes de entrada estiveram localizadas em três freguesias, favoravelmente próximas à área. A primeira era a de Guarapiranga, Termo de Mariana (Comarca de Vila Rica), de onde se adentrava pelo alto vale do

¹⁵² RAPM, v.3, 1898, p.381.

¹⁵³ O viajante Freireyss (1982, p.82) ressaltou que inclusive os criminosos fugidos da justiça solicitavam ao governo a criação de presídios para garantir a proteção contra os “selvagens”.

rio Piranga, notadamente pelos arraiais de Guarapiranga (Piranga), Senhora de Oliveira, Brás Pires, Calambau (Presidente Bernardes), São Caetano (Cipotânea), São José (Alto Rio Doce) e Rocha (Senador Firmino)¹⁵⁴. A segunda e a terceira entradas se localizavam no Termo de São José (Comarca do Rio das Mortes). Uma era pela freguesia de Itaverava, também no vale do rio Piranga, especialmente pelos arraiais de Itaverava, Noruega (Catas Altas da Noruega), Espera (Rio Espera) e Lamim. A outra pela Borda do Campo, no alto vale do rio das Mortes e Pomba, de onde se penetrava pelos arraiais de Igreja Nova (Barbacena), Borda do Campo, Senhora dos Remédios e Melo (Desterro do Melo).

Figura 14 – Frentes de Conquista, Tribos Indígenas e Povoados nos Vales dos Rios Pomba e Piranga em Meados do Século XVIII



¹⁵⁴ Um mapa da Comarca de Vila Rica de 1778, confeccionado por José Joaquim da Rocha na sua obra *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais* (1995), aponta um caminho ligando o antigo arraial de Guarapiranga ao de São Manoel dos Coroados, passando pelos distritos de São Caetano e São José.

O padrão do movimento de ocupação territorial é contrário àquele dos bandeirantes de “serra acima”, pois se processa das áreas de relevo enérgico, altas superfícies do quadrilátero ferrífero (serra do Espinhaço, primeira e segunda entradas) e escarpas do complexo cristalino (serra da Mantiqueira, terceira entrada) para os planaltos cristalinos rebaixados, dissecados pelos vales dos rios Piranga e Pomba, cuja característica peculiar é o domínio dos mares de morros. O deslocamento migratório “serra abaixo” se dirige, principalmente, em direção aos vales dos rios Pomba, Paraopeba e Xopotó (os dois últimos afluentes do primeiro). Em 1794, conforme Carrara (1999a, p.82), começaram a ser distribuídas sesmarias no vale do ribeirão Ubá (entre os rios Xopotó e Paraopeba).

Os colonos que se deslocaram para as proximidades do aldeamento de São Manoel foram atraídos pela fertilidade do solo, pela presença de conterrâneos¹⁵⁵, pelas riquezas da região como os matos abundantes em óleos e madeiras de construção, os produtos medicinais, a exemplo da poaia, e os veios auríferos, e pela possibilidade de produção de culturas como tabaco e algodão. Ao contrário dos grandes mineradores enriquecidos com o ouro, proprietários de inúmeros escravos, os primeiros indivíduos que se deslocaram para o vale do Pomba eram pessoas de poucas posses e escravos¹⁵⁶.

O processo de ocupação não deixou de promover a desapropriação de agricultores pobres, pioneiros no avanço da fronteira, e de indígenas que se encontravam instalados na área. Já em 1756, os oficiais camarários de Vila Rica haviam solicitado ao Rei providências no sentido de evitar as expropriações de pessoas das suas roças pelos colonos que estavam se introduzindo no vale¹⁵⁷.

¹⁵⁵ RAPM, v.3, 1898, p.381.

¹⁵⁶ Dos sesmeiros que receberam terras na parte central da Mata entre 1794 e 1825, apenas quatro afirmaram ter escravos. À época, o maior proprietário de terras era o capitão-mor Antônio Januário Carneiro, comerciante de Piranga. Ele comprou quatro sesmarias nas imediações do rio Ubá e para aí se transferiu, após o ano de 1805, juntamente com o cunhado, o comendador José Cesário de Faria Alvim (pai do político homônimo), ambos com família, escravos e rebanhos (CARRARA, 1993, p.55). No ano de 1805, o capitão mor provavelmente ainda era residente na freguesia de Guarapiranga, pois pagou o equivalente a 12\$000 réis de dízimos, quantia não tão expressiva (AN, CC, Livro 3047, Filme 174, Ft. 0289, Re. 536).

¹⁵⁷ Os agricultores pobres chegaram, inclusive, a enviar, em 1782, uma petição à Rainha, escrita pelo diretor dos índios, capitão Francisco Pires Farinho, conforme a seguir: “Dizem os possuidores de terras, dentro dos limites da nova Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e Peixe, dos índios Coropós e Coroados da Capitania de Minas Gerais [...] [que] depois de haver picadas, caminhos, e menos risco, os ricos e poderosos costumam tirar as terras dos pobres e humildes [...] E outras vezes alcançam cartas de sesmarias subornando a verdade, e com elas cobrem o trabalho dos pobres e lhe chamam suas. E os pobres que não têm dinheiro para as

Em 1789, os índios Coropós e Coroados, representados pelo Padre Manuel de Jesus Maria, pediam “sossego” ao rei, pois os sesmeiros estavam lhes perseguindo e violando os seus territórios, “tirando a sua paz¹⁵⁸”. Em 1791, Francisco da Silva Campos, capelão dos índios Coroados de São João Batista, denunciava “o desprezo, a penúria e desumanidade” com que os Portugueses tratavam os índios¹⁵⁹.

Nas duas últimas décadas do século XVIII, a população da freguesia do Pomba cresceu vertiginosamente, saltando de 1.179 pessoas de confissão em 1780 para 4.815 em 1800 (CARRARA, 1999a, p.16). Dados apresentados por Barbosa (1995, p.286-287) sinalizam que, em 1799, a população branca era cerca de 3.000 na paróquia¹⁶⁰.

Na freguesia de São João Batista, a principal atividade mercantil foi a produção de açúcar e de cachaça. Em 1779, segundo o Padre Manuel de Jesus Maria, existiam 32 engenhos nos distritos do Presídio e de São Januário do Ubá¹⁶¹. Em 1821, de acordo com Carrara (1999a, p.18), eram 40 engenhos, com 245 escravos, a quinta parte dos cativos da freguesia, e 65 empregados, estes distribuídos entre negros, homens pobres livres e indígenas¹⁶².

A extração da poaia foi outra atividade econômica importante. Os viajantes Spix e Martius (1981, p.222) relataram que a raiz era coletada pelos indígenas que as trocavam por utensílios de ferro, panos de algodão e cachaça. Esta era

grandes despesas de sesmarias, juiz, escrivões e medidores, e menos para correr demanda, se vêem obrigados a deixá-las e perderem o seu trabalho (CASTRO, 1987, p. 53-55)”.

¹⁵⁸ Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Conselho Ultramarino, Brasil, cx. 149, doc. 62. CARTA do Padre Manuel de Jesus Maria ao Governador da Capitania alertando sobre o prejuízo dos índios com a continuação das concessões de sesmarias pelo Governo. Citada em Aguiar (2003, p.139).

¹⁵⁹ RAPM, v.2, 1897, p.689.

¹⁶⁰ Em 1784, o Sargento Mór S. Martinho, ao passar pelo vale do Pomba, relatou que da Borda do Campo aos aldeamentos do Padre Manuel de Jesus as comunicações já estavam estabelecidas, passando por São Manoel do Pomba, pela capela do Espírito Santo (atual Guarani) até o ribeirão da Meia Pataca (hoje na cidade de Cataguases) (VASCONCELOS, 1918, p.262).

¹⁶¹ Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Conselho Ultramarino, Brasil, 11076, cx. 149, doc. 62 *apud* Resende (2005, p.9).

¹⁶² A implantação de engenhos de cana em Minas Gerais foi combatida pelas autoridades coloniais, sob a alegação de que: a) o trabalho escravo nestes estabelecimentos desviava a mão-de-obra da mineração; b) o consumo de aguardente causava danos físicos à escravaria; c) a produção interna da aguardente dificultava a comercialização daquela importada do reino (RAPM, v.8, 1903, p.558-559). Apesar das proibições formais, Guimarães e Reis (1986, p.19) relataram que a implantação de engenhos era do conhecimento das próprias autoridades que, em diversos momentos, até mesmo concederam cartas de sesmaria a moradores interessados em estabelecer tal atividade. A explicação para esse comportamento aparentemente contraditório pode ser entendida, conforme Silva (2002, p.187), a partir da estratégia de controle social dentro da lógica de prudência adotada pela Coroa portuguesa, pois as autoridades temiam a possibilidade de ocorrência de motins em função da falta ou do aumento excessivo do preço da cachaça.

considerada a “peste das aldeias, o meio infalível de induzir os índios” a excessos como matarem uns aos outros, perderem o respeito e subordinação a quem os governava ou entregar as mulheres e filhas aos contratadores.

A administração colonial, por meio da Lei do Diretório Real, procurou coibir os negócios proibidos como a venda de aguardente, a usurpação e a compra/venda de terras indígenas. Mas, em 1810, uma instrução dada aos diretores dos índios Cropós e Croatas por Antônio José Dias Coelho, citada em Castro (1987, p.15-19), ainda denunciava as práticas ilícitas efetuadas pelos portugueses, que manipulavam os índios a venderem suas terras a troco de cachaça e de insignificantes bagatelas.

A presença maciça de população indígena no vale do rio Pomba contribuiu para que o processo de ocupação dessa área adquirisse um aspecto diferenciado em relação ao do vale do rio Doce. A Tabela 4 ressalta a relação dos índios aldeados em 1827 nos vales dos dois rios citados. Nos três principais presídios do vale do Pomba (Manoel Burgo, São João Batista e Pomba), os índios foram forçados à sedentarização, para garantir o fornecimento necessário de mão-de-obra aos fazendeiros. Ao invés de um extermínio maciço, Puris e Coropós foram reduzidos à condição de aldeados. No vale do rio Doce, ao contrário, os Botocudos parecem ter oferecido maior resistência à prática do aldeamento. A dificuldade no dimensionamento dessa tribo é evidente, em vista da utilização dos termos “ambulantes”, “imenso”, “incógnito” e “indeterminado”. Em 1818, Eschwege (2002, p.81) relatou que os Botocudos ainda compunham uma das maiores nações de “povos selvagens”. Em 1850, Burmeister (1952, p.121) afirmou que nos arredores da confluência do rio Pomba com o Paraíba, os Coroados e os Puris se encontravam quase “civilizados”. O contrário poderia ser aplicado aos Botocudos no vale do rio Doce, “tribos completamente selvagens”.

A ênfase ao processo de redução dos indígenas ao aldeamento no vale do rio Pomba é particularmente significativa, pois a consolidação mercantil das freguesias do Presídio e de São Manoel foi impulsionada pelos importantes serviços prestados pelos índios na derrubada da mata e na formação das primeiras fazendas. Em 1827, ano em que se encontram registros de café na segunda freguesia, Marlière relatou que os trezentos Coropós do Pomba (Tabela 4) eram todos cultivadores e de “grandíssima utilidade aos fazendeiros”, pois estes entraram com “poucos ou nenhum escravos” e “não deixaram de promover,

com a ajuda dos índios, o degrau eminente de cultura e de comércio” em que se achava a freguesia. No ano citado, a produção agrária de Rio Pomba atingiu um dos maiores graus de mercantilização em Minas. No dízimo foram listados 633 lavradores e valor total avençado equivalente a 4:448\$383 réis¹⁶³.

Tabela 4 – Relação dos Aldeamentos Existentes nos Vales dos Rios Pomba/Paraíba e Doce em 1827¹

Aldeamentos	Grupo Indígena	Total
Vale do Rio Pomba/Paraíba		
Rio Pardo e Paraíba	Puris	500
Pomba	Coropós	300
Presídio de São João Batista	Coroados	700
Meia Pataca	Puris	400
Manoel Burgo	Puris	1.000
Vale do Rio Doce		
Santana de Abre Campo	Puris	800
Ao sul do Rio Doce Petersdorff	Botocudos	“São ambulantes”
Bananal Grande	Botocudos	“São ambulantes”
Cuieté	Botocudos	“São ambulantes”
Barra do Cuieté	Botocudos	“São ambulantes”
Lorena ²	Botocudos	“São ambulantes”
Laranjeiras	Naknenucks	“Imenso”
Quartel de D. Manoel	Naknenucks	“Incógnito”
Rio de Santo Antônio	Naknenucks	“Indeterminado”
Ribeirão do Félix, Peçanha	Malalis	“Indeterminado”

Notas: ¹ É bastante provável a existência de aldeamentos nos vales citados que não foram listados como os presídios de Santa Rita e Ponte Nova (RAPM, v.11, p.312-316, 1906, [1907]), Rio Casca (RAPM, v.17, p.426-431, 1912, [1913]), Calambau etc. ² O presídio de Lorena se localizava possivelmente na confluência do alto vale do rio Jequitinhonha com o médio vale do rio Doce. Fonte: RAPM, v.12, p.497-509, 1907 [1908].

O processo de “contratação” dos indígenas foi baseado em relações diretas de domínio e servidão. Segundo o Brigadeiro-Inspetor Antônio José Dias Coelho, os portugueses costumavam “alugar os índios para o seu trabalho” e depois de servidos não só lhes fintavam como também lhes davam pancadas, destruíam suas plantações e criações e os ameaçavam com outros castigos (CASTRO,

¹⁶³ Para efeito de comparação, utilizando-se dados apresentados em Carrara (1999a, p.75-76), as freguesias com montante do dízimo superior ao de Rio Pomba em 1826 eram: São João Del Rey (560 lavradores e valor concernente a 4:469\$300 réis), Tamanduá (982 lavradores e valor referente a 5:844\$000), Barbacena (704 lavradores e valor atinente a 7:698\$300), Pitangui (por volta de 650 lavradores e valor equivalente a 7:900\$800) e Campanha (2.327 lavradores e valor total avençado em 11:937\$000).

1987, p.18)¹⁶⁴. Em alguns momentos, os indígenas fizeram frente a tais atos, chegando, inclusive, a impetrarem ações contra os colonos. Francisco Rodrigues, índio Croato do Presídio de São João Batista, entrou com uma representação contra Antônio Gomes dos Santos. Este fora acusado de intimidá-lo, arrancar a sua roça de milho, dar-lhe pancadas e expulsá-lo, juntamente com a família, de suas terras, a fim de apropriá-las e vendê-las, tudo com a cumplicidade do Diretor dos Índios, José Ferreira da Silva, que recebeu do comparsa trinta mil (RESENDE, 2005, p.6-7).

A ocupação e o povoamento do vale do rio Pomba, conjugados à prática do aldeamento, promoveu, progressivamente, a desagregação das formas de produção coletivas, a aculturação e a sedentarização dos nativos, engendrando como únicas alternativas para os índios, a sua incorporação ao sistema da grande economia escravista como mão-de-obra sazonal (barata ou gratuita) ou, principalmente, ao sistema produtivo baseado no pequeno estabelecimento, já difundido pelos primeiros migrantes egressos da periferia das minas.

A formação espacial camponesa foi preponderante, todavia ela esteve penetrada por alguns poucos latifundiários com um estigma de ilegalidade por não respeitar o direito natural dos nativos à propriedade da terra. Na Lista Nominativa dos Habitantes da freguesia de São João Batista do Presídio em 1819, apresentada em Carrara (1999c, p.3-83), a maior parte da população escrava estava sob o comando de uma minoria de lavradores: dos 471 fogos com ocupação ligada à agricultura, apenas 9 (1,9%) detinham 23% da escravaria total. A escravidão negra, juntamente com a indígena, foram os regimes de trabalho compulsórios preponderantes no vale do Pomba. Não tão importante como o tráfico negreiro, o apresamento e o aldeamento dos indígenas se tornou uma atividade rentável para os colonos empenhados nesta atividade.

As condições locais encontradas pelo colonizador (presença expressiva de índios com possibilidade do apresamento e transformação em mão-de-obra e abundância de terras aparentemente devolutas) e as condições implantadas pela administração colonial (presídios e aldeias) viabilizaram a montagem de um sistema de produção mercantil fundado em relações de trabalho baseadas no domínio e na servidão. Num espaço outrora dominado por grupos indígenas, o

¹⁶⁴ RAPM, v.10, 1905, p.393.

precursor do desbravamento não foi simplesmente um explorador, mas um agente colonizador, responsável pela montagem e sustentação do projeto de conquista territorial. Seu papel ativo permitiu conduzir a aliança estreita entre a Igreja e o Estado, tornando possível a viabilização de objetivos distintos, mas indissolúveis à época como o mercantil e o religioso.

3.2. A Ocupação pelo Alto e Médio Vale do Rio Doce

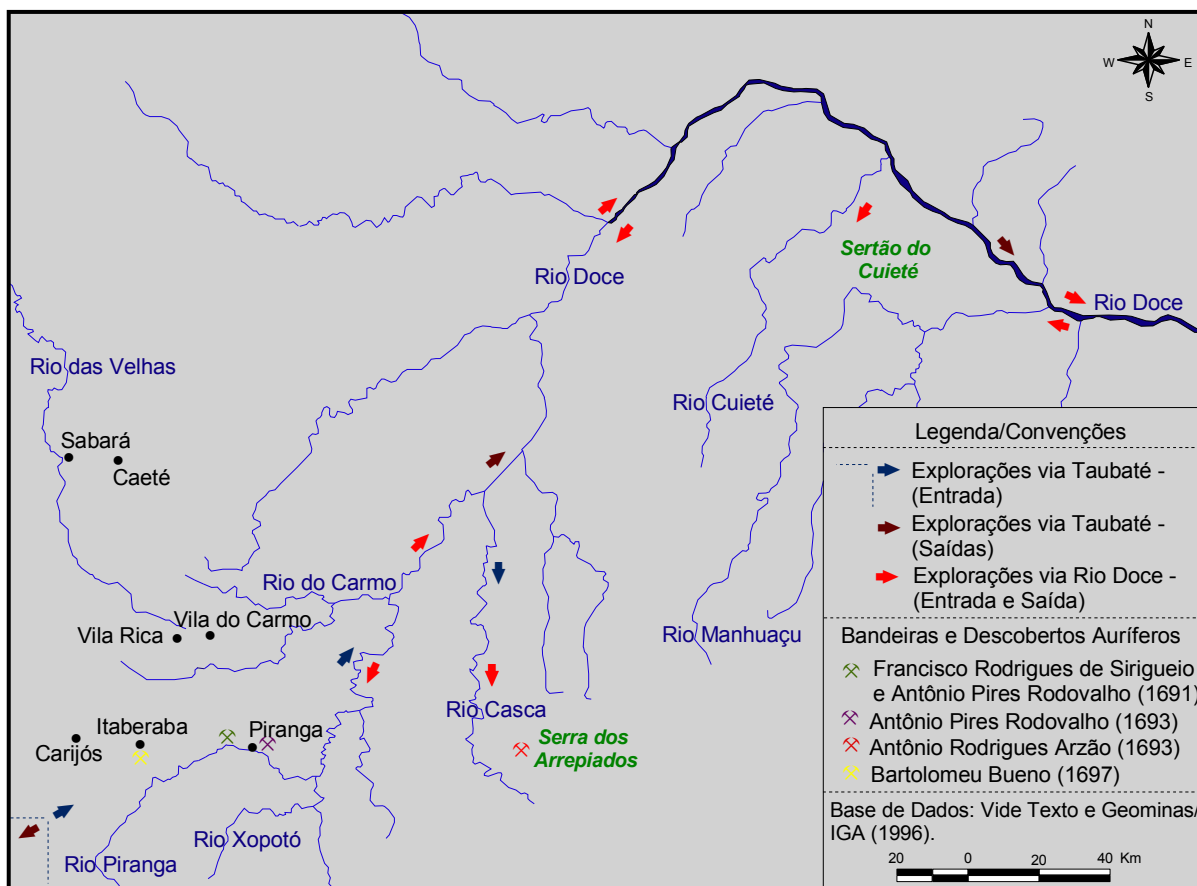
3.2.1. A Penetração pela Sub-bacia do Piranga

No alto vale do rio Doce, alguns núcleos populacionais surgiram como decorrência da sua condição de espaço de passagem para a região das Minas. Alguns desses núcleos de abastecimento ou, mais precisamente, rancharias são tão antigos quanto os distritos da mineração surgidos no contexto das grandes descobertas, mas não tiveram importância semelhante. Fatores como a sua proximidade de grandes veios auríferos, especialmente dos de Vila Rica e Ribeirão do Carmo, os quais atraíram somas elevadas de população, e a inexpressividade de suas riquezas minerais podem ter contribuído para a decadência dos mesmos.

A polaridade na capitania era dada pelos núcleos mineradores centrais. Todavia, a vida econômica em Minas não se resumia às áreas montanhosas auríferas, mas comportava inúmeros espaços, alguns inclusive pouco conhecidos. Lima Júnior (1978, p.23) menciona, por exemplo, a importância dos ranchos, os quais antecederam a criação dos primeiros arraiais, atuando como pequenos centros de abastecimento das principais mercadorias de consumo. Segundo o autor, as lavras criavam os arraiais, mas estes “começavam por um rancho de tropas” devido ao comércio realizado pelos comboieiros. Os lavradores e mineradores estavam disseminados pelas montanhas e vales e “erguiam casas junto às capelas. Aos sábados vinham nelas pernoitar com suas famílias para no domingo assistirem à missa e fazerem suas compras”.

No vale do rio Doce, as incursões iniciais que estão documentadas remontam à última década do seiscentos. A Figura 15 procura retratar os primeiros trajetos e os descobertos auríferos das bandeiras que se adentraram nos sertões da Capitania do Rio de Janeiro em fins do século XVII.

Figura 15 - Bandeiras e Descobertas Auríferas nos Sertões da Capitania do Rio de Janeiro, Fins do Século XVII e Início do XVIII



Luís José Ferreira de Gouveia (1750), no códice Costa Matoso (1999, p.255-261), mencionou que no ano de 1691 teria saído de São Paulo uma bandeira comandada pelos capitães Francisco Rodrigues de Sirigueio e Antônio Pires Rodovalho com o objetivo de alcançar a Casa da Casca. Estes paulistas chegaram ao rio de Guarapiranga no mesmo ano e se arrancharam em uma capoeira do “gentio” à beira-rio, descobrindo ouro em um córrego [Sirigueia, onde hoje se localiza o povoado de mesmo nome, município de Piranga] que faz barra no rio Piranga¹⁶⁵. O capitão Sirigueio e seu filho, Antônio Rodrigues Sirigueio, foram mortos devido às divergências entre os sertanejos, motivo pelo qual se desfez a bandeira.

¹⁶⁵ O rio Guarapiranga, hoje denominado Piranga, nasce na Serra da Mantiqueira, município de Ressaquinha (mesorregião Campo das Vertentes). Descrevendo o seu percurso na área estudada, após sua nascente passa pelos municípios de Itaverava, Catas Altas da Noruega e Piranga, recebendo o rio Xopotó em Presidente Bernardes pela margem direita. Denomina-se rio Doce a partir de Ponte Nova quando, então, recebe o rio do Carmo pela margem esquerda. Mais à frente, pela margem direita, deságua o rio Casca, na altura dos municípios de São Pedro dos Ferros e Rio Casca. Em alguns documentos históricos aparece com o nome *Guarapiranga*, por banhar o arraial de mesmo nome, que hoje corresponde à cidade de Piranga.

Em 1693, uma nova bandeira, agora comandada pelo capitão Antônio Pires Rodovalho, chegou à mesma paragem “e lhe puseram o nome Sirigueio pelas mortes”. Uma légua abaixo, os exploradores “fizeram roças e ao mesmo tempo descobriram ouro em um córrego” que faz barra no rio Piranga. “Acharam vários ossos de gente enterrada, razão por que lhe puseram o nome córrego das Almas”. Formaram um arraialzinho, o de Guarapiranga, e foram trabalhando no córrego (COSTA MATOSO, 1999, p.257).

No mesmo ano, de acordo com o relato de Bento Fernandes Furtado (1750), o bandeirante Antônio Rodrigues de Arzão, natural da vila de Taubaté, “conquistador do gentio dos sertões da Casa da Casca”, e mais “cinquenta e tantas pessoas”, entre “brancos e carijós domesticados”, partiram em direção à Casa da Casca¹⁶⁶. O sertanista juntou três oitavas de ouro na serra de Arrepiados (hoje serra do Brigadeiro), atravessou o sertão até a Capitania do Espírito Santo, provavelmente pelo rio Doce, e as apresentou à Câmara da vila capital (COSTA MATOSO, 1999, p.169-170).

Em 1697, uma nova bandeira, comandada por Bartolomeu Bueno, cunhado de Arzão, se armou e encaminhou para a Casa da Casca. Os sertanistas chegaram até a paragem de Itaverava onde, segundo Bento Fernandes Furtado, a diligência teve outro efeito, pois “acharam mostras de ouro na [referida] povoação” (COSTA MATOSO, 1999, p.170). No geral, esta informação é corroborada pelo relato do Mestre de Campo José Rebelo Perdigão, datado de 1733, morador do ribeirão do Carmo desde por volta de 1701 (TAUNAY, 1981, p.172).

O acesso dos bandeirantes aos sertões da Capitania do Rio de Janeiro até o final do século XVII se dava, conforme Vasconcelos (1948, p.274-275), pelo Caminho Velho, partindo a pé da vila de Taubaté. Este autor relatou que para chegar à Casa da Casca, a expedição de Arzão tomara a rota entre a vila referida e a futura povoação de Itaverava. Desceram em direção ao rio Piranga e o

¹⁶⁶ Não foi raro nas expedições o aproveitamento de grupos indígenas “domesticados”, utilizados como flecheiros, guias, coletores e caçadores de alimentos. Abreu (1976, p.104 e 108-109) relatou que os Carijós, como eram chamados os Guaranis em São Paulo, constituíram o grosso das forças dos bandeirantes. Nas entradas pelos sertões, o “gentio”, subjugado e “amansado”, escravizava outros índios em função da imposição do colonizador e das práticas difundidas nos aldeamentos que transformaram o indígena em instrumento de orientação dos conquistadores no projeto de pilhagem.

atravessaram para a sua margem direita, subindo um de seus afluentes até a serra de Arrepiados.

Contudo, as dificuldades impostas pela serra da Mantiqueira eram entraves consideráveis se comparados às possibilidades de navegação oferecidas pelo rio Doce e parte de seus afluentes. O uso da rota fluvial do rio Doce a partir da Capitania do Espírito Santo, apesar de abrigar índios Botocudos e estar mais distante do Rio de Janeiro em comparação ao Caminho Velho, pode ter sido condizente com as condições impostas naquele momento. A comprovação pode ser buscada no naturalista Saint-Hilaire (1975a, p.45). Em 1816, ele relatou que Arzão teria subido o rio Doce e penetrado nos sertões do Cuieté. Semelhante observação foi destacada pelo viajante Burmeister (1952, p.335) em 1850, ao afirmar que alguns documentos sobre a penetração do “hinterland” brasileiro “concordam todos” que a rota seguida subia o rio Doce até a sua divisa com a bacia do São Francisco¹⁶⁷.

O sertão do Cuieté, às margens do rio Doce, estava muito mais próximo da foz deste curso de água, na Capitania do Espírito Santo, do que da vila de Taubaté. O mesmo se pode dizer do sertão da Casa da Casca, na serra de Arrepiados, ou do de Guarapiranga, ambos localizados às margens de importantes afluentes do Doce, respectivamente os rios Casca e Piranga. À rota pelo rio Doce, outras foram sendo adicionadas como a que partia da vila de Taubaté pelo Caminho Velho. Frente à descoberta de pintas de ouro, os desbravadores passaram a ter um duplo objetivo: alcançar os sertões do Cuieté e da Casa da Casca, “infestados” de indígenas, e descobrir as minas resplandecentes nos futuros espaços da zona mineradora central e entorno. Das investidas formariam, então, os distritos de Vila Rica, Ribeirão do Carmo, Guarapiranga, Noruega, Itaverava e vários outros.

O surgimento do arraial de Itaverava possui como marco o final do século XVII. Num relatório de José Rebelo Perdigão, mestre de campo, dirigido ao Padre Diogo Soares, o referido sítio foi apontado como posto de passagem para as incursões iniciais nos sertões, portanto, um dos primeiros arraiais auríferos (BARBOSA, 1995, p.166). Apesar de não dispormos de informações precisas quanto à data de fundação da povoação, em 1744, sua igreja de Santo Antônio,

¹⁶⁷ Cláudio Manuel da Costa, no seu poema *Vila Rica*, também relatou que para atingir as Minas, Arzão teria saído do Espírito Santo, portanto pelo rio Doce (LOPES, 1997, p.75-79).

erguida em 1726, figurava entre as doze da Comarca do Rio das Mortes. Em 1750, o distrito dispunha de capitão mor e duas Companhias de Ordenança, com contingente militar equivalente a 150 homens (COSTA MATOSO, 1999, p.643 e 817)¹⁶⁸.

O arraial de Catas Altas da Noruega foi povoado no início do século XVIII. Ribeiro Filho (2006, p.80) salientou que na documentação analisada pelo Cônego Trindade, um relatório do padre Francisco Pereira de Assis, vigário de Itaverava, apontou que “Noruega data de 1726, ou antes, porquanto há tradição de ter sido ela a primitiva matriz, hoje decadente e despovoada”. O distrito pertencia, inicialmente, à jurisdição da Comarca de Vila Rica, porém se tornou vinculado ao termo da Vila de São José Del Rey, Comarca do Rio das Mortes, em 1718¹⁶⁹.

Um dos primeiros povoados a surgir nos sertões da Capitania do Rio de Janeiro, lugar caracterizado pelo predomínio do mato denso e abundante e das tribos indígenas dos Puris e Botocudos, foi Guarapiranga, que passou a pertencer ao Termo de Mariana, Comarca de Vila Rica. Palco das primeiras descobertas de ouro no final do século XVII, localizava-se na borda da região mineradora. Luís José Ferreira de Gouveia relatou que, em 1694, foi aberto por Bernardo de Chaves Cabral e seus irmãos Inácio Moreira e João de Godoy e o cunhado, sargento mor Luiz de Barros Franco, um caminho ligando o arraial do Sumidouro (hoje Padre Viegas) ao de Guarapiranga. Aqueles e outros paulistas trabalharam no córrego das Almas e construíram uma “capela ou oratório” com a invocação de Nossa Senhora da Conceição no segundo arraial citado, onde passou a celebrar missa um frade chamado frei José de Jesus. No ano de 1695 “fizeram igreja” com a mesma invocação e, por provisão do Bispo do Rio de Janeiro, veio para ela o padre Roque Pinto de Almeida (COSTA MATOSO, 1999, p.257)¹⁷⁰.

¹⁶⁸ As Companhias de Ordenança possuíam funções aparentemente militares como atacar os quilombos de escravos fugidos, combater os chamados “índios bravos”, reforçar o bom cumprimento da lei e impor os regulamentos fiscais.

¹⁶⁹ Atualmente, os municípios de Catas Altas da Noruega e Itaverava não pertencem à região da Zona da Mata, mas à Metropolitana de Belo Horizonte. Contudo, eles possuem características semelhantes aos municípios da primeira região como a situação socioeconômica atual, o processo histórico de ocupação e o quadro natural, formado pela floresta tropical. Esta vegetação se estendia pelas duas áreas, como prova a carta de alguns moradores da vila de São José, datada de 1798, que reclamaram dos elevados custos empreendidos no desbravamento dos *Matos* de Itaverava e de Catas Altas. RAPM, v.17, 1912, [1913], p.426-431.

¹⁷⁰ O documento que contém essa passagem no *código* Costa Matoso comprova os erros de Vasconcelos (1948, p.231) ao afirmar que o arraial de Guarapiranga fora erigido pelo taubateano João de Siqueira Afonso, em 1707, quando este descobriu jazidas auríferas no referido sítio. É importante mencionar que, desde 1695, o arraial de Guarapiranga já possuía pároco colado e

Nas primeiras décadas do século XVIII, várias diligências foram criadas para explorar as bordas sudeste e sul dos arraiais de Vila Rica e Ribeirão do Carmo. Bento Fernandes Furtado, em Costa Matoso (1999, p.182), salientou que entre 1702 e 1703, o coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, estabelecido nas minas do ribeirão do Carmo, mandou-o com uma turma de escravos e camaradas para penetrarem ao sul do dito ribeirão, “pelo sertão incógnito que se achava entre ele e Guarapiranga”. Várias faisqueiras foram descobertas nos lugares chamados Pinheiro, Pirapetinga, Bacalhau e Rocha: a primeira viria a fazer parte da freguesia do Sumidouro, enquanto as três últimas da de Guarapiranga. Menos ricas que as do Carmo, ainda assim atraíram correntes migratórias que seguiram as “picadas” e “lavrando estas faisqueiras foram achando aumento nelas, razão por que foram povoando sítios, arraiais, capelas, freguesia”. Vasconcelos (1948, p.229) afirmou que os mineiros que se dirigiram para as minas relatadas estavam “interessados tanto nas produções do ouro, quanto nas de cereais, graças à uberdade do solo”.

Nos arredores da primeira mina, a do Pinheiro, originou-se um arraial que hoje corresponde ao distrito de Pinheiros Altos, localizado no município de Piranga. Conforme Barbosa (1995, p.253), “o arraial do Pinheiro surgiu logo em seguida ao descobrimento, pois em 1738 já possuía Companhia de Ordenança”. Naquela época, a capela do Pinheiro era filial da matriz do Sumidouro. As minas do Pirapetinga se situavam no atual distrito de Santo Antônio do Pirapetinga ou Bacalhau, como era antigamente conhecido. Hoje, esse distrito pertence ao município de Piranga. O título *Santo Antônio do Bacalhau* também figurou no arraial, designado quando da sua elevação à categoria de freguesia, em 1875. Porém, conforme Barbosa (1995, p.308), Dom Benevides negou-se a instituir essa freguesia, “criada apenas para satisfação de mesquinhos interesses políticos locais”.

O terceiro veio aurífero foi encontrado pelos sertanistas na foz do ribeirão do Bacalhau. O arraial surgido passou a ser denominado Barra do Bacalhau ou

igreja, decerto muito modesta devido ao tempo gasto na construção. Da data citada até 1750, onze vigários passaram pelo distrito, o que reforça a sua importância e perenidade, mesmo não possuindo grandes reservas do metal precioso durante a fase expansiva da sua exploração. Ademais, a freguesia que aí se formou possuía quatro irmandades de compromisso: a de Nossa Senhora da Conceição, a das Almas, a do Santíssimo e a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, respectivamente, criadas em 1718, 1727, 1744 e 1745 (COSTA MATOSO, 1999, p.257-258).

simplesmente Bacalhau, hoje corresponde à cidade de Guaraciaba. Barbosa (1995, p.144) destacou que esta é uma das mais antigas povoações de Minas. A capela primitiva de Santana, também chamada Santana dos Ferros, foi erigida por provisão episcopal de 28 de novembro de 1749.

Nas proximidades do último descoberto, localizado às margens do rio Turvo, afluente do Piranga, originou-se a atual cidade de Senador Firmino, também na Zona da Mata. Barbosa (1995, p.334) relatou que *Rocha* foi o núcleo inicial onde se formou, mais tarde, o povoado de Nossa Senhora da Conceição do Turvo. Mas, “os índios ali eram terríveis, atacavam os brancos, destruíam-lhes as casas e as roças; por isso o povoamento não se fez com rapidez”. De todos os descobertos, o do Rocha se encontrava mais embrenhado a leste, portanto, exposto ao confronto direto com os indígenas. Por isso, ao contrário dos arraiais anteriormente relatados, o seu povoamento apenas se intensificou a partir da segunda metade do século XVIII. Em 1753, o primeiro bispo de Mariana concedeu aos moradores a provisão para a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição.

A conquista e os avanços dos pioneiros foram se dando pelos sertões do arraial de Guarapiranga. Devido à sua posição geográfica, entre a região mineradora e a zona de fronteira, se tornou uma porta de entrada para as investidas nos sertões do leste. A existência de riquezas minerais, a exemplo dos veios auríferos, explorados, principalmente, nas serras do Tatu, do Carmo e dos Cardosos e nos ribeirões Bacalhau, Pirapetinga e Almas, afluentes do rio Piranga, exerceram forte incentivo ao deslocamento da fronteira demográfica, bem como as características geográficas favoráveis à implantação da agropecuária¹⁷¹.

No final da primeira década do século XVIII (1708), o arraial de Guarapiranga teve importância política na Guerra dos Emboabas, pois a derrota da comitiva de Manuel Nunes Viana, no terceiro episódio do confronto, ocorreu nas proximidades do distrito segundo Matos (1968, p.304). O capitão mor Rafael da Silva e Souza evitou que o arraial fosse destruído pelos paulistas ao partir em direção ao antigo povoado do Pirapetinga ou Bacalhau.

¹⁷¹ Os inventários entre 1749 e 1820, estudados por Oliveira (2006), apontam a predominância da unidade de produção diversificada, agropastoril e mineral, explorada com mão-de-obra escrava, e da unidade agropastoril, explorada através de relações de produção do tipo camponês que eventualmente praticavam a mineração.

Nos anos de 1720, o arraial de Guarapiranga já apresentava importância econômica expressiva, ao ocupar a sexta posição entre os dezenove núcleos auríferos fiscalizados pela Câmara de Mariana, com a soma de 1.193 escravos africanos e crioulos, segundo mencionou Venâncio (1997, p.7). Esse destaque foi reconhecido pela administração colonial que, em 1724, elevou o distrito à condição de Freguesia. No mesmo ano, na carta régia do Rei de Portugal que promoveu vinte igrejas mineiras à condição de vigararia com título colativo, pois possuíam “alto rendimento e número de fregueses”, constava a matriz de Guarapiranga (COSTA MATOSO, 1999, p.384-386).

Um relatório elaborado pelo capitão mor Luiz Borges Pinto, secretário do Governador D. Lourenço de Almeida, à procura do vale do rio Casca, local onde Antônio Rodrigues Arzão estivera no final do século XVII, nos dá uma dimensão do estado de ocupação ao longo do vale do rio Guarapiranga. Ele empreendeu três incursões ao alto vale do Doce, nos anos de 1726, 1727 e 1728. Na partida para a sua primeira viagem, assim relatou:

Saí do Arraial da Guarapiranga nos princípios de Abril de 1726, com 97 armas todas à minha custa, e providas de facões, patronas, pólvoras, chumbo, o Prático a oitava e os mais à proporção: saiu também comigo o R. Padre Manoel da Silva Borges, que sempre nos disse Missa a meia oitava de esmola. A primeira marcha que fizemos foi à barra do Xopotó, *gastamos nela dois dias por estar por aquela parte já feito todo o caminho, é todo mato geral com bastantes roças, fazendas e lavras, e algumas não têm dado pouco ouro* (TAUNAY, 1981, p.162) (Grifos nossos).

Nos vales dos rios Turvo Limpo e Casca, respectivamente, afluentes dos rios Piranga e Doce (ver a Figura 14), o mesmo relatório apontou que o espaço ainda se encontrava com mato virgem. Era, portanto, uma área estratégica para os escravos se refugiarem, como confirma o trecho seguinte, devido à presença de um quilombo de negros.

[...] *Passado o Guarapiranga e o Xopotó, no sítio de Manoel Valente, comecei a romper o mato, que há, e grosso, buscando o sul, e costeando o Xopotó; depois de 12 ou 13 dias de boa marcha, voltando quase ao sudeste, fui dar com um quilombo de negros, que tive ao princípio por alguma aldeia de gentio pela força, roças e ranchos, de que estava provida [...]* Fica este quilombo nas cabeceiras de um córrego, que chamam o Turvo

[Limpo] e deságua no Guarapiranga 6 léguas abaixo do Xopotó [...] Daqui fui buscar logo as cabeceiras do rio dos Coroados seguindo o rumo do sudoeste: gastei na viagem 17 dias, é *tudo mato grosso com bastante caça e vargeria* [...] Das cabeceiras dos [Índios] Coroados abri picada costeando o mesmo rio [Coroados] e encostado sempre à serra [de São Geraldo] com bastante trabalho e perigo; cheguei ao Rio da Casca que deságua nele, e nasce na mesma serra, gastando neste caminho 21 dias. Fiz roças na sua barra de uma e outra parte do rio, e para mais diligências, que nele fiz, não achei o ouro [...] *É tudo vargeria e mato grosso* (TAUNAY, 1981, p.162-163) (Grifos nossos).

Há uma imprecisão nesse relato, pois o rio Casca não deságua no Coroados, como afirmou o capitão, mas no Doce. Luiz Borges Pinto provavelmente tomou o rio São Geraldo pelo Casca (o primeiro é que deságua no antigo rio Coroados, atual Xopotó)¹⁷². Não obstante esse pequeno equívoco, se traçarmos, em linha reta, as duas distâncias percorridas pelo capitão, apesar de algumas diferenças de relevo entre as áreas, veremos que a segunda equivale a quase o dobro da primeira. Mas, o tempo gasto no último percurso, cinqüenta e um dias, foi bem superior aos dois dias despendidos no primeiro trajeto. Isto corrobora a hipótese da ausência de povoamento no vale do ribeirão Turvo Limpo na segunda década do século XVIII, marcado pela “vargeria” e pelo “mato grosso”. Esta constatação também pode ser aplicada aos vales dos rios Casca, Matipó e Cuieté, habitado por “inumerável gentio”, conforme a descrição do capitão na sua segunda viagem (1727).

Numa relação de algumas sesmarias concedidas entre o período de 1711 e 1739 nos vales dos rios Piranga, Xopotó e Turvo, apresentada em Carrara (1999a, p.26-30), notamos que a maioria está situada às margens do primeiro curso de água, em função do seu vale abrigar os principais ribeirões e serras com veios auríferos, além dos distritos mais populosos criados sertão adentro, como os de Pirapetinga, Pinheiro e Guarapiranga. A sesmaria, de forma semelhante ao Caminho Novo, procurou regularizar, em grande medida, a apropriação anterior via posse ou compra de terras nas áreas de fronteira. Dentre as cartas listadas

¹⁷² Na área de estudo há dois rios Xopotó. O primeiro, afluente do Piranga, vale do rio Doce, tradicionalmente conhecido desde o período colonial. Sua nascente está em Desterro do Melo. O segundo, no vale do rio Pomba, antigamente denominado rio Coroados devido à presença da tribo de mesmo nome em suas margens. Sua nascente está no município de São Geraldo, mas ele passa a se chamar Xopotó a partir de Visconde do Rio Branco. Ver Eschwege (2002, p.69) e Burmeister (1952, p.178).

pelo autor, observamos concessionários como João da Costa Torres, João Medeiros Teixeira (com posses de engenho) e Bernardo Ferreira de Andrada cujas glebas, antes do recebimento do título, foram compradas, confirmando a comercialização dos imóveis mesmo sem a titulação regular. Nota-se a presença de posseiros na área como atestam os casos de Paulo Rodrigues Durão e Manuel Fernandes Pontes, há quatro anos no local e com posses de engenho, Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, há sete anos no local, e João Medeiros Teixeira, entre 16 e 18 anos no local e com posses de engenho.

O Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, apesar de ter recebido sua sesmaria em 1711, compreendendo o espaço entre o sítio do Morro Grande e o Brumado, com uma légua de sertão para Guarapiranga, no ano de 1703 já se encontrava estabelecido em São Caetano (atual Cipotânea), onde tinha fazendas com engenho de cana e fábrica de mantimentos, segundo relatou Lima Júnior (1978, p.26)¹⁷³. Na opinião de Barbosa (1995, p.88-89), o coronel se estabeleceu “por compra de terras”. Se ele não recebeu outra sesmaria e a sua carta regularizou a posse comprada (lembramos que ele já se encontrava no local há sete anos) podemos afirmar que ele incorporou dimensões além da pré-estabelecida na concessão, pois o título de doação impunha apenas uma légua para o sertão de Guarapiranga e, somente a distância entre este arraial e o de São Caetano era, segundo Costa Matoso (1999, p.258-259), seis léguas. Uma evidência de que o sistema de posses antecedeu, em boa parte, o título de propriedade.

O lançamento de posses foi tão comum que no governo de Gomes Freire de Andrade, um Bando sobre terras minerais, datado de 13 de maio de 1736 e reproduzido a seguir, procurou combatê-las.

¹⁷³ A denominação primitiva de Morro Grande foi São João do Morro Grande. O arraial tinha certa importância em 1713 quando os moradores levantaram uma capela melhor e mais ampla, coberta de telhas (BARBOSA, 1995, p.41-42). Hoje corresponde ao município de Barão de Cocais. O segundo local, Brumado, coincide, provavelmente, com o atual distrito de Cachoeira do Brumado, pertencente ao município de Mariana, que surgiu nos primórdios do século XVIII e era também denominado *Bromado*.

*E atendendo aos inconvenientes que têm resultado das chamadas posses, pretendendo-se com a fácil ocupação de mui pequena porção de terra adquirir a posse de todas as vertentes de que têm resultado muitas mortes, que ficam sem castigo pelos desertos em que se cometem, além de outras feitas pelo gentio brabo nas partes mais remotas: proíbo que do dia da publicação deste em diante ninguém lance semelhantes posses, sob pena de duzentas oitavas, e de se julgarem nulas, e que delas não resulte posse alguma na terra imediata e que fica dentro das mesmas vertentes; e querendo alguma pessoa povoar, ou lançar roças nas extremidades não povoadas deste Governo, o não possam fazer sem licença minha, ou de meus sucessores por escrito, que fique registrada na Secretaria, a qual se concederá, ou negará (Grifos nossos)*¹⁷⁴.

Essa ordem visava combater os conflitos de posse de terra e as mortes que deles decorriam. Implicitamente, ainda procurava restringir o avanço de colonos sobre as extremidades não povoadas da capitania para evitar o descaminho do ouro. De acordo com o Bando, a ocupação nas áreas remotas poderia ser concedida ou negada, caso fosse conveniente ou não a utilidade pública e o serviço de Sua Majestade. Todavia, a repetição do instrumento normativo citado nos anos de 1738 e 1757, novamente a impor limites à ocupação de áreas vedadas, nos permite inferir que, possivelmente, os povoadores continuaram a ignorar tal determinação, devido ao caráter particular das áreas periféricas¹⁷⁵.

A mercantilização crescente do espaço rural mineiro contribuiu para que o Bando mencionado e outros do mesmo grau fossem pouco respeitados. Em algumas áreas de fronteira aberta, como as da freguesia de Guarapiranga, a transformação do preço da terra poderia figurar como contraditório, dado que a abundância de áreas devolutas era sua característica principal. Entretanto, elas possuíam veios auríferos e condições propícias ao desenvolvimento da atividade agropecuária, cada vez mais importante frente à crise da mineração¹⁷⁶.

¹⁷⁴ RAPM, v.1, 1896, p.707.

¹⁷⁵ APM, SC, Códice 224, fl.26.

¹⁷⁶ Havia uma articulação expressiva dos povoados do vale do rio Piranga com os da zona mineradora central, fator importante para o avanço da ocupação em direção ao primeiro. Em 1826, por exemplo, dos 26 devedores da fazenda Mainart (Mariana), pertencente a José Anastácio Alves Lira, Carrara (1999a, p.16) ressaltou que 13 residiam em arraiais no vale do rio Doce, a saber: Santa Rita do Turvo, Tapera, Guarapiranga, Barra do Bacalhau, Conceição da Casca (Rio Casca), Calambau, São Sebastião e Almas, Senhora de Oliveira, Pinheiro, Xopotó, Manja Léguas e Saúde (Dom Silvério).

A proximidade da freguesia aludida de distritos populosos como Ribeirão do Carmo e Vila Rica, a circulação monetária comandada pelo ouro em pó e as ameaças do “gentio” quanto à ocupação de novos espaços a leste impulsionaram a tendência de transformação gradativa em mercadoria do meio de produção mais importante na colônia. Igualmente, não pode ser descartado o estímulo, mesmo que de forma indireta, da política colonial ao descobrimento de novas datas minerais e a ocupação, cada vez mais acentuada, das áreas periféricas das minas por uma população que se empregou na produção de alimentos para o consumo e, eventualmente, comercializou os excedentes no mercado interno.

Passados vinte e quatro anos de explorações, ocupações e concessões de sesmarias desde a primeira viagem, em 1726, do capitão mor Luiz Borges Pinto pelo vale do rio Piranga, um documento contendo informações acerca do território da freguesia de Guarapiranga, escrito por Luís José Ferreira de Gouveia para o Senado da Câmara de Mariana em 1750, descreve o amplo povoamento no vale do rio citado, onde os arraiais e parte dos povoados podem ser observados na Figura 14, apresentada anteriormente (página 107). Dentre os povoados, figuravam os de Manja Léguas, Calambau, Senhora dos Remédios, Nossa Senhora da Oliveira e São Pedro (Senhora de Oliveira), Nossa Senhora do Rosário ou Brás Pires, Tapera (Porto Firme) etc. Dentre os arraiais, sobressaíam Guarapiranga, São Caetano, Barra do Bacalhau, Pirapetinga e Pinheiro.

Baseando-se no marco de edificação de capelas, Barbosa (1995, p.114, 185, 266 e 283) destacou que os povoados de São José (Alto Rio Doce), Tapera, Lamim, Melo (Desterro do Melo) e Espera (Rio Espera) teriam surgido posteriormente a 1753. Os registros do dízimo das freguesias de Guarapiranga e Itaverava e as várias concessões de sesmarias para o vale do ribeirão Tapera (afluente do rio Piranga) e para os vales dos ribeirões Santo Antônio, Cachoeirinha, Espera, Santana, Lamim etc (afluentes do rio Xopotó) demonstram que os vestígios iniciais da marcha pioneira, responsável pela formação dos povoados anteriormente citados, remontam às décadas de 1730, 1740 e 1750.

Nas proximidades do atual distrito de Alto Rio Doce foi outorgada, em 1745, sesmaria a Antônio Rabelo Lobo na paragem do córrego de Santo Antônio, afluente do rio Xopotó. Na carta de doação, o governador Gomes Freire de Andrade relatou o seguinte:

Faço a saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que tendo respeito em representar por sua petição Antônio Rabelo Lobo que *ele comprara uma roça* a Antônio de Torres, o qual arrematara em praça cita no corgo de Santo Antônio, Matos do Xopotó, Comarca de Vila do Carmo, hoje cidade de Mariana e *porque a queria de sesmaria para evitar contendias* (Grifos Nossos)¹⁷⁷.

A concessão citada comprova o movimento de comercialização de imóveis rurais e o papel da sesmaria como instrumento de *garantia* de terras compradas, a fim de evitar disputas, mesmo em áreas de fronteira aberta como o sertão do Xopotó. Em 1759, foi doada sesmaria a José Alves Maciel, junto ao ribeirão da Cachoeirinha, afluente do Xopotó¹⁷⁸. Este peticionário e sua mulher, Vicência Maria de Oliveira, vindos do Tijuco, foram responsáveis pela constituição do patrimônio da capela de São José, erguida em 1764¹⁷⁹.

No caso dos povoados de Tapera, Lamim, Melo e Espera, identificamos várias concessões de sesmarias, algumas relatadas a seguir:

- a) em 1745, a Gregório Maia Neves na paragem da Tapera e a João Correa Campos no ribeirão da Tapera. Em 1746, a Manoel Machado Toledo junto ao ribeirão da Tapera. O segundo e o terceiro, nos registros do dízimo de 1750, foram avençados, respectivamente, em 42\$000 e 78\$000 réis¹⁸⁰. Além desses moradores, encontramos vários outros nos lançamentos do tributo cuja paragem mencionada foi a da Tapera¹⁸¹. Em 1738, segundo Lima Júnior (1978, p.40), a paragem citada já possuía uma sede de Companhia de Ordenança;
- b) em 1748, a Estevão Ferreira Dessa nas cabeceiras do Xopotó, localidade da cachoeira do Melo, e a José de Oliveira Flores no sertão do Xopotó¹⁸². O segundo havia entrado na área com doze escravos no ano de 1744;
- c) em 1748, a Antônio Soares Barros, Manoel Correa Melo, Domingos da Silva Pacheco e Luiz Borges Pinto, os três primeiros no ribeirão da Espera, sertão do Xopotó, e o quarto no córrego Santana, que deságua no ribeirão da Espera. Após um ano, foi outorgada outra sesmaria para a paragem do ribeirão citado, doada a

¹⁷⁷ APM, SC, Códice 80, Fl. 194v.

¹⁷⁸ RAPM, v.37, 1988, p.14. O registro de confirmação de sua sesmaria foi passado em 1761.

¹⁷⁹ RAPM, v.21, 1927, p.499-507.

¹⁸⁰ APM, SC, Códice 85, Fls. 57v e 89. APM, CC, Livro 2040, Re. 175. João Correa Campos ainda vendeu a Manoel Jacomo Braga, morador da Tapera, parte de sua produção agrária, cuja quantia tributada no dízimo foi equivalente a 30\$750 réis no mesmo ano. APM, CC, Livro 2040, Re. 90.

¹⁸¹ APM, CC, Livro 2040, Re. 61, 62, 63, 64, 65, 66, 89, 90, 171, 172, 173, 174, 261, 262, 263, 273 e 356.

¹⁸² APM, SC, Códice 90, Fls. 149 e 156v.

Gabriel Pereira de Sá¹⁸³. Em 1750, há alguns lavradores avançados nos registros do dízimo cuja localidade foi a do córrego da Espera. Exemplificam este caso os lançamentos de Bento Pacheco do Amaral (sesmaria recebida em 1747, na qual consta que o peticionário tinha “bastantes escravos”) e Francisco Vieira de Medeiros, respectivamente, com valores da ordem de 61\$200 e 34\$800 réis¹⁸⁴; d) e, em 1753, a Miguel Pereira, Matheus Pereira e Antônio Queiroz Monteiro, no ribeirão Lamim¹⁸⁵. O teor da carta de doação da terceira sesmaria, passada pelo governador Gomes Freire de Andrade e descrita a seguir, é de suma importância, pois confirma, novamente, a prática disseminada entre os colonos de comercializar imóveis rurais, mesmo sem a titulação regular do solo, e o papel da sesmaria como instrumento de garantia de terras compradas (caso em questão) ou apossadas.

Faço a saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que tendo respeito a me representar por sua petição o doutor Antônio de Queiroz Monteiro que *ele é senhor de posse de umas terras de roça que comprara a Barbosa dos Santos*, a qual fora lançada e possuída por seus antecessores muito antes do ano de 1736, sitas no ribeirão Lamim, freguesia de Itaverava (Grifos Nossos).

Praticamente, todas as sesmarias destacadas deixam evidente que o peticionário pedia a regularização de posses lançadas ou de terras compradas numa época passada. O colono alegava que “por não ter paragem suficiente em que fizesse situação [...] botara o suplicante, com grande risco do gentio, algumas posses”. Vejamos três exemplos. Manoel Machado Toledo, antes do recebimento de sua sesmaria em 1746, era “senhor e possuidor de um sítio e pertences em que vivia há anos no ribeirão da Tapera”. Manoel Correa Melo, antes de obter a sua sesmaria em 1748, “entrara pelo sertão com dez escravos com risco do gentio até um ribeirão chamado Espera”. Antônio Soares Barros, morador da Catas Altas de Itaverava, antes de conseguir sua sesmaria em 1748, “entrara no ano de 1744 com 15 escravos no sertão do Xopotó, paragem deserta e infestada do gentio e onças¹⁸⁶”.

¹⁸³ APM, SC, Códice 90, Fls. 148, 148v, 150, 160v e 205.

¹⁸⁴ APM, SC, Códice 90, Fl. 35. APM, CC, Livro 2040, Re. 19, 23 e 281.

¹⁸⁵ APM, SC, Códice 106, Fls. 76v, 114 e 175.

¹⁸⁶ APM, SC, Códice 85, Fl. 89. APM, SC, Códice 90, Fls. 148 e 150.

No caso dos lavradores avançados no dízimo em 1750, é plausível a suposição de que eles já se encontravam na área no final da primeira metade do século dezoito, pois para ser avançado requeria-se um tempo necessário para a montagem das unidades produtivas. Os valores do tributo, relativamente elevados e enquadrados na categoria dos médios e grandes lavradores, indicam atividade agrária expressiva e deixam antever que as unidades produtivas dispunham de roças, benfeitorias e escravos, características vitais para o seu funcionamento.

A despeito do deslocamento da fronteira demográfica ao longo da freguesia de Guarapiranga, com avanços em direção à barra do rio Bacalhau, o povoamento entre 1726 e 1750 parece ter se agrupado nos vales dos rios Xopotó (margem esquerda) e, sobretudo, no do rio Piranga, como indica a Figura 14. O sertão mais a leste, notadamente nos vales dos rios Turvo Limpo e Casca, continuou praticamente rarefeito em relação ao povoamento de população branca.

Os principais afluentes da margem esquerda do rio Piranga, Bacalhau e, principalmente, Pirapetinga, segundo o relato de Luís José Ferreira de Gouveia (1750), estavam ocupados com lavras, roças e capelas da foz até as cabeceiras. A freguesia de Guarapiranga dispunha de capacidade para se fazer “uma povoação muito grande pelo terreno, águas, muita terra para mantimentos e o rio que passa pelo pé dele [do distrito], navegável por toda a freguesia”. Nela constavam “12 vigários de provisão, três igrejas, um colado, 5.200 pessoas, sete capelas [...], engenhos de água quatro, de bois seis, de pilões dez, roças quinhentas, mais vinte ou menos (COSTA MATOSO, 1999, p.260)”. Mas, a causa “da freguesia não ser maior do Tripuí [ribeirão de Vila Rica] para dentro [do sertão] tem sido o gentio, que não somente [não] deixa entrar a descobrimentos como arrasam o que já está povoado” (COSTA MATOSO, 1999, p.258-260).

A condição de instabilidade da freguesia de Guarapiranga era inevitável devido ao fato dela estar intercalada entre a região mineradora e a área propícia à expansão de novos projetos econômicos. Os avanços dos colonos, visando o apresamento e a escravização de indígenas e a implantação da atividade agropastoril e/ou mineral sobre territórios dominados pelos índios e quilombolas, fizeram da tensão a principal característica do extenso espaço de fronteira da freguesia. Num primeiro momento, ocupação territorial e avanço militar se tornaram sinônimos. Apesar das expedições militares com o intuito de deslocar o

“gentio” para o mato, como a comandada pelo mestre de campo Matias Barbosa da Silva com setenta pessoas na zona do Rio Doce em 1734, a expansão sobre a fronteira não dependia, exclusivamente, dos anseios dos desbravadores ou da administração colonial, dado que o índio, em alguns momentos, impunha o recuo dos colonos¹⁸⁷. No vale do Piranga, o “obstáculo” imposto pelos indígenas estava mais presente a leste, pois à medida que o povoamento avançava da região das minas para os sertões de Guarapiranga, os Puris e Botocudos, quando não conseguiram fazer frente à marcha, se viram obrigados a se refugiarem, respectivamente, no vale do Pomba e no médio vale do rio Doce¹⁸⁸.

A freguesia de Guarapiranga e o vale do rio Doce emergiam como cenários estratégicos para os projetos de alargamento da colonização, seja na ampliação da exploração aurífera ou, principalmente, na expansão da atividade agropecuária, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII. Dada a distância da rota do Caminho Novo, uma alternativa apontada por Luís José Ferreira de Gouveia seria a abertura de uma estrada do distrito sede para o Rio de Janeiro passando pelo vale do rio Xopotó (COSTA MATOSO, 1999, p.260).

O pedido de Luís José Ferreira de Gouveia para que se alargasse o sertão visava combater o indígena, principalmente a leste do vale do rio Piranga, pois ao destruir fazendas e assassinar colonos tornava-se o principal obstáculo ao avanço e à consolidação das áreas de fronteira desbravadas. Não é mera coincidência o dado de que a freguesia tenha atingido o posto de principal centro do escravismo indígena de Mariana. Em 1718, foram listados 102 carijós presos, 25% do total arrolado pela capitação do conjunto dos núcleos auríferos de Minas Gerais, segundo ressaltou Venâncio (1997, p.6). É significativo mencionar que a área chegou a abrigar parte da elite das famílias de antigos bandeirantes, a começar pelo coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, conhecido pela fama de “conquistador do gentio¹⁸⁹”.

Em Guarapiranga e nas áreas mais longínquas, a exemplo dos sertões da Casa da Casca e do Cuieté, os indígenas intimidaram e atemorizaram os colonos

¹⁸⁷ RAPM, v.3, 1898, p.769-772. RAPM, v.11, 1906, [1907], p.314.

¹⁸⁸ Acerca do deslocamento dos Puris, assim se expressou Eschwege (2002, p.87): “cansada das perseguições na região do rio Piranga e Santa Rita, uma parte da nação Puri abandonou esse local, partindo em grande número para tentar sua sorte em outro lugar. No início do ano passado [1817], esses índios surgiram nas proximidades do rio Pardo, entre o rio Pomba e o rio Paraíba”.

¹⁸⁹ No vale do rio Doce, bem como no do Pomba, foi comum a utilização de mão-de-obra indígena nas grandes fazendas, conforme relatado por Spix e Martius em 1818 (MERCADANTE, 1973, p.55-56).

no processo de incorporação. Em 1749, Faustina Gonçalves, moradora da paragem de Catas Altas do Rio Abaixo, freguesia de Guarapiranga, fora morta pelo “gentio”. O viúvo, Antônio Gonçalves Pedroso, na ocasião da desgraça foi atingido por uma flecha e permaneceu doente por quatro meses. O seu sítio dispunha de engenho, árvores de espinho, bananal, senzalas, paiol e casas. Mas, ele resolveu se mudar do sítio e “deixá-lo deserto por estar na paragem donde costuma sair o gentio” que tem feito “várias mortes e insultos¹⁹⁰”.

Frente aos perigos, os colonos, se em alguns momentos recuaram, não deixaram de combater ou mesmo aprisionar os índios. No ano seguinte, os moradores de Guarapiranga encaminharam um documento a D. João V expondo os constantes ataques dos índios que queimavam casas e paióis e matavam colonos. Relataram que dezesseis moradores haviam deixado seus sítios devido às mortes que chegavam ao número de dezoito. Os habitantes, em virtude da sua “pobreza”, pediam socorro à Majestade e ordem para entrar em guerra com o “gentio” e escravizar os prisioneiros¹⁹¹.

Essas passagens demonstram que o avanço dos pioneiros fora ameaçado pelos indígenas, especialmente os Botocudos e Puris que, apesar da desvantagem no jogo de forças, não se intimidaram frente à ocupação de suas terras, à sua escravização ou à tentativa de sua redução por meio da prática do aldeamento¹⁹². Tal evidência nos leva a supor que a consolidação dos povoados e arraiais e sua inserção ao circuito da economia colonial foram caracterizadas por uma série de avanços e retrocessos¹⁹³. No caso do alto vale do Doce, localidades como Rocha e Abre Campo, na parte mais oriental da freguesia de Guarapiranga, foram devassadas na primeira metade do século XVIII, mas devido à resistência indígena, os relatos de sua conquista efetiva aparecem somente na

¹⁹⁰ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, 1º ofício, cx.10, auto 375 *apud* Carrara (1999a, p.14).

¹⁹¹ Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Conselho Ultramarino, Brasil, cx. 55, doc. 25. Em 1809, o viajante Mawe (1978, p.137) relatou que a freguesia de Guarapiranga continuava exposta aos ataques dos “selvagens” e a presença em sua vizinhança “de algumas lavagens de ouro” infundiam “nos habitantes a tentação de arrostar o perigo”. O distrito, com povoamento consolidado, era ainda um espaço da expressão do conflito latente entre índios e colonos.

¹⁹² Em 1827, dos nove aldeamentos existentes no vale do rio Doce, apenas um (Santana de Abre Campo) menciona o número de índios aldeados. Nos outros, constam no documento: “não tem os números, pois são ambulantes”, “imenso”, “indeterminado” e “incógnito”. RAPM, v.12, p.497-509, 1907, [1908].

¹⁹³ Estudando o processo de ocupação no Vale do Mucuri, Duarte (1998, p.37-38) destacou o papel ativo do índio no período colonial e seu conhecimento acerca do meio ambiente e de estratégias especiais de sobrevivência e de luta, os quais foram decisivos para estender, por todo o século XIX, com movimentos de avanços e recuos, os confrontos com os brancos.

segunda metade. É plausível supor que, não obstante as incursões de grupos numerosos, o avanço do povoamento esteve longe de se caracterizar por uma continuidade.

Algumas considerações finais sobre a ocupação do vale do rio Piranga podem ser tecidas. Nas suas expedições, os bandeirantes penetraram nos sertões do leste à mesma época do descobrimento das grandes jazidas minerais na futura região das minas. Da atividade de captura de índios e da descoberta do ouro surgiram os primeiros povoados. Já em 1694, foi aberto um caminho ligando o distrito de Guarapiranga ao do Sumidouro, com a manutenção de um vigário fixo no arraial da primeira localidade. Dos três templos com título de igreja em Guarapiranga por volta de meados do setecentos, um possuía como marco do primeiro levantamento o ano de 1695.

A presença de veios auríferos, as características geográficas favoráveis à instalação da atividade agropastoril e a proximidade de dois importantes centros populosos no período colonial (Vila Rica e Mariana) foram fundamentais para o crescimento demográfico dos distritos no vale do rio Piranga. Os primeiros arraiais formados são mais antigos do que aqueles surgidos nos sertões do Pomba e da Mantiqueira. A gênese dos mesmos não está na crise da mineração e/ou na extinção da legislação proibitiva de abertura de picadas na segunda metade do século XVIII. Incontestavelmente, o primeiro fator concorreu para o aumento da população, mas especialmente dos espaços não urbanos, pois o deslocamento migratório esteve direcionado, sobretudo, às áreas rurais.

A administração colonial condenou a abertura de novos caminhos nas áreas não povoadas por meio da publicação de leis, ordens, bandos e editais. Contudo, esses instrumentos normativos se mostraram pouco eficazes, caso contrário não teriam sido reiterados durante o século XVIII. O primeiro bando a determinar a proibição da abertura de caminhos, datado de 1733, se insere num contexto em que parte do vale do rio Piranga já tinha sido desbravado. Medidas adotadas pela metrópole como o incentivo à descoberta de novas lavras e a concessão de sesmarias ou ainda o elevado número de posses lançadas pelos colonos iam contra a estratégia de isolamento para conter o descaminho do ouro, pois contribuíam para a multiplicação de estradas, não permitindo a formação do

tão almejado “cordão vigoroso¹⁹⁴”. Mais do que a legislação proibitiva, foram os conflitos com os indígenas, principalmente os Botocudos, que influíram na marcha do povoamento, caracterizada por variações de ritmos, com pausas, retrocessos e avanços bruscos.

A maioria dos distritos formados não teve grande expressão. Seja por causa dos intensos e constantes embates com os indígenas, pela quantidade pouco expressiva de ouro e/ou pela sua subordinação e localização muito próxima dos principais centros político e econômico da capitania. Além dos veios auríferos no vale do rio Piranga, outras características peculiares da área, como a sua potencialidade agropecuária, superior àquela encontrada na maioria das terras de Vila Rica e Ribeirão do Carmo, concorreram para o avanço da fronteira demográfica e econômica, tema aprofundado no terceiro capítulo.

3.2.2. O Avanço pela Sub-bacia do Casca, Matipó e Cuieté

Durante a primeira metade do século XVIII, a margem direita do rio Doce, sobretudo nos vales de seus afluentes Casca, Matipó e Cuieté, não experimentou avanço de população branca. Semelhante observação pode ser aplicada à margem direita do rio Xopotó e no vale do rio Turvo. Nestes dois casos, a inexistência de ocupação é descrita em dois inventários. O primeiro é o de Joana Pires, moradora da paragem do Xopotó (arraial de São Caetano) que faleceu em 1748. Um ano depois, o viúvo relatava a impossibilidade dos oficiais levantarem os bens do casal, “em razão do risco que se experimenta no gentio que circunvizinha aquela paragem¹⁹⁵”. O segundo é o do Capitão Antônio Alvarez Ferreira, lavrado em 1750. Neste documento é mencionada “uma posse de roça com terras de matas virgens sita no ribeirão do Turvo que faz barra no rio Xopotó, a qual pela vizinhança do gentio por hora não se lhe pode dar valor algum¹⁹⁶”.

O desbravamento e a ocupação de trechos do vale do rio Doce, notadamente dos de seus afluentes Turvo Limpo, Casca, Matipó e Cuieté, ocorreu, justamente, ao longo da segunda metade do século XVIII. Às margens do baixo vale do rio Piranga, merece destaque o surgimento do povoado de São

¹⁹⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Conselho Ultramarino, Brasil, cx.131, doc. 74, fls. 6-7 e 9 *apud* Silva (2003, p.160).

¹⁹⁵ ACSM, Códice 55, Auto 1254, 1º Ofício *apud* Oliveira (2006, p.38).

¹⁹⁶ ACSM, Códice 36, Auto 843, 1º Ofício *apud* Almeida (1994, p.202-203).

Sebastião e Almas (Ponte Nova), no do rio Turvo Limpo o de Santa Rita (Viçosa), no do rio Casca o de Arrepiados (Araponga), no do rio Santana, afluente do Matipó, o de Santa Ana (Abre Campo) e no do rio Cuieté o do Presídio de Cuieté (hoje Cuieté Velho, distrito de Conselheiro Pena).

Vinculado à freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte do Furquim, o arraial de São Sebastião e Almas, conforme Barbosa (1995, p.264-265), foi crescendo ao redor da capela de mesmo nome, instituída pelo Padre João do Monte de Medeiros que requereu licença para sua construção, com provisão concedida para o ano de 1770. No entanto, esta parte do baixo vale do rio Piranga já possuía ocupação dispersa desde 1740. Ribeiro Filho (2006, p.87) mencionou que três irmãos do pároco possuíam fazendas instaladas na área. A fazenda do padre fundador da capela, que recebeu carta de sesmaria em 1756, era denominada Vau-Açu, também chamada da Ponte Nova, situada na margem direita do rio Piranga.

A ocupação do futuro arraial de Ponte Nova pode ser entendida em face do papel desempenhado pelas suas fazendas no sistema colonial, pois, antes mesmo da produção cafeeira, a primeira cultura mercantil instalada no baixo vale do rio Piranga foi a cana-de-açúcar. No período entre 1782 e 1792, as freguesias do Termo de Mariana que registraram maior produção de aguardente foram Furquim, Barra Longa, Sumidouro e Piranga (ALMEIDA, 1994, p.161). Nas primeiras décadas do século XIX, as povoações de São Sebastião e Almas, vinculada à freguesia do Furquim, e Paulo Moreira, componente da freguesia do Inficionado, detinham 42,5% dos engenhos marianenses, segundo apontou Andrade (1998, p.124).

No vale do ribeirão Turvo Limpo, o povoado de Santa Rita merece destaque e remonta à segunda metade do século XVIII. A edificação da capela, um marco para delinear o crescimento do arraial, ocorreu, provavelmente, entre 1769 e 1789. A primeira data corresponde ao ano da concessão de sesmaria a João Rodrigues Vallente, responsável pela doação do patrimônio para a construção do templo. Na segunda data, já encontramos referência a batismos de moradores do arraial na capela, conforme passagem citada em Ribeiro Filho (2006, p.215). A ermida do povoado, pertencente à freguesia de São Manoel do Pomba, já era curada, pois dispunha de um pároco fixo que instituída os

sacramentos¹⁹⁷. Outras evidências indicam a ocupação do vale do ribeirão Turvo Limpo e de seus afluentes ao longo da segunda metade do setecentos. Ribeiro Filho (2006, p.263-265) levantou 144 sesmarias concedidas no vale do rio citado, das quais apenas 2 (1,4%) estão contidas em 1745, 134 (93,1%) entre os anos de 1750 e 1799 e 8 (5,5%) entre 1804 e 1825.

No último quartel do século XVIII, várias diligências se formaram com o intuito de levantar novos descobertos auríferos e/ou as potencialidades econômicas dos locais outrora apenas devassados ou mencionados na cartografia da época. Nesse contexto, novos arraiais surgiram, inclusive, no leste da capitania. D. Rodrigo José de Menezes, por exemplo, depois de regularizar posses nos sertões da Mantiqueira em 1781, partiu no mesmo ano para a serra dos Arrepiados, no vale do rio Casca, afluente do Piranga, local que conforme a averiguação feita pelo capelão Manoel Luiz Branco havia “ouro em boa conta¹⁹⁸”. O governador se estabeleceu junto à serra e na sua percepção levou “em tão curto espaço de tempo dois dias de jornada de sertão em terras as mais propícias para produção de mantimentos que até agora tinha visto”. Também ressaltou a facilidade de se habitar a referida área cuja prova evidente foi a entrada na secretaria de mais de quatrocentos requerimentos de sesmarias e datas minerais, despachadas como tinha feito na Mantiqueira, ouvindo o doutor Luís Beltrão de Gouveia e Almeida¹⁹⁹.

No lado oeste da serra se constituiu o arraial de São Miguel de Arrepiados, vinculado à freguesia do Furquim. As averiguações na parte leste indicavam que o local possuía depósitos auríferos de boa qualidade. E o governador, tomado por esta motivação, adotou algumas iniciativas para incentivar a expansão da conquista na direção descrita. Comunicou ao sargento mor das Ordenanças do Termo de Mariana que reunisse certo número de vadios para trabalharem na abertura das picadas que fossem necessárias ao avanço da conquista²⁰⁰.

Barbosa (1995, p.30) destacou que o ouro em Arrepiados, apesar de “boa conta”, começou a se tornar escasso. Os moradores, desiludidos, foram tentar a

¹⁹⁷ A designação “curada” significava que a capela/igreja e a comunidade que ela envolvia contavam com os serviços eclesiais permanentes de um padre.

¹⁹⁸ APM, SC, Códice 224, fl. 78. As observações do governador acerca da viagem à serra de Arrepiados e documentos anexos se encontram entre as folhas 75 e 78.

¹⁹⁹ APM, SC, Códice 224, fl. 75.

²⁰⁰ APM, SC, Códice 224, fl. 76. O vadio era de grande serventia no projeto de colonização da Coroa, especialmente nas tarefas de povoamento e defesa militar. Ao ser deslocado para áreas remotas de fronteira, reduzia as possibilidades de surgimento de motins nos espaços urbanos.

sorte no Cuieté e na Mantiqueira. “E o arraial caiu na mais completa decadência”. Porém, os limites à ocupação e ao povoamento não foram dados apenas pela exploração efêmera do metal, mas pela presença do indígena que deveria ser “domesticado” ou “afugentado”, segundo relatou D. Rodrigo²⁰¹.

Num espaço com terras propícias à produção de mantimentos, o índio fez frente ao avanço da fronteira. Bento Fernandes Furtado, em 1750, afirmou que as paragens da Casa da Casca (Arrepiados) estavam “povoadas de bravos e orgulhosíssimos gentios, que têm impedido várias diligências (COSTA MATOSO, 1999, p.170)”. Em 1810, os governos das Capitanias de Minas Gerais e do Espírito Santo, em observação às Ordens Régias, atribuíram à Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce a tarefa de abertura de uma estrada da serra dos Arrepiados até as cabeceiras do rio de Santa Maria, que deságua no mar da antiga vila de Vitória, visando a “total extinção dos Botocudos”. Um ano depois, a pedido dos moradores do arraial de São Miguel e Almas, Dom João ordenou à polícia de Vila Rica para prenderem vadios e distribuí-los pelas divisões militares do rio Doce, onde pudessem se tornar “vassalos úteis ao Estado²⁰²”.

Os indígenas provavelmente dificultaram a dilatação do povoamento em São Miguel, notadamente em direção à parte leste, marcada pela presença da serra dos Arrepiados com suas características físicas de vegetação densa e elevada altitude. Todavia, não barraram a ocupação, pois quando o distrito foi elevado à condição de freguesia, em 1826, no auto da demarcação do novo território com os distritos do Furquim, Guarapiranga e São Manoel do Pomba, foram contabilizados 230 fogos e 2.000 habitantes, entre índios e “brasileiros”, conforme apontou Ribeiro Filho (2006, p.168-169). Na Tabela 5, apresentamos uma síntese dos registros do dízimo de São Miguel em 1828. Uma conclusão importante pode ser antecipada: o predomínio maciço das pequenas unidades produtivas. Além delas serem a grande maioria (131 ou 94%), responderam pela maior fatia do montante total avençado (368\$555 réis ou 75%). A segunda

²⁰¹ APM, SC, Códice 224, fl. 20.

²⁰² APM, SC, Códice 334, fl. 28. APM, SC, Códice 334, fl. 46. Uma análise de atuação da Junta foi efetuada por SILVA, Tarcísio Glauco da. **Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce: fronteiras, apropriação de espaços e conflitos (1808 - 1822)**. 181 f. 2006. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

evidência é um caso raro entre todos os registros dos dízimos coletados, analisados no próximo capítulo.

Tabela 5 – Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia de São Miguel e Almas em 1828¹

Faixas	Itens	Total Absoluto	%
≤ 9\$600 réis	Lavradores	131	94
	Valor Pago	368\$555	75
	Média	2\$813	-
> 9\$600 réis	Lavradores	8	6
	Valor Pago	123\$170	25
	Média	15\$396	-
Soma	Lavradores	139	100
	Valor Pago	491\$725	100

Nota: ¹ Os registros da última folha do livro (no máximo 4 lançamentos) foram excluídos, pois estavam apagados. Fonte: AN, CC, Livro 278, Filme 29.

Os lançamentos ainda indicaram uma menor diferença entre os valores médios pagos pelas duas faixas, apesar do baixo valor apresentado pela pequena produção (2\$813). A menor discrepância pode ser explicada pela ausência de valores acentuados pagos pelos lavradores da categoria acima de 9\$600. Os dois maiores são os de Luiz Rodrigues da Silva e Felisberto Gomes da Silva, mesmo assim, respectivamente, avençados em 22\$000 e 24\$000 réis. Observamos também a presença de 4 registros com referências à tributação de café, igualmente distribuídos entre as duas categorias, e que referenciam somente 107 arrobas. As constatações sinalizam para o predomínio de uma formação espacial camponesa na área.

O sertão do Cuieté, da mesma forma que São Miguel, teve o seu devassamento incentivado diretamente pela administração colonial. Algumas características do seu espaço geográfico como área de fronteira, terras propícias à agricultura e à prospecção de minerais e lócus de população indígena também eram semelhantes. Localizado nas cabeceiras do rio de mesmo nome, afluente da margem direita do Doce, o Cuieté fora destinado ao aldeamento de índios e à prisão de fugitivos degredados, mas fatores atrativos como a sua extensão, a abundância de matos virgens e a presença de diversos rios e ribeirões com indícios de ouro impulsionaram D. Antônio de Noronha (1775-1779) a lançar um

Bando prometendo a sua proteção às pessoas que se transpusessem à dita conquista²⁰³.

O governador ordenou a abertura de uma estrada ligando os distritos de Santana do Deserto (povoado no atual município de Rio Doce) e Inficionado (Santa Rita Durão, hoje distrito de Mariana) ao Cuieté. Quando José Joaquim da Rocha (1995) tracejou o mapa da Comarca de Vila Rica em 1778, o caminho já se encontrava concluído. Após um ano, em 12 de setembro de 1779, D. Antônio de Noronha se pôs em marcha para a dita conquista e retornou no dia 21 do mesmo mês. O governador D. Rodrigo José de Menezes, em 1781, também lançou um Bando expondo seu interesse de pessoalmente visitar o local, a fim de estimular o povoamento e ampliar o campo das minerações²⁰⁴. Mas, quando chegou ao distrito teve grande decepção: resumiu-o a “um congresso de miseráveis, sem bens, sem escravos e sem outro ouro” além do que circulava da Fazenda Real²⁰⁵.

Nos registros do dízimo coletados para a freguesia do Cuieté em 1784 encontramos apenas 29 lavradores avançados, distribuídos conforme a Tabela 6. Os classificados na pequena produção mercantil, 17 ou 59%, superavam aqueles rotulados com valor acima de 9\$600 réis, equivalentes a 12 ou 41% do total. A segunda categoria, em contrapartida, respondeu pela maior parte do montante total do tributo (75%). Nesta faixa, o predomínio era de unidades produtivas de tamanho médio, com exceção do Tenente Coronel João da Silva Tavares e do Alferes Antônio Ferreira dos Santos, respectivamente, com somas da ordem de 54\$600 e 39\$450 réis, muito discrepantes do valor mediano apresentado pelo seu conjunto.

A freguesia do Cuieté não parece ter prosperado após a visita de D. Rodrigo, pois em 1832, 51 anos após a viagem do governador, Francisco de Paula Mascarenhas, que passou pelo distrito, relatou que a sua população estava por volta de 300 habitantes, pouco mais do que os 235 registrados por Eschwege (2002, p.152) em 1813. Concorreu para esta condição o isolamento da área, em termos da distância sertão adentro e das comunicações deficientes no tempo da estação chuvosa (enchentes e sezões do rio Doce), e a presença dos Botocudos “antropófagos”. Em 1780, o Desembargador José João Teixeira Coelho

²⁰³ APM, SC, Códice 214, fl. 7. RAPM, v.8, 1903, p.487.

²⁰⁴ APM, SC, Códice 224, fl. 20.

²⁰⁵ RAPM, v.8, 1903, p.488. APM, SC, Códice 224, fl. 82. As observações do governador acerca da viagem ao Cuieté se encontram entre as folhas 80 e 87.

mencionou que para que fossem exploradas as serras e cabeceiras dos rios do sertão do Cuieté era preciso expulsar “os índios bravos” que habitavam “aquele continente²⁰⁶”.

Tabela 6 – Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia do Cuieté em 1784

Faixas	Itens	Total Absoluto	%
≤ 9\$600 réis	Lavradores	17	59
	Valor Pago	79\$313	25
	Média	4\$665	-
> 9\$600 réis	Lavradores	12	41
	Valor Pago	234\$338	75
	Média	19\$528	-
Soma	Lavradores	29	100
	Valor Pago	313\$650	100

Fonte: AN, CC, Livro 678, Filme 47.

A resistência imposta pela população indígena à penetração dos desbravadores foi, sem sombra de dúvida, o principal fator que contribuiu para retardar, de forma geral, o povoamento no médio vale do rio Doce. Isto não aconteceu unicamente no sertão do Cuieté, mas na serra dos Arrepiados, nos vales dos rios Piranga, Xopotó e Pomba, no presídio de Abre Campo etc. Exemplo notável oferece o último distrito cuja fundação remonta a 1734, com a criação, em 1741, da freguesia com o título de Santana e Senhora do Rosário da Casa da Casca. Segundo Barbosa (1995, p.16-17), a paróquia não se manteve devido aos “sucessivos ataques dos indígenas” que espantaram os moradores, destruíram as habitações e incendiaram inclusive as capelas de Santana e do Rosário. Anos mais tarde, um documento de José do Vale Vieira, habitante do Abre Campo, apontou que depois de expulsos, os moradores voltaram em maior número e aí se conservaram por 10 anos, quando outra vez se retiraram e

²⁰⁶ RAPM, v.8, 1903, p.487. RAPM, v.3, 1898, p.60-61. Esta parte norte da Mata, hoje componente da mesorregião Vale do Rio Doce, permaneceu sub-ocupada até meados do século XX. Souza (1951, p.52-53), analisando dados do censo agrícola de 1940, apontou que os municípios situados na margem direita do rio Doce, como Aimorés e Inhapim, possuíam mais de 30% da área coberta por matas e 40% da área produtiva dedicada à agricultura, onde se destacava a exploração de madeiras. Os da margem esquerda, Governador Valadares e Conselheiro Pena, exibiam “ocupação relativamente recente, em vias de exploração”, pois a área ocupada por fazendas e sítios era inferior a 50%, portanto, ainda configurando uma zona de fronteira em expansão.

“passados cinco anos, novamente se povoou o lugar e desta vez, até o presente, se tem conservado²⁰⁷”.

No início do século XIX, o indígena Botocudo ainda era, na visão da administração colonial, o principal entrave à colonização do médio vale do rio Doce. Mas, os grupos que se atreveram resistir ao aldeamento, ao trabalho não pago nas fazendas, ao projeto de pilhagem e à ocupação de suas terras foram massacrados, especialmente a partir de 1808 quando o Príncipe Dom João VI declarou uma “guerra ofensiva” aos Botocudos, a cargo da então criada Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce²⁰⁸. Seis divisões militares, com mais ou menos 600 homens, e vários quartéis foram implantados no rio citado para sustentar o embate e proteger os colonos.

Nas palavras de D. João, os índios Botocudos ainda mantinham resistência ao deslocamento e à ocupação dos colonos, particularmente sobre as margens do rio Doce e de seus afluentes, onde faziam “invasões diariamente”, não só devastando as fazendas nas vizinhanças, “com prejuízo dos proprietários e da Real Coroa”, mas praticando “horribéis e atrozes cenas da mais bárbara antropofagia”. Essa era a justificativa para a “guerra justa” contra os Botocudos que poderiam ser amarrados com ferros enquanto não dessem provas de abandono de sua “atrocidade e antropofagia” e utilizados pelos comandantes dos aldeamentos como mão-de-obra particular por dez anos. O confronto direto só teria fim quando a Junta tivesse a “felicidade de senhorear” das habitações indígenas e de os “capacitar da superioridade” das Reais Armas para que eles pudessem vir a ser “vassalos úteis”, como já eram as imensas variedades de índios²⁰⁹.

A prática do aldeamento deveria ser instalada somente se os índios buscassem a “Real Proteção” para fazer uma “grande povoação”. Caso o seu número fosse pequeno, a obra da civilização estaria a cargo dos fazendeiros que poderiam se servir, gratuitamente, do trabalho indígena, com o ônus apenas de os sustentarem, vestirem e instruírem. Isto num espaço de doze anos para os adultos que tivessem mais de doze anos de idade e de “vinte quanto” aos com

²⁰⁷ Até mesmo numa área de aldeamento expressivo de indígenas, o Presídio de São João Batista, Eschwege (2002, p.81), quando da sua viagem ao local no ano de 1818, relatou que mais de 300 fazendas da região haviam sido destruídas pelos Botocudos.

²⁰⁸ APM, SC, Códice 335, fls. 2-4v.

²⁰⁹ APM, SC, Códice 335, fls. 2-4v.

menos de doze anos de idade. Essa seria uma forma de os fazendeiros se indenizarem das despesas com o tratamento dos índios, especialmente durante o período em que eles não se encontrassem na condição de prestar algum serviço em função da sua idade, “rusticidade e ignorância da Língua Portuguesa²¹⁰”. Além da garantia de mão-de-obra indígena gratuita, vários benefícios foram concedidos àqueles que se deslocassem para as matas do vale do rio Doce como isenção, por dez anos, do pagamento do dízimo e dos impostos da exportação e importação de gêneros rio acima ou abaixo e moratória aos devedores da Fazenda Real por um período de seis anos²¹¹. Várias sesmarias foram concedidas para as margens do rio Doce na década de 1820 e os colonos foram favorecidos com o prazo de dez anos para efetuarem as formalidades necessárias à efetivação da doação²¹².

O deslocamento do povoamento em direção às matas do leste na Capitania de Minas Gerais, vale dos rios Piranga e Doce, promoveu o surgimento de uma agropecuária com elevado nível de mercantilização, beneficiada pela proximidade dos mercados de Vila Rica e Mariana e pela disponibilidade de atributos favoráveis à implantação e ao desenvolvimento de cultivos e criações. O acentuado grau de mercantilização da atividade agropastoril foi resultado, principalmente, de um grande número de lavradores avançados. No caso da categoria dos roceiros, pequenos lavradores, a ocorrência de valores muito diminutos entre os registros do dízimo indica que a participação de alguns no abastecimento interno ocorreu de forma bastante esporádica.

As unidades produtivas camponesas estiveram voltadas, sobretudo, para a subsistência. No entanto, não raro elas superaram suas necessidades básicas, por causa de suas características internas, das condições peculiares da área produtiva e dos circuitos econômicos de abastecimento criados pelas centralidades urbanas no século XVIII, notadamente dos distritos populacionais mais próximos e importantes. Aos núcleos urbanos mineradores devem-se o desenvolvimento e a diferenciação socioespacial no campo, pelo menos até o

²¹⁰ APM, SC, Códice 335, fl. 6. A prática do aldeamento não parece ter sido muito desejada por D. João que se queixava dos inconvenientes que entravavam a prosperidade das aldeias, pois apesar dos “socorros” dados pela Real Fazenda, “muito consideráveis”, os resultados eram “em parte infrutíferos”, devido à “natural indolência e pouco amor” dos índios ao trabalho e à “ambição das pessoas que com o título de Diretores” tiravam partido da situação daquela “gente grosseira, rústica e pouco civilizada”. Idem.

²¹¹ Idem.

²¹² RAPM, v.37, 1988. APM, SC, Códice 335, fl. 10.

início do século XIX quando se torna evidente a expansão de um processo de ruralização em Minas Gerais, iniciado na primeira metade do setecentos, mas intensificado, de maneira especial, com a crise da exploração do ouro na segunda metade.

III. ESTRUTURAS AGRÁRIAS, MERCADO INTERNO E PAISAGENS RURAIS NA MATA DO LESTE

1. O Debate em Torno do Caráter da Economia Colonial

A historiografia tradicional, até por volta da década de 1970, se concentrou num traço específico da economia colonial: o modelo latifundiário, escravista e monocultor e, principalmente, sua forma de articulação ao mercado externo. Questões como sentido da colonização, capital mercantil ou comercial, antigo sistema colonial, acumulação primitiva etc foram elementos qualificativos para caracterizar as articulações entre a colônia e a metrópole. Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Fernando Novais, principais fundadores da *teoria da dependência*, discorreram a respeito da transferência do excedente econômico da colônia para a metrópole, da forma mercantilista de colonização e do capital comercial gerado na circulação das mercadorias²¹³.

O “sentido da colonização” para Prado Júnior (1977, p.32) esteve centrado no comércio europeu, pois a colônia brasileira se formou para fornecer “açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o exterior. Nada mais que isto”. O caráter geral da colonização brasileira foi o de prover, ao comércio europeu, alguns gêneros tropicais de grande expressão econômica. E, ao setor subsidiário, de pequena monta, coube unicamente “amparar e tornar possível a realização daquele objetivo essencial” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.41). Na mesma linha, Furtado (1977, p.95) destacou que a colônia estava intimamente integrada às economias européias e não passava de uma “grande plantação de produtos tropicais”.

A alta rentabilidade da empresa monocultora escravista não permitia, segundo os autores, o desvio dos seus fatores de produção para outras atividades, vistas como secundárias. Aquela comandava o frágil setor da produção interna, destituído de autonomia e caracterizado pela subsistência, pela

²¹³ Contrários à perspectiva capitalista, Guimarães (1968, p.21-40) e Rangel (1989, p.209-219), tomando a grande propriedade territorial como categoria central de análise, conceberam a tese da predominância de um modo de produção feudal ou semifeudal no Brasil. Uma revisão detalhada acerca dos principais autores e suas teorias do modo de produção reinante na América colonial foi efetuada por Moraes (2000, p.91-117).

mão-de-obra não escrava e pela rentabilidade relativamente baixa. A colônia se resumia a um simples prolongamento da economia voltada para exportação.

Novais (1986, p.91-92), retomando as idéias principais postuladas por Caio Prado Júnior, cunhou a noção de “antigo sistema colonial” e relatou que no exclusivismo metropolitano residia a causa primária da deficiência na acumulação endógena, pois, através do comércio colonial, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, garantiu-se a “apropriação, por parte dos mercadores das metrópoles, dos lucros excedentes gerados nas economias coloniais”.

A postura analítica marxista adotada por esses autores se insere num quadro estrutural e teve como foco central desvendar o complexo relacionamento entre metrópole e colônia no contexto das teorias do mercantilismo: conjunto de idéias e práticas econômicas que caracterizaram, principalmente, a política econômica dos Estados modernos europeus durante o período situado entre os séculos XV e XVIII. Sistematizaram importantes contribuições, especialmente, centradas num setor (externo) da economia que lhes pareceu mais relevante. Para determinados críticos, algumas suposições carecem de comprovação empírica, como a hipótese de Novais (1986, p.92) ao defender o exclusivo metropolitano, a escravidão e o tráfico negreiro como peças importantes na criação dos pré-requisitos do capitalismo industrial europeu²¹⁴.

A ênfase *exclusiva* no quadro analítico macroeconômico pela historiografia tradicional, indiscutivelmente importante para a compreensão dos processos que moldaram o espaço geográfico do Velho e do Novo Mundo, infelizmente obstruiu a apreensão de elementos particulares no contexto colonial, como o seu próprio funcionamento interno. Este, quando concebido, foi analisado como anexo do mercado mundial, mera conseqüência de conjunturas externas. Contudo, na opinião de Cardoso (1980, p.110 e 122), se a América Colonial fosse mera projeção de um processo que lhe é exterior, não haveria respostas às profundas

²¹⁴ Iglésias (1974, p.271) relatou que é preciso recusar certas projeções como a de que o ouro brasileiro do século XVIII “é o agente do capitalismo”, pois a economia já era eminentemente britânica, bastando observar a sua estabilidade política, a supremacia comercial, o desenvolvimento da agricultura, o pioneirismo industrial etc. Também nessa concepção, Cardoso (1980, p.121-122) enfatizou que “as pesquisas atuais sobre a formação de capital na revolução industrial [...] mostram que o papel dos capitais acumulados na esfera colonial foi muito pequeno no financiamento da industrialização inglesa”. Convergimos com a posição teórica de Fragoso (1998, p.83). Este autor relatou que “a economia colonial brasileira foi montada no século XVI tendo em vista a dinâmica interna e parasitária de uma metrópole que em nada se assemelhava a um país em processo de acumulação de capital”. Todavia, a partir do século XVIII, é válida a noção de que a instalação da estrutura colonial visou garantir a acumulação primitiva européia.

diferenças constatáveis, na época colonial como na atualidade, entre as estruturas econômico-sociais do México, da Costa Rica e do Brasil.

A dicotomia presente na noção de *pacto colonial*, marcada por um modelo teórico que prega uma autoridade essencialmente centralizada e uma elite local subalterna, também não condiz com a realidade. Russel Wood (1998, p. 3 e 12) destacou que houve uma barganha entre poder central e colonos, não predominando, necessariamente, interesses antagônicos e altamente centralizados. As leis reais e as imposições dos conselhos se mostraram flexíveis em determinados momentos e foram numerosos os exemplos de colonos capazes de exercerem pressões suficientes sobre as autoridades metropolitanas, a fim de “evitar ou modificar totalmente as políticas propostas, de atrasar a implementação de ações prescritas ou de negociar um acordo menos ofensivo aos interesses coloniais²¹⁵”.

Considerações semelhantes, baseadas em farta documentação do Conselho Ultramarino, apresentou Silva (2003, p.150), ao estudar as relações entre o poder local, Senado da Câmara de Vila Rica, e a Coroa e seus representantes na capitania. A autora destacou que, mesmo durante as reformas de Pombal, pessoas importantes da Colônia assumiram os órgãos administrativos e fiscais dos governos locais, corroborando a idéia de um “Império luso-brasileiro”, caracterizado mais pelo predomínio de posturas conciliatórias do que por embates constantes. Na sua concepção:

A administração da capitania foi, assim, marcada por contradições, ou seja, enquanto mantinha uma sujeição extrema ao Estado metropolitano, também lutava por autonomia. Governar era uma tarefa difícil, não bastava ser militar, protegido da Coroa ou nobre; era necessário, acima de tudo, ter o exercício da autoridade e fazer-se respeitado e aceito pela elite local e pelos outros ministros da administração pública (SILVA, 2003, p.237).

O processo colonizador metropolitano na região das minas foi permeado pela tentativa, por parte da Coroa, de estabelecer laços de identificação entre

²¹⁵ Em 1713, moradores da Vila de Nossa Senhora do Carmo se levantaram contra o ouvidor da Comarca, Manuel da Costa de Amorim, que tinha seqüestrado os bens e as lavras de mineiros durante uma vistoria. Dois dias depois, os oficiais das câmaras de N. S. do Carmo e Vila Rica, receosos de tal sublevação espalhar para outras minas, induziram o ouvidor a perdoar os mineiros que tinham resistido à vistoria e a entregar-lhes os bens seqüestrados e as terras que lavravam (SILVA, 2002, p.56).

colonizadores e colonizados. Diante dos vários obstáculos para a submissão dos colonos e sua integração à ordem colonizadora, o poder metropolitano agiu com prudência e persuasão na condução dos “negócios” nas Minas (PAES, 2000, p.200).

No âmbito da economia colonial mineira, os teóricos da historiografia tradicional apontaram que o seu comportamento teria seguido as etapas do crescimento, apogeu e decadência da sua atividade principal, a mineração, vindo apenas a se recuperar com a agricultura mercantil de alimentos e a exportadora de café. Cano (1977, p.96) defendeu que a mineração não teria constituído um “complexo econômico”, pois, além de não ter sido capaz de gerar segmentos produtivos, a maior parte de sua procura efetiva de meios de subsistência e de produção foi satisfeita por importações. Na percepção de Furtado (1977, p.79), o “desenvolvimento endógeno da região mineira foi praticamente nulo”. E a ausência de um mercado interno colonial residia no desprezo pelas atividades agrárias frente à mineração, na aridez dos terrenos e na imposição, pela metrópole, da exploração exclusiva do metal.

Essas noções acerca da economia colonial mineira contribuíram para criar uma obscuridade quanto ao entendimento da sua dinâmica interna, principalmente entre a segunda metade do setecentos, caracterizado pela redução da exploração aurífera, quando Minas foi taxada de *decadente*, até por volta das primeiras décadas do oitocentos, ocasião na qual se expandiu o latifúndio cafeeiro na Zona da Mata. Os trabalhos revisionistas, dentre os quais podemos citar o de Lenharo (1979), Guimarães e Reis (1987), Almeida (1994), Libby (1997) etc, assinalaram a importância do setor agropastoril e mostraram um mercado interno dinâmico, gerado por acumulações endógenas decorrentes dos movimentos de abastecimento das regiões agro-exportadoras, descortinando um novo panorama em Minas.

A suposição de retração geral da economia mineira a partir de meados do setecentos passou a ser questionada, embora tenha havido um processo decrescente dos níveis gerais de riqueza até por volta do princípio do dezenove, determinado pela redução do comércio, em função da menor disponibilidade de ouro em pó, moeda principal da capitania. Linhares (1979, p.147-171) *apud* Carrara (2007, p.35-36) chamou atenção para a obviedade da decadência da mineração. Para a autora, o maior desafio consiste em verificar o seu impacto no

conjunto da sociedade mineira, em seus diversos níveis de articulação com outras regiões. Decerto, a mineração cedeu espaço à atividade agropastoril. Esta, além de ter garantido a montagem da sociedade mineradora na fase inicial de colonização, tornou-se a principal opção econômica quando da decadência, levada a cabo pelas unidades de produção escravistas e camponesas.

No contexto do Brasil colonial, Cardoso (1980, p.133-154) e Gorender (1988, p.37-98) questionaram a ênfase excessiva dos estudos na dependência externa e defenderam a existência de um modo de produção capitalista ou pré-capitalista na colônia. Adotando como tema central as relações de trabalho (escravismo) e considerando a evidência de que as situações variadas das colônias geraram estruturas que se combinaram em proporções e com resultados diversos conforme os países, ou seja, priorizando o fenomênico ao ontológico, os teóricos citados delinearam a hipótese da existência de um “modo de produção escravista colonial”.

Embora os dois autores tenham inaugurado uma nova forma de entendimento do escravismo colonial, há algumas divergências em suas proposições. Por exemplo, Cardoso (1979, p.133) destacou que nas plantagens das Américas havia o costume de conceder aos escravos uma porção de terra para cultivo por conta própria. Isto criou uma *brecha camponesa* no modo de produção escravista, possibilitando a constituição de um protocampesinato: precursor do campesinato negro que surgiu após a abolição. Contrário à perspectiva citada, Gorender (1991, p.74), partindo da lógica do caráter restrito, instável e não estrutural da economia própria do escravo, afirmou que não há fundamento na noção de brecha camponesa porque as atividades autônomas desenvolvidas pelos cativos não tiveram ocorrência generalizada²¹⁶.

Moraes (2000, p.107-117) enfatizou que a hipótese de um modo de produção historicamente novo foi criticada por João Manuel Cardoso de Mello, Antônio Barros de Castro, Maria Sylvia de Carvalho Franco, José Roberto do Amaral Lapa, entre outros, pois, guardadas as especificidades de cada teórico, eles apontaram que o moderno escravismo possuía traços comuns ao capitalismo mercantil europeu e fora constituído como essência do sistema. Seria impossível

²¹⁶ Apesar de divergências acerca das características subsidiárias do “modo de produção escravista colonial”, o debate em torno da brecha camponesa produziu novas visões acerca da produção agropecuária mercantil e de subsistência no Brasil colônia e império.

falar de um modo de produção escravista-colonial cuja reprodução não ocorria endogenamente.

Conquanto ainda existam várias divergências entre as posições teóricas, neste trabalho partimos do pressuposto de que, notadamente a partir do século XVIII, o capitalismo engendrou especificidades próprias na colônia, advindas da sua lógica inerente de amoldar-se para se auto-reproduzir. As relações de produção aparentemente atípicas à ordem capitalista são, portanto, compreendidas como componentes de uma totalidade orgânica e dialética. Varga (1978, p.59-61), citando Marx e Engels, salientou que “modo de produção” é uma abstração científica: em sua forma pura nunca existiu no mundo real, pois se trata unicamente dos traços gerais típicos mais importantes. Por isso, conforme Mazzeo (1997, p.15), compreendemos a estrutura escravista na colônia como uma formação social particular da universalidade capitalista²¹⁷. Às condições concretas da América colonial, extensão continental e população rarefeita, surgiram processos adaptativos sem os quais não seria possível a viabilização do empreendimento da Coroa.

Deste modo, a categoria de análise adotada, ao invés de ser a do “modo de produção”, é a de *formação social*, não como a concebem a maioria dos marxistas, destituída da dimensão espacial, mas no âmbito de um materialismo histórico e geográfico, haja vista a inseparabilidade das noções de sociedade e espaço²¹⁸. Enquanto o modo de produção, modelo explicativo de sociedades pertencentes a um mesmo tipo, escreve a história no tempo, a formação social, realidade concreta, escreve a história no espaço. Neste sentido, nos

²¹⁷ O modo de produção designa um modelo abstrato-formal para a aproximação de uma certa realidade. A formação social designa uma sociedade historicamente determinada, real-concreta, na qual se combinam vários modos de produção, um dominante (FIORAVANTE, 1978, p.31). Estudos como o de Martins (1979, p.19-20), pautados na tese lançada por Rosa Luxemburgo, tem demonstrado que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas, necessárias à sua reprodução.

²¹⁸ A grande maioria dos estudos marxistas tem utilizado as categorias *modo de produção* e *formação social* sem a dimensão espacial, ou seja, como se a produção fosse destituída ou não sofresse influência do espaço. Mas, todos os processos que juntos formam o modo de produção são históricos e espacialmente determinados. Na concepção de Lefebvre (1972), o espaço não é neutro, mas político e ideológico, pois, tal como o constatamos, é um produto social e desempenha uma função decisiva no estabelecimento de uma totalidade, podendo reagir sobre os povoaamentos preexistentes. Para Soja (1993, p.18 e 41), as formas espaciais expressam os interesses da classe dominante, as relações de poder do estado e a resistência das classes exploradas.

aproximamos do conceito de *formação socioespacial* ou *espacial*, proposto em Santos (1977, p.82-88).

O objetivo deste capítulo é compreender as duas principais formações socioespaciais (camponesa e mercantil) engendradas no espaço agrário da Mata, entre o período colonial até por volta de meados da época imperial. Atenção especial é dada às suas articulações com o mercado, aos impactos na estrutura fundiária e à formação de paisagens diferenciadas na região. Em que pese a presença de características não capitalistas na primeira, as duas estruturas produtivas são concebidas como particularidades concretas da universalidade capitalista, germes de um modo de produção em gestação.

2. Os Movimentos Populacionais e a Expansão da Fronteira Agropecuária

No período colonial e imperial, a atividade agropecuária era baseada na contínua derrubada e queima da vegetação. Ao contrário da utilização de sistemas mais intensivos ou de instrumentos agrícolas elaborados, era a constante incorporação de terras virgens o elemento central da manutenção dos níveis de produção/produtividade. Onde não havia matas não existiam lavouras, assim se expressou Saint-Hilaire (1975a, p.90), em 1816. Na estação seca, com auxílio do machado e da foice, as porções de matas em que se desejam cultivar eram abatidas (“roçadas”): cortavam-se, em altura conveniente, as árvores que cobriam o terreno. A fertilidade dos solos advinha das cinzas produzidas após a queima dos restos de galhos e troncos secos (“coivaras”). No início da estação chuvosa, efetuava-se a semeadura entre os tocos e troncos queimados, formando a roça. Os cuidados se resumiam às capinas, uma ou duas, utilizando-se da enxada. Após duas colheitas, o terreno era deixado em pousio entre cinco ou sete anos. Às matas virgens sucediam, então, as capoeiras, e um novo ciclo agrícola se repetia em outra área de floresta.

Muitos qualificativos foram criados para esse tipo de agricultura, descrita como “bárbara” (COUTO, 1994, p.77-78 e ESCHWEGE, 2002, p.56), “irracional e antieconômica” (CUNHA, 1958, p.228) etc. Contudo, o método de produção extensivo foi reflexo dos contextos demográfico, geográfico e econômico dos séculos XVIII e XIX. Não poderíamos esperar por uma intensificação nos métodos de cultivo, via introdução de fertilizantes ou de arados. Nas condições de relevo da Mata, a segunda prática seria, de fato, irracional. Spix e Martius (1981, p.102) enfatizaram que nas áreas de primitiva fertilidade, o emprego do arado não era recomendável pela frequência de raízes e troncos não queimados.

Do ponto de vista pedológico, nas regiões temperadas, pólo da disseminação de práticas tecnológicas como o arado, os nutrientes estão concentrados no solo que apresentam elevados teores de matéria orgânica em lenta decomposição em função das restrições térmicas, hídricas e radiantes. Daí a necessidade de revolvimento. Já nas regiões tropicais, devido à maior disponibilidade de radiação luminosa, temperatura e umidade, os nutrientes estão concentrados, em sua maioria, na biomassa e não nos solos que, via de regra,

são ácidos e pobres. Por isso, o revolvimento do terreno é prejudicial nas áreas tropicais. Era lógico, portanto, a constante incorporação de novas áreas de matas virgens para viabilizar a fertilização da terra pela decomposição vegetal advinda das queimadas.

Numa ótica econômica e demográfica, em condições de fronteira aberta e população pouco numerosa, também não seria provável, segundo Boserup (1987, p.87), que a agricultura experimentasse transformações técnicas e intensificação no sistema de cultivo. Por esse motivo, Saint-Hilaire (1975a, p.90-92) apontou que alguns “homens podiam dispor à vontade de um território imenso e não tinham nenhuma necessidade de tomar precauções para poupar o pedaço de terra em que acabavam de colher alguns grãos”, tendo em vista o custo reduzido da incorporação de novas terras. Os instrumentos técnicos, quando comparados aos imóveis e à mão-de-obra cativa, compunham parte inexpressiva do patrimônio dos inventariados²¹⁹.

A unidade camponesa não podia dispor, em sua maioria, de uma oferta elástica de mão-de-obra cativa, haja vista a sua capacidade de acumulação limitada e a exigüidade dos recursos disponíveis. A sua reprodução esteve, portanto, diretamente vinculada à extensão da terra cultivada, às suas necessidades, ao tamanho dos membros da família aptos a trabalhar e à incorporação de matos virgens, aproveitando-se da fertilidade natural das terras florestais. Sempre que o solo desse sinal de esgotamento, era presumível que o roceiro o abandonasse para desmatar os espaços de fronteira e, deste modo, garantir a manutenção da produtividade. Na unidade camponesa ou escravista essa era a forma coerente de expansão da agropecuária num espaço de terras abundantes, população rarefeita e capital escasso²²⁰.

O sistema de exploração extensivo, por meio da atividade agropastoril mercantil, foi responsável pela manutenção do complexo da mineração, constituindo-se como suporte e como garantia do êxito da economia do ouro (GUIMARÃES e REIS, 1986, p.25; MULS, 1990, p.95). O lançamento generalizado de posses durante o período colonial contribuiu para a formação de

²¹⁹ No Termo de Mariana, Andrade (1998, p.116) relatou que no início do século XIX os investimentos em mão-de-obra escrava representavam pelo menos 60% do valor das fazendas e sítios, os em terras cultiváveis em torno de 22% e os em ferramentas de uso agrícola 0,2%.

²²⁰ Por certo, foi com a elevação da densidade demográfica e, principalmente, com a instalação da *plantation* do café que o sistema extensivo viria a se tornar destrutivo, pois às terras explotadas não foi destinado um tempo suficiente para reconstituição da fertilidade primitiva do solo.

um setor agropecuário, independente e dinâmico, especialmente nas proximidades dos caminhos, das vilas e arraiais. A atividade agropastoril foi uma alternativa viável para um universo ampliado de populações às margens da excludente sociedade do ouro.

Já no princípio da criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, a Coroa portuguesa tratou o abastecimento dos distritos mineradores como questão de importância vital para minimizar as crises de abastecimento. O Mestre de Campo José Rebelo Perdigão, morador do ribeirão do Carmo desde por volta de 1701, apontou que, em 1697, o alqueire de milho custou cerca de 64 oitavas (76\$800 réis) “e o mais à proporção (TAUNAY, 1981, p.173)”. Para se ter uma noção dessa magnitude, nos inventários dos lavradores de Guarapiranga entre 1749 e 1820, o valor do alqueire de milho não ultrapassou 300 réis.

As autoridades coloniais procuraram estimular o aquecimento da produção interna de alimentos de primeira necessidade para manter a quietação dos povos e, desta forma, evitar a ocorrência de motins. De acordo com Silva (2002, p.129 e 230), a política colonial se traduziu pela redução de impostos sobre produtos agrícolas, autorização de construção e, principalmente, imposição de manutenção de vias de comunicação, estímulo à comercialização direta dos gêneros produzidos por agricultores e criadores de gado etc. Em 1739, comerciantes e lavradores procedentes de Lavras Novas, Itatiaia, Catas Altas e Piranga, que costumavam conduzir seus mantimentos em cavalos até Vila Rica “para utilidade dela”, cobraram das autoridades do Senado da Câmara da dita vila o conserto dos caminhos que davam acesso a seu entorno agropastoril, pois as chuvas abundantes tinham tornado alguns trechos intransitáveis²²¹.

A proximidade dos distritos de Vila Rica e Mariana, com concentração populacional expressiva, a relativa organização das unidades produtivas do Caminho Novo e do vale do Piranga, o efeito multiplicador criado pela circulação de ouro em pó, os incentivos da administração colonial, o alto custo dos produtos importados de grandes distâncias e o elevado número de posses lançadas em áreas de fronteira são fatores que, desde o início da formação da capitania de Minas, estimularam a expansão da agropecuária.

²²¹ APM, Câmara Municipal de Ouro Preto, cx. 11, doc. 25, avulsos *apud* Silva (2002, p.145).

A segunda metade do século XVIII marca um momento particular de crescimento das ocupações agropastoris. De acordo com Almeida (1994, p.87), o declínio da produção aurífera em meados do decênio de 1770 provocaria uma “rearticulação econômica intencional”, percebida a partir de 1780. O resultado seria o crescimento da diversificação setorial e o deslocamento de fatores para atividades não diretamente exportadoras. A decadência absoluta e a expansão acelerada não eram, portanto, características da economia mineira, haja vista o seu processo de “acomodação evolutiva” (termo cunhado pela autora com base nas reflexões de Douglas Cole Libby).

A perda de lucratividade da atividade mineral poderia ser amenizada caso se avançasse sobre novas áreas de fronteira para explorar, principalmente, a agropecuária. No Termo de Mariana, segundo Almeida (1994, p.90-91) e Andrade (1998, p.121), as unidades produtivas com mineração serão largamente suplantadas pelos estabelecimentos agrícolas, pecuários e agropecuários. Por volta de 1750, conforme o segundo autor, as unidades mineradoras não chegavam a 10%, ao passo que as agropastoris representavam mais de 40% do total. Houve, do mesmo modo, uma transferência de escravos da mineração para a agricultura e pecuária.

Num contexto de expansão da agropecuária, os povoados localizados nos sertões do leste passaram a ter importância devido à sua característica peculiar: encontravam-se “intercalados entre a região civilizada e a mata virgem”, segundo expressão de Waibel (1955, p.4). O vale do rio Piranga estava disponível ou aberto a quem se dispusesse ocupá-lo: era tanto a porta de passagem para o deslocamento da fronteira quanto, especialmente, a própria fronteira. As características físicas do seu solo, relevo e clima, quando comparadas às da região das Minas (Ouro Preto e Mariana), são muito mais favoráveis ao desenvolvimento e à implantação das atividades agropastoris.

O atributo pedológico do vale do rio Piranga estimulou a sua ocupação “serra abaixo”. Observa-se pela Figura 16 que nos distritos de Mariana e, principalmente, nos de Ouro Preto ocorrem grandes extensões de solos do tipo Cambissolos, geralmente associados a afloramentos rochosos, além de faixas menores de Latossolos Vermelho-Escuros, Neossolos e Argissolos. Os Cambissolos correspondem às coberturas que se desenvolvem em extensões de relevo acidentado e/ou sobre rochas mais resistentes ao intemperismo. Estão

situados em áreas escarpadas, geralmente acima de 1.000 metros, o que os torna propícios à erosão, exibindo manto inexpressivo, rocha a poucos centímetros da superfície e baixa concentração de nutrientes. As precipitações superiores a 1.500 mm anuais e a vegetação de complexos rupestres de quartzito inviabilizam a exploração agrícola em boa parte da área²²².

Figura 16 - Mapa dos Principais Grupos de Solos na Região das Minas (Ouro Preto e Mariana) e no Vale do Rio Piranga



O vale do rio Piranga, por sua vez, é coberto, em sua maior parte, pelos Latossolos Vermelho-Amarelos, geralmente nos topos convexos e encostas das elevações, com perfis profundos e horizontes outrora diferenciados. Possuem um

²²² Utiliza-se a expressão em *boa parte*, pois a simultaneidade das atividades mineradoras e agropecuárias está documentada em algumas cartas de sesmarias citadas por Guimarães e Reis (1986, p.15-17), contrariando os pressupostos de alguns teóricos como, por exemplo, Prado Júnior (1977, p.75), o qual ressaltou que “a natureza do solo [da região das minas] não se prestava às atividades agrárias”. Também no contexto atual, uma rápida passagem pelos arredores dos distritos e das localidades de Ouro Preto (Cachoeira do Campo, São Bartolomeu, Santa Rita de Ouro Preto, Bandeira etc) e Mariana (Cachoeira do Brumado, Padre Viegas, Bandeirantes, Mainart etc) nos permite visualizar, em locais com características pedológicas e topográficas permissíveis, a presença da atividade agropecuária.

manto bastante alterado e espesso nas áreas de declividade fraca a média, derivado das rochas granito e, sobretudo, gnaiss. Em relação aos Cambissolos, os rendimentos na agricultura são maiores, especialmente no período colonial, pois a abundância de vegetação promovia o enriquecimento da terra. Os naturalistas Spix e Martius (1981, p.218), ao passarem pelos arredores da localidade de Mainart em 1818, próximo ao vale do rio Piranga, ressaltaram que:

Mais ricas do que pelo metal são, entretanto, estas terras, em virtude de sua fertilidade, e é de esperar que aqui as minas ainda sejam completamente suplantadas pela lavoura. O milho dá no primeiro ano quatrocentos por um; a colheita de duzentos por um é considerada medíocre, e a de cem é má.

O mineralogista alemão Eschwege (2002, p.59-60), no mesmo ano, também passou pelas proximidades do rio Mainart quando da sua visita à tribo dos índios Coroados no Presídio de São João Batista. De forma semelhante, ele afirmou que o solo da região era “muito fértil”, motivo pelo qual vários fazendeiros haviam se instalado no lugar. Com base em suas observações geológicas e pedológicas, concluiu que as rochas primitivas davam origem a um solo fértil e coberto de matas.

As características altimétricas do vale do rio Piranga, entre 400 e 700 metros nas partes mais baixas e entre 700 e 1.000 metros nas elevadas, a precipitação, entre 1.200 e 1.500 mm anuais, a geomorfologia do relevo de mares de morros, com áreas planas, vertentes convexas, terraços e topos arredondados ou aplainados, além da floresta tropical semidecídua, componente do domínio da Mata Atlântica, foram atributos favoráveis à implantação da agropecuária. Não podem ser desprezados como fatores explicativos do avanço de uma população que à atividade agropecuária conjugou a mineração nos espaços em que foi possível a sua implantação. Em algumas áreas, o papel central ocupado pela exploração do ouro seria suplantado pela ocupação agropastoril a partir de meados do setecentos.

O movimento migratório para as áreas de fronteira da Capitania de Minas, vale do rio Piranga/Doce (Termo de Mariana) e Comarca do Rio das Mortes, pode ser explicado pelas características geográficas favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária nos dois espaços. A este fator somam-se ainda o elevado número de posses lançadas nas áreas não povoadas, o declínio da mineração devido à

redução do volume de ouro em pó disponível e a necessidade de sobrevivência de populações marginais na sociedade colonial.

O comportamento da população nas comarcas de Minas Gerais entre 1776 e 1835 está representado na Tabela 7. Após 1770, a população da maioria dos distritos mineradores antigos declinou ou estagnou. Nas freguesias com espaços de fronteira aberta ocorreu o inverso. O crescimento demográfico se concentrou, sobretudo, na Comarca do Rio das Mortes, cuja participação na composição da população total passou de 24,2 para 45,3% no intervalo em questão. Ela apresentou o maior incremento populacional no período entre 1776 e 1808 (87%) e manteve esta posição, mas com percentuais menores, nos outros dois intervalos (53% entre 1808-1820 e 33% entre 1820-1835). O acentuado movimento migratório e a proximidade do proeminente mercado do Rio de Janeiro contribuiriam para a mercantilização crescente da área a partir da segunda metade do século XVIII.

Tabela 7 – População das Comarcas de Minas Gerais entre 1776 e 1835

Comarcas	1776	%	1808	%	1820	%	1835	%
Ouro Preto	78.618	23,0	72.286	16,7	71.796	13,0	84.376	12,1
Termo de Ouro Preto			22.222	5,1	20.226	3,7	11.206	1,6
Termo de Mariana			50.064	11,6	51.570	9,3	73.170	10,5
Rio das Velhas ¹	99.576	29,1	135.920	31,4	142.840	25,9	189.785	27,3
Serro Frio	80.894	23,7	69.974	16,1	99.919	18,1	106.112	15,3
Rio das Mortes	82.781	24,2	154.869	35,8	236.819	43,0	314.495	45,3
Total	341.869	100	433.049	100	551.374	100	694.768	100

Nota: ¹Inclui valores relativos à Comarca de Paracatu. Fonte: Modificado de Cunha (2007, p.139-142).

O ano de 1808 representou o marco de transferência da Corte para o Brasil, quando desembarcaram no Rio de Janeiro, juntamente com a família real, 15 mil pessoas, entre as quais se destacavam membros da alta hierarquia administrativa portuguesa (civil, militar e religiosa), do segundo escalão, vários homens de negócio, fidalgos etc. Houve, segundo Lenharo (1979, p.41), um avanço significativo na internalização do capital nativo no Centro-Sul, com a quebra do “exclusivo colonial”, cujas conseqüências foram o recrudescimento do trabalho escravo e a expansão das economias internas e externas. Entre 1808 e 1813, ocorreu a alteração definitiva do eixo central da economia mineira. De

acordo com Carrara (2007, p.53), a receita gerada pela produção total de ouro tornou-se equivalente à gerada pela atividade agrícola e pastoril e não cessou mais de perder importância para esta última. Ainda segundo o autor, fatores como a perturbação financeira de 1808 e a rápida ocupação do vale do Paraíba mineiro, com sua inclusão no complexo agroexportador cafeeiro, anunciavam uma ruptura superestrutural, marcando o fim do “século do ouro”.

Na Comarca do Rio das Mortes, a mercantilização progressiva das atividades comerciais e agropastoris atinge sua maior expressão nas freguesias de Borda do Campo e São João Del Rey. Os distritos sede dessas freguesias, em função de alçarem à condição de entrepostos regionais e provinciais, tornaram-se os principais pólos das exportações mineiras e do comércio atacadista. Os naturalistas Spix e Martius (1981, p.194-195), que passaram pela vila de São João Del Rey em 1818, relataram que as ruas calçadas, as belas igrejas guarnecidas com pinturas de artistas nacionais, as lojas fornecidas de todos os artigos de luxo e do comércio europeu, as várias oficinas etc indicavam “a riqueza do lugar que, por suas transações com o sertão” era considerado entre os “mais animados do Brasil”. A mineração de ouro, outrora importante, dava lugar ao comércio com o sertão, impulsionado pela vinda do rei para o Rio. Além disso, contínuas viagens eram feitas por tropeiros para a capital do Brasil, levando gado bovino, toicinho, queijos, tecido de algodão etc.

O francês Saint-Hilaire (1975a, p.61; 1974b, p.40) atravessou a vila de Barbacena em 1816 e 1822 e se surpreendeu por encontrar uma cidade que podia “rivalizar com todas as da França de igual população”. Ele relatou a presença de várias lojas bem sortidas, diversas vendas e algumas estalagens, além de afirmar que em “nenhuma [outra] vila” da capitania a mão-de-obra era tão cara, devido ao fato de Barbacena ser “incessantemente atravessada por viajantes”. Em 1850, Burmeister (1952, p.278) também passou pela vila. Ele afirmou que nela se encontrava o primeiro depósito das mercadorias vindas do Rio de Janeiro para a Província de Minas. O distrito se localizava no ponto onde bifurcavam os caminhos para São João Del Rey e Vila Rica, local privilegiado para acesso às áreas ainda mais importantes de Minas. De cada três casas, uma era venda ou loja: algumas podiam ser comparadas às do Rio, pois havia gente “muita rica no lugar”.

O crescimento demográfico da Comarca do Rio das Mortes teve como característica a dispersão da sua população pelo espaço rural, dado a pouca expressão dos seus distritos, exceto das vilas de São João Del Rey, Barbacena e Campanha em especial. Saint-Hilaire (1974b, p.48 e 60), ao passar por Carrancas e Baependi em 1822, relatou que a primeira, “quando muito merece o nome de aldeia” e compunha-se de uns vinte domicílios. Na segunda, as casas, em geral, muito pequenas, estavam “longe de atestar opulência”. Em Aiuruoca, Saint-Hilaire (1974b, p.53-54) frisou que, “como quase todas as aglomerações de Minas, [ela] parece muito pouco habitada nos dias úteis”, predominando, nos dias da semana, mercadores, operários e prostitutas e nos domingos e dias de festa, agricultores da comarca. A “maioria” das casas ficava fechada e seus donos só ali apareciam aos domingos para assistirem à missa, permanecendo o resto do tempo em suas fazendas (SAINT-HILAIRE, 1975b, p.130).

No começo do século dezenove, o processo predominante na capitania, ao contrário do surgido nas primeiras décadas do período colonial nas minas, era o da ruralização, impulsionado pela estagnação dos antigos distritos mineradores e, nalguns casos, pelo declínio da população urbana. Segundo Almeida (2001, p.78), os inventários dos termos de Mariana, Ouro Preto, São João e São José entre 1750 e 1822 apontam que os moradores das áreas urbanas eram, em média, muito mais pobres do que os do campo. O fenômeno urbano engendrado pela mineração em algumas partes da capitania, especialmente nas vilas de Ouro Preto, Mariana, Sabará, Caeté, Tijuco, Serro e São João Del Rey, ainda impunha forte centralização, conforme demonstrou Rodarte (1999, p.88-102). Contudo, a sociedade predominante à época e em alargamento contínuo na capitania era a rural. Ou seja, a maioria da população residia nas fazendas e, principalmente, nos sítios. O mesmo acontecia em alguns distritos nos dias da semana²²³.

Saint-Hilaire (1975a, p.69-89) relatou que um grande número de povoações dos distritos auríferos da Província de Minas, outrora ricos e prósperos, em 1816 tinham como características principais “o abandono e a decadência”. Na Comarca de Ouro Preto houve pequeno aumento da população entre 1808 e 1835, passando de 72.286 para 84.376 (16,7%). Tendo em vista o elevado declínio

²²³ A importância dos espaços urbanos no princípio do século XIX pode ser consultada nos livros da série *décima predial*, depositada na Casa dos Contos de Ouro Preto, imposto que atingia os prédios dos moradores dos arraiais, vilas e cidades. Carrara (2001, p.144-164) apresentou uma discussão da fonte.

populacional no Termo de Ouro Preto (de 22.222 para 11.206), o acréscimo esteve determinado pelo Termo de Mariana cuja população passou de 50.064 para 73.170 (46,2%). As freguesias com os maiores incrementos demográficos foram as do vale do rio Doce e Pomba, ou seja, as localizadas em áreas de fronteira. Uma estimativa populacional das freguesias de Mariana em 1749 e das de Ouro Preto e Mariana em 1813 está apresentada nas Tabelas 8 e 9.

O período entre 1749 e 1813 corresponde ao de declínio da mineração e incremento da agropecuária. No ano de 1749, ainda em pleno fastígio do ouro, evidencia-se a importância da freguesia de Guarapiranga, com 5.536 pessoas ou 15,3% da população do Termo, apenas superada pela cidade de Mariana, 7.339 ou 20,3% do total. O acentuado movimento migratório em direção às áreas de fronteira pode ser evidenciado nos dados de 1813 onde a freguesia de Guarapiranga figurava como a mais povoada. A soma de 13.814 pessoas correspondia a 26,7% da população total do Termo, um crescimento de quase 150% em relação a 1749. Os outros dois povoados localizados na Mata, São João Batista e São Manoel do Pomba, possuíam, respectivamente, 1.351 e 5.676 pessoas, 2,6% e 11,0% da população total.

As freguesias orientais do Termo de Mariana, situadas em espaços de fronteira e com atributos geográficos favoráveis à instalação da agropecuária, (exceção para Inficionado que se localiza na parte norte), também apresentaram incremento de população entre 1749 e 1813: Furquim (91%), São José da Barra (72%), Inficionado (42%) e São Caetano (23%). Em contrapartida, as localizadas na área central da antiga mineração experimentaram queda expressiva da população como Camargos (41%), São Sebastião (40%), Catas Altas (35%) e Sumidouro (19%). No distrito de Mariana, a redução de 7.329 para 4.720 pessoas sinalizou queda de 35,6%, população esta que provavelmente migrou tanto para os distritos na parte oriental quanto para outras freguesias da capitania.

Os registros dos dízimos da produção agrária mercantil em Minas Gerais nos anos de 1750 e 1828, apresentados na Tabela 10, indicam que as freguesias do Termo de Ouro Preto (2º grupo) foram as que apresentaram maior retração do valor avençado, determinada pelo declínio populacional nos distritos e pela redução do volume de ouro em pó. Segundo Carrara (2007, p.110), a queda persistente dos preços em Ouro Preto, ocorrida a partir de 1765, indica uma desaceleração da atividade do seu setor agrícola mercantil.

Tabela 8 – Lista das Pessoas de Confissão e Comunhão da Comarca Eclesiástica de Mariana, 1749

Freguesias	Comungantes	Confessados	Total	% Termo
Antônio Pereira	1.163	232	1.395	3,9
Camargos			1.412	3,9
São Sebastião [Bandeirantes]			1.500	4,2
Furquim	1.227	1.219	2.446	6,8
São Caetano			2.604	7,2
São José da Barra [Barra Longa]	1.003	1.612	2.615	7,2
Inficionado [Santa Rita Durão]	1.938	940	2.880 ^a	8,0
Catas Altas			3.783	10,5
Sumidouro [Padre Viegas]			4.610	12,8
Piranga			5.536	15,3
Cidade [Mariana]			7.329	20,3
Total			36.110	100,0

Notas: ^a Há uma pequena diferença na soma apresentada pelo autor, provavelmente, em função da inserção de 2 sacerdotes, não mencionados na lista.

Fonte: Adaptado de Costa Matoso (1999, p.706-707)

Tabela 9 – Lista da População das Comarcas de Mariana e Ouro Preto, 1813

Termo de Mariana - Freguesias		População	% do Termo
Cuieté [Cuieté Velho, Conselheiro Pena]		235	0,5
Camargos		836	1,6
São Sebastião [Bandeirantes]		898	1,7
São João Batista [Visconde do Rio Branco]		1.351	2,6
Antônio Pereira		1.525	3,0
Catas Altas		2.444	4,7
São Caetano		3.194	6,2
Sumidouro [Padre Viegas]		3.716	7,2
Inficionado [Santa Rita Durão]		4.102	7,9
Barra [Longa]		4.506	8,7
Furquim		4.671	9,0
Cidade de Mariana		4.720	9,1
São Manoel do Pomba [Rio Pomba]		5.676	11,0
Guarapiranga [Piranga]		13.814	26,7
Total		51.688	100,0

Termo de Ouro Preto - Freguesias		População	% do Termo
Casa Branca [Glaura]		987	4,8
São Bartolomeu		1.002	4,9
Ouro Branco		1.172	5,7
Itatiaia		1.251	6,1
Cachoeira [do Campo]		1.687	8,2
Congonhas [do Campo]		2.412	11,8
Itabira [do Campo ou Itabirito]		3.360	16,4
Cidade de Vila Rica	Antônio Dias	3.741	18,3
	Ouro Preto	4.852	23,7
Total		20.464	100,0

Fonte: Adaptado de Eschwege (2002, p.152)

Tabela 10 - Créditos dos Dízimos da Capitania de Minas Gerais, 1750 e 1828 ¹

Freguesias	1750		1828		1750-1828	
	NL ²	VAD ³	NL ²	VAD ³	NL ⁴	VAD ⁴
Camargos	53	57\$600	27	28\$700	-49,1	-50,2
Antônio Pereira	46	345\$000	16	11\$600	-65,2	-96,6
São Caetano	81	1:050\$300	148	1:129\$100	82,7	7,5
São José da Barra	72	1:250\$400	195	1:256\$400	170,8	0,5
Inficionado	124	1:324\$300	95	1:050\$900	-23,4	-20,6
Catas Altas	127	1:380\$300	142	520\$700	11,8	-62,3
Furquim	138	2:163\$100	112	942\$400	-18,8	-56,4
Sumidouro	222	2:876\$700	66	749\$100	-70,3	-74,0
Piranga	424	3:606\$700	530	3:864\$900	25,0	7,2
1º Grupo Total	1.287	14:054\$400	1.331	9:553\$800	3,4	-32,0
Itatiaia	79	713\$520	15	15\$300	-81,0	-97,9
São Bartolomeu	100	820\$800	38	119\$300	-62,0	-85,5
Casa Branca	96	830\$400	15	37\$700	-84,4	-95,5
Ouro Preto	97	1:018\$300	2	14\$700	-97,9	-98,6
Ouro Branco	80	1:137\$600	38	141\$500	-52,5	-87,6
Cachoeira	113	2:066\$800	40	338\$100	-64,6	-83,6
Itabira	127	2:266\$300	90	824\$100	-29,1	-63,6
Congonhas	303	6:376\$300	422	4:045\$400	39,3	-36,6
2º Grupo Total	995	15:230\$020	660	5:536\$100	-33,7	-63,7
Congonhas do Sabará	123	418\$440	102	746\$080	-17,1	78,3
Curvelo	181	907\$200	612	1:685\$700	238,1	85,8
Caeté	212	1:123\$900	19	245\$500	-91,0	-78,2
São Miguel/Piracicaba	217	1:332\$000	465	3:146\$000	114,3	136,2
Morro Grande	164	1:732\$200	101	869\$400	-38,4	-49,8
Roça Grande	255	2:316\$000	31	443\$150	-87,8	-80,9
Santa Bárbara	285	2:551\$200	195	1:301\$000	-31,6	-49,0
Curral Del Rey	245	8:891\$000	512	5:392\$000	109,0	-39,4
3º Grupo Total	1.682	19.271\$940	2.037	13:828\$830	21,1	-28,2
Conceição do Mato Dentro	393	2:889\$600	148	1:263\$300	-62,3	-56,3
Serro	341	3:043\$900	345	3:092\$100	1,2	1,6
4º Grupo Total	734	5:933\$500	493	4:355\$400	-32,8	-26,6
Pouso Alto	72	379\$680	155	2:034\$200	115,3	435,8
Baependi	113	411\$000	245	2:722\$100	116,8	562,3
Campanha	161	637\$200	2.327	11:937\$000	1.345,3	1.773,4
Aiuruoca	164	814\$080	419	3:932\$700	155,5	383,1
Caminho Novo	19	943\$200	163	2:589\$500	757,9	174,5
Itaverava	184	1:689\$600	196	2:258\$600	6,5	33,7
São José	216	1:843\$200	349	3:015\$900	61,6	63,6
Borda do Campo	181	1:966\$800	704	7:698\$300	289,0	291,4
Prados	163	2:122\$800	304	2:682\$700	86,5	26,4
Queluz	223	2:876\$500	200	2:395\$500	-10,3	-16,7
São João Del Rey	404	4:231\$200	560	4:469\$300	38,6	5,6
5º Grupo Total	1.900	17:915\$260	5.622	45:735\$800	195,9	155,3

Notas: ¹ Listadas apenas as freguesias com dados em 1750 e 1828. NL² corresponde ao número de lavradores avençados e VAD³ ao valor anual do dízimo em réis. NL⁴ e VAD⁴ representam, respectivamente, o comportamento percentual do número de lavradores e do valor anual do dízimo no período. Fonte: Dados coletados em Carrara (1999a, p.75-76).

A única freguesia do Termo de Ouro Preto a experimentar algum saldo positivo foi Congonhas do Campo, contudo, apenas em uma das variáveis, qual seja, a dos lavradores que passaram de 303 para 422²²⁴.

No Termo de Mariana, as freguesias (1º grupo) também exibiram redução no valor médio pago por lavrador (exceção para a de Inficionado), no número de avançados e no montante total do tributo, entretanto, em grau menor do que o observado nas do Termo de Ouro Preto. Um traço peculiar sobressaiu: aumento dos lavradores e do valor avançado nas freguesias da parte oriental como em São Caetano, São José da Barra e Piranga, posicionadas na fronteira.

O deslocamento para os espaços fronteiros surgiu como alternativa à crise do ouro, haja vista a estagnação e/ou declínio dos núcleos urbanos. A produção agrária retraiu e parece que somente nas duas primeiras décadas do oitocentos passou a exibir sinais de recuperação. Contrário aos dados aqui apresentados, os quais apontam maior perda para o Termo de Ouro Preto, Almeida (2001, p.78) ressaltou que o mais globalmente afetado pela crise da mineração foi o Termo de Mariana, pois nos espaços urbano e rural registrou-se queda considerável na riqueza de seus habitantes entre 1750 e 1822.

Os comportamentos positivos no número de lavradores e no valor avançado das freguesias de São Miguel/Piracicaba e Curvelo, Comarca do Rio das Velhas, também podem ser explicados pela fronteira. No entanto, a área por excelência da produção agrária mercantil, já no final do século dezoito e nas primeiras décadas do dezenove, era a Comarca do Rio das Mortes (5º grupo), detentora, conforme já ressaltamos, do maior crescimento populacional entre 1776 e 1835. Excetuando-se Queluz, com pequena redução no número de lavradores e no valor avançado, todas as freguesias listadas da comarca mencionada apresentaram situação positiva em ambas as variáveis que medem o comportamento da produção agrária²²⁵.

No conjunto geral das Comarcas de Vila Rica, Sabará e Serro Frio houve, respectivamente, redução de 48,5, 28,5 e 26,6% no montante total do dízimo

²²⁴ A freguesia de Ouro Preto acumulou a maior perda no número de lavradores e no valor avançado: 97,9% no primeiro quesito e 98,6% no segundo.

²²⁵ A proximidade e a articulação de Queluz com Ouro Preto possivelmente influenciou a retração da sua produção agrária mercantil. Em 1771, o valor do seu dízimo havia reduzido para 1:943\$213 réis (32,5% menos que o de 1750). No ano de 1818, foi ainda mais baixo, 1:679\$700. Já em 1825 houve um aumento expressivo para 2:502\$052, evidenciando sinais de recuperação (AN, CC, Livro 068, Filme 10, Ft. 0918. AN, CC, Livro 02, Filme 01, Ft. 05. AN, CC, Livro 675, Filme 047, Ft. 0217).

entre 1750 e 1828, enquanto na do Rio das Mortes ocorreu acréscimo de 155,3%. Nesta, a variável mais expressiva foi a dos lavradores (aumento de 195,9%). Comportamento positivo dos lavradores pôde ser observado, em grau muito menor, somente na Comarca do Rio das Velhas (21,1%) e no Termo de Mariana (3,4%).

O declínio da produção agrária da Comarca de Vila Rica e o progresso da do Rio das Mortes indicam a queda contínua do papel outrora dominante da mineração e a importância crescente das atividades agropastoris, conforme salientou Carrara (2007, p.256-257). Esta situação é bastante interessante e particular, visto que o crescimento da agricultura e da pecuária na segunda comarca mostra que ela não se vinculou, diretamente, à crise da mineração. Primeiro, pois a exploração do ouro aí nunca foi dominante. Segundo, pois a sua articulação mercantil, com exceção das freguesias de Queluz e do Caminho Novo, não se dava com a estagnada região das minas, mas com o proeminente mercado do Rio de Janeiro.

A hipótese anterior pode ser comprovada se tomarmos como análise os registros do dízimo justamente no período que corresponde ao declínio da atividade mineradora. Vejamos o intervalo temporal entre 1750 e 1784. Nas freguesias de São João Del Rey, São José, Borda do Campo, Baependi e Caminho Novo o número de lavradores avançados apresentou crescimento elevado, passando, respectivamente, de 404 para 695 (72%), de 216 para 399 (84,7%), de 181 para 394 (117,7%), de 113 para 256 (126,6%) e de 19 para 63 (231,6%).

No montante do tributo, a expansão mercantil das atividades agropastoris também se confirma, com algumas exceções. Nas freguesias de Baependi, Borda do Campo e São José os valores passaram, respectivamente, de 411\$000 para 960\$238 réis (133,6%), de 1:966\$800 para 2:877\$650 (46,3%) e de 1:843\$200 para 2:665\$825 (44,6%). A freguesia de São João Del Rey exibiu inexpressiva redução de 4:231\$200 para 4:112\$750 (2,8%) e, possivelmente, o valor esteve sustentado por causa das suas prósperas articulações com o Rio. Já a do Caminho Novo apresentou retração bem mais acentuada. A quantia passou de 943\$200 para 698\$325 (26,0%), o que prova o seu vínculo expressivo com o abastecimento indireto da região das minas (viajantes e animais em suas viagens

às zonas mineradoras), progressivamente afetado pela escassez da principal moeda na capitania: o ouro em pó²²⁶.

As características geográficas da parte sul da capitania (Comarca do Rio das Mortes), com exceção das áreas acidentadas, de forma semelhante às do vale do rio Piranga, foram favoráveis ao desenvolvimento da atividade agropecuária. Do ponto de vista hidrográfico, há uma extensa rede de cursos de água, composta pela bacia do rio Grande e seus principais afluentes, Mortes, Verde e Sapucaí, servida pelas precipitações regulares na faixa dos 1.200 a 1.500 mm anuais. As condições topográficas do relevo, especialmente os situados entre 500 e 1.000 metros, são particularmente favoráveis à implantação da pecuária. Acresce como vantagem o predomínio do cerrado e do campo cerrado com vegetação herbácea, portanto, adequada à pastagem do gado. Há de se considerar ainda que a proximidade da comarca com o Rio de Janeiro tornou-se proveitosa, especialmente após a vinda da família real em 1808²²⁷.

Na Comarca do Rio das Mortes, segundo Saint-Hilaire (1974b, p.54), colhiam-se milho e feijão, mas estes gêneros não saíam da região, pois a criação de gado e porcos formava a principal ocupação dos agricultores “e quase sua única fonte de renda”. Eram desnecessários, portanto, “tantos braços para a criação dos rebanhos”. As “excelentes pastagens do rio Grande” forneciam “a maior parte dos animais vendidos na capital do Brasil” e alguns criadores locais chegavam a possuir “até cinco mil cabeças de gado” (SAINT-HILAIRE, 1975b, p.50). Cada lavrador dispunha de uma tropa de burros para envio de gado, porcos, toucinho e queijos ao Rio de Janeiro. Havia grande participação dos homens brancos neste serviço e nas tarefas da fazenda.

A principal rota de transporte dos produtos da parte sul da capitania para a Corte foi o Caminho do Rio Preto, substituído pelo Caminho do Comércio por volta de 1822. Por aquela estrada, Saint-Hilaire (1975b, p.32) relatou que se fazia quase todo o transporte de gado destinado ao Rio e oriundo da parte ocidental da província de Minas por uma dupla vantagem: viagem mais breve e taxas mais

²²⁶ AN, CC, Livro 4190, Filme 643, Ft. 0904.

²²⁷ O Rio de Janeiro representava o principal centro urbano e comercial brasileiro no início do século XIX. Os viajantes Spix e Martius (1981, p.52), que passaram pela capital na época, relataram que “antes da vinda do rei”, o total da população do Rio consistia “numas cinquenta mil almas. No ano de 1817, em compensação, constava a cidade e o que se inclui nela, mais de cento e dez mil habitantes”. Entre 1808 e 1818, vieram da Europa para o Rio “uns vinte e quatro mil portugueses”.

baixas²²⁸. No relatório de Bernardo Jacinto da Veiga, Presidente da Província de Minas em 1840, constam vários gêneros exportados no segundo semestre de 1839 (RELATÓRIO, 1840). Os que pagaram maior importância em impostos (mil réis) foram: gado vacum (21.025 cabeças, taxadas em 12:484:100 ou 37,7% do montante total), café (103.251 arrobas com 4:646:295 ou 14% do total), toucinho (80.599,5 arrobas com 3:868:776 ou 11,7%), fumo (53.035 arrobas com 3:302:100 ou 10% do total), pano de algodão (493.639 varas com 2:369:467 ou 7,2%) e queijos (218.654 unidades com 1:311:924 ou 4%). É muito provável que a maioria dos produtos viesse da Comarca do Rio das Mortes: o gado vacum, notadamente dos Termos de São João e São José, sul da província, e o café, especialmente das freguesias de Simão Pereira, Engenho do Mato e Rio Pomba, sul e centro da Mata.

Na Comarca de Vila Rica, da qual fazia parte os povoados do alto vale do rio Doce e do vale do Pomba, a produção agropecuária esteve voltada, precipuamente, para o abastecimento dos distritos mineradores, sofrendo, em maior grau, os impactos da crise da mineração. Das suas 17 freguesias apresentadas na Tabela 10, apenas uma (Inficionado) não exibiu redução do valor médio pago por lavrador. Em contrapartida, na Comarca do Rio das Mortes, não obstante a retração do valor médio avençado por lavrador em algumas freguesias (Caminho Novo, Prados, Queluz e São João Del Rey), a sinalizar um processo de arrefecimento de valores elevados, o crescimento migratório ocorre justaposto à crescente mercantilização da atividade agropastoril, impulsionada pela expansão do mercado interno da praça comercial do Rio de Janeiro.

Os diversos processos de ocupação territorial e as características distintas dos agentes colonizadores, conjugados aos fatores peculiares de cada espaço (atividades econômicas e regimes de propriedade), foram responsáveis pela diferenciação do espaço geográfico da Mata já nos momentos iniciais da sua formação. No alto vale do rio Doce e no vale do Pomba (Termo de Mariana) predominou uma população camponesa, eventualmente captada pelos registros do dízimo, sobretudo, com a crise da mineração. De modo inverso, no vale do Paraíba do Sul, Comarca do Rio das Mortes, da qual fazia parte a freguesia do

²²⁸ No registro do Paraíba, estrada do Caminho Novo, os bois eram taxados em uma pataca. No do Paraíba, Caminho do Rio Preto, em apenas meia pataca. Os burros de carga pagavam 460 réis no primeiro e 80 no segundo (SAINT-HILAIRE, 1975b, p.31).

Caminho Novo, emergiu desde o princípio da exploração do ouro o grande e o médio proprietário escravista, a transformar, posteriormente, no período imperial, inclusive o espaço agrário de parte do vale do rio Pomba com a cultura do café²²⁹.

Nos vales dos rios Pomba e Doce, o segundo em especial, o principal centro consumidor da produção agrária dos lavradores foi o mercado urbano dos distritos mineradores. A duração deste circuito mercantil esteve, portanto, vinculada à capacidade de atração exercida pelas áreas consumidoras sobre as abastecedoras, até que o declínio da circulação de ouro em pó nas primeiras forçou a queda dos níveis de consumo de sua população e selou a baixa capacidade de ampliação do volume da atividade agropecuária. O alcance de novos mercados poderia ser uma saída, mas esbarrava nas grandes distâncias e nos elevados custos ocasionados pelo transporte por terra.

Mawe (1978, p.137), em 1809, destacou a necessidade de tornar o rio Doce navegável, pois daí resultaria imensa vantagem para o território que atravessa. Todavia, grandes despesas se faziam necessárias para a implantação das obras, em virtude dos vários obstáculos como os bancos de areia, as cachoeiras, os Botocudos e os sítios pantanosos²³⁰. Saint-Hilaire (1974a, p.86) mencionou a insalubridade de várias regiões vizinhas ao rio, a causar febres malignas ou intermitentes, como o principal perigo para quem o subisse ou descesse. A insalubridade advinha do transbordamento das águas do Doce e de seus afluentes e só poderia ser resolvida após “numerosos desbravamentos”, a romperem as espessas florestas que impediam a ação do sol nas margens dos rios.

Os fazendeiros do vale do Paraibuna, sul da Mata, se encontravam em posição diferente. Desde o período colonial, a característica central da área citada foi o grande estabelecimento rural. Mas, isto teria sido trivial se eles não se encontrassem inseridos na principal rota de comunicação e de abastecimento da

²²⁹ A distinção efetuada se trata, logicamente, de um modelo, que raramente se apresenta puro. Assim sendo, permite a possibilidade de coexistência das características de uma formação socioespacial na outra. Dito de outra forma, tanto as unidades mercantis/escravistas podiam encerrar formas camponesas, como a da auto-suficiência das fazendas, quanto as camponesas podiam incorporar formas mercantis/escravistas, como a utilização de alguma mão-de-obra escrava e/ou a articulação com a sociedade envolvente por meio da venda do excedente para compra dos produtos que não dispusesse internamente. Os próximos itens trazem uma discussão das formações socioespaciais camponesas e mercantis da Mata, com base em padrões dos registros de avença do dízimo.

²³⁰ RAPM, v.7, 1902, p.1019-1022. RAPM, v.11, 1906, [1907], p.298-302.

região das minas, o Caminho Novo, no espaço por excelência do deslocamento demográfico do centro de Minas, a Comarca do Rio das Mortes, e relativamente próximos do proeminente mercado consumidor à época, o Rio de Janeiro. A estes lavradores, seriam acrescidos os migrantes que traziam consigo os capitais acumulados com a decadente atividade mineradora. Tendo em vista o papel ocupado pela produção agropastoril do Caminho Novo no tempo do auge do ouro, extraordinariamente concentrada nas mãos de um universo restrito de lavradores, o crescimento da agricultura e pecuária de caráter exclusivamente mercantil seria uma consequência presumível, bem como a expansão da cafeicultura de base escravista a partir das duas primeiras décadas do oitocentos. Estes são elementos que criaram parte das condições necessárias para a formação de um novo núcleo agrário no sul da Mata, com padrão agroexportador, que iria impulsionar a diferenciação intra-regional.

3. Formação Espacial Camponesa nos Vales dos Rios Doce e Pomba

A grande exploração rural foi o objeto privilegiado dos estudos tradicionais até por volta da década de 1970, considerada “a célula fundamental” da economia agrária brasileira por Prado Júnior (1977, p.119-129 e 163). À pequena exploração coube-lhe um papel acessório, restrita ao rótulo de uma acanhada “agricultura de subsistência” nas franjas das sesmarias com prejuízo do abastecimento dos centros urbanos. Todavia, em Minas Gerais, desde o século XVIII, no entorno dos distritos, dos caminhos para as minas e nas áreas de fronteira, surgiu um campesinato que se ocupou na produção de gêneros alimentícios, formado pelos “marginalizados” ou “desclassificados” na hierarquia da sociedade mineradora como os quilombolas, os indígenas aldeados, os agregados, os homens pobres livres, posseiros ou proprietários, e, inclusive, os escravos²³¹.

O estudo da pequena agricultura, através da sua evolução no tempo e no espaço, permite, segundo Linhares e Silva (1981, p.119), revelar a face oculta do Brasil, sempre escondida por trás da casa grande, do ouro das Gerais, do café ou outro produto-rei. Forman (1979, p.47-48) relatou que, embora ofuscada pelo setor dominante da economia rural, “a produção camponesa para o mercado interno sempre foi uma atividade comercial importante desde os tempos coloniais”. Esta afirmação revela o equívoco entre pequena unidade produtiva e atividade voltada apenas para a *subsistência*, visando somente à obtenção da quantidade mínima necessária à sobrevivência do grupo doméstico²³².

No âmbito da teorização do campesinato, o debate se encontra polarizado entre os enfoques de Lênin e Chayanov, respectivamente caracterizados, na questão agrária russa, pelo grupo “Marxista” (Social-Democracia) e pela “Escola da Organização e Produção” (Populista)²³³. Os teóricos do marxismo acreditavam

²³¹ O escravo, ao cultivar uma pequena gleba cedida pelo senhor, mesmo sem a posse ou a propriedade do meio de produção básico, a terra, mas com o domínio da sua força de trabalho e do fruto dela decorrente, a roça (quando não apropriada pelo grande lavrador), impulsionou a expansão de uma das formas camponesas.

²³² Graziano da Silva *et al* (1978, p.33) inclusive salientaram que “a pequena produção, historicamente, não se dedicou exclusivamente à produção de alimentos, mas também se voltou para culturas consideradas ‘nobres’”.

²³³ Em 1917, após a Revolução Russa, os bolcheviques, imbuídos das formulações de Marx e representados por Lênin, propuseram a imediata expropriação das grandes propriedades e a nacionalização das terras, inclusive as dos camponeses. Por outro lado, a Liga pela Reforma

na universalização das relações de produção capitalistas no espaço agrário, a determinar o aniquilamento da produção parcelária, rumo à constituição de uma classe política operária, condição vital para a implantação do socialismo. Lênin (1985, p.114) estudou a inserção da “economia natural” no âmbito da produção mercantil e apontou como consequência inevitável a diluição do campesinato em dois tipos: proletariado rural, os camponeses pobres, e uma pequena fração de camponeses ricos, tendentes a uma aliança com a burguesia. Tal divisão era determinada pela correlação entre tamanho familiar e bem estar econômico: as maiores famílias estavam no extrato superior do campesinato, pois eram precisamente aquelas que contratavam a maior proporção de trabalho assalariado. Kautsky (1980, p.186), enquanto social-democrata, mostrou que seria um erro grave considerar apenas os capitalistas e os proletários como os únicos fatores da sociedade, dado que a pequena exploração na agricultura não obedecia, de modo algum, ao desaparecimento rápido.

O camponês representava, de forma geral para os marxistas, uma categoria residual que criava obstáculos ao pleno desenvolvimento do capitalismo no campo. Como proprietário dos meios de produção era um capitalista e como trabalhador, um assalariado. A sua parcela era vista como antieconômica, pois não admitia a divisão do trabalho no cultivo, a aplicação da ciência, a diversidade do desenvolvimento, a variedade do talento e a riqueza das relações sociais (MARX, 1979, p. 209). Era preciso libertá-lo da propriedade privada, “limite e estorvo da agricultura (MARX, 1985, p.930)”. O futuro da “agricultura racional moderna” não estava, portanto, na “exploração nanica dos camponeses”, mas “nas explorações-monstros”, ou seja, na grande propriedade coletiva, conforme mencionou Kautsky (1980, p. 178 e 329). O dever da grande empresa socialista, base fundamental do programa agrário russo, era arrancar o camponês do “inferno em que a sua propriedade privada” o acorrentava²³⁴.

No espaço agrário russo, o campesinato compunha a maioria da população rural, ignorada pelo programa agrário dos marxistas. Chayanov (1981, p. 133-136)

Agrária, representada por Chayanov, sugeriu a transferência de toda a terra às unidades camponesas (HEYNIG, 1982, p.128).

²³⁴ A crítica marxista ao campesinato foi, em última instância, uma crítica à propriedade privada. Engels (1981, p.63) afirmou que “o instinto de propriedade está no sangue” do camponês. Lênin (1980, p.18), no programa agrário da social-democracia russa, deixou claro que “a pequena propriedade freia o desenvolvimento das forças produtivas, pois prende o produtor à pequena parcela, mantém a técnica rotineira e entorpece a elevação do rendimento mercantil da terra”.

relatou que a exploração familiar não podia ser analisada à luz das teorias econômicas clássicas e das teorias modernas derivadas delas, como fizeram os marxistas da social-democracia, pois a pequena unidade possuía um caráter não capitalista e concepções específicas de lucratividade. Posto isto, ele elaborou uma teoria sobre a unidade econômica camponesa, partindo da sua lógica interna, baseada no trabalho do próprio produtor e de sua família.

Na visão de Chayanov, o princípio básico de organização da unidade econômica camponesa reside na satisfação das suas necessidades, concebida simultaneamente como uma unidade de produção e consumo. Trabalho, terra e capital formam um conjunto indissociável de variáveis dependentes, estabelecidas num processo de *equilíbrio* entre o dispêndio de trabalho e as necessidades de consumo da unidade. As decisões sobre a produção e o consumo estão relacionadas a fatores internos, a chamada *motivação individual*. A quantidade do produto do trabalho depende do tamanho e composição da família trabalhadora e do grau de auto-exploração (este prescrito pelas necessidades internas de consumo). O equilíbrio será afetado pelo tamanho da família, membros aptos ou não ao trabalho, e pela dimensão da terra, sujeita a alterações por herança, casamentos etc, a promover a diferenciação no espaço rural, denominado pelo autor de *diferenciação demográfica*. A produção de valores de uso, direcionados para o autoconsumo, não implica ausência de excedente produtivo, que entra na esfera monetária num nível de *sistema mercantil simples*²³⁵.

Os estudos clássicos marxistas, de forma geral, são marcados por uma visão evolucionista e pessimista do campesinato e se inserem no embate e no contexto político da Rússia do final do século XIX. Não apresentam, portanto, uma definição teórica de *camponês*. Chayanov foi o único a oferecer, segundo Heynig (1982, p.115), uma teoria coerente do fenômeno da pequena produção camponesa em sua estrutura interna. Todavia, quando se considera as articulações do campesinato com os circuitos mercantis, sua obra apresenta um camponês isolado das relações sociais e econômicas que o rodeiam. Contudo, o estudo do tema da articulação não foi o seu objetivo central, mas sim a dinâmica interna ou morfológica da produção camponesa. A crítica mais incisiva à teoria de Chayanov está no equilíbrio trabalho-consumo: segundo este autor, o

²³⁵ CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. Especialmente os cinco primeiros capítulos.

campesinato determina, por si mesmo, o tempo e a intensidade de seu trabalho, ou seja, decide a dinâmica do consumo e da produção.

As particularidades do campesinato no Brasil, devido ao predomínio do quadro colonial, da grande propriedade, da escravidão e de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas, estão a reclamar uma teoria própria que não se resuma ao simples transplante daquelas formuladas para o camponês europeu. Segundo Wanderley (1996, p.8-15), a construção do espaço camponês brasileiro se fez, na maioria dos casos, sob o signo da “precariedade estrutural”, marcada por uma produção centrada na mínima subsistência e pela pobreza. Daí a elevada “instabilidade” das suas situações vividas como a busca do trabalho fora da unidade como forma de complementação da renda ou a mobilidade em direção às áreas de fronteira.

Em termos acadêmicos, o campesinato ainda representa um “fastígio intelectual (SHANIN, 1983, p.275)” e, a despeito da noção “vaga e ampla (CARDOSO, 2002, p.35)” do conceito, das várias controvérsias em torno da sua definição (MONTEIRO, 1989, p.158) e da sua própria heterogeneidade social, tentaremos defini-lo a partir de alguns traços principais, privilegiando o critério econômico²³⁶.

A base do trabalho é a família, característica fundamental da unidade camponesa. Todavia, em alguns casos, ocorre a presença de mão-de-obra estranha como agregados, parceiros e/ou, durante a vigência do trabalho cativo, escravos. Estes representavam uma força de trabalho adicional, trabalhando lado a lado com o proprietário, ou constituíam a única alternativa em face da ausência de mão-de-obra familiar produtiva. As diferenças internas entre o campesinato, moldadas pelo tamanho da terra, do número de filhos, do grau de articulação com a sociedade envolvente e do fator locacional (alguns se encontravam isolados na fronteira e outros próximos dos centros urbanos ou das rotas de abastecimento) explicam o emprego, em maior ou menor medida, de mão-de-obra externa, particularmente a cativa. Bem como o recurso a atividades complementares, não

²³⁶ No contexto atual, as explorações familiares, ainda numerosas, perderam, em sua maioria, a lógica da auto-subsistência e a autonomia relativa: passaram a se integrar econômica, social e culturalmente à sociedade envolvente. As inseridas neste processo não podem mais ser classificadas de “camponesas” no sentido clássico do termo, apesar da persistência de alguns saberes tradicionais, valores e estratégias de reprodução camponesas no seu interior.

agrícolas (manufatura, artesanato etc), lembrando-se que o cultivo da terra e a criação de animais constituem as ocupações centrais.

O objetivo fundamental é a subsistência. Isto garante a autonomia relativa do camponês na gestão das suas atividades agrárias frente ao grande proprietário e à sociedade envolvente sobre como decidir internamente o que plantar e como dispor do excedente. Este, quando comercializado, entra na circulação em sua forma simples, mediante conversão do produto vendido em dinheiro e do dinheiro em mercadoria. A venda do excedente assume, portanto, um fim específico: adquirir aquilo que não é produzido internamente como sementes, instrumentos de trabalho, vestuários, utensílios domésticos etc (custos da reprodução material) e/ou cumprir as obrigações prescritas por aqueles que detêm o poder econômico e político como pagar os tributos devidos ao Estado (por exemplo, os dízimos no período colonial) e à Igreja (taxas de casamentos, batizados etc) (custos da reprodução social).

O acesso *estável* à terra tem sido considerado por alguns autores como traço geral do campesinato, a exemplo de Cardoso (2002, p.20) e Fragozo (2002, p.117-118). É razoável pensar que o acesso a uma parcela de terras, por meio da posse (agregado ou posseiro) ou do título (compra ou herança), esteve presente, especialmente, nas áreas de fronteira. A sua possibilidade não pode ser descartada, inclusive, em áreas de agroexportação, cuja concentração fundiária é elevada, como foi o caso de Juiz de Fora durante o Império, estudada por Souza (2003, p.42-54 e 179-209), em que pese a provável super estimativa da autora devido à fonte utilizada: os inventários *post-mortem*. Todavia, é arriscado caracterizar o acesso como estável, em se tratando do camponês brasileiro, marcado pela instabilidade (mobilidade) e precariedade (pobreza). Cândido (1977, p.203), no seu estudo clássico dos parceiros do rio Bonito na década de 1940, mostrou que a migração, advinda da “insegurança da ocupação da terra, perda de posse ou propriedade”, era uma das principais características do caipira paulista²³⁷.

²³⁷ Shanin (1983, cap.3), na análise dos camponeses russos do princípio do século XX, também os concebeu sob a ótica da mobilidade, caracterizada pela divisão, fusão e extinção da unidade camponesa ou pela migração de seus membros.

3.1. Crise da Mineração e Desconcentração da Atividade Agropecuária

Na sociedade colonial, a população livre despossuída, especialmente agregados e posseiros, constituía, junto com os sitiantes, a *classe camponesa possível* da época numa formação social de base escravista segundo Gorender (1988, p.298). Nos vales dos rios Doce e Pomba, a fronteira agropecuária foi sinônimo de “terra livre”, liberdade e independência para os camponeses através da posse ou da propriedade. Com algumas ferramentas (foices, machados e enxadas), animais e sementes formava-se uma roça. As diferenças no processo material de produção eram mais quantitativas do que qualitativas, visto que era o tamanho e a diversificação da “fábrica” ou do “empreendimento” agrícola (quantidade de terras, escravos, atividades econômicas etc) que distinguiam as unidades produtivas²³⁸. A fertilidade do solo era dada pelas cinzas decorrentes da queima da vegetação (abundante na área) e a sua renovação pela rotação dos cultivos. Quando da produção excedente, abria-se a possibilidade dos camponeses participarem, em pequena escala, da atividade mercantil.

Na freguesia de Guarapiranga, entre os inventários analisados no período de 1749 a 1820, destacavam-se, em termos de cultivos, o milho, utilizado especialmente na produção de farinha de milho, angu e canjica, e o feijão. No quesito rebanho era comum a criação de porcos e a utilização de animais de tiro e tropa para o trabalho agrícola. Na pecuária bovina, o predomínio de pequenos plantéis, média de duas cabeças entre os inventariados, é indicador de uma atividade voltada prioritariamente para o consumo doméstico. Os gêneros cultivados, conjugados à pecuária suína, apontam para uma estreita ligação entre atividade agrícola roceira e produção voltada, principalmente, para o autoconsumo, conforme salientaram Andrade (1998, p.116-118) e Almeida (1994, p.161). O plantio generalizado do milho, segundo relatou Saint-Hilaire (1975a, p.106), visava também à alimentação dos animais, sobretudo à engorda dos porcos.

²³⁸ Almeida (1994, p.167-168) relatou que “tanto nas grandes unidades produtivas quanto nas pequenas [...] os instrumentos utilizados eram sempre os mesmos, consistindo em: machados, foices, enxadas, cavadeiras e alavancas”. Dos 366 inventários do Termo de Mariana entre 1750-1850, analisados pela autora, nenhum tinha a presença de arado. Portanto, independentemente do tamanho da fazenda, do cultivo e do período, a agricultura se baseava no mesmo tipo de sistema de uso da terra.

A suinocultura teve também importância fundamental no abastecimento dos centros mineradores. O seu predomínio no conjunto dos rebanhos nos inventários de Guarapiranga encontra explicação na dieta básica dos habitantes da antiga região das minas, consumidores da carne de porco e do toucinho. Mawe (1978, p.138-9), ao visitar a fazenda do Barro (Termo de Mariana), relatou que os escravos eram alimentados no almoço com farinha de milho misturada com água quente, dentro da qual colocavam pedaços de toucinho. À noite era lhes dada uma porção de feijão. Quanto à alimentação dos administradores da fazenda, no almoço eles comiam feijão preto misturado com farinha de milho e um pouco de torresmo de toucinho frito ou carne cozida. No jantar, feijão cozido, farinha de milho e um pedaço de porco assado.

Na freguesia de Guarapiranga, duas atividades econômicas, com caráter nitidamente mercantil, ainda sobressaíram. A primeira era a produção de fumos, notadamente no vale do rio Xopotó. Em 1749, Joana Pires Farinha possuía 50 rolos de fumo no seu inventário. Um ano depois, José Alvares Rodrigues foi avençado em 49\$200 réis, decorrentes de “um crédito de seus dízimos de fumo²³⁹”. O abastecimento era voltado, principalmente, para Ouro Preto, mas não somente, pois no inventário de Antônio José de Araújo (1775) há menção às viagens da tropa da fazenda, composta por oito animais, que conduziram fumo por nove vezes em direção ao Serro Frio e três vezes ao Rio de Janeiro. A tropa também era arrendada a outros produtores que comercializavam o produto nas praças mercantis citadas²⁴⁰.

A segunda atividade tipicamente mercantil consistia nos engenhos de produção de açúcar, aguardente e rapaduras, especialmente no distrito de Santo Antônio do Calambau. Em 1832, na “Relação das Fábricas de Engenho de Cana (GODOY, 2004, p.10)” do referido distrito foram arroladas 21 unidades produtivas, nas quais se empregavam 313 escravos e 41 libertos, uma média de 14,9 cativos por engenho. No ano anterior foram produzidas 2.000 arrobas de açúcar, 3.860 barris de aguardente e 720 cargas de rapaduras. Em 1810, a inventariada Rosa Margarida dos Prazeres, da Aplicação da Tapera, possuía 140 arrobas de açúcar, montante a indicar acentuadas vinculações mercantis, inclusive interprovinciais,

²³⁹ ACSM, Códice 55, Auto 1254, 2º Ofício. APM, CC, Livro 2040, Re. 154. Consultar também os registros número 304, 358, 376 e 409. No ano de 1831, o distrito de Santo Antônio do Calambau produziu o equivalente a 300 rolos de tabaco de corda ou fumo (GODOY, 2004, p.10).

²⁴⁰ ACSM, Códice 54, Auto, 1213, 1º Ofício *apud* Oliveira (2006, p.52-53).

tendo em vista a menção de animais de tropa²⁴¹. No baixo vale do Piranga, a localização geográfica, proximidade dos centros de consumo e de rotas de abastecimento, e os atributos naturais de clima e solo parecem ter sido os fatores fundamentais para a implantação e o desenvolvimento da atividade econômica açucareira.

Traçado um esboço geral da paisagem agrária em Guarapiranga, procuramos, a partir deste momento, efetuar uma análise da produção agropastoril mercantil em Minas por volta de meados do século XVIII, antes de realizar o estudo específico por freguesias da Mata. Na Tabela 11 estão apresentados os créditos de dízimos da Capitania de Minas Gerais no triênio de 1750 a 1753, distribuídos por freguesias, termos e comarcas. O período citado compreende um contexto no qual a exploração aurífera ainda se encontrava no ápice.

Na composição da produção agrária é notável a proeminência da Comarca de Vila Rica (40,55%), com o Termo de Mariana apresentando um valor relativo pouco superior ao de Ouro Preto (20,75 contra 19,80%). No segundo, todavia, se encontrava um maior valor médio da produção agrária por lavrador (458\$994 contra 342\$876 réis). Em vista do mencionado processo de declínio do dízimo na Comarca de Vila Rica após 1750, devido à crise da mineração, é muito provável que parte significativa da atividade agropastoril da zona mineradora estivesse direcionada à região das minas, evidenciando uma estreita relação entre exploração do ouro, urbanização e mercantilização da agricultura em Minas²⁴².

Não é desprezível a importância da agropecuária nas Comarcas do Rio das Velhas e do Rio das Mortes que, na mesma data, responderam, respectivamente, por 24,08 e 22,26% do total da capitania. A segunda, não obstante congregar o Termo de São João, com um dos menores valores médios da produção agrária por lavrador (220\$288 réis), seria, ao longo da segunda metade do século XVIII, beneficiada pelo acentuado crescimento populacional e pela articulação com o mercado do Rio, dois fatores que desencadeariam a consolidação da comarca como centro por excelência da produção agrícola e pastoril em Minas, conforme já discutido no segundo item deste capítulo.

²⁴¹ ACSM, Códice 92, Auto 1975, 2º Ofício.

²⁴² Com algumas diferenças, a correspondência triangular citada é semelhante à relação estabelecida por Venâncio (2001, p.181). Segundo este autor, “comércio e povoamento formaram um binômio complementar” na história da formação territorial mineira.

Tabela 11 – Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública, Capitania de Minas Gerais em 1750-3

Freguesias	NPD²	VTAR³	VPAT⁴	PER⁵	MED⁶
Antônio Pereira	46	1:035\$525	10:355\$250	0,45	225\$114
São Sebastião	31	1:090\$050	10:900\$500	0,47	351\$629
Camargos	53	1:733\$738	17:337\$375	0,75	327\$120
Cidade de Mariana	79	3:078\$675	30:786\$750	1,33	389\$706
São Caetano	81	3:152\$100	31:521\$000	1,37	389\$148
São José da Barra	72	3:752\$325	37:523\$250	1,63	521\$156
Inficionado	124	3:974\$063	39:740\$625	1,72	320\$489
Catas Altas	127	4:141\$500	41:415\$000	1,79	326\$102
Furquim	138	6:490\$688	64:906\$875	2,81	470\$340
Sumidouro	222	8:630\$325	86:303\$250	3,74	388\$753
Piranga	424	10:820\$813	108:208\$125	4,69	255\$208
Termo de Mariana	1.397	47:899\$800	478:998\$000	20,75	342\$876
Itatiaia	79	2:141\$588	21:415\$875	0,93	271\$087
São Bartolomeu	100	2:462\$400	24:624\$000	1,07	246\$240
Casa Branca	96	2:492\$063	24:920\$625	1,08	259\$590
Vila Rica	97	3:077\$625	30:776\$250	1,33	317\$281
Ouro Branco	80	3:412\$838	34:128\$375	1,48	426\$605
Cachoeira	114	6:200\$513	62:005\$125	2,69	543\$905
Itabira	127	6:799\$388	67:993\$875	2,95	535\$385
Congonhas do Campo	303	19:129\$388	191:293\$875	8,29	631\$333
Termo de Ouro Preto	996	45:715\$800	457:158\$000	19,80	458\$994
Comarca de Vila Rica	2.393	93:615\$600	936:156\$000	40,55	391\$206
Pouso Alto	72	1:139\$138	11:391\$375	0,49	158\$214
Baependi	113	1:233\$075	12:330\$750	0,53	109\$122
Carrancas	71	1:874\$175	18:741\$750	0,81	263\$968
Rio Verde	161	1:912\$050	19:120\$500	0,83	118\$761
Aiuruoca	131	2:116\$650	21:166\$500	0,92	161\$576
São João Del Rey	404	12:696\$300	126:963\$000	5,50	314\$265
Termo de São João	952	20:971\$388	209:713\$875	9,08	220\$288
Prados	164	2:442\$675	24:426\$750	1,06	148\$944
Caminho Novo	19	2:832\$038	28:320\$375	1,23	1:490\$546
Itaverava	184	5:070\$375	50:703\$750	2,20	275\$564
São José	216	5:542\$650	55:426\$500	2,40	256\$604
Borda do Campo	181	5:900\$888	59:008\$875	2,56	326\$016
Carijós	223	8:629\$800	86:298\$000	3,74	386\$987
Termo de São José	987	30:418\$425	304:184\$250	13,18	308\$191
Comarca do Rio das Mortes	1.939	51:389\$813	513:898\$125	22,26	265\$033

Continua...

Freguesias	NPD²	VTAR³	VPAT⁴	PER⁵	MED⁶
Raposos	81	639\$450	6:394\$500	0,28	78\$944
Congonhas do Sabará	123	1:255\$650	12:556\$500	0,54	102\$085
Rio das Pedras	100	1:506\$000	15:060\$000	0,65	150\$600
Rio das Velhas	104	1:861\$425	18:614\$250	0,81	178\$983
Pitangui	331	5:600\$700	56:007\$000	2,43	169\$205
Roça Grande	255	6:948\$450	69:484\$500	3,01	272\$488
Curral Del Rey	245	8:002\$313	80:023\$125	3,47	326\$625
Sabará	320	9:162\$675	91:626\$750	3,97	286\$334
Termo de Sabará	1.559	34:976\$663	349:766\$625	15,15	224\$353
N. S. de Antônio Dias	90	1:530\$450	15:304\$500	0,66	170\$050
São Miguel	103	2:110\$800	21:108\$000	0,91	204\$932
Caeté	159	3:483\$188	34:831\$875	1,51	219\$068
Morro Grande	139	4:822\$800	48:228\$000	2,09	346\$964
Santa Bárbara	291	8:666\$850	86:668\$500	3,75	297\$830
Termo de Caeté	782	20:614\$088	206:140\$875	8,93	263\$607
Comarca do Rio das Velhas	2.341	55:590\$750	555:907\$500	24,08	237\$466
Conceição do Mato Dentro	393	8:669\$250	86:692\$500	3,75	220\$592
Vila do Príncipe	341	9:132\$225	91:322\$250	3,96	267\$807
Paracatu	348	12:474\$638	124:746\$375	5,40	358\$467
Comarca do Serro Frio	1.777	30:276\$113	302:761\$125	13,11	170\$378
Soma	8.450	230:872\$275	2:308:722\$750	100,0	273\$222

Notas: NPD² corresponde ao número de pagadores do dízimo. VTAR³ refere-se ao valor total avençado em réis no triênio. VPAT⁴ equivale ao valor da produção agrária trienal em réis (VTAR³ multiplicado por dez). PER⁵ corresponde ao percentual do valor da produção agrária trienal sobre o total da capitania. MED⁶ equivale ao valor médio da produção agrária trienal por lavrador. Fonte: APM, CC, Livros 2039, 2040, 2043 e 2044.

Em 1750, a freguesia de Piranga, no alto vale do rio Doce, possuía o maior número de lavradores avençados da capitania, 424, seguida pelas de São João Del Rey, Conceição do Mato Dentro, Paracatu e Vila do Príncipe, respectivamente, com 404, 393, 348 e 341. O primeiro dado não é surpresa, devido à condição de fronteira aberta da freguesia, portanto, com disponibilidade em abundância do principal fator de produção: a terra. Segundo Meneses (2000, p.158), o trabalho compulsório era um importante fator a limitar o acesso à terra pelos homens pobres livres, pois favorecia a concentração fundiária e dificultava a sua aquisição àqueles que não possuíssem cabedal para comprar cativos e áreas para desempenhar atividades produtivas. Todavia, como já visto anteriormente, a disponibilidade de alguns poucos escravos entre os roceiros não foi rara.

O lugar dos agricultores na estrutura ocupacional e a sua importância na composição da produção agrária em Minas na segunda metade do século XVIII são alguns dos indicadores que nos permite situar a proeminência do setor agropecuário mercantil em Guarapiranga. Nesta freguesia, como o fenômeno urbano não atingiu grau elevado como o das vilas e arraiais da mineração, boa parte da sua produção agropecuária comercializável só pode ter sido destinada aos centros da região das minas, notadamente Ouro Preto e Mariana. O elevado montante de lavradores vai ao encontro das proposições do capítulo anterior, acerca dos primórdios da ocupação do vale do rio Piranga na primeira metade do século XVIII. Em pleno auge da exploração do ouro, nega a determinação exclusiva da mineração no processo de avanço da marcha pioneira e confirma a importância da atividade agrária como estratégia de subsistência ou de produção de riqueza no alto vale do rio Doce.

O valor da produção agrária trienal de Piranga, da ordem de 108:208\$125 réis (4,69% do total da capitania, 11,6% da Comarca de Vila Rica e 22,6% do Termo de Mariana, os dois últimos são os maiores no seu respectivo conjunto), era apenas superado pelo de Congonhas (191:293\$875 réis ou 8,29% da capitania), São João Del Rey (126:963\$000 ou 5,50% da capitania) e Paracatu (124:746\$375 ou 5,40% da capitania). Todas as freguesias citadas, com proporção no valor total da produção agrária da capitania acima de 4,5%, se localizavam nas áreas de fronteira (Paracatu e Piranga) ou próximas aos entrepostos e mercados de comercialização (São João e Congonhas).

Apesar de Piranga dispor do quarto maior valor da atividade agrária entre as quarenta e oito freguesias apresentadas, em termos do montante médio pago por lavrador ela figurava em 32º lugar. A explicação para esta aparente contradição pode ser buscada na expressividade do seu setor camponês, notável na grande soma de roceiros avençados com valores diminutos. Comparando-se os dados das freguesias de Congonhas, São João, Paracatu e Piranga, as mais proeminentes no quesito valor da produção agrária, sobressai, especialmente na primeira e na segunda, uma economia com níveis de mercantilização maiores do que na quarta. Enquanto os valores médios da atividade agrária por lavrador em Congonhas, Paracatu e São João são, respectivamente, 631\$333, 358\$467 e 314\$265 réis, em Piranga alcança 255\$208 réis.

A separação dos valores avançados conforme as categorias dos lavradores, pequenos ou roceiros ($\leq 9\$600$ réis) e médios e grandes ou fazendeiros ($> 9\$600$), reforça a hipótese de expressividade da produção camponesa na última freguesia citada²⁴³. Um resumo geral das características das duas faixas de lavradores avançados nas freguesias de Piranga, São João e Congonhas, no triênio de 1750 a 1753, está apresentado na Tabela 12. Embora a concentração da produção agrária entre os médios e grandes lavradores seja regra geral nas três áreas (o período ainda representa o ápice da mineração), em São João e, principalmente, em Congonhas, os níveis são mais elevados do que em Piranga. Nesta, a proporção dos roceiros (39,4%) e o valor pago pela respectiva categoria (8,2%) são maiores do que nas outras duas freguesias, e tenderiam a crescer ao longo da segunda metade do século dezoito.

Tabela 12 – Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesias de Piranga, São João e Congonhas em 1750-3

Faixas	Itens	Piranga	São João	Congonhas
$\leq 9\$600$ réis	Lavradores Valor Pago Valor Médio	39,4% 8,2% 5\$313	35,4% 7,1% 5\$169	19,4% 2,2% 5\$813
$> 9\$600$ réis	Lavradores Valor Pago Valor Médio	60,6% 91,8% 38\$652	64,6% 92,9% 37\$256	80,6% 97,8% 63\$149
Soma	Lavradores Valor Pago	100% 100%	100% 100%	100% 100%

Fonte: APM, CC, Livros 2039 e 2040.

O acompanhamento temporal da produção agrária segundo as categorias dos produtores nos fornece importantes evidências acerca do comportamento da atividade mercantil nas freguesias. Durante o setecentos, Guarapiranga foi a única paróquia com título de freguesia no vale do rio Piranga (Mata), alto vale do rio Doce. Distritos como Barra do Bacalhau, Santa Rita do Turvo e São Miguel, por exemplo, só receberam tal título nas primeiras décadas do século XIX²⁴⁴. Não

²⁴³ O critério de distinção das duas categorias de lavradores está exposto nos aspectos metodológicos (Notas sobre a Pequena Produção Mercantil no Dízimo) quando cruzamos alguns registros de avença do dízimo com os inventários *post-mortem*.

²⁴⁴ Há indícios de que o distrito de Abre Campo, no alto vale do rio Doce, foi elevado à condição de freguesia em 1741. Todavia, a nova paróquia não se manteve devido aos sucessivos ataques dos indígenas (BARBOSA, 1995, p.16-17). Não encontramos registros de dízimo dessa freguesia.

existe, portanto, registros dessas três freguesias para a segunda metade do setecentos, inviabilizando qualquer tentativa de comparação temporal. Contudo, as freguesias de Itaverava e Sumidouro possuem dados desde 1750, motivo pelo qual foram agregadas às análises. Ambas estavam limitadas geograficamente à freguesia de Guarapiranga: a primeira, igualmente posicionada numa área de fronteira aberta, vinculada ao Termo de São José, Comarca do Rio das Mortes, e a segunda, localizada no tradicional espaço da região das minas, pertencente ao Termo de Mariana, Comarca de Vila Rica.

Os créditos dos dízimos das freguesias de Guarapiranga, Sumidouro e Itaverava entre os anos de 1750 e 1828, distribuídos conforme as duas categorias de lavradores, estão apresentados, respectivamente, nas Tabelas 13, 14 e 15. Na segunda metade do século XVIII (1750) evidencia-se que a entrada dos roceiros nos circuitos da produção agropecuária mercantil esteve bastante restrita. Eles participaram da atividade agrícola e pastoril, mas com uma inserção mercantil bastante esporádica, depreendendo que a agropecuária nessa categoria esteve voltada, especialmente, para o auto-consumo. Os pequenos lavradores, avançados com valor igual ou inferior a 9\$600 réis, não passaram de 167 ou 39,4% do total em Piranga, 68 ou 37,0% em Itaverava e 74 ou 33,3% no Sumidouro. A proporção do valor pago por essa faixa sobre o montante total foi bastante irrisória: 295\$750 réis ou 8,2% em Piranga, 129\$000 ou 7,6% em Itaverava e 128\$075 ou 4,5% no Sumidouro.

Os médios e grandes lavradores, em contrapartida, responderam tanto pela maior parte do número de dizimados avançados, variando entre 60,6% do total em Piranga a 66,7% no Sumidouro, quanto pela maior proporção do montante pago, entre 91,8% do total na primeira freguesia a 95,5% na segunda. A discrepância elevada entre as duas faixas de lavradores pode ser observada se tomarmos o indicador do valor médio pago por cada faixa. No caso dos roceiros, ele não ultrapassa 1\$897 réis, freguesia de Itaverava, enquanto no âmbito dos médios e grandes lavradores atinge 18\$572 réis, freguesia do Sumidouro. Nesta, a disparidade é maior, pois se encontram os dois extremos: menor valor médio dos roceiros (1\$731) e maior valor médio dos fazendeiros (18\$572).

Também não conseguimos localizar registros de dízimo para algumas freguesias criadas na Mata durante a segunda metade do século dezoito como São João Batista do Presídio e São Manoel do Pomba, respectivamente, com dados apenas para os anos de 1830-3 e 1827, 1830 e 1833.

Tabela 13 – Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia de Piranga entre 1750 e 1828¹

Faixas	Itens	1750	%	1805	%	1828	%
≤ 9\$600 réis	Lavradores	167	39,4	483	85,6	417	78,7
	Valor Pago	295\$750	8,2	1:335\$038	46,3	1:433\$737	37,1
	Média	1\$771	-	2\$764	-	3\$438	-
> 9\$600 réis	Lavradores	257	60,6	81	14,4	113	21,3
	Valor Pago	3:311\$188	91,8	1:545\$638	53,7	2:431\$181	62,9
	Média	12\$884	-	19\$082	-	21\$515	-
Soma	Lavradores	424	100,0	564	100,0	530	100,0
	Valor Pago	3:606\$938	100,0	2:880\$676	100,0	3:864\$918	100,0

Fonte: APM, CC, Livro 2040. AN, CC, Livro 3047, Filme 174. AN, CC, Livro 278, Filme 29.

Tabela 14 – Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia do Sumidouro entre 1750 e 1826¹

Faixas	Itens	1750	%	1806	%	1826	%
≤ 9\$600 réis	Lavradores	74	33,3	156	93,4	62	71,3
	Valor Pago	128\$075	4,5	273\$900	51,9	189\$932	20,9
	Média	1\$731	-	1\$756	-	3\$063	-
> 9\$600 réis	Lavradores	148	66,7	11	6,6	25	28,7
	Valor Pago	2:748\$700	95,5	253\$950	48,1	720\$195	79,1
	Média	18\$572	-	23\$086	-	28\$808	-
Soma	Lavradores	222	100,0	167	100,0	87	100,0
	Valor Pago	2:876\$775	100,0	527\$850	100,0	910\$127	100,0

Fonte: APM, CC, Livro 2040. AN, CC, Livro 2720, Filme 153. AN, CC, Livro 011, Filme 03.

Tabela 15 – Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia de Itaverava entre 1750 e 1828¹

Faixas	Itens	1750	%	1772	%	1828²	%
≤ 9\$600 réis	Lavradores	68	37,0	133	48,0	105	60,7
	Valor Pago	129\$000	7,6	206\$888	9,4	427\$072	20,8
	Média	1\$897	-	1\$556	-	4\$067	-
> 9\$600 réis	Lavradores	116	63,0	144	52,0	68	39,3
	Valor Pago	1:561\$125	92,4	2:000\$450	90,6	1:625\$113	79,2
	Média	13\$458	-	13\$892	-	23\$899	-
Soma	Lavradores	184	100,0	277	100,0	173	100,0
	Valor Pago	1:690\$125	100,0	2:207\$338	100,0	2:052\$185	100,0

Notas: ¹ Os valores relativos a 1750 e 1772 são trienais, portanto, foram divididos por três para equipararem às avenças de 1805, 1806, 1826 e 1828 que foram anuais. ² Optou-se pela exclusão de 23 registros cujos lançamentos estavam apagados. Fonte: APM, CC, Livro 2039, Filme 129. AN, CC, Livro 675, Filme 47. AN, CC, Livro 176, Filme 23.

A desigualdade entre os lavradores pode ser notada nos valores extremos avançados. Na freguesia do Sumidouro, em 1750, João Francisco Lopes pagou uma oitava ou 1\$200 réis, ao passo que o guarda mor Maximiano de Oliveira foi avançado em 550 oitavas ou 660\$000 réis²⁴⁵. Disparidades que se reproduziram em menor grau, mas com padrão bastante acentuado, em Itaverava e Guarapiranga. Particularmente nesta última, encontramos entre os valores diminutos uma população “desclassificada” pagando dízimo, diferenciada nos registros pelas suas características distintivas na sociedade como *pardo*, *agregado*, *forro*, *crioulo* e *preto forro*²⁴⁶. Em Itaverava, flagramos no ano de 1750 um registro de pagamento do dízimo de Manoel Soares da Silva, no valor de 14\$400 réis, referente a “um crédito de uns seus escravos”, evidenciando, portanto, a noção de “brecha camponesa” ou a hipótese da concessão de lotes de terra nos domínios do plantador, decerto sujeita ao arbítrio do senhor, mas a cumprir um papel bem definido no quadro da economia colonial: redução do custo de manutenção da mão-de-obra cativa²⁴⁷.

Os agregados podem ser encontrados em vários registros das freguesias citadas, notadamente na de Itaverava em 1753, com valor avançado tanto separado quanto incluído no do proprietário da terra²⁴⁸. Lançamentos que confirmam a possibilidade da formação de ocasionais excedentes comercializáveis por esse personagem, apesar da sua constante insegurança na posse da parcela, conforme destacou Saint-Hilaire (1975a, p.43). Se a sesmaria e a escravidão geravam os despossuídos, o latifúndio, em alguns casos, os absorvia como mão-de-obra não-capitalista, subordinados à arbitrariedade do dono da terra. Na opinião do naturalista Saint-Hilaire (1974b, p.24):

O único recurso que ao pobre cabe é pedir, ao que possui léguas de terra, a permissão de arrotear um pedaço de chão. Raramente lhe é recusada tal licença, mas como pode ser cassada de um momento para outro, por capricho ou interesse, os que cultivam terreno alheio e chamam-se agregados, só plantam grãos, cuja colheita pode ser feita em poucos meses, tais como o milho e o feijão. Não fazem plantações que só dêem ao cabo de longo tempo como o café.

²⁴⁵ APM, CC, Livro 2040, Re. 25 e 105.

²⁴⁶ APM, CC, Livro 2040. Ver os registros n. 77, 81, 82, 151, 209, 210, 249, 278, 295, 319, 325, 342, 348 e 412.

²⁴⁷ APM, CC, Livro 2039, Filme 129. Re. 14.

²⁴⁸ APM, CC, Livro 2043, Filme 131. Fl. 191. Ver os registros n. 7, 8, 39, 71, 81, 84, 86, 91, 174 e 202.

Os agregados ainda ocorriam entre as famílias mais pobres cujas possibilidades de adquirir escravos eram bastante escassas. Contudo, eles eram particularmente vantajosos para o grande proprietário de terras, principalmente para aqueles com vastas extensões incultas, pois além da reserva de mão-de-obra, garantia ao proprietário a proteção e a preservação de parte da sua propriedade pelo uso produtivo, em troca da transferência de uma parcela da renda da terra camponesa e/ou de serviços econômicos ou extra-econômicos. Este era o custo da sua sujeição em prol da proteção do patriarca e da subsistência sua e/ou de sua família.

No bojo de uma sociedade extremamente hierarquizada, assimétrica e com relações de dependência, caracterizada pela presença de negociantes, mineradores, mineradores/agricultores, vendeiros, mascates, jornaleiros, escravos, rendeiros, agregados, parceiros, cultivadores livres etc, a desigualdade não se restringiu apenas à atividade da mineração ou ao espaço urbano, mas esteve presente na agropecuária, tornando-se uma marca indelével do espaço rural. Basta observarmos a composição das fortunas acumuladas por alguns fazendeiros por volta de meados do século XVIII e compará-las aos poucos recursos dos inventários dos camponeses.

Em 1756, foi organizada pelo Provedor da Fazenda Real, Domingos Pinheiro, uma lista secreta dos homens de negócio mais abastados das Minas. Dos 179 nomes listados para o Termo de Mariana, vinte e sete ou 15% eram da freguesia de Guarapiranga, assim distribuídos conforme a ocupação declarada na lista: Mineiro (17 ou 63%), Lavrador (7 ou 26%) e Negociante (3 ou 11%). A atividade minerária, apesar de ser o negócio principal de 63% dos homens mais ricos, não se constituía, portanto, na ocupação exclusiva, pois coexistiam lavradores e negociantes. Em Guarapiranga, os inventários demonstram muito mais a coexistência da agropecuária com a mineração do que a predominância da segunda. Como explicar a existência de lavradores e negociantes, na lista dos homens mais abastados, quando a mineração era mais importante do ponto de vista econômico e, apesar dos sinais de progressiva redução, ainda se encontrava no ápice?

No caso da categoria *negociantes*, Antonil (1966, p.271) relatou que na atividade de “vender coisas comestíveis, aguardente e garapas, muitos em breve tempo acumularam quantidade considerável de ouro”, sem o rude trabalho de

extraí-lo. No caso da exploração agrícola, um relato anônimo no códice Costa Matoso (1999, p.183) apontou que muitos indivíduos se dirigiram às Minas já com o objetivo de plantar e vender mantimentos, fazendo com tal negócio “altíssimas fortunas”. A produção e a comercialização de mantimentos, da mesma forma que a empresa mineradora, se constituiu numa estratégia de inserção comercial e enriquecimento, principalmente das famílias de prestígio e nobilitadas, sendo inclusive alternativa encontrada face à crise da exploração do ouro. Deve-se salientar ainda que, desde as primeiras descobertas do metal, a carência de gêneros alimentícios nas áreas mineradoras tornou-se um incentivo ao plantio de mantimentos e à criação de animais. Se essas duas atividades surgiram como uma simples economia natural dentro das fazendas, a crise da mineração determinou a consolidação do seu caráter mercantil.

Dos 27 nomes de Guarapiranga, listados na relação dos homens mais abastados de Minas em 1756, encontramos 13 que foram avençados pelo dízimo em 1750, assim distribuídos conforme a ocupação na lista do provedor: 7 mineiros (de um total de 17 enumerados) e 6 lavradores (de um total de 7 listados). Os montantes das avenças variam entre 26 oitavas ou 31\$200 réis, para Antônio da Silva Correia, relatado na lista como mineiro, daí uma explicação para o baixo valor relativo, e 225 oitavas ou 270\$000 réis, para Domingos Mendes Peixoto, identificado na lista como lavrador²⁴⁹. Apresentamos a seguir, uma descrição sumária do que seria um minerador/agricultor abastado na freguesia de Guarapiranga, com certeza uma exceção no contexto geral.

O primeiro inventário é o do capitão João Rodrigues dos Santos. Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo veio para as minas provido do cargo de inquiridor, distribuidor e contador da Vila de São João Del Rey. Em 1750, era morador da freguesia de Piranga e foi avençado no dízimo em 40 oitavas ou 48\$000 réis. Na lista dos homens mais abastados em 1756 foi classificado com a ocupação de mineiro. No ano de seu falecimento, 1773, deixou um patrimônio estimado em 11:965\$265 réis²⁵⁰. Entre as suas atividades destacavam-se a mineração, em declínio, e a atividade agropecuária, em ascensão. O capitão possuía duas

²⁴⁹ APM, CC, Livro 2040, Re. 12 e 152. Na freguesia do Sumidouro, encontramos lavradores mencionados na lista de 1756 e que foram avençados no dízimo de 1750 com montantes superiores como, por exemplo, Antônio Gomes da Silva, lançado em 310 oitavas ou 372\$000 réis. APM, CC, Livro 2040, Re. 20.

²⁵⁰ ACSM, Códice 80, Auto 1695, 1º Ofício. APM, CC, Livro 2040, Re. 58.

fazendas. Na primeira, avaliada em 1:300\$000, foram descritas benfeitorias como casa de vivenda, paiol, engenho de fazer farinha, moinho e senzalas, tudo coberto de telha. Havia ainda pomar com árvores de espinho e bananais, capoeiras, matos virgens e terras minerais já inúteis. A segunda, estimada em 1:600\$000, possuía casas de vivenda, paiol, moinho e monjolo, tudo coberto de telhas com terras e águas minerais. Um ano antes do seu falecimento, ele vendera uma outra fazenda pela quantia de 1:600\$000 cujo recebimento ainda se encontrava pendente no inventário. Como imóvel constava também uma morada de casas de sobrado no arraial da Piranga, situada em local privilegiado, ao “pé” da igreja da matriz. O plantel era formado por 66 escravos, avaliados em 6:230\$000 ou 52,1% do patrimônio, compondo a maior parte da riqueza. Entre os instrumentos de trabalho foram descritos roda de tirar ouro com seus aparatos, tear com seus pertences, dois carros de boi, foices (16), machados (23), enxadas (9), alavancas (2) e almocafres (5). Havia no paiol 600 alqueires de milho e 7 de feijão. Em termos de rebanho foram transcritos cavalos (3), juntas de boi de carro (4), cabeças de gado (16) e porcos (80).

O fazendeiro João Arruda Câmara, morador da paragem do Xopotó, também fora relatado na lista de 1756. Avençado em 174 oitavas ou 208\$800 réis no ano de 1750, veio a falecer por volta de 1765, deixando para a viúva, Quitéria Francisca Pires Farinha, e seus quatorze filhos um testamento no valor de 7:348\$625 réis²⁵¹. A agropecuária era a sua atividade econômica principal. Dentre os imóveis, constavam “uma sesmaria e uma fazenda com suas benfeitorias”, avaliadas em 2:200\$000 (29,9% da riqueza). O plantel era formado por 52 cativos com valor estimado em 4:545\$000 (61,8% do monte-mor). No quesito rebanho são mencionados animais de tropa (6), de tiro (2), bovinos (6) e suínos (50), avaliados em 392\$200 ou 5,3% do testamento. São relatados ainda alguns móveis e instrumentos de trabalho como enxadas (19), foices (25), machados (9), “um engenho corrente e moente de farinha” de mandioca e “um engenho corrente e moente de melado”. Os instrumentos valiam 133\$780 ou 1,8% do inventário.

Miguel de Matos, também relatado na lista de 1756 pelo provedor como lavrador, era morador do Xopotó. Em 1750 foi avençado em 95 oitavas ou 114\$000 réis. Viúvo de Joana Pires Farinha, quando faleceu, por volta de 1770,

²⁵¹ ACSM, Códice 46, Auto 1035, 2º Ofício. APM, CC, Livro 2040, Re. 14.

deixara para seus três filhos um patrimônio estimado em 3:543\$765 réis²⁵². Os imóveis do inventariado, avaliados em 1:800\$000 ou 50,8% da riqueza, compreendiam uma fazenda com suas terras minerais com ranchos de recolher fumo, com seus bananais, árvores de espinho e monjolo, e uma sesmaria de terras minerais. Fora mencionada uma morada de casas no arraial da Piranga, atrás da matriz, com seu quintal, bananal e pasto. O plantel era de 17 cativos, avaliados em 1:480\$000 ou 41,8% do monte-mor. Os instrumentos, estimados em 67\$515 ou 1,9% do monte, correspondiam a um forno de cobre de fazer farinha, tear e seus pertences, enxadas (7), foices (7) e alavancas (4). O rebanho, no valor de 117\$400, era formado por suínos (50), bovinos (13), animais de tiro (4) e um eqüino. Destacavam-se ainda móveis e jóias²⁵³.

De forma geral, descrevemos a composição da fortuna de alguns dos mineradores/lavradores mais ricos da freguesia de Guarapiranga, mencionados na lista dos mais abastados da capitania em 1756. Qual seria, então, a diferença da riqueza dos mesmos em relação àqueles classificados como camponeses ou roceiros, neste caso, os avençados com montante do dízimo inferior a 9\$600 réis

²⁵² ACSM, Códice 66, Auto 1457, 2º Ofício. APM, CC, Livro 2040, Re. 15.

²⁵³ Um dos homens mais ricos de Guarapiranga foi o capitão Antônio Alvarez Ferreira. Caso ele estivesse vivo em 1756 seria mencionado na relação secreta dos homens de negócio mais abastados das Minas. O capitão faleceu em 1749. Após um ano, a viúva, Ana Cabral da Câmara, foi avençada pelo dízimo em 46 oitavas (55\$200 réis). O testamento do inventariado foi avaliado em 17:623\$007 réis. O capitão procurava conjugar a atividade minerária com a agropecuária. Dentre os imóveis, possuía quatro datas de terras minerais no rio Guarapiranga, com ferragem de roda e caixão, e mais quatro roças. Na primeira roça é descrito um sítio e lavra com terras minerais e “água metida”, paiol, moinho, engenho e casas de vivenda e senzalas cobertas de telha. Na segunda é relatada uma terra de roça com capoeiras que “levarão” 35 alqueires de planta e mato virgem de uma e outra parte do rio Piranga com terras minerais, córrego de “águas metidas” com roda e caixão e “o mais necessário de serviço”. Na terceira roça é mencionada umas capoeiras que “levarão” 150 alqueires de planta com restingas de mato virgem, situadas no córrego chamado Angu. A quarta consiste numa “posse de roça” com terras de matas virgens sitas no ribeirão do Turvo que faz barra no rio Xopotó, “a qual pela vizinhança do gentio por hora não se lhe pode dar valor algum”. O conjunto dos sete imóveis valiam 6:405\$000 ou 36,3% da riqueza. O inventariado possuía ainda uma morada de casas térreas cobertas de telha com seu quintal no arraial de Guarapiranga, no valor de 384\$000, e mais duas casas de morada que lhe serviam de venda e loja, ao “pé” da capela de Santo Antônio, não inventariadas. O plantel era composto de 58 escravos, avaliados em 5:134\$000 ou 29% do inventário. Constavam ainda alguns poucos animais no valor de 60\$000 e instrumentos de trabalho como enxadas (10), foices (5), alavancas (5), machados (1), almocafres (8), tachos (4), fornos (1) que compunham apenas 0,3% da riqueza. A sua característica de credor da freguesia pode ser notada no elevado montante deixado em dívidas ativas: 5:001\$116 ou 28,3% do monte-mor. Dentre os bens pessoais (móveis, jóias e metais), estimados em 971\$106 (5,5% da riqueza), constavam utensílios e apetrechos sofisticados e rústicos como caixas de jacarandá sem torneamento, catres e mesa de pau branco, oratórios de madeira tosco, vestidos de carmesim, saias de veludo e seda, lençóis de linho e de bretanha, toalhas rendadas, toalhas de guimarães com seus guardanapos, colheres de prata (16), uma “salva” de prata, pratos de estanho (9), brincos de ouro e de diamantes, cordões de ouro grosso, ouro em pó etc (ACSM, Códice 36, Auto 843, 1º Ofício. APM, CC, Livro 2040, Re. 192).

ou oito oitavas? Para tal comparação, utilizamo-nos dos inventários de Antônio Francisco e Antônio da Silva Ribeiro. O primeiro foi avençado em 6 oitavas ou 7\$200 réis em 1750. Casado com Ana Cardoso, no momento do seu falecimento, por volta de 1765, deixava para a esposa e os três filhos um inventário avaliado em 453\$200 réis²⁵⁴. O único imóvel que possuía foi descrito como “um sítio com seu rancho de fazer fumo”, avaliado em 250\$000 ou 55,2% do monte mor. O plantel de três escravos foi estimado em 166\$000 ou 36,6% da riqueza. Quanto aos instrumentos de trabalho, representando 1,2% do inventário, são descritos cavadeira (1), machados (2), alavancas (12), foices (3) e enxadas (2). São mencionados ainda um eqüino e 20 suínos, avaliados em 24\$600, além de poucos móveis (2\$400) e bens pessoais. Antônio da Silva Ribeiro também foi avençado em 7\$200 réis em 1750. Solteiro, veio a falecer por volta de 1770, deixando um inventário avaliado em 779\$362 réis²⁵⁵. O seu imóvel consistia de uma casa coberta de capim, com suas capoeiras, monjolo e bananal, estipulado em 80\$000 (10,3% do monte mor). O plantel de 3 cativos foi avaliado em 336\$000 (43,1% da riqueza). Os instrumentos de trabalho mencionados eram apenas um machado e duas alavancas no valor de 32\$812. No quesito rebanho, o roceiro dispunha somente de um eqüino. Além de móveis (32\$400) e jóias (3\$700) foram descritas dívidas passivas (131\$841 ou 16,9% do total) e ativas (243\$100 ou 31,2% da riqueza).

Os inventários, abertos somente pelos que deixavam posses ou órfãos, portanto, a super estimarem a riqueza dos camponeses, apontam grandes discrepâncias entre as unidades produtivas dos fazendeiros e roceiros, disparidades estas que se resumiam, principalmente, na quantidade de imóveis, instrumentos de trabalho, rebanhos, benfeitorias, mão-de-obra cativa etc. Cano (1977, p.105-106) defendeu a existência de um “perfil distributivo menos desigual da renda” na sociedade mineradora, fator este que, segundo o autor, teria permitido a proliferação do pequeno empreendedor e o relaxamento dos rígidos padrões e da estratificação sócio-econômica. Tal proposição, apesar da elevada hierarquização promovida pela mineração nos espaços urbanos, talvez não possa ser generalizada para a agropecuária mercantil, pois o cenário do espaço rural é o da desigualdade de riqueza, da concentração de terras e escravos e,

²⁵⁴ ACSM, Códice 134, Auto 2709, 2º Ofício. APM, CC, Livro 2040, Re. 21.

²⁵⁵ ACSM, Códice 54, Auto 1207, 1º Ofício. APM, CC, Livro 2040, Re. 350.

principalmente, da monopolização da atividade agropastoril comercializável pelos fazendeiros.

O contraste entre as fazendas, pertencentes aos médios e grandes lavradores, e os sítios, de propriedade dos camponeses, era notório. As primeiras eram imóveis “rurais de certa importância”, em que trabalhavam “numerosos escravos (SAINT-HILAIRE, 1975a, p.95)”. Com base produtiva diversificada, auto-suficiência e flexibilidade na alocação dos fatores produtivos, geralmente eram dotadas de extensão considerável (sesmarias ou posses nem sempre contínuas), matos virgens, grandes plantéis de cativos, terras minerais, casas de vivenda, moinho, senzalas, paiol, chiqueiros, casa com um ou dois pavimentos coberta de telhas, engenho de cana movido a água ou a tração animal, alambique, tenda de ferro, pomar, ou até mesmo venda para o comércio da produção agrária etc. Em contrapartida, os sítios, modestas habitações “de gente de poucos recursos (SAINT-HILAIRE, 1975a, p.95)”, às vezes possuíam, tão somente, uma casa de pau-a-pique coberta de capim ou de telhas, na maioria das vezes construída com troncos de árvores e paus entrelaçados com paredes rebocadas com barro, um rancho coberto de capim, um moinho, um monjolo, alguns “braços” ou “sorte” de terras, um chiqueiro etc.

A rigorosa estratificação econômica no espaço rural, notada nas diferenças entre as fazendas e os sítios, entre os inventários dos camponeses e fazendeiros ou entre a participação diferenciada dos lavradores na produção agrária mercantil, parece ter alguma associação com a mineração. Esta afirmação apóia-se no crescimento da importância dos pequenos lavradores (número de avençados e montante total pago pela categoria) a partir da crise da mineração, tomando por comparação os dados da primeira década de 1800 com os de 1750. Ao longo da segunda metade do século XVIII, a expansão da atividade agropecuária ocorreu no âmbito do universo de lavradores, tendo em vista a retração dos montantes do dízimo, determinada pelo progressivo declínio das unidades escravistas, especialmente as mineradoras, e ascensão das unidades camponesas, as quais comandaram o avanço da fronteira. No princípio do dezenove era inegável a alteração definitiva do eixo central da economia mineira (da mineração para a agropecuária)²⁵⁶.

²⁵⁶ Em 1814, figuravam na freguesia do Sumidouro (distritos de São Miguel e Abre Campo) apenas 3 mineiros com 39 escravos e 14 faiscadores entre livres e escravos. Em Piranga (distritos

No período entre 1750 e 1805, os roceiros dizimados na freguesia de Guarapiranga passaram de 167 (39,4% do total) para 483 (85,6% do total). Na primeira data, o montante avençado da categoria atingiu apenas 295\$750 réis ou 8,2% do total, ao passo que na segunda alcançou 1:335\$038 ou 46,3% do total (crescimento de 351%), com aumento do valor médio pago de 1\$771 para 2\$764. A categoria médios e grandes lavradores, por sua vez, exibiu redução na participação do conjunto dos dizimados, de 257 ou 60,6% para 81 ou 14,4%, e no valor avençado, de 3:311\$188 ou 91,8% para 1:545\$638 ou 53,7%. A despeito da retração do dízimo em geral (queda de 20,1%), houve incorporação de novos lavradores, os quais passaram de 424 para 524 (aumento de 23,6%). No ano de 1807, Guarapiranga ainda possuía um dos maiores, senão o maior número de lavradores da capitania, equivalente a 714. Expressivo era também o valor avençado: 3:206\$400 réis²⁵⁷. Ambos os montantes refletem a importância assumida pela agropecuária praticada em pequenos estabelecimentos, a qual passou a ser predominante, e a consolidação de uma área de fronteira agrícola ocupada ao longo do século XVIII devido à grande extensão de terras cultiváveis e inproveitadas.

Na freguesia do Sumidouro, que não era uma área de fronteira aberta, mas localizada na antiga região das minas, ocorreu processo semelhante (Tabela 14). O período entre 1750 e 1806 apontou o crescimento no conjunto dos roceiros, de 74 (33,3%) para 156 (93,4%), e no montante total avençado, de 128\$075 réis (4,5%) para 273\$900 (51,9%). O valor médio pago pela faixa exibiu pequena redução, de 1\$756 para 1\$731.

Ao contrário das freguesias posicionadas em área de fronteira, a crise da mineração parece ter afetado, em maior grau, aquelas da antiga região das minas, como já era de se esperar. No Sumidouro, a quantia total avençada na faixa dos médios e grandes lavradores sofreu a maior queda em comparação às freguesias de Itaverava e Guarapiranga, passando de 2:748\$700 (95,5%) para 253\$950 (48,1%), redução de 90,8%. No entanto, o valor médio pago por essa categoria aumentou, e se manteve o mais elevado dentre as freguesias mencionadas, sinalizando concentração no extrato de maior riqueza.

de Pinheiros, Manja Léguas, Bacalhau, Tapera e Barra do Bacalhau) eram 21 mineiros com 266 escravos, além de 281 faiscadores entre livres e escravos (RAPM, v.2, 1897, p.632-672).

²⁵⁷ AN, CC, Livro 299, Filme 32, Ft. 0934.

No quesito da pequena produção agropastoril mercantil, Itaverava parece exibir comportamento semelhante ao de Guarapiranga. Infelizmente, não dispomos de dados de dízimo para o início da década de 1800 para a primeira freguesia. Mas, os do ano de 1772 (Tabela 15) apontam, em relação a 1750, aumento dos roceiros, de 68 (37%) para 133 (48%), e do montante avençado na categoria, de 129\$000 réis (7,6% do total) para 206\$888 (9,4%). Na faixa dos médios e grandes lavradores, apesar do acréscimo no conjunto dos avençados (116 para 144) e no valor total (1:561\$125 para 2:000\$450), em termos proporcionais houve redução no âmbito geral, respectivamente, de 63 para 52% e de 92,4 para 90,6%. Esses valores percentuais provavelmente atingiram patamar inferior na primeira década do século XIX, corroborando a hipótese de maior participação dos roceiros na produção agrária mercantil.

A conjuntura de crise da mineração contribuiu para promover uma desconcentração da produção agrária mercantil entre uma base ampliada de roceiros, atividade outrora extremamente monopolizada pelos médios e grandes lavradores. É presumível que a redução do dízimo durante a segunda metade do século dezoito sucedeu devido ao declínio da exploração do ouro. No cálculo do rendimento dos dízimos da Capitania de Minas Gerais entre 1704 e 1776, o montante geral avençado começou a retrair por volta de 1745. Enquanto entre 1730-1740 ainda houve aumento, da ordem de 96,7%, entre os decênios de 1740-1750, 1750-1760 e 1760-1770 ocorreram decréscimos, respectivamente, equivalentes a 12,0%, 17,1% e 18,4%²⁵⁸.

Tal conjuntura de retração do dízimo permitiu uma maior participação dos roceiros nos circuitos do abastecimento interno, fato comprovado pela sua maior notabilidade nos registros do princípio do dezenove. No entanto, duas observações são necessárias. A primeira é que o decréscimo generalizado de níveis de produção mais elevados (queda das avenças de maior valor nas unidades produtivas escravistas) não foi capaz de reduzir a distância entre os maiores e os menores produtores rurais, pois houve aumento na diferença do valor médio pago pelas duas faixas de lavradores entre meados do setecentos e início do oitocentos. A segunda consideração apóia-se no fato de que a maior participação dos roceiros pode ter ocorrido também devido à perda de riqueza de

²⁵⁸ RAPM, v.8, 1903, p.516.

parte dos médios e grandes lavradores, os quais foram empurrados para a categoria dos roceiros, em que pese a emigração de fazendeiros para as áreas de fronteira da Comarca do Rio das Mortes ou do vale do Pomba. Os registros do dízimo mostram que a crise atingiu, sobretudo, o setor escravista, principal responsável pela atividade agrária destinada ao abastecimento interno. Segundo Carrara (2007, p.111), é justamente neste setor que ocorre o arrefecimento do escravismo, já que o crescimento demográfico esteve sustentado pela produção camponesa²⁵⁹.

Algumas evidências corroboram a segunda observação. Na freguesia de Guarapiranga, em números absolutos, houve acentuada retração dos fazendeiros (de 257 para 81, queda de 68,5%) e elevado crescimento dos roceiros (de 167 para 483, aumento de 189,2%). Como este acréscimo não foi determinado somente pela entrada de novos lavradores no dízimo, dado que, em termos numéricos, houve aumento de apenas 100 lavradores, é presumível que aos roceiros foram agregados parte dos médios e grandes lavradores cuja riqueza retraiu ou, ainda, ex-mineradores que passaram a se dedicar à agropecuária mercantil com a crise da mineração. Somente aqueles melhor aparelhados (disponibilidade de terra, capital e mão-de-obra) conseguiram sobreviver no universo cada vez mais restrito dos fazendeiros²⁶⁰.

Na freguesia do Sumidouro, entre 1750 e 1806, também houve acentuada retração dos médios e grandes lavradores e crescimento expressivo dos roceiros. Não houve acréscimo no número de dizimados no período, mas o inverso, redução de 222 para 167. Portanto, semelhante ao caso anterior, é provável que a perda de riqueza da primeira categoria citada forçou o deslocamento de parte de seus membros para a faixa dos roceiros.

A retração da riqueza dos médios e grandes lavradores pode ser comprovada pelo acompanhamento temporal do valor pago por alguns dizimados na freguesia de Itaverava²⁶¹. No ano de 1750, Pedro de Matos Lima na Água

²⁵⁹ Os inventários de Guarapiranga, de forma geral, indicam uma redução progressiva da posse de cativos entre 1750 e 1805. No período de 1750 a 1775, a média de cativos foi de 16,8 (22 inventários). No intervalo de 1780 a 1795, a média reduziu para 11,0 (25 inventários). E no período entre 1800 e 1805, retraiu para 7,2 escravos (23 inventários).

²⁶⁰ Entre 1750 e 1805, o valor mediano avançado na faixa dos médios e grandes lavradores passou de 12\$884 réis para 19\$082, aumento de 48,1%.

²⁶¹ Infelizmente, tal averiguação não é possível para as freguesias de Guarapiranga e Sumidouro, pois a distância temporal entre os dados, superior a 50 anos, inviabiliza a possibilidade de um lavrador, avançado em 1750, ser listado na primeira década de 1800. Todavia, em Itaverava

Limpa e o Capitão Tomé Fernandes Santiago na Piranga, ambos da freguesia de Itaverava, pagaram, respectivamente, 151\$575 e 158\$400 réis. Em 1753, os dois fazendeiros aludidos, mencionados como moradores dos mesmos locais, foram avençados, respectivamente, em 132\$000 e 96\$000 réis²⁶². Nas duas datas destacadas, esses lavradores figuravam entre os avençados com os maiores valores e apesar da redução do montante em ambos, as elevadas quantias relatadas sinalizam que, ao longo da segunda metade do século XVIII, os dois fazendeiros ainda provavelmente fizeram parte do extrato privilegiado dos médios e grandes lavradores. Exemplo diferente é o de Manoel Ferreira da Cruz na Espera, avençado em 10\$200 réis na data de 1753, portanto, um médio lavrador. No ano de 1772, ele foi avençado em apenas 2\$400 réis, passando a compor a categoria dos roceiros²⁶³. A redução do valor avençado de alguns fazendeiros reforça as possibilidades, já discutidas, de perda de sua riqueza, possivelmente ocorrida em maior grau entre os médios lavradores, e sua posterior inserção na categoria dos roceiros.

Uma análise da hierarquização social em Minas Gerais entre 1750 e 1822 foi efetuada por Almeida (2001, p.168-224), com base nos inventários. A autora salientou que na Comarca de Vila Rica houve um aumento percentual dos inventariados na primeira faixa de fortuna (0-500 libras), definida por ela como “pequenos proprietários”. Esse crescimento esteve acompanhado do aumento da riqueza possuída e do número de escravos que detinham, sendo, em boa parte, determinado pelo empobrecimento dos médios proprietários que engrossaram, inclusive, a menor faixa de fortuna (1-200 libras). Na categoria dos mais afortunados (maior que 2.000 libras), o movimento foi exatamente inverso: diminuição percentual do número de integrantes, mas crescimento da riqueza e dos escravos detidos. Ou seja, os ricos tornaram-se menos numerosos, mas significativamente mais abastados. Coerente com o aumento do valor médio pago pela faixa dos médios e grandes lavradores em nossa pesquisa, a autora

dispomos de dados para os anos de 1750, 1753 e 1772. Para manter a confiabilidade da comparação e tendo em vista a presença generalizada de nomes iguais no período colonial adotamos somente os registros em que são repetidos o nome e a paragem. As conclusões para o conjunto geral são limitadas em função do pequeno número de lavradores com dupla ocorrência. Entretanto, vale destacar alguns exemplos.

²⁶² APM, CC, Livro 2039, Filme 129, Re. 50 e 75. APM, CC, Livro 2043, Filme 131, Fl. 191, Re. 99 e 145.

²⁶³ APM, CC, Livro 2043, Filme 131, Fl. 191, Re. 110. AN, CC, Livro 675, Filme 47, Ft. 294, Re. 150.

ressaltou que a importância do monte mediano das fortunas acima de 500 libras saltou de 6.918, 463 para 11.391, 469 libras entre 1750-1779 e 1780-1822.

Os resultados da evolução temporal do dízimo até a primeira década de 1810 confirmam as colocações de Almeida (2001, p.199). No entanto, a autora estende suas conclusões até 1822, o que cabe uma consideração fundamental: os dados de freguesias como Piranga e Sumidouro, referentes à segunda década do século em questão, sinalizaram retração dos roceiros e aumento dos fazendeiros, logo, comportamento distinto ao exibido no início do oitocentos²⁶⁴. Entre 1805 e 1828, na freguesia de Piranga (Tabela 13), houve uma redução, em termos absolutos, dos pequenos lavradores (de 483 ou 85,6% para 417 ou 78,7%) e, em termos percentuais, da sua participação no montante total avençado de 46,3% para 37,1%, não obstante o crescimento do valor médio pago pela categoria (de 2\$764 réis para 3\$438). Os médios e grandes lavradores apresentaram acréscimos em termos absolutos, passando de 81 (14,4%) para 113 (21,3%), no quesito montante total avençado, de 1:545\$638 réis (53,7%) para 2:431\$181 (62,9%), e no valor médio pago pela categoria, que subiu de 19\$082 para 21\$515.

Na freguesia do Sumidouro (Tabela 14), igualmente ocorreu redução do número de roceiros entre 1806 e 1826, de 156 ou 93,4% para 62 ou 71,3%, e perda da sua participação no montante total avençado, de 273\$900 réis ou 51,9% para 189\$932 ou 20,9%. Os médios e grandes lavradores tiveram aumentos em sua proporção numérica (de 11 ou 6,6% para 25 ou 28,7%), no montante total avençado (de 253\$950 réis ou 48,1% para 720\$195 ou 79,1%) e no valor médio pago (de 23\$086 para 28\$808). Cabe realçar que em Piranga, Sumidouro e, inclusive Itaverava, não houve acréscimos no conjunto total dos lavradores, mas o inverso. Na primeira freguesia, eles passaram de 564 em 1805 para 530 em 1828. Na segunda, de 167 em 1806 para 87 em 1826. E na terceira, de 277 em 1772 para 173 em 1828. Frente ao aumento dos médios e grandes lavradores, a redução no conjunto total sinaliza, provavelmente, que o “empobrecimento” esteve presente, principalmente, na faixa dos roceiros.

²⁶⁴ Apesar de, em termos gerais, os dados da freguesia de Itaverava em 1828 também apresentarem comportamento semelhante, não a inserimos nesta análise, em virtude da ausência de registros para tal jurisdição na primeira década de 1800.

A “recuperação” da produção agrária dos médios e grandes lavradores é notável nos dados da década de 1820. No âmbito dos inventários que dispomos para a freguesia de Piranga, a riqueza média por lavrador apresentada entre 1749 e 1775 era de 3:659\$093 réis e reduziu para 1:696\$021 réis entre 1776 e 1799. Contudo, entre 1800 e 1820, a riqueza média apresentou ligeiro aumento, passando para 1:869\$702 réis²⁶⁵. O comportamento da fortuna média dos inventários e, principalmente, dos registros do dízimo nos levam a divergir de Almeida (2001, p.200-203), que apontou empobrecimento dos médios lavradores por volta de 1822. Na primeira década do século XIX, alguns deles provavelmente compuseram a faixa dos roceiros, mas, passadas duas décadas, o desempenho positivo da produção agropecuária de caráter nitidamente mercantil evidencia sua reabilitação, seguida, notadamente, de concentração maciça na categoria dos mais afortunados (grandes lavradores). Vejamos alguns exemplos.

Na freguesia de Guarapiranga, o alferes Cláudio José de Miranda, no Pega Bem, foi avençado em 19\$730 réis no ano de 1828 contra 9\$900 em 1805. Luiz da Rocha Souza, no Emparedados, pagou 40\$875 réis em 1828 contra 25\$725 em 1805. O alferes Antônio Liberato José Carneiro de Miranda, morador do Sobrado, em 1805 foi avençado em 16\$463 réis. Após 23 anos, em 1828, a sua Fazenda do Sobrado foi taxada em 101\$630²⁶⁶. Este fazendeiro foi listado, em 1832, na “Relação das Fábricas de Engenho de Cana” do distrito de Santo Antônio do Calambau. Juntamente com seus dois filhos, ele possuía 53 escravos, dos quais 45 empregados na atividade de cana-de-açúcar, conforme observou Godoy (2004, p.10).

Os dados de outras freguesias da Mata como os de Santa Rita do Turvo (1833), São João Batista do Presídio (1830 e 1833) e Pomba (1827, 1830 e 1833) também apresentam concentração da produção agrária mercantil entre os médios e grandes lavradores. Infelizmente, a ausência de série temporal ou a pequena distância entre os registros, em alguns casos, limita as comparações. Apesar desses empecilhos, a análise dos lançamentos, articulada à lista nominativa de habitantes, nos permite tecer algumas considerações. Utilizaremos deste método

²⁶⁵ Os inventários de Guarapiranga também apontam que na posse de mão-de-obra escrava houve um ligeiro aumento. Entre 1800 e 1805, a média de cativos foi de 7,2 (23 inventários), enquanto entre 1810 e 1815 subiu para 7,7 (27 inventários).

²⁶⁶ AN, CC, Livro 278, Filme 029, Ft. 633, Re. 144, 148 e 183. AN, CC, Livro 3047, Filme 174, Ft. 289, Re. 229, 362 e 389.

para estudo da primeira e da segunda freguesia, em função da disponibilidade da lista referida. As Tabelas 16 e 17 destacam, respectivamente, a lista nominativa dos habitantes da freguesia de Santa Rita do Turvo em 1820 e os registros de avença do dízimo por faixas de lavradores desta jurisdição em 1833.

Tabela 16 – Distribuição dos Fogos Conforme Ocupação e Posse de Escravos na Freguesia de Santa Rita do Turvo em 1820¹

Ocupação	Sem escravos	1 a 3 escravos	Mais de 3 escravos	Total
Agricultura	60 / 42%	34 / 24%	49 / 34%	143 / 65%
Outras Listadas	8 / 62%	3 / 23%	2 / 15%	13 / 6%
Indigentes	28 / 97%	1 / 3%	-	29 / 13%
Não Mencionada	25 / 73%	5 / 15%	4 / 12%	34 / 16%
Soma	121 / 55%	43 / 20%	55 / 25%	219 / 100%

Notas: ¹ Os limites territoriais eram os seguintes: a leste São Miguel e Almas (Araponga), ao sul Presídio (Visconde do Rio Branco) e São José do Barroso (Paula Cândido), a oeste Tapera (Porto Firme) e Santo Antônio do Calambau (Presidente Bernardes) e ao norte São Sebastião e Almas (Ponte Nova) e Santana dos Ferros (Guaraciaba). Fonte: ACMM, Códice 742 (Lista disponibilizada por Carrara, 2002, p.1-55).

Tabela 17 – Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia de Santa Rita do Turvo em 1833¹

Faixas	Itens	1833	%
≤ 9\$600 réis	Lavradores	37	64,9
	Valor Pago	191\$436	36,7
	Média	5\$174	-
> 9\$600 réis	Lavradores	20	35,1
	Valor Pago	330\$210	63,3
	Média	16\$511	-
Soma	Lavradores	57	100
	Valor Pago	521\$646	100

Notas: ¹ Há dois livros que apresentam registros de dízimos para Santa Rita do Turvo em 1833 (FP 006 e 009). O FP 006 parece corresponder à forma tradicional de lançamento. Todos os registros desse livro referenciam, exclusivamente, o ano de 1833. Já o FP 009 contém dados para os anos entre 1832 e 1835. No caso de 1835, há fortes indícios de que os lançamentos correspondem às mudanças decorrentes da alteração da legislação relativa à cobrança do tributo. Levando-se em conta os valores avençados de lavradores que aparecem nas duas listagens, há uma queda acentuada do ano de 1833 (FP 006) para o de 1835 (FP 009). Os registros da última data aparentam incidir sobre o café: único gênero verdadeiramente de exportação. Por isso, adotamos o FP 006 e a este agregamos os dados de 1833 do FP 009. Deste, excluimos os quatro primeiros lançamentos cujas folhas estavam ausentes. Fonte: APM, CC, FP 006 e 009.

Na freguesia de Santa Rita, em 1820, a ocupação agropecuária estava presente em 143 fogos (65%), com predominância dos domicílios sem escravos (60 ou 42%), elevando-se o montante quando consideramos as posses de até três cativos (94 ou 66%). Era expressivo o percentual de fogos com agregados (51 ou 23,3% do total), uma forma de garantir o suprimento da força de trabalho principalmente nas unidades domésticas, geralmente com poucos recursos. Havia também percentual significativo de domicílios cuja ocupação não foi mencionada (34 ou 16%) e cujo chefe foi simplesmente apontado como indigente (29 ou 13%).

Da mesma forma que em Piranga, é bastante provável o predomínio de uma formação espacial camponesa em Santa Rita: lembre-se ainda que o espaço oeste desta jurisdição limitava com a área da primeira freguesia. O mineralogista Eschwege (2002, p.64-65), ao percorrer, no ano de 1818, o vale do rio Turvo Sujo, berço do povoado de Santa Rita, ressaltou que “poucas pessoas ricas” se estabeleceram na área, pois os índios Puris causavam freqüentes estragos às plantações. Todavia, as matas das vizinhanças já haviam desaparecido por “longos trechos” e no seu lugar altas samambaias cobriam o chão, prova evidente de que o crescimento demográfico e o avanço da fronteira estiveram sustentados, especialmente, pelas unidades camponesas.

No ano de 1833, a freguesia de Santa Rita possuía, dentre os dízimos até agora estudados para a mesma época, o menor valor mediano pago pela categoria dos médios e grandes lavradores (16\$511 réis), afora o de São Miguel em 1828, e o maior valor médio avençado na faixa dos roceiros (5\$174 réis), excetuando-se os de São João Batista do Presídio e Rio Pomba em 1833. A diferença entre as duas faixas de lavradores, no âmbito dos valores médios pagos, era a menor dentre as freguesias já analisadas. Mesmo assim, a produção agrária mercantil era privilégio de poucos, apesar dos pequenos lavradores serem maioria nos registros do dízimo (64,9% do total). Considerando cada pagador de dízimo como chefe de domicílio, os 57 avençados em 1833, em termos percentuais, equivaliam a 39,9% dos fogos listados na agropecuária em 1820. Se aos ocupados na atividade agropastoril somarmos os com profissão não mencionada, os lavradores avençados representavam apenas 32,2% dos domicílios declarados na lide agrícola: hipótese válida, pois a ocupação citada constituía a principal alternativa dos que se deslocaram para a área.

Os domicílios listados na ocupação agrícola e com posses superiores a três cativos, 49 ou 34% do conjunto, detinham quase 90% da escravaria total empregada na agricultura, monopólio extremamente elevado. Deste modo, era de se esperar que a composição do valor da produção agrária mercantil estivesse dominada pelos médios e grandes lavradores. Apesar deles representarem 35,1% do conjunto geral, pagaram 63,3% do montante total avençado. Manuel da Silva Soares, em 1833, foi avençado com o maior valor: 24\$750 réis. Proprietário de 29 escravos em 1820, abrigava quatro agregados em suas terras, os quais tinham cinco filhos²⁶⁷. Em contrapartida, Antônio da Silva Leite pagou 5\$860 réis. No seu domicílio constavam, em 1820, quatro filhos em idade não produtiva e sua mulher Teresa Maria²⁶⁸.

Na freguesia de São João Batista do Presídio, a situação não era tão diferente. As Tabelas 18 e 19 ressaltam, respectivamente, a lista nominativa dos habitantes da referida freguesia em 1819 e os registros de avença do dízimo por faixas de lavradores em 1830 e 1833. Em relação à de Santa Rita, o número de domicílios ocupados na agropecuária sem posse de escravos era maior em termos absoluto e percentual (335 ou 71% contra 60 ou 42%), elevando-se para 408 fogos (87%) quando somados aqueles com até três cativos. Este dado evidencia o predomínio de uma população camponesa, hipótese corroborada pela pequena representatividade das médias e grandes unidades de produção ocupadas na agropecuária. Se considerarmos estas últimas como aquelas com posses superiores a três cativos, elas equivaliam a 63 fogos, 13% do total. Em Santa Rita eram 49 fogos, mas representavam uma proporção maior, 34%²⁶⁹.

No ano de 1830, os roceiros do Presídio, 84 ou 83,2% do total, compunham a maioria dentre os avençados pelo dízimo. Situado nessa categoria encontramos Joaquim Luís Soares, morador de São Januário do Ubá que pagou 1\$600 réis. Em 1819, era casado com Floriana Rosa e pai de três filhos em idade

²⁶⁷ APM, CC, FP 006, Re. 44. ACMM, Códice 742, Fl. 18v. Em termos de escravaria, o padre Manuel Inácio de Castro, identificado como falecido na lista nominativa de habitantes de Santa Rita em 1820, figurava como o maior proprietário, com 86 cativos. No seu domicílio constava ainda uma agregada com 11 escravos. Em 1818, ao passar pelo rio Mainart, Eschwege (2002, p.57) relatou que o referido religioso era considerado um dos fazendeiros mais ricos da região e se dedicava à agricultura e à mineração nas margens do rio citado.

²⁶⁸ APM, CC, FP 006, Re. 48. ACMM, Códice 742, Fl. 13v.

²⁶⁹ Não obstante o pequeno número de médias e grandes unidades produtivas escravistas (posses superiores a três cativos), no conjunto total da freguesia do Presídio, segundo a lista nominativa de 1819, elas detinham nada menos que 82,9% da escravaria total, valor pouco inferior aos 89,7% de Santa Rita.

não produtiva²⁷⁰. Apesar da expressividade de lavradores como o roceiro citado, a produção agrária mercantil era privilégio de poucos na freguesia, pois o montante total de lavradores avançados (101) representava apenas 21,4% dos domicílios declarados como ocupados na agropecuária em 1819. Se ao número de lavradores avançados em 1833 comparássemos o de domicílios declarados no início de 1830 o percentual citado com certeza seria menor devido ao fluxo migratório crescente para a área.

Tabela 18 – Distribuição dos Fogos Conforme Ocupação e Posse de Escravos na Freguesia de São João Batista do Presídio (Aplicação do Presídio e da Capela de São Januário do Ubá) em 1819¹

Ocupação	Sem escravos	1 a 3 escravos	Mais de 3 escravos	Total
Agricultura	335 / 71%	73 / 16%	63 / 13%	471 / 78%
Outras Listadas	48 / 68%	21 / 29%	2 / 3%	71 / 12%
Não Mencionada	58 / 93%	3 / 5%	1 / 2%	62 / 10%
Soma	441 / 73%	97 / 16%	66 / 11%	604/100%

Notas: ¹ Os limites territoriais eram os seguintes. Para a aplicação do Presídio, ao norte com Santa Rita do Turvo (Viçosa) e São Miguel e Almas (Araponga), a leste com Manoelburgo (Muriaé), ao sul com São Januário do Ubá (Ubá) e a oeste com São José do Barroso (Paula Cândido). Para a aplicação do Ubá, ao norte com o Presídio, a leste com São Paulo ou Manoelburgo (Muriaé), ao sul com Santo Antônio do Porto Alegre do Ubá (Astolfo Dutra) e São José do Paraopeba (Tocantins) e a oeste com Senhora das Dores (Dores do Turvo). Fonte: ACMM, Códice 398 (Lista Nominativa disponível em Carrara, 1999c, p.3-83).

Tabela 19 – Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia de São João Batista do Presídio em 1830 e 1833

Faixas	Itens	1830	%	1833	%
≤ 9\$600 réis	Lavradores	84	83,2	28	53,8
	Valor Pago	315\$834	51,1	159\$820	25,8
	Média	3\$760	-	5\$708	-
> 9\$600 réis	Lavradores	17	16,8	24	46,2
	Valor Pago	302\$672	48,9	458\$620	74,2
	Média	17\$804	-	19\$109	-
Soma	Lavradores	101	100	52	100
	Valor Pago	618\$506	100	618\$440	100

Fonte: AN, CC, Livro 2579, Filme 146. APM, CC, FP 006.

²⁷⁰ ACMM, Códice 398, Re. 22. AN, CC, Livro 2579, Filme 146, Ft. 0333, Re. 27.

No ano de 1833, a pequena produção mercantil de São João Batista do Presídio, em relação a 1830, sinalizava retração em termos do número de roceiros, que passaram de 84 (83,2%) para 28 (53,8% do total), e do montante pago pela categoria, que decaiu de 315\$834 réis (51,1%) para 159\$820 (25,8%), não obstante o crescimento do valor médio avençado (de 3\$760 para 5\$708). Os médios e grandes lavradores elevaram sua participação no conjunto total, de 17 (16,8%) para 24 (46,2%), no montante avençado, de 302\$672 réis (48,9%) para 458\$620 (74,2%), experimentando também acréscimo no valor médio pago (de 17\$804 para 19\$109). Neste grupo, destacava-se o capitão-mor Gonçalo Gomes Barreto que foi avençado em 33\$000 réis. Casado com Teresa Maria de Jesus, em 1819 o seu domicílio era composto por 26 escravos e 6 livres²⁷¹. Da mesma forma que em Guarapiranga, Itaverava, Sumidouro e Santa Rita, o comportamento temporal da produção mercantil no Presídio indica acentuada perda de importância do valor avençado entre os roceiros e concentração no extrato dos mais privilegiados, médios e grandes lavradores, não obstante os primeiros ainda representarem a maior parcela do total de avençados no dízimo.

Os lançamentos da produção agrária mercantil da freguesia de Rio Pomba não fogem à regra geral apresentada pelos registros analisados de outras freguesias até o momento. Embora instalada em 1767, os dados que dispomos para esta jurisdição formam uma série temporal entre os anos de 1827, 1830 e 1833, esboçada na Tabela 20.

Os números relativos a 1830, comparados aos de 1827, apesar de sinalizarem crescimento, em termos absolutos, do número de lavradores e dos valores avençados nas duas categorias, em termos percentuais houve pequena perda dos roceiros na proporção do conjunto total e no montante avençado, em virtude do crescimento relativo maior dos médios e grandes lavradores. Enquanto o valor médio daquela categoria decaiu, nesta houve expressivo aumento. Um bom exemplo da segunda situação está nos lançamentos de Francisco Moreira Ribeiro, morador em São Geraldo. Em 1827 ele pagou 17\$384 réis. Após três anos foi avençado em 31\$800²⁷².

A despeito das diferenças das séries temporais entre as freguesias, se traçarmos uma comparação dos registros de Rio Pomba (1830, 1833) com os de

²⁷¹ ACMM, Códice 398, Re. 01. APM, CC, FP 006, Re. 180.

²⁷² AN, CC, Livro 85, Filme 12, Ft. 504, Re. 346. AN, CC, Livro 3199, Filme 184, Ft. 1002, Re. 115.

Piranga (1805, 1828), Sumidouro (1806, 1826), Itaverava (1772, 1828) e Caminho Novo (1818, 1828) observaremos que, justamente na primeira, os roceiros experimentaram a maior redução em termos percentuais no conjunto dos lavradores avançados (64,8%) e no valor total pago pela categoria (50,1%), sinalizando concentração maciça da produção agrária mercantil. Os pequenos lavradores passaram de 616 em 1830 para 217 em 1833. O valor avançado reduziu de 2:463\$319 réis para 1:229\$736. O único resultado positivo foi o do valor médio pago, que passou de 3\$999 para 5\$667. Num grau muito inferior ao exibido pelos pequenos, os médios e grandes lavradores também experimentaram redução de 187 para 160 (14,4%) e retração do valor avançado de 3:402\$047 réis para 3:306\$850 (2,8%). Todavia, o valor médio pago pela faixa apresentou acréscimo, assim como os percentuais participação da categoria e montante avançado sobre os conjuntos totais.

Tabela 20 – Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia de Rio Pomba em 1827, 1830 e 1833¹

Faixas	Itens	1827	%	1830	%	1833	%
≤ 9\$600 réis	Lavradores	486	76,8	616	76,7	217	57,6
	Valor Pago	1:944\$047	43,7	2:463\$319	42,0	1:229\$736	27,1
	Média	4\$000	-	3\$999	-	5\$667	-
> 9\$600 réis	Lavradores	147	23,2	187	23,3	160	42,4
	Valor Pago	2:504\$336	56,3	3:402\$047	58,0	3:306\$850	72,9
	Média	17\$036	-	18\$193	-	20\$668	-
Soma	Lavradores	633	100	803	100	377	100
	Valor Pago	4:448\$383	100	5:865\$366	100	4:536\$586	100

Notas: ¹ Nos registros de 1827 e 1830 se encontram lançados lavradores do distrito de Santa Rita do Turvo, pertencente a Rio Pomba até 1832 quando aquele foi elevado à condição de freguesia. Para efeitos de comparação, incluímos, no ano de 1833, os registros da nova freguesia. Nos dados de 1827 ainda estão lançados lavradores da freguesia do Presídio que pertenceu a Rio Pomba até 1810. Por isso, optamos pela inclusão nos anos de 1830 e 1833 dos registros do Presídio que dispomos para essas duas datas. Foram excluídos os quatro primeiros lançamentos do FP 009 cujas folhas estavam ausentes. Fonte: AN, CC, Livro 85, Filme 12. AN, CC, Livro 3199, Filme 184. AN, CC, Livro 2579, Filme 146. APM, CC, FP 006 e 009.

Houve uma significativa reconcentração da produção agrária com três características: exclusão de pequenos lavradores, perda de riqueza dos médios e concentração na faixa dos mais afortunados. Vejamos alguns exemplos. Geraldo

José de Oliveira, no Turvo, foi avençado em 10\$556 réis no ano de 1830. Após três anos, sua fazenda das Cabeceiras do Turvo pagou o equivalente a 5\$760, integrando, portanto, a categoria dos roceiros²⁷³. Caso contrário são os registros a seguir. O capitão José Manoel Pacheco foi avençado em 30\$008 réis em 1827. No ano de 1833, ele pagou 56\$700²⁷⁴. O capitão Felisberto Vieira de Souza foi avençado em 48\$674 réis em 1827. Após seis anos ele pagou 69\$300²⁷⁵. O alferes Manoel Joaquim da Rocha, que pagou 64\$700 réis em 1830, foi avençado em 85\$400 em 1833²⁷⁶. Os exemplos são vários para os lavradores que encontramos correspondência entre as datas.

O dízimo de Rio Pomba em 1830 sinaliza que esta freguesia dispunha de um dos maiores graus de mercantilização da produção agrária em Minas Gerais à época. A título de comparação, Barbacena, na Comarca do Rio das Mortes, e Pitangui, nos Currais, freguesias com acentuada produção agrária mercantil, possuíam, respectivamente em 1829 e 1830, 704 e 663 lavradores e montantes do tributo equivalentes a 7:698\$340 e 5:456\$088 réis, portanto, próximos ao de Rio Pomba²⁷⁷. Embora desde o desbravamento do vale do Pomba a formação espacial camponesa tenha se sobressaído, a importância de boa parte do valor avençado no dízimo deve-se à expansão de uma nova economia mercantil, o café, produto já tributado e mencionado nos registros de 1827. Essa nova atividade traria profundas modificações no espaço agrário.

No ápice da mineração, a produção agrária comercializável esteve concentrada em poucas mãos, evidenciando o universo restrito dos pequenos lavradores. A crise daquela atividade provocou uma desconcentração da agropecuária mercantil, notada na evolução dos registros de dízimos conforme as categorias dos lavradores ao longo da segunda metade do século XVIII e na primeira década do dezenove nas freguesias da Mata e entorno. Tanto o conjunto dos roceiros quanto o valor avençado nessa categoria experimentou acentuado crescimento. Todavia, a partir da segunda década de 1800, a agropecuária mercantil apresentou novos sinais de concentração. Nesta época, os registros

²⁷³ AN, CC, Livro 3199, Filme 184, Ft. 1002, Re. 36. APM, CC, FP 006, Re. 48.

²⁷⁴ AN, CC, Livro 85, Filme 12, Ft. 504, Re. 556. APM, CC, FP 006, Re. 75.

²⁷⁵ AN, CC, Livro 85, Filme 12, Ft. 504, Re. 597. APM, CC, FP 006, Re. 116.

²⁷⁶ AN, CC, Livro 3199, Filme 184, Ft. 1002, Re. 512. APM, CC, FP 006, Re. 143.

²⁷⁷ AN, CC, Livro 090, Filme 12, Ft. 0797. AN, CC, Livro 274, Filme 29, Ft. 0365.

que mencionam alguma cultura apontam, quase que exclusivamente, a do café. Este passou a ser o principal, senão o único, produto de exportação.

Em vista da expansão de um novo mercado consumidor, restrito aos pequenos lavradores, era de se esperar por um padrão concentrador, advindo especialmente do crescimento da posse de cativos e da monopolização da terra. Entretanto, a cafeicultura mercantil não foi privilégio exclusivo da elite agrária, pois semelhante às conclusões de Souza (1998, p.134) para Juiz de Fora e Marcondes (1998, p.20) para Taubaté, tal atividade também esteve difundida entre os menos abastados. Os registros do dízimo corroboram a afirmação anterior ao mencionarem a tributação sobre algumas poucas arrobas da rubiácea (4, 5, 8, 10 etc) nas freguesias do Sumidouro (1826), Piranga e São Miguel (1828). Todavia, é bastante provável que, em termos evolutivos, os roceiros, com dificuldades de escoamento da produção e distância dos principais mercados, foram progressivamente excluídos dos circuitos mercantis. Nos dízimos da Barra do Bacalhau em 1835, conforme se verá a seguir, encontramos registros de tropeiros e tropeiros-fazendeiros comprando a produção “a vários em várias partes²⁷⁸”. Concordamos com Ab’Sáber (1968, p.181) quando este autor salientou que o café, ao penetrar nos antigos domínios dos roceiros, enriqueceu alguns deles, mas obrigou outros a um recuo forçado para os cantões mais segregados e impróprios.

3.2. Expansão do Café e Concentração da Produção Agrária

É quase consenso na literatura a crença de que o marco da expansão do café no norte da Mata ocorreu no último quartel do século XIX, partindo do sul da região em direção, especialmente, aos municípios de Carangola, Muriaé, Viçosa, Ponte Nova, Abre Campo, Manhuaçu etc, à época beneficiados pela extensão dos sistemas de transportes, notadamente ferroviários²⁷⁹. Os registros de avença do dízimo nos levam a discordar dessa visão, pois o *coffea arábica* já era plantado na parte norte desde o princípio do século XIX, decerto, no início, voltado para o mercado interno e sem expressão de cultivo monocultor.

²⁷⁸ APM, CC, FP 009.

²⁷⁹ Esta concepção está reproduzida em Valverde (1958, p.27), Cardoso (1991, p.111), Pires (1993, p.137), Oliveira (2005, p.43), Paula (2006, p.9-10) etc.

No trajeto da viagem de Gardner (1975, p.231), de Ouro Preto para o Rio de Janeiro passando pelo vale dos rios Piranga e Xopotó em 1840, ele notou que, além das mulas que carregavam sua bagagem, tinha o tropeiro “muitas outras carregadas de café”. No rancho onde passou a noite, arraial do Pinheiro (distrito de Piranga), ele observou “duas outras grandes tropas, uma que levava café para o Rio, outra que de lá voltava carregada de sal para o interior”. No ano de 1850, ao subir pelo vale do rio Pomba em direção ao do rio Piranga, Burmeister (1952, p.179) observou a presença de algumas plantações de café no vale do Xopotó (afluente do segundo rio citado), muito pobres, mas “os primeiros” que havia encontrado depois de Cantagalo e Areias (Província do Rio).

Nos dízimos de freguesias localizadas no vale do Piranga é possível captar tributos relativos à cultura do café a partir da segunda década do século XIX. Os lançamentos de Sumidouro (1826) e Piranga (1828) trazem estes registros especificados. Optamos por separá-los e apresentá-los na Tabela 21 conforme as duas faixas de lavradores: roceiros e fazendeiros. Dois esclarecimentos são necessários. Os valores destacados não se referem, exclusivamente, ao café. Prova disso é que nos lançamentos é mencionado, em alguns casos, o termo “incluído” um número específico de arrobas de café. A tributação exclusiva deste produto ocorreu somente a partir de 1837 quando a lei n. 80 estabeleceu o imposto de 3%. Não obstante, os registros apresentados servem de base para identificar a importância da cultura citada e dos lavradores que se ocupavam dela no conjunto geral das freguesias. Os lançamentos correspondem aos lavradores que se dedicavam ao plantio do café. Contudo, este padrão, apesar de ser maioria, não é exclusivo, pois há também comerciantes que compravam a produção agrária e se comprometiam a pagar o tributo necessário. Elucidadas essas questões passemos às análises.

Nos registros da freguesia do Sumidouro, dos 87 lavradores avençados, 28 (32,2%) provavelmente se dedicavam ao café, haja vista a especificação desta cultura como produto tributado no dízimo. Embora estes dados sejam pouco representativos no conjunto dos lavradores totais, eles concentraram 60,8% do montante do dízimo da freguesia. A comparação dos registros gerais com aqueles que referenciam o café nos permite tecer a consideração seguinte. Há uma redução na diferença entre os valores médios pagos pelas duas categorias de lavradores nos lançamentos que mencionam o tributo sobre a rubiácea, mas as

variáveis porcentagem do valor pago e proporção sobre o conjunto dos lavradores revelam um perfil bem mais concentrado, monopolizado pela faixa dos médios e grandes lavradores. Estes, representando 64,3% do total, responderam pela maioria do dízimo, 91,8%. Nos registros com menção a uma quantidade pequena de café se encontra Cristóvão José, na Ponte Nova, que pagou 1\$447 réis, referentes a 8 arrobas. Em contrapartida, o capitão mor João de Carvalho, na Fachada da Conceição, foi avençado em 130\$164 réis cujo valor estava “incluído 140 arrobas de café²⁸⁰”. O segundo lançamento ainda inviabiliza a definição de um padrão de cultivo monocultor. No entanto, sinaliza a expressividade que a cultura citada passou a assumir nos arredores da parte norte da Mata.

Tabela 21 – Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública, Relativos à Cultura do Café por Faixas de Lavradores, nas Freguesias do Sumidouro (1826) e Piranga (1828)

Faixas	Itens	Freguesias			
		Sumidouro	%	Piranga ¹	%
≤ 9\$600 réis	Lavradores	10	35,7	49	49,0
	Valor Pago	45\$173	8,2	248\$551	16,4
	Média	4\$517	-	5\$072	-
	Arrobas de Café	152	19,2	798,5	26,8
	Média por Lavrador	15,2	-	16,3	-
> 9\$600 réis	Lavradores	18	64,3	51	51,0
	Valor Pago	508\$370	91,8	1:270\$930	83,6
	Média	28\$243	-	24\$920	-
	Arrobas de Café	641	80,8	2183	73,2
	Média por Lavrador	35,6	-	42,8	-
Lavradores Totais Cafeeiros		28		100	
Percentual sobre os da Freguesia ²			32,2		18,9
Valor Total Avençado		553\$543		1:519\$481	
Percentual sobre o da Freguesia ³			60,8		39,3

Notas: ¹ Excluído o registro número 129, pois não indica a quantidade de café. ² Proporção dos lavradores cafeeiros em relação ao conjunto total dos lavradores avençados no dízimo. ³ Proporção do tributo com menção ao café em relação ao montante total do dízimo da freguesia. Fonte: AN, CC, Livro 011, Filme 03. AN, CC, Livro 278, Filme 29.

Na freguesia de Piranga, o grau de mercantilização da cultura do café era mais acentuado do que na do Sumidouro, observado na maior proporção média de arrobas declarada por lavrador. Na primeira, a participação percentual dos

²⁸⁰ AN, CC, Livro 011, Filme 03. Ft. 0339, Re. 16 e 49.

lavradores cafeeiros no conjunto total dos avançados era menor, 18,9 contra 32,2%. Entretanto, o universo daqueles que se dedicavam à rubiácea era mais expressivo, 100 contra 28. O percentual do valor dos registros com menção ao café em relação ao dízimo total da freguesia era menor, 39,3 contra 60,8% no Sumidouro. Contudo, nesta freguesia a importância dos registros referentes à cultura, 553\$543 réis, era bem inferior aos 1:519\$481 de Piranga. Uma menor disparidade entre as categorias roceiros e médios e grandes lavradores na freguesia de Piranga pode ser notada em relação à do Sumidouro.

Quando comparados os registros com menção ao café com aqueles do dízimo em geral de Piranga sobressaía uma maior concentração no primeiro, em função da elevação da diferença entre os valores médios avançados nas duas categorias de lavradores e da participação mais expressiva dos grandes e médios fazendeiros no conjunto total dos dizimados (51,0 contra 21,3% nos registros gerais) e no percentual do valor avançado (83,6 contra 62,9%). As disparidades entre os produtores de café são notáveis nos lançamentos individuais. Vejamos alguns casos. Antônio José da Conceição, em 1828, foi avançado em 3\$465 réis, referentes a 9 arrobas de café. Do lado oposto encontramos Luiz da Rocha Souza e Joaquim José de Santana que pagaram, respectivamente, 40\$875 e 26\$245 réis, concernentes a 100 arrobas de café cada um. Outros fazendeiros merecem destaque como José Coelho Leal (120 arrobas), Tenente José Martins Ferreira e D. Vicência Maria da Assunção (150 arrobas), Miguel Antônio Gonçalves Leal (200 arrobas) etc²⁸¹. O montante de arrobas apresentado pelos lavradores citados, com exceção do primeiro, é bastante discrepante em relação à média geral exibida pelos grandes e médios fazendeiros, equivalente a 42,8²⁸².

A ausência da monocultura do café em seu padrão agroexportador, conforme já salientado, explica o valor médio relativamente baixo do número de arrobas (42,8) apresentado pela categoria dos médios e grandes lavradores. No caso dos sitiantes, segundo Monbeig (1984, p.271), dificilmente a monocultura do café seria implantada entre eles, pois além dos seus inconvenientes, ela é inacessível na falta de capitais: cobrir o terreno inteiramente de cafeeiros exigiria

²⁸¹ AN, CC, Livro 278, Filme 29, Ft. 0633. Re. 59, 97, 112, 135, 148, 232 e 243.

²⁸² Rangel (1990, p.263) *apud* Marcondes (1998, p. 9), estudando Taubaté em 1835, enfatizou que a produção máxima observada por domicílio foi de 1.500 arrobas. A média atingiu 55 arrobas por domicílio e apenas seis superaram 500 arrobas (22,4% do total de café). Decerto, esses valores eram ainda os embriões das grandes monoculturas.

uma mobilização de recursos e despesas de mão-de-obra incompatíveis com a unidade familiar. No caso dos fazendeiros da parte centro e norte da Mata, é sabido que as suas unidades produtivas se caracterizavam precipuamente pelo molde diversificado. Ao contrário das do sul, o café não se constituiu em atividade econômica principal²⁸³.

Alguns exemplos são sugestivos na descrição de pequenas quantidades de arrobas de café em Piranga entre os médios e grandes lavradores. Em 1828, Ana Jacinta de Jesus, no Calambau, pagou 20\$060 réis, neste valor incluído 10 arrobas da rubiácea. No censo de 1831-32, segundo Godoy (2004, p.11), constavam 27 escravos no domicílio da lavradora, dos quais 22 estavam ocupados na fábrica de engenho, justificando, portanto, o pequeno montante do café²⁸⁴. Caso semelhante é o do alferes Antônio Liberato José Carneiro de Miranda, também no Calambau. No seu domicílio havia 53 escravos em 1831-32, (inclusos os cativos de dois filhos), dos quais 45 estavam empregados nas fábricas de engenho. No ano de 1828 ele foi avençado em 101\$630 réis, neste valor incluído 60 arrobas de café, montante de dízimo bem inferior aos 16\$463 réis pagos pelo alferes em 1805²⁸⁵.

Os inventários também mencionam produção de café nas primeiras décadas do dezenove em Piranga e corroboram os valores relativamente baixos de arrobas colhidas pelos fazendeiros. No ano de 1810 foi lavrado o inventário de Maria de Lima, moradora do arraial de Santana dos Ferros (Guaraciaba). O valor do monte mor foi de 4:370\$847 réis, com destaque para a presença de 26 escravos (2:495\$000 ou 57% da riqueza). A fazenda era bastante diversificada. Dentre as colheitas foram declarados 1.009 alqueires de milho entre “novo, velho e em planta”, 27 carros de milho no paiol, 20 alqueires de feijão “entre novo e velho”, 30 alqueires de arroz, sendo a metade em casca, 8 arrobas de café, 2 “quartéis” de cana, além de algodão e fumo já vendidos²⁸⁶. Exemplo semelhante é o de Francisca Cândida de Oliveira Sande, moradora do Pirapetinga e esposa do

²⁸³ Na parte sul da Mata, a atividade agroexportadora do café foi a alternativa econômica principal. Entretanto, além dos fazendeiros do café, havia aqueles que se dedicavam à produção de mantimentos, à criação e à fábrica de engenho de cana, com possibilidades de interpenetração entre as mesmas, ocupações disseminadas tanto entre os pequenos lavradores quanto entre os grandes fazendeiros escravistas (SOUZA, 1998, p.133-136 e 143-182).

²⁸⁴ AN, CC, Livro 278, Filme 29, Ft. 0633, Re. 141.

²⁸⁵ AN, CC, Livro 278, Filme 29, Ft. 0633, Re. 183. AN, CC, Livro 3047, Filme 174, Ft. 0289, Re. 389.

²⁸⁶ ACSM, Códice 15, Auto 446, 2º Ofício.

cirurgião mor Antônio Pedro Vidigal de Barros. No ano de 1820, foi lavrado o seu inventário cujo valor declarado foi de 6:186\$160 réis, formado, em sua maioria, por dívidas ativas (3:050\$315 ou 49,3% da riqueza) e seis escravos (852\$000 ou 13,8%). Entre as colheitas foram mencionadas 10 arrobas de café e 74 de algodão. Ambas haviam sido enviadas ao Rio de Janeiro e, por isso, não foi possível estipular o valor, a depender do retorno do condutor²⁸⁷.

Nos dois registros citados, o montante de arrobas declarado não pode ser tomado como indicador de pequena unidade produtiva: os valores das fortunas dos inventários confirmam nossa hipótese. O próximo inventário, no qual descrevemos detalhadamente a fazenda, também corrobora nossa suposição. Em 1827, na futura freguesia da Barra do Bacalhau, faleceu Vicente Ferreira de Sá e Castro²⁸⁸. Constavam do inventário “campos e matas” no lugar chamado Dom José; uma sesmaria de terras em São Thiago; fazenda Boa Vista do Turvo com terras de cultura, matos virgens, capoeiras e pastos, quintais com frutas, árvores de espinhos e *cafezais*. Nesta fazenda foram mencionadas benfeitorias como casa de vivenda de sobrado, engenho de água e de moer cana, dois moinhos, paiol, senzala, chiqueiro, coberta de carpintaria e duas tendas de ferreiro. O fazendeiro era proprietário ainda de “terras minerais” em Mainart e no Descoberto e “uma sorte de terras” no sertão do Araxá. Todos esses imóveis foram avaliados em 4:890\$000 réis.

A fazenda era auto-suficiente e com acentuado caráter mercantil. Em termos de produção agrária foram descritos 2 canaviais (360\$000), 140 arrobas de açúcar (105\$000), 40 arrobas de café (55\$000), 145 alqueires de arroz (120\$000), 100 alqueires de feijão (30\$000), 800 alqueires de milho (120\$000), 12 barris de sal de tropa (2\$700), 40 cabeças de ovelhas (24\$000), 110 porcos (60\$000), 83 capados (219\$000), 24 bestas de tropa e 18 juntas de bois de carro (avaliações ilegíveis). O plantel era composto de 66 escravos, no valor de 11:648\$000. A expressiva presença de tropa, a comercializar mercadorias em locais mais longínquos, indica que o inventariado, além de fazendeiro, era também um tropeiro. A presença de ovelhas sugere provável produção artesanal de lã e as 40 arrobas de café comprovam que, muito antes do que os teóricos

²⁸⁷ ACSM, Códice 54, Auto 1213, 1º Ofício.

²⁸⁸ ACSM, Códice 23, Auto 577, 2º Ofício.

apontam, já se plantava café na parte norte da Mata, conjugado a outras atividades econômicas.

Nos registros dos dízimos da freguesia de Barra do Bacalhau, referentes ao período de 1832 a 1835, apresentados na Tabela 22, também podem ser encontrados vários lançamentos com menção à cultura do café. O distrito esteve vinculado à freguesia de Piranga até a primeira data citada.

Tabela 22 – Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública, Relativos à Cultura do Café por Faixas de Lavradores, na Freguesia da Barra do Bacalhau (1832-1835)¹

Faixas	Itens	Dízimo Geral		Dízimo de Café	
		Registros	%	Registros	%
≤ 9\$600 réis	Lavradores	97	57,1	-	-
	Valor Pago	396\$426	12,5	-	-
	Média	4\$087		-	-
	Arrobas de Café Média por Lavrador			-	-
> 9\$600 réis	Lavradores	73	42,9	31	100
	Valor Pago	2:765\$492	87,5	1:798\$400	100
	Média	37\$883		37\$883	
	Arrobas de Café Média por Lavrador			12515 403,7	
Lavradores Totais		170		31	
Percentual sobre os da Freguesia ²			100		18,2
Valor Total Avençado		3:161\$918		1:798\$400	
Percentual sobre o da Freguesia ³			100		56,9

Notas: ¹ O dízimo em questão possivelmente difere da forma tradicional cobrada ao longo do período colonial (10%), não obstante a tributação exclusiva do café ter ocorrido a partir de 1837. Apenas uma pequena parte dos registros alude ao café, mencionando, exclusivamente, um número elevado de arrobas como 100, 200, 500 etc. Há lavradores que aparecem em mais de um registro, optamos por não agregar os valores. ² Proporção dos lavradores cafeeiros em relação ao conjunto total dos lavradores avençados no dízimo. ³ Proporção do tributo com menção ao café em relação ao montante total do dízimo da freguesia. Fonte: APM, CC, FP 009.

Os dados da produção agrária indicam um perfil mercantil acentuado e concentrado. A título de comparação, apesar das diferenças entre os registros, enquanto Rio Pomba possuía 268 lavradores em 1833, avençados em 3:396\$500 réis (média de 12\$674), Barra do Bacalhau dispunha de 170 lançamentos com valor total equivalente a 3:161\$918 (média de 18\$600 que poderia ser maior se agregássemos os casos em que alguns lavradores foram listados mais de uma

vez). Apesar desse destaque, o arraial de Barra do Bacalhau, segundo Eschwege (2002, p.62-63), possuía, em 1818, apenas 30 fogos e aproximadamente dois mil habitantes distribuídos pelas suas 24 léguas quadradas, a maior parte dedicada à lavoura e espalhada pelas fazendas, mantendo suas casas no distrito para uso aos domingos e feriados quando iam à igreja.

A concentração da produção agrária em Barra do Bacalhau é notável tanto entre os dados gerais quanto, principalmente, entre aqueles que aparecem a cultura do café. No primeiro caso, os roceiros, pouco mais de 57% do total, pagaram uma inexpressiva parte do dízimo (396\$426 réis ou 12,5%), ao passo que os médios e grandes lavradores, 42,9%, responderam por uma enorme fatia (2:765\$492 ou 87,5% do valor). Há uma distância bastante acentuada entre os valores médios pagos pelas duas faixas de lavradores: 4\$087 contra 37\$883. Observando-se alguns dos indicadores de distribuição da produção agrária por faixas de lavradores (valor referente a cada categoria e montante médio pago) não encontramos, dentre todas as freguesias até agora analisadas, diferença maior do que a apresentada entre os lavradores de Barra do Bacalhau.

O monopólio dos circuitos mercantis do café é notório se levarmos em conta somente os registros que mencionam a rubiácea: nenhum dos lançamentos se enquadra na faixa dos roceiros. Os registros que trazem a cultura referida são apenas 18,2% do conjunto do dízimo, mas responderam por 56,9% do valor total do tributo. Foram arroladas 12.515 arrobas, distribuídas em 31 registros, portanto, média de 403,7 arrobas por lançamento, valor muito superior às médias registradas pelos dados cafeeiros das freguesias de Piranga e Sumidouro. Caso agregarmos os montantes de lavradores com ocorrência repetida nos registros, a média de arrobas sobe para 544,1.

O maior pagador de dízimo do café em Barra do Bacalhau entre 1832-1835 foi o tropeiro e fazendeiro Ignácio José Pais, proprietário da Fazenda de Roque Soares. Ele foi avençado em 273\$400 réis, relativos a 1.920 arrobas de café assim distribuídas: “500 arrobas de café comprado a vários em várias partes” e 920 arrobas sem mencionar a origem²⁸⁹. Há outros valores expressivos como o de Francisco Marcelino de Freitas da Fazenda de Santa Cruz que pagou 200\$000 réis decorrentes de 1.330 arrobas de café, das quais 830 “de sua cultura” e 500

²⁸⁹ APM, CC, FP 009, Re. 104, 194, 203 e 204.

sem mencionar a origem²⁹⁰. Outro exemplo é o do registro de Antônio da Souza Lopes, negociante, que pagou 141\$680 réis relativos a 1.012 arrobas de café cuja procedência não foi citada²⁹¹.

As evidências empíricas indicam que o café já era plantado na parte norte da Mata desde o princípio do século XIX: possuía uma característica própria e não dependeu do avanço da cultura da parte sul da Mata. Os roceiros conseguiram se inserir na produção da rubiácea, mas com valores inexpressivos avançados no dízimo. Os lançamentos flagram tropeiros e, inclusive, tropeiros-fazendeiros comprando a produção de vários lavradores em várias partes, provavelmente em função das dificuldades no transporte e das grandes distâncias dos principais mercados consumidores enfrentadas pelos pequenos produtores. Este caso comprova que algumas unidades não se dedicavam apenas à produção e à comercialização dos seus próprios produtos, mas compravam os excedentes locais, possivelmente de lavradores com menos recursos, responsabilizando-se pelo pagamento do dízimo, transporte e comercialização do produto. Apesar da expansão do café, o padrão agroexportador, pelo menos num primeiro momento, parece não ter predominado entre as fazendas da parte norte da Mata, tendo em vista a característica auto-suficiente e diversificada das mesmas.

Os principais efeitos da expansão da rubiácea foram a concentração da produção agrária mercantil, da renda e da propriedade de terras e escravos no extrato dos fazendeiros²⁹². Durante a implantação das primeiras culturas no princípio da formação da capitania, a forma predominante de acesso ao solo ocorreu por meio do sistema de apossamento. Com a introdução do café, uma pequena elite agrária, localizada especialmente no sul da Mata, com inserção privilegiada nas estruturas de poder, seria a principal beneficiária das concessões de sesmarias. Traçando uma evolução temporal do comportamento dos inventários é provável que enquanto os camponeses foram forçados à

²⁹⁰ APM, CC, FP 009, Re. 109, 111 e 205.

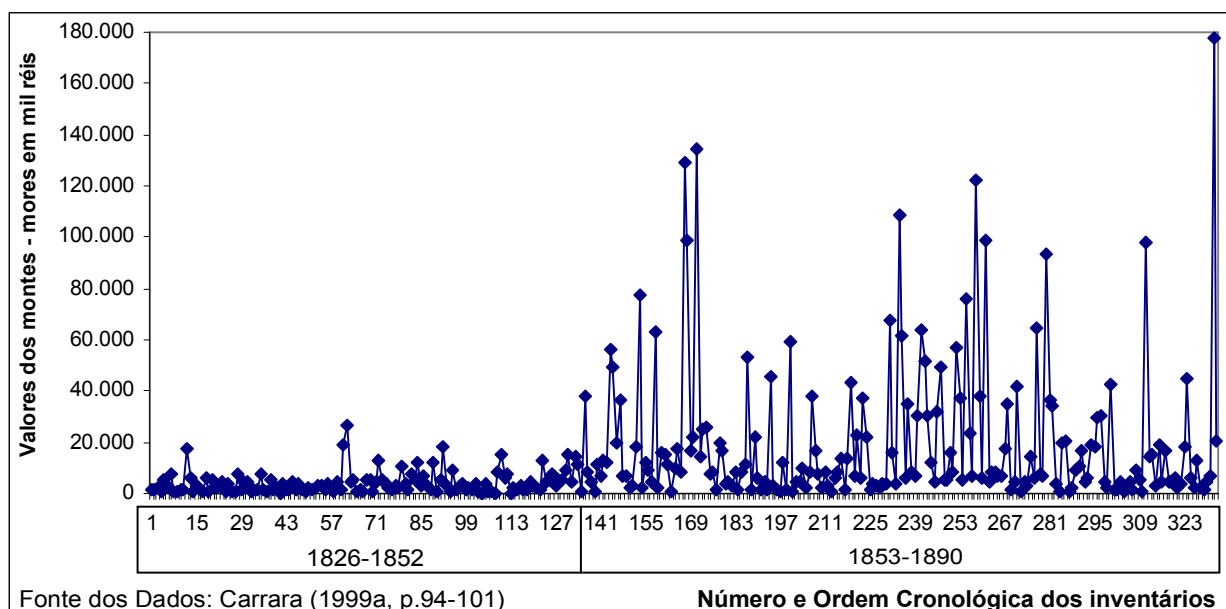
²⁹¹ APM, CC, FP 009, Re. 198, 200 e 210. Em nenhum dos três registros de Antônio da Souza Lopes é mencionada a sua fazenda, mas apenas sua condição de negociante. A quantidade de café declarada só poderia decorrer da compra a vários lavradores em várias partes. Este padrão talvez possa ser generalizado para os registros de tropeiros que também não mencionam fazenda.

²⁹² No vale do Paraíba, o processo de apropriação das terras pelos fazendeiros de café se fez com o emprego da violência contra os posseiros, expulsos através dos esbulhos judiciais, da força bruta e do assassinato (GORENDER, 1988, p.396). Esta opinião também é compartilhada por Monbeig (1984, p.143-145) que estudou os pioneiros e fazendeiros no oeste paulista.

proletarização com o passar dos anos, as fortunas das unidades mercantis escravistas cresceram a um ritmo acentuado, acompanhando a valorização do café, dos escravos e do solo, principalmente nas áreas cuja fronteira já estava esgotada.

Na freguesia de Ubá, o Gráfico 1 demonstra a evolução dos montes-mores e comprova o movimento de concentração da renda ao longo da segunda metade do século XIX. A fortuna média passou de 4:424\$000 réis entre 1826-1852 para 19:607\$000 entre 1853-1890. A riqueza possui relação direta com o número de cativos (que subiu de 6,5 para 9,6 entre 1823-1852 e 1853-1886), afetada somente nos anos finais do escravismo.

Gráfico 1 - Valores dos Montes-Mores em Mil Réis na Freguesia de Ubá (1826 a 1890)



Além da concentração da renda e da propriedade de terras e escravos pelas médias e grandes unidades escravistas, dois fatores estruturais limitariam a reprodução do modo de vida familiar, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. O primeiro residia no parcelamento da terra e/ou na pulverização dos bens do inventário quando da partilha, impelindo os herdeiros para a migração em direção às áreas de fronteira, para a proletarização ou para formas diversas de reprodução como, por exemplo, a parceria e/ou o emprego em outras unidades camponesas por meio do trabalho acessório, a fim de complementar a

renda familiar. Vejamos algumas situações prováveis na freguesia de Guarapiranga.

No ano de 1810, a viúva de João Alves de Melo, Apolinária Ferreira da Silva, moradora de São Caetano do Xopotó, deu a inventário os bens do casal. A riqueza, a ser dividida entre a viúva e os 5 filhos, foi avaliada em apenas 46\$725 réis, formada por 2 bovinos, 2 enxadas, 2 foices, 1 machado, 1 tear de madeira e uma “terra de planta com seus ranchos²⁹³”. No mesmo ano, Antônia Gomes de Souza, mãe de 4 filhos e moradora de São José do Xopotó, deu a inventário os bens do marido, Jacinto Furtado de Mendonça. O monte mor foi avaliado em 428\$850 réis, sendo descrito um sítio com casas de vivenda, paiol, moinho e capoeiras, 1 tropa, 2 enxadas, 2 foices, 1 tear, 1 roda de fiar e 3 escravos no valor de 245\$000 ou 57,1% do monte²⁹⁴. Em 1820, os bens da viúva Maria Vieira do Sacramento, moradora de Piranga, foram avaliados em 317\$725 réis. Este valor, a ser dividido entre os 6 filhos, referia-se a 3 escravos (156\$000 ou 49,1% do monte), 1 enxada, 2 foices, 1 machado e um sítio com terras de cultura, casas de vivenda, moinho e paiol cobertos de telhas²⁹⁵.

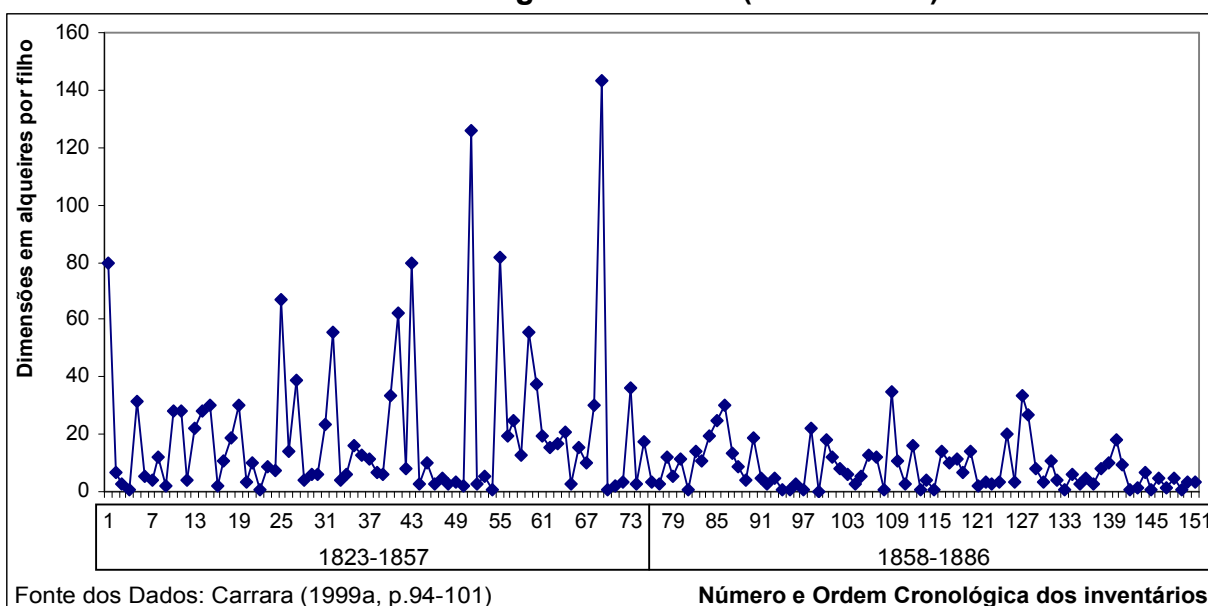
É presumível que o parcelamento da unidade produtiva atingiu maior grau a partir da segunda metade do século XIX, não obstante a possibilidade de alguns acordos de usufruto de todos os bens pelos herdeiros ou de regras próprias de herança para favorecer determinado filho, neste caso, a forçar a migração dos outros irmãos. Na freguesia de Ubá, a pulverização do solo entre os herdeiros foi mais acentuada a partir dos últimos anos de 1850. De acordo com o Gráfico 2, que apresenta o comportamento temporal da média do alqueire por filho em cada inventário entre 1823 e 1886, enquanto no período entre 1823-1857 a média foi de 21 alqueires/filho, no intervalo entre 1858-1886 reduziu para apenas 8. Este processo preparou o terreno para o crescimento dos contratos de arrendamento, parceria ou locação de serviços (formas intermediárias nas quais o pagamento de um salário à força de trabalho é conjugado a outros tipos de remuneração), descritos em Carrara (1999a, p.51-54) para a mesma freguesia.

²⁹³ ACSM, Códice 94, Auto 1953, 1º Ofício.

²⁹⁴ ACSM, Códice 46, Auto 1023, 2º Ofício.

²⁹⁵ ACSM, Códice 129, Auto 2612, 2º Ofício. Carrara (1999a, p.42-43) oferece exemplos bastante ilustrativos de inventariados da freguesia de Ubá na segunda metade do século XIX cuja riqueza estava fadada ao parcelamento como, por exemplo, 22 alqueires de terra, moinho, paiol, um escravo e um cavalo para serem repartidos entre nove filhos; 22 alqueires de terra e um moinho para se dividir entre nove filhos etc.

Gráfico 2 – Comportamento da Dimensão Média do Alqueire por Filho nos Inventários da Freguesia de Ubá (1823 a 1886)



O aumento do preço da terra e o baixo rendimento das unidades camponesas selaram a sua reduzida capacidade de apossamento/compra de novas terras, principalmente daquelas famílias com força de trabalho restrita (ausência de cativos e/ou de filhos ou, ainda, mão-de-obra familiar muito jovem). Ademais, a reprodução da categoria esteve restrita pelo esgotamento do seu meio de produção mais importante: as terras virgens. Nas freguesias do Presídio e de Ubá, segundo Carrara (1999a, p.34-37), a fronteira esgotou-se em 1840. Nos inventários, as expressões *matos virgens* e *capoeiras* foram substituídas por *pastos*. Não se observava mais, a menção à posse como forma de acesso à terra. Na mesma data, Gardner (1975, p.232) percorreu o vale do Xopotó (freguesia de Piranga) e na sua visão, apesar da ocorrência de alguns fragmentos de mata, a maior parte era formada de “grandes trechos cultivados outrora”, à época “cobertos por toda parte pela samambaia”. Após 10 anos, em 1850, o viajante Burmeister (1952, p.178) também passou pela área e ressaltou que não se encontrava mais mata virgem.

A fronteira era deslocada cada vez mais para leste, na divisa de Minas com o Espírito Santo, especialmente nos vales dos rios Muriaé e no médio vale do rio Doce. No primeiro, a apropriação foi mais rápida. Ainda por volta de 1840, todas as propriedades possuíam em comum o fato de terem sido “apossadas”. Nas escrituras era freqüente a ocorrência de terras com mato virgem e de benfeitorias

incompletas como casas cobertas de bicas de palmito. No entanto, a partir de 1847 cresceu a preocupação de registro do número de alqueires (CARRARA, 1999a, p. 37 e 49-50). Em 1920, segundo este autor, o preço da terra no sul da Mata, em função da consolidação de sua incorporação, atingiu um valor bem mais elevado do que no norte. Nesta área, sobretudo no médio vale do rio Doce, o fechamento da fronteira foi mais tardio. Em 1940, alguns municípios da margem esquerda do rio citado como Governador Valadares e Conselheiro Pena ainda se caracterizavam pela expansão relativamente recente, dado que a área ocupada por fazendas e sítios era inferior a 50% (SOUZA, 1951, p.52-53).

A expansão do café dependia menos da grande extensão dos cafezais e mais das terras disponíveis para a futura plantação da rubiácea. E, o esgotamento das matas virgens nos vales do Pomba, Muriaé e Piranga em especial, advindo da colonização antiga da área e do grande contingente populacional, reduziu as possibilidades de alargamento da cultura citada e do modo de produção familiar. A retração de matos virgens (vitais para a manutenção da produtividade num sistema agrário de baixo nível técnico) e o parcelamento da terra obrigaram o campesinato a reduzir os períodos de repouso do solo, conduzindo, em alguns casos, à sua exaustão. Estes fatores impulsionaram o caráter restrito e limitado da pequena produção e concorreram para a formação do mercado de trabalho livre na Zona da Mata a partir da segunda metade do século XIX, haja vista o predomínio do regime de parceria, sob a forma de meação, nas fazendas de café.

4. Latifúndio e Formação Espacial Escravista no Vale do Paraíba

4.1 Produção Mercantil e Expansão da Agropecuária

O movimento de desbravamento do vale do rio Paraíba remonta ao princípio da exploração do ouro na antiga região das minas. Muitos proprietários de escravos instalaram-se ao longo da estrada do Rio de Janeiro para Vila Rica, visando abastecer, especialmente, os viandantes e animais em suas jornadas às minas e vice versa. As freguesias com registros de dízimo para a área são a do Caminho Novo, Simão Pereira e Engenho do Mato. A primeira contém os lançamentos da segunda metade do dezoito, enquanto a segunda e a terceira os da primeira metade do dezenove.

No triênio de 1750-3, a freguesia do Caminho Novo possuía, disparadamente, o maior valor médio da produção agrária mercantil por lavrador da capitania, equivalente a 1:490\$546 réis. Congonhas do Campo, freguesia com o maior valor da produção agrária dizimada em Minas Gerais, apresentou no mesmo ano uma média de 631\$333 réis²⁹⁶. O deslocamento de parte dos geralistas para esta área da Mata e o acompanhamento da sua produção agrária pode ser observado nos lançamentos do dízimo, a despeito da inexistência de informações para a primeira metade do século XVIII, momento inicial da ocupação. Na Tabela 23 estão representados os registros do dízimo do Caminho Novo entre 1750 e 1828, conforme as duas categorias de lavradores.

O intervalo compreendido entre a instalação dos primeiros sesmeiros e posseiros até por volta de 1784 pode ser tomado como o primeiro período de ocupação da área. Na segunda metade do século XVIII (1750), o universo da agricultura mercantil no Caminho Novo esteve monopolizado pelos fazendeiros. Esta faixa, formada por apenas 19 lavradores, pagou sozinha o montante anual de 944\$013 réis. O valor médio avençado por lavrador, 49\$685, foi o mais elevado entre os das freguesias já analisadas, superando com ampla margem, inclusive, os de freguesias com produção agrária importante à época como São João Del Rey (12\$419), na Comarca do Rio das Mortes, e Congonhas do Campo (21\$050), na Comarca de Vila Rica²⁹⁷.

²⁹⁶ Os valores de todas as freguesias no triênio de 1750-3 foram apresentados na Tabela 11.

²⁹⁷ APM, CC, Livro 2039, Filme 128, v.30.

Tabela 23 - Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia do Caminho Novo (1750-1828)¹

Faixas	Itens	1750	%	1753	%	1773	%	1784	%
≤ 9\$600 réis	Lavradores	0	0	0	0	9	34,6	34	54,0
	Valor Pago	0	0	0	0	17\$600	2,6	59\$788	8,5
	Média	-	-	-	-	1\$956	-	1\$758	-
> 9\$600 réis	Lavradores	19	100	22	100	17	65,4	29	46,0
	Valor Pago	944\$013	100	872\$538	100	665\$850	97,4	644\$500	91,5
	Média	49\$685	-	39\$661	-	39\$168	-	22\$224	-
Soma	Lavradores	19	100	22	100	26	100	63	100
	Valor Pago	944\$013	100	872\$538	100	683\$450	100	704\$288	100

Faixas	Itens	1813	%	1818	%	1828²	%
≤ 9\$600 réis	Lavradores	122	64,9	272	84,7	139	56,0
	Valor Pago	465\$275	18,2	763\$474	43,3	656\$166	17,6
	Média	3\$814	-	2\$807	-	4\$721	-
> 9\$600 réis	Lavradores	66	35,1	49	15,3	109	44,0
	Valor Pago	2:095\$342	81,8	998\$221	56,7	3:076\$160	82,4
	Média	31\$748	-	20\$372	-	28\$222	-
Soma	Lavradores	188	100	321	100	248	100
	Valor Pago	2:560\$617	100	1:761\$695	100	3:732\$326	100

Notas: ¹ As avenças de 1750, 1753, 1773 e 1784 foram trienais, enquanto as de 1813, 1818 e 1828 foram anuais. Portanto, os valores das primeiras foram divididos por três. Os registros do dízimo referentes às avenças trienais estão lançados na freguesia do Caminho Novo, enquanto os das avenças anuais se encontram lançados nas freguesias do Engenho do Mato e Simão Pereira. Por isso, agregamos os dados das duas últimas freguesias citadas. ² A ausência de registros para Engenho do Mato em 1828 levou-nos a adotar os que foram lançados em 1827. Fonte: APM, CC, Livro 2039, Filme 129. AN, CC, Livro 2043, Filme 131. AN, CC, Livro 675, Filme 47. AN, CC, Livro 4190, Filme 643. AN, CC, Livro 246, Filme 26. AN, CC, Livro 02, Filme 01. AN, CC, Livro 3268, Filme 190. AN, CC, Livro 102, Filme 14.

O dízimo total do Caminho Novo no triênio de 1750-3 foi de 2:832\$038 réis. Apenas Manoel Gonçalves Chaves no Medeiros e o Reverendo José Machado de Moraes em Matias Barbosa pagaram 31,8% da quantia. O primeiro foi avençado em 500\$006 réis ou 416 ½ oitavas e 5,5 vinténs de ouro e o segundo em 399\$975 réis ou 333 ¼ oitavas e 2 vinténs de ouro. A menor avença foi a de Manoel Alvarez que pagou o montante de 16\$031 réis, ainda assim, acima dos 9\$600 que estabelecemos como medida limite representativa da pequena produção mercantil²⁹⁸.

Observando os registros no período entre 1750 e 1828 é provável que a estrutura fundiária estivesse mais concentrada até por volta do declínio da mineração (1770). Os relatos de Antonil (1966, p. 288-290), em 1711, e de Francisco Tavares de Brito no código Costa Matoso (1999, p.903-904), em 1749, deixam subentendido a ocorrência de uma paisagem agrária caracterizada pelo predomínio de latifundiários (militares, nobres, alto clero, ocupantes de cargos da alta administração etc). Ao contrário do que afirmou Souza (2003, p.21), potentados com grandes cabedais monopolizavam as terras entre o rio Paraibuna e a Borda do Campo como Simão Pereira, Matias Barbosa, Antônio de Araújo, capitão José de Souza, alcaide mor Tomé Correa, Azevedo, Manoel Correia, Manoel de Araújo, Bispo, Medeiros, Luís Fortes (Juiz de Fora), Antônio Moreira, Gonçalves, Queiroz etc. Do primeiro para o segundo relato é notório o expressivo aumento do número de paragens que não se resume, simplesmente, ao acréscimo na quantidade de roças, mas de população fixa e circulante, do volume da produção e do comércio etc.

As unidades produtivas escravistas no caminho, em consonância com a vocação pecuarista do Termo de São José e, mais tarde, de Barbacena, se dedicavam, principalmente, à criação de gado e ao plantio do milho para o abastecimento dos viandantes ao longo da estrada e, em menor grau, da população nas minas. Geralmente dispunham de tenda de ferreiro e prestavam serviços como o comércio de mercadorias comestíveis nas vendas, o pouso para viajantes nos ranchos, o aluguel de pastos e a venda de milho para os animais. Infelizmente, os dois relatos pesquisados não trazem informações sobre essas atividades produtivas, mas as cartas de concessão de sesmaria a Garcia

²⁹⁸ APM, CC, Livro 2039, Filme 129, v.30, Re. 04, 05 e 10.

Rodrigues Paes (Fazenda do Paraíba, divisa do Rio com Minas) e a José Rodrigues de Souza (Caminho Novo, Termo da Vila de São José), respectivamente em 1722 e 1749, confirmam parte das observações anteriores²⁹⁹. Vejamos um trecho da segunda.

[...] Morador no sítio chamado o Gama do Caminho Novo, Termo da vila de São José da Comarca do Rio das Mortes, ele [José Rodrigues de Souza] tinha povoado o dito sítio, por si e seus ante possuidores há mais de trinta anos, plantando as terras, tendo gados nos campos e pastos que medeiam entre os matos ou capoeiras deles com casas a rancho na estrada, de sorte que estão reduzidas a cultura a maior parte das terras, e roçadas e plantadas todas as vertentes delas em tempos diversos, e atualmente estava o suplicante cultivando o dito sítio com uma fábrica grande de escravos.

A partir dos primeiros anos da segunda metade do século XVIII, observa-se uma redução no valor do dízimo. Comparando-se os dados entre 1750 e 1753, houve retração na quantia total avençada (de 944\$013 réis para 872\$538) e no valor médio pago (de 49\$685 para 39\$661), apesar de um pequeno acréscimo de três lavradores na categoria dos fazendeiros que ainda continuaram a monopolizar exclusivamente a produção agrária mercantil. Dos 14 nomes que encontramos correspondência entre as duas datas, sete dizimados mantiveram os valores anteriores e a outra metade exibiu redução no montante avençado. Exemplificando a segunda situação citamos Francisco Coelho Gomes e Francisco Gomes Martins cujos valores trienais retraíram de 130\$800 réis para 109\$988 e de 110\$006 para 72\$000, respectivamente³⁰⁰. Não obstante, ainda encontramos valores elevados como o de Domingos Gonçalves Chaves no Medeiros (muito provavelmente parente do citado Manoel Gonçalves Chaves em 1750) que foi avençado em 460\$013 réis ou 383 $\frac{1}{4}$ oitavas e 3 vinténs de ouro³⁰¹.

Após vinte anos, em 1773, alguns fazendeiros isolados experimentaram acréscimo no valor avençado, a exemplo do alferes Francisco Gonçalves Lage

²⁹⁹ A carta de sesmaria passada a Garcia Rodrigues se encontra em APM, SC, Códice 28, Fls. 157 e 158 e a de José Rodrigues está citada em Guimarães e Reis (1986, p.24). Os registros de Saint-Hilaire (1975a, p.40 e 43; 1974b, p.54), apesar de referenciar, respectivamente, os anos de 1816 e 1822, também corroboram algumas das observações destacadas.

³⁰⁰ APM, CC, Livro 2039, Filme 129, v.30, Re. 02 e 07. AN, CC, Livro 2043, Filme 131, Ft. 0131, Re. 11 e 22.

³⁰¹ AN, CC, Livro 2043, Filme 131, Ft. 0131, Re. 19.

cujas avenças trienais passaram de 190\$013 réis em 1753 para 399\$975 em 1773³⁰². Contudo, a partir desta data é notório um padrão de desconcentração da atividade agropecuária, semelhante ao evidenciado para as freguesias do vale do rio Doce. Apesar do pequeno aumento dos médios e grandes lavradores, que passaram de 22 para 26, ocorreu uma redução do valor anual total avençado na referida categoria (de 872\$538 para 683\$450 réis) e uma incipiente participação dos roceiros. Esta faixa, representando 34,6% do total, pagou apenas 17\$600, 2,6% do montante geral, com um valor médio equivalente a 1\$956: quantia praticamente inexpressiva frente à paga pelos fazendeiros (39\$168). Mas, foi a primeira vez a partir da qual passamos a encontrar valores muito diminutos como o de Paulo José Ferreira, na rocinha de Simão Pereira, que no triênio foi avençado em 3\$600 réis³⁰³. Alguns dos novos migrantes que se deslocaram para a Mata sul também dispunham de grande cabedal como o capitão mor Manoel do Vale Amado, em Matias Barbosa, e o Tenente Antônio Ferreira da Silva, em Juiz de Fora. O primeiro foi avençado em 240\$000 réis e o segundo em 270\$000 no triênio³⁰⁴.

O primeiro período de ocupação da área pode ser encerrado em 1784. Nesta data, embora tenha havido pequeno aumento no montante total do dízimo, que passou de 683\$450 réis em 1773 para 704\$288 em 1784, há uma retração na faixa dos médios e grandes lavradores, tanto no montante pago (de 665\$850 para 644\$500) quanto, principalmente, no valor médio (de 39\$168 para 22\$224), apesar do aumento no conjunto total de 17 para 29. Citamos como exemplo o fazendeiro alferes Francisco Gonçalves Lage cujo valor avençado reduziu de 399\$975 para 180\$000 réis (queda de 54,9%)³⁰⁵. Novamente, os registros do dízimo mostram que a crise, advinda do arrefecimento da circulação de ouro em pó, atingiu, especialmente, o setor escravista, principal responsável pela atividade agrária destinada ao abastecimento interno.

No intervalo entre 1773 e 1784, os resultados expressivos decorreram, sobretudo, da maior participação de pequenos lavradores. Nesta categoria houve aumento do conjunto, de 9 (34,6%) para 34 (54,0%), e do valor avençado, de

³⁰² AN, CC, Livro 2043, Filme 131, Ft. 0131, Re. 21. APM, CC, Livro 675, Filme 47, Re. 16.

³⁰³ AN, CC, Livro 675, Filme 47, Re. 15.

³⁰⁴ AN, CC, Livro 675, Filme 47, Re. 17 e 19.

³⁰⁵ AN, CC, Livro 675, Filme 47, Re. 16. AN, CC, Livro 4190, Filme 643, Ft. 0363, Re. 26. É necessário mencionar que no ano de 1784, no valor avençado do alferes ainda estava incluído o de outros irmãos.

17\$600 para 59\$788 réis. Houve uma pequena redução no valor médio pago (de 1\$956 para 1\$758), mas não a ponto de comprometer o desempenho crescente do grupo, inexistente nos registros de 1750 e 1753. Não obstante a maior participação dos roceiros, que cresceram num ritmo mais acentuado do que os médios e grandes lavradores, observam-se na categoria dos fazendeiros alguns nomes novos, provavelmente oriundos da antiga região das minas e com grandes posses como os capitães José Vidal de Barbosa e José Pinto de Souza que foram avançados, respectivamente, em 271\$200 e 192\$000 réis³⁰⁶.

A crise da mineração, que culminou por volta das décadas de 1770/80, promoveu a retração da atividade agropecuária mercantil ao longo da principal rota de comunicação e de abastecimento da região das minas, estimulando e abrindo espaço para uma maior participação dos roceiros na produção mercantil, especialmente no final do século XVIII e início do XIX. O declínio da atividade agropastoril parece ter se estendido até o princípio do dezenove quando os registros deixados por viajantes como Mawe, em 1809, Eschwege, em 1811, e Saint-Hilaire, em 1816 e 1822, manifestaram o desleixo com a terra e a condição precária das moradias na área em questão. O primeiro, ao descrever as paragens e habitações na entrada da Capitania de Minas Gerais, deixou a seguinte impressão:

[...] Esperava encontrar aí [Capitania de Minas Gerais] melhores condições de agricultura [...] casas construídas não somente para abrigo, mas também com a preocupação de conforto [...] vãs ilusões [...] As casas velhas, estragadas, não eram reparadas; as ervas daninhas cobriam o pequeno número de jardins cercados (MAWE, 1978, p. 114).

Observação semelhante foi destacada por Eschwege (2002, p.230 e 238), ao passar pela fazenda de Juiz de Fora. O mineralogista mencionou que ela parecia “estar entrando em decadência”. Próximo a Simão Pereira, Saint Hilaire (1975a, p.50) afirmou que no cume de um morro “a encosta, outrora cultivada, não nos oferecia mais que arbustos”. Nas imediações da venda do Juiz de Fora, ele relatou que “mais longe” notava-se “uma capela abandonada e as ruínas de um engenho”. No trajeto da estrada do Comércio, entre Rio Preto e a vila de Ibitipoca, a situação era similar. Saint Hilaire (1974b, p.30) descreveu suas

³⁰⁶ AN, CC, Livro 4190, Filme 643, Ft. 0363, Re. 21 e 33.

percepções de algumas fazendas como as da Rancharia, do Brumado e do Tanque. As duas primeiras se encontravam “em muito mau estado”, apesar de outrora “terem sido importantes”. A terceira também aparentava “ter tido outrora, alguma importância”, mas à época caía “em ruínas”.

As explicações para o abandono de capelas, casas estragadas ou de sapé, engenhos em ruínas etc pode ser atribuída a um abalo econômico sofrido pelo espaço em estudo, em função do declínio da mineração (circulação de ouro em pó), apesar de não descartarmos a ocupação recente de algumas áreas que viria a configurar, portanto, propriedades com benfeitorias incompletas, características usuais de estabelecimentos em zona de fronteira. O quadro profundamente desigual da estrutura fundiária neste trecho do caminho, notado por Saint-Hilaire (1975a, p.43 e 47) em 1816, do mesmo modo é fator a ser acrescentado. Mas, é muito mais provável que a retração do mercado consumidor, tanto dos espaços urbanos da antiga região das minas quanto nos caminhos de acesso a elas, promoveu uma desestruturação da atividade agropastoril nas áreas periféricas.

O declínio da agropecuária parece ter se estendido até a segunda década do dezenove quando o quadro passou a se modificar em função dos resultados advindos da transferência da Corte para o Brasil em 1808. Este ano, segundo Dias (1982, p.171), marca “o enraizamento do estado português no Centro-Sul” e o “início da transformação da colônia em metrópole interiorizada” cujas conseqüências foram a mercantilização crescente das atividades produtivas na Comarca do Rio das Mortes, o recrudescimento do trabalho escravo e a expansão do mercado interno.

No item 2 deste capítulo destacamos que após 1770, a população da maioria dos distritos mineradores antigos declinou ou estagnou. O inverso ocorreu nas freguesias localizadas em áreas de fronteira que experimentaram crescimento populacional, sobretudo na Comarca do Rio das Mortes, da qual fazia parte o Caminho Novo, fator importante para a retomada da mercantilização da área. De maneira especial, é entre 1776 e 1808 que a comarca citada apresentou o maior crescimento populacional (87%). No caso dos registros dos dízimos do Caminho Novo, entre 1784 e 1813 houve um acréscimo de 363,6% no montante total avençado que passou de 704\$288 para 2:560\$617 réis.

O intervalo entre 1784 e as duas primeiras décadas do século XIX pode ser tomado como o segundo período de ocupação da área cuja característica

marcante foi a maior visibilidade dos roceiros no âmbito da agricultura mercantil, impulsionada pela expansão do mercado interno. Analisando as duas faixas de lavradores entre a primeira data mencionada e 1813 observa-se que o maior aumento percentual foi na categoria dos roceiros cujo conjunto passou de 34 (54,0%) para 122 (64,9%). O valor avençado na respectiva categoria elevou-se de 59\$788 (8,5%) para 465\$275 réis (18,2%) e a importância média paga de 1\$758 para 3\$814 réis.

Não houve apenas uma maior visibilidade dos roceiros já estabelecidos na área, mas uma migração maciça de população, num movimento centrífugo da antiga região das minas em direção às freguesias de Simão Pereira e Engenho do Mato, parte captada pelos registros do dízimo em 1813. Saint-Hilaire (1975a, p.51), em 1816, ressaltou que desde 1746, ano em que se deslocou o Registro da Mantiqueira para Matias Barbosa, “uma numerosa população se fixou aquém do [segundo] registro”. No caso da paróquia de Simão Pereira, o naturalista fez a seguinte observação:

Antigamente, [ela] compreendia o pequeno número de casas situadas à margem do caminho; mas, desde a chegada do Rei D. João VI ao Rio de Janeiro, ela recebeu um considerável acréscimo de população. Mais de quatrocentos homens livres com outros tantos escravos aí vieram estabelecer-se de diferentes partes da Província de Minas, atraídos pela fertilidade das terras, pelas vantagens que oferece a vizinhança da capital e a de não pagar nenhuma taxa, morando além do registro de Matias Barbosa (SAINT-HILAIRE, 1975a, p.50).

O deslocamento migratório maciço remonta a 1746, mas os roceiros só começaram a participar da produção mercantil com a crise da mineração na década de 1770. Após esta data, o Caminho Novo, parte integrante da Comarca do Rio das Mortes, espaço prioritário do movimento de população da antiga região das minas, se beneficiaria da proximidade do proeminente mercado consumidor do Rio de Janeiro. A atividade de abastecimento dos viajantes ao longo do caminho seria suplantada pela prática de envio de gado, porcos, toucinho e queijos pelos lavradores com suas tropas de burros à capital do Império. No ano de 1780, o Desembargador da Relação do Porto, José João Teixeira Coelho, relatou que a Comarca do Rio das Mortes era

a mais vistosa, e a mais abundante de toda a capitania em produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários do país, de forma que além da própria sustentação, provê toda a capitania de queijos, gados, carnes de porco etc [...] ³⁰⁷.

No período entre 1784 e 1813, semelhante aos roceiros, a categoria dos médios e grandes lavradores experimentou acréscimo significativo no valor total avençado, passando de 644\$500 réis para 2:095\$342. Em termos percentuais, todavia, houve redução de 91,5 para 81,8% na participação sobre o valor total do dízimo. Do mesmo modo, houve retração percentual de 46,0 para 35,1% na participação da categoria sobre o conjunto geral, não obstante o aumento de 29 para 66 lavradores. A explicação para este crescimento absoluto reside no amplo movimento migratório de elites vinculadas historicamente à mineração na Província de Minas, especialmente do Campo das Vertentes (Termos de Barbacena e São João Del Rey). Elas se aproveitariam da condição de fronteira aberta da área para acumularem terras, do seu prestígio político para receberem sesmarias e da principal via de acesso ao mercado do Rio: o Caminho Novo. Seriam responsáveis pela montagem da atividade agroexportadora do café.

Francisco Garcia de Matos era um exemplo, mas sua fortuna não decorreu diretamente do plantio de café. Filho de João Garcia de Matos, da vila de Queluz, em 1810 residia em Santa Rita do Ibitipoca (freguesia de Borda do Campo). Após três anos, em Chapéu D'Uvas (Mata), ele foi avençado com o 8º maior valor do dízimo (74\$080 réis) dentre os 188 lavradores do Caminho Novo³⁰⁸. No ano de 1848, os seus bens foram dados a inventário em função da morte da esposa. Muito provavelmente sua riqueza foi acumulada por meio da atividade de tropeiro, alugando animais para o transporte de café na região. Dentre os bens inventariados, constavam, segundo Guimarães (2005, p. 18-24), as Fazendas Lambari (adquirida pela posse) e da Boa Vista, gado vacum (9), suínos (70), 58 escravos, 7 bois de carro e 68 bestas de tropa³⁰⁹. Não havia menção a plantação ou estoque de gêneros, apesar das 20 foices, 18 enxadas e 3 machados.

³⁰⁷ RAPM, v.8, 1903, p.424.

³⁰⁸ AN, CC, Livro 246, Filme 26, Ft. 0956, Re. 32.

³⁰⁹ No inventário constava ainda a presença de 35 bestas, 5 cavalos e 12 escravos que não foram avaliados, pois estavam com os filhos.

Francisco não foi produtor de café, nem de gêneros de subsistência para o mercado, mas a atividade de tropeiro, a perdurar até por volta da expansão da ferrovia, lhe conferiu o posto de grande proprietário de terras e escravos.

Antes do avanço do café no sul da Mata, os lavradores já se encontravam engajados na atividade agropastoril. Todavia, no princípio do dezenove, o plantio da rubiácea surgiu como a principal alternativa econômica lucrativa e as elites acompanharam o crescimento vertiginoso dessa cultura no vale do Paraíba e se aproveitaram dos altos preços alcançados por ela no mercado internacional. Conforme os registros do dízimo, o terceiro período de ocupação da área, impulsionado pelo plantio do café, inicia-se a partir da segunda década do século XIX.

4.2 Acumulação Endógena e Difusão do Café

O marco de expansão do café no sul da Mata, para a literatura histórica em geral, ocorreu nas primeiras décadas do século XIX, especialmente em Matias Barbosa, Além Paraíba, Mar de Espanha, Rio Preto e Santo Antônio do Paraibuna, no vale do Paraíba (TAUNAY, 1939 *apud* BLASENHEIM, 1982, p.24). Saint-Hilaire (1975a, p.25), em 1819, fez a seguinte observação sobre o Caminho Novo:

É difícil encontrar uma estrada mais freqüentada do que a que liga Porto da Estrela a Minas [Caminho Novo] [...] *[A estrada] ganhou importância depois que se iniciou o cultivo do algodão em Minas Novas e começou a exportação de café no sul da Província de Minas, atividades essas que, à época de minha estada no Brasil, tinham sido iniciadas havia poucos anos.* No dia em que pernoitei no rancho Boa Vista da Pampulha, cento e trinta mulas estavam ali reunidas. Diga-se de passagem que o rancho não é dos maiores da região. Por aí se pode fazer uma idéia da prodigiosa quantidade de burros de carga que deveriam estar em marcha em toda a extensão da estrada (SAINT-HILAIRE, 1975b, p.23) (Grifos nossos).

Nos inventários pesquisados por Oliveira (2000, p.31) entre 1809 e 1830, a autora localizou somente uma unidade produtiva vinculada à produção da rubiácea. Ela relatou que “apenas a partir da terceira década do oitocentos é que encontramos referências claras a propriedades dedicadas à produção de café,

embora em pequena escala”. A cultura ainda aparecia como “complementar ao plantio dos outros produtos que possuíam um mercado regular com centros consumidores”, notável pelo número reduzido de pés plantados.

Algumas evidências, porém, apontam que a cafeicultura já dava sinais de expansão antes e por volta do período citado pela autora. Em 1809, Mawe (1978, p.114), ao passar pela entrada da Capitania de Minas (vale do Paraibuna), observou a presença de cafeeiros. Em 1827, nos dízimos da freguesia de Rio Pomba, próxima à do Engenho do Mato (Caminho Novo), encontramos registros (22) com avença relativa à produção da rubiácea. Como o cafeeiro depende de um certo tempo para a primeira colheita, geralmente 5 anos, é provável que ele vinha sendo plantado anteriormente³¹⁰. No caso dos registros dos dízimos das freguesias do Engenho do Mato e Simão Pereira a partir de 1813 (Tabela 23), embora o café não tenha sido mencionado, é possível que os valores já tributassem a produção da rubiácea, à época, subsidiária a outras culturas.

Entre 1784 e 1813, apesar da maior participação dos roceiros no conjunto dos lavradores em geral, há um crescimento acentuado do dízimo que passou de 704\$288 para 2:560\$617 réis, comandado, justamente, pela faixa dos fazendeiros (em 1784 eles pagaram 644\$500, em 1813, 2:095\$342). O padrão a partir de 1813 parece ser o de mercantilização crescente da agropecuária, caso excetuarmos o ano de 1818 que sinalizou uma baixa geral na categoria dos médios e grandes lavradores (quesitos número absoluto, valor avençado e valor médio pago). O crescimento da produção agropastoril de caráter exclusivamente mercantil e a expansão da cafeicultura de base escravista a partir da primeira década do oitocentos criariam os elementos necessários para a formação de um novo núcleo agrário no sul da Mata, com padrão agroexportador.

Entre 1818 e 1828, o dízimo passou de 1:761\$695 para 3:732\$326 réis, acréscimo de 111,9%, enquanto os lavradores reduziram de 321 para 248, queda de 22,7%. Esses números significam concentração da produção agropecuária, fato semelhante ao observado para as freguesias dos vales dos rios Doce e Pomba na mesma época. Segundo Andrade (2006, p.12), dos 214 registros paroquiais de terras pesquisados para Santo Antônio do Paraibuna entre 1854-1857, as referências mais antigas à compra de propriedades na área reportavam-

³¹⁰ AN, CC, Livro 85, Filme 12, Ft. 0504, Re. 40, 67, 84, 88, 89, 92, 105, 108, 113, 132, 147, 177, 190, 211, 387, 398, 403, 412, 414, 418, 420 e 453.

se à segunda metade da década de 1830, sugerindo ter sido por volta desse ano que a terra se tornou efetiva “mercadoria”, portanto, afetando a pequena produção mercantil no dízimo.

No âmbito dos roceiros houve uma maior seletividade da participação na agricultura mercantil entre 1818 e 1828: de 272 (84,7%) eles retraíram para 139 (56,0%). Não obstante a redução no montante avençado, de 763\$474 para 656\$166 réis, o crescimento do valor médio pago pelos pequenos lavradores foi acentuado, passou de 2\$807 para 4\$721. Em 1828 e a partir desta data, é presumível que somente os agricultores com disponibilidade de terras (especialmente matos virgens), mão-de-obra cativa e recursos passaram a participar da agricultura mercantil, respondendo pelo crescimento da cultura do café. Oliveira (2005, p.75-77) destacou que em 1831, nos domicílios de Santo Antônio do Paraibuna, a grande maioria dos cativos estava concentrada nas mãos de poucos proprietários: apenas 12 unidades produtivas (10,1%), com mais de 21 escravos, detinham 69,9% da escravaria arrolada. 48% dos proprietários não possuíam escravos e 30,2% dispunham de 1 a 5 cativos.

Era de se esperar que a mercantilização da agropecuária atingisse maior grau entre os médios e grandes lavradores. Entre 1818 e 1828, eles passaram de 49 (15,3%) para 109 (44,0%). O valor avençado na segunda data, 3:076\$160 réis (82,4% do total), foi 208,2% superior aos 998\$221 (56,7% do total) da primeira. Houve também um crescimento expressivo da quantia média paga que saltou de 20\$372 para 28\$222. O exemplo mais evidente do novo proprietário fundiário escravista é o do coronel José Inácio Nogueira da Gama, de Simão Pereira, detentor de 17 sesmarias e de 394 cativos na lista de 1831. Entre 1816 e 1818, o coronel pagou o valor de 100\$000 réis anuais em dízimos. Em 1827, foram 606\$400 réis e, em 1828, 1:037\$600 réis. Nesses valores, muito provavelmente se inseriam a sua produção de café³¹¹.

O cultivo de produtos alimentares para o mercado interno também esteve presente no sul da Mata, como atesta o relatório do Presidente de Província em 1871, justamente num momento de acentuada expansão da atividade agroexportadora. No documento consta que em Juiz de Fora, além da “grande cultura do café”, “a leste e a nordeste” ocorria a produção de gêneros de

³¹¹ AN, CC, Livro 02, Filme 01, Ft. 0353, Re. 01. AN, CC, Livro 3268, Filme 190, Ft. 0338, Re. 01. AN, CC, Livro 102, Filme 14, Ft. 0929, Re. 117.

abastecimento, voltados para o consumo no município, além da criação de gado suíno que se exportava para os municípios vizinhos e para o Rio de Janeiro (RELATÓRIO, 1871, p.113). Apesar dessa evidência, era a economia baseada na agroexportação que atraía os maiores investimentos, notadamente em terras e cativos. Gardner (1975, p.241), ao visitar algumas propriedades de grandes cafeicultores no sul da Mata em 1841, relatou que a produção dos cafezais na Fazenda de Louriçal, pertencente a Custódio Leite Ribeiro (Barão de Aiuruoca), atingiu dez mil arrobas por ano, e na de Francisco Leite Ribeiro, onze mil, além da produção “considerável” de queijo, açúcar e aguardente, vendidos principalmente ao mercado do Rio de Janeiro.

O padrão predominante era o da grande propriedade. Segundo Andrade (2006, p.4), os registros paroquiais de terras em Simão Pereira e Santo Antônio do Paraibuna entre 1854-57 demonstram a seguinte situação. No primeiro havia 86 registros (81%) com até 200 alqueires que detinham 2.150 alqueires (8% da área total declarada). Com dimensão superior a 200 alqueires foram apenas 20 registros (19%) que monopolizavam 26.110 alqueires (92%). No segundo distrito havia 76 registros (70%) com até 200 alqueires que possuíam 2.793,875 alqueires (6%). Os 33 registros (30%) com área superior a 200 alqueires detinham 40.705,750 alqueires (94%).

A maior parcela da produção agrária mercantil cafeeira, juntamente com os cativos e terras, elementos necessários à expansão da cultura, esteve concentrada entre os fazendeiros até por volta de 1870 e seguiu a rota ascendente de valorização do alqueire de terras e, principalmente, de suas benfeitorias, compreendidas pelas plantações de café. Esta atividade era a principal alternativa de investimento lucrativo: poderia proporcionar o tão almejado status de grande proprietário de terras e de escravos. Através dos inventários de alguns lavradores podemos acompanhar parte deste processo. Observemos a evolução de dois deles analisados por Oliveira (2005, p.233), provavelmente os principais capitalistas da região à época (1809-1850).

O primeiro é o de Marcelino Gonçalves da Costa, filho de um grande proprietário de terras do distrito de Quilombo (Termo de Barbacena). Ele assumiu a condição de administrador dos bens da família em 1807, momento de falecimento do seu pai, quando constavam 20 cativos. No ano de 1866, Marcelino residia em São Francisco de Paula (Torreões, atual distrito de Juiz de Fora) e os

seus bens foram inventariados. Na fortuna, avaliada em 1:345:362\$900, foram mencionados 305 escravos, uma propriedade com 230 mil pés de café plantados, 12 mil arrobas de café em coco, 3 sesmarias, 320 alqueires de terras e uma série de sítios com suas respectivas benfeitorias, recebidos como pagamento de créditos. Em torno de 51,0% do monte-mor estavam empregados em dívidas ativas (146 devedores) e 25% em dinheiro líquido.

O Comendador Francisco Leite Ribeiro, natural de São João Del Rey, e residente em Mar de Espanha, dispunha no momento do seu falecimento, em 1847, de uma fortuna equivalente a 1:087:024\$203, na qual constavam 17 sesmarias. De acordo com Carrara (1999a, p.21), à época em que Francisco obtivera as cartas, entre 1817 e 1818, ele possuía uma roça com engenho na freguesia de Nossa Senhora dos Remédios (Termo de Barbacena) onde trabalhavam trinta e seis escravos. Na lista nominativa de 1831, segundo Oliveira (2004, p.136-137), no domicílio do fazendeiro foram arrolados 208 cativos e, no inventário, 16 anos após, 225 escravos, além de 140 mil pés de café, 47 bestas de carga, múltiplos investimentos (apólices da dívida pública e de estradas na Província Fluminense) e várias dívidas ativas (54,6% do monte mor), distribuídas entre 222 devedores da Mata e dos Termos de Barbacena e de São João Del Rey. A atividade prévia de roça com engenho e a acumulação de sesmarias explicam parte do crescimento da fortuna do lavrador, considerado por Gardner (1975, p.241) como um dos homens mais ricos da Mata. Muito provavelmente, essa condição poderia ser estendida para a província.

A partir da exposição dos dois inventários cabe uma indagação. A economia mercantil de alimentos, praticada nas unidades produtivas do Caminho Novo, anterior ao café, possibilitou a geração de excedentes a serem transferidos para a atividade agroexportadora? Oliveira (2005, p.43-90) dedicou boa parte do primeiro capítulo do seu livro *Negócios de Famílias* para responder negativamente a esta questão. Para a autora, as unidades produtivas do Caminho Novo tinham como característica o predomínio de uma “economia de subsistência (OLIVEIRA, 2005, p.39)”. A atividade mercantil de alimentos e a criação de gado não teriam sido capazes de promover uma acumulação endógena que permitisse altas aplicações em café. Esta cultura somente teria condições de se ampliar naquelas unidades que conseguiram promover as maiores inversões em terras e cativos, pela própria exigência do sistema extensivo de produção que, para manter-se,

necessitava da incorporação crescente de terras e de mão-de-obra. As dificuldades de transporte até o Rio de Janeiro aumentavam os custos da produção, sendo o proprietário obrigado a manter tropas de bestas, que possuíam um alto valor, se comparado aos outros rebanhos³¹².

A acumulação endógena, segundo Oliveira (2005, p.67), teria então surgido apenas das redes de circulação mercantil instaladas nas regiões do Centro e das Vertentes. Ao que tudo indica, conforme apontou a autora, o acúmulo de capital foi facilitado pelas atividades de produção e comercialização de alimentos e pecuária dos proprietários anteriormente vinculados aos Termos de São João Del Rey e Barbacena (com capitais atrelados direta ou indiretamente ao mercado e/ou emaranhados pelas relações de parentesco, amizade e prestígio). No bojo do crescimento do número de lavradores no Caminho Novo, parte deles vieram das duas áreas citadas. Esta evidência corrobora a tese de que a montagem do sistema agrário cafeeiro do sul da Mata não resultou de uma mera decorrência da expansão da fronteira fluminense. Também acreditamos que somente os agricultores com capacidade de inversão em terras e cativos conseguiram participar do crescimento vertiginoso experimentado pela produção da cultura.

Contudo, conviria averiguar melhor se a procedência das empresas cafeeiras da Mata remonta tão somente aos investimentos de famílias cujas fortunas originaram-se da economia mercantil de alimentos *em outras regiões mineiras*. Afirmar que a produção mercantil local de alimentos e animais não possibilitou uma acumulação significativa de excedentes a serem transferidos para a agroexportação não é congruente com os lançamentos do dízimo antes da expansão cafeeira. Os registros da freguesia do Caminho Novo no período colonial, especialmente em 1750, sugerem a existência de uma produção agrária com uma mercantilização altamente concentrada. Como já frisamos, entre 1750 e

³¹² “[...] Se a produção de café apareceu como subsidiária às outras culturas nos seus primórdios, o vulto que ela alcançou esteve condicionado à capacidade de investimento de algumas empresas, auferida, não pela produção mercantil local de alimentos que se apresentou *pouco dinâmica*, mas por capitais oriundos de outras sub-regiões mineiras, tradicional e especificamente voltadas ao mercado interno. Referimo-nos a capitais e proprietários oriundos dos Termos de São João Del Rey e Barbacena vinculados, remotamente, à mineração e com recentes liames com a praça do Rio de Janeiro [...] [Portanto], a *restrita dimensão* da economia mercantil de alimentos e animais praticada nas unidades produtivas em estudo, anterior ao café, não possibilitou a geração de excedentes a serem transferidos para a atividade agroexportadora. Somente uma acumulação anterior, fora dos limites da recente fronteira agrícola da Mata, seria capaz de promover um salto qualitativo para a grande produção cafeeira (OLIVEIRA, 2000, p.33) (Grifos Nossos)”. Essa opinião está reafirmada em Oliveira (2005, p.67).

1753, o Caminho Novo possuía o maior valor médio da produção agrária mercantil por lavrador em Minas, equivalente a 1:490\$546 réis, disparadamente elevado em relação a uma das freguesias mais importante da capitania, a de Congonhas do Campo que no triênio apresentou média de 631\$333 réis. O volume da produção agrária do Caminho Novo entre a segunda metade do setecentos e as primeiras décadas do oitocentos é incompatível a qualificativos do tipo “economia de subsistência”, “pouco dinâmica” ou com “restrita dimensão”.

Lenharo (1979, p.29), que analisou a montagem da economia cafeeira a partir dos anos 30 do século XIX no vale do Paraíba, deu importância tanto ao capital migrante oriundo da antiga área da mineração quanto àqueles recursos provenientes do setor mercantil. De acordo com a sua percepção:

[...] A própria colonização do Vale do Paraíba e a expansão da economia cafeeira foram, basicamente, lastreadas sobre recursos egressos do setor de subsistência mercantil. As rotas de abastecimento facilitaram a penetração e colonização da região, cujas estradas foram povoadas principalmente para dar cobertura aos tropeiros e viajantes que por aí transitavam. Isto para não falar no contingente migrante e no capital oriundo das zonas mineiras em crise e das áreas abastecedoras propriamente ditas.

Opinião convergente é a de Cano (1998, p.72), para quem a produção mercantil de alimentos foi um componente prioritário na formação e consolidação do complexo cafeeiro. Mesmo quando aquela se tornou totalmente dependente da atividade nuclear, o café, ainda assim dispunha de autonomia muito relativa. Na mesma perspectiva, Carrara (1999a, p.38-39) apresentou uma análise de dois inventários da fazenda Boa Esperança, na freguesia do Ubá. No primeiro, a fazenda foi avaliada em 1823, quando da morte de Eugênia Maria da Luz. O segundo, em 1839, quando do falecimento do viúvo, José Teixeira de Siqueira. Segundo o autor:

[...] As mudanças na propriedade, que apresentou crescimento da riqueza, merecem atenção, pois aponta a capacidade de acumulação dessa unidade de produção escravista, assentada originalmente na produção e na comercialização dos “efeitos da cana”. [Houve ampliação da riqueza] com a introdução de lavouras de café, que em breve, tornar-se-ia a alternativa mais importante para os lavradores, escravistas ou não, para participar da agricultura mercantil.

O período de abrangência dos inventários coletados por Oliveira (2000, p.33), entre 1809 e 1850, compreende um intervalo no qual o café começa a adquirir a dimensão de *plantation*. A primeira data situa-se quase 60 anos após os registros de dízimo do Caminho Novo o indicarem como a freguesia com o maior valor da produção agrária média por lavrador. O crescimento do número de médios e grandes fazendeiros avançados entre 1750 e 1828, em que pese a redução do valor médio da sua produção agrária anual (de 496\$849 para 282\$217 réis), ainda assim sinaliza para a emergência de um novo fazendeiro escravista na segunda data. Nos capitais oriundos da decadente atividade mineradora, na produção mercantil de alimentos e na economia mercantil do café se encontram a sua personificação e as condições materiais necessárias à formação de um novo núcleo agrário, francamente agroexportador, nos vales dos rios Paraíba e Paraíba do Sul, em bases muito distintas daquele do vale do rio Doce.

No sul da Mata, engendrava-se uma nova roupagem para um velho personagem do espaço agrário que viria monopolizar as relações mercantis. Famílias como os Monteiro de Barros, Ferreira Leite, Tostes, Cerqueira Leite, Vale Amado, Vidal Lage (Costa Lage, Gonçalves Lage) acumularam, além de terras e escravos, prestígio político, titulações de barões e viscondes e cargos administrativos. Segundo o viajante Gardner (1975, p.239-241), alguns estiveram à frente da construção da rede viária para o escoamento da sua produção de café, como o Coronel Custódio Leite Ribeiro. Parte das suas fortunas não provinha apenas de capitais oriundos de outras regiões vinculadas à mineração e das atividades mercantil de alimentos e agroexportadora do café, mas de fraudes cometidas contra o fisco. Segundo Oliveira (2005, p.46), Manuel do Valle Amado teria recebido 19 sesmarias, além de outras para seus irmãos. José Inácio Nogueira da Gama, 17, e Manoel Jacinto Nogueira da Gama possuía cerca de 12 léguas de terras.

Talvez o exemplo mais evidente seja o da família Monteiro de Barros, em Leopoldina. Conforme Carrara (1993, p.47), além das concessões de sesmarias a esta família em 1818, é provável que o seu vasto patrimônio agrário formou-se por meio do apoderamento de terras devolutas³¹³. A distribuição e a validação

³¹³ As propriedades da família Monteiro de Barros em Leopoldina eram as seguintes com o tamanho em sesmarias: Antônio José Monteiro de Barros (2), Jacinto Manuel Monteiro de Castro

foram facilitadas pela presença de alguns de seus membros nos cargos mais altos do governo da capitania e depois da província como o comendador Manuel José Monteiro de Barros, Romualdo José Monteiro de Barros (Barão de Paraopeba, membro da segunda Junta do Governo Provincial) e o desembargador e ouvidor Lucas Antônio Monteiro de Barros.

No processo de valorização dos imóveis rurais pela cafeicultura, a formação de fazendas transformou-se num novo e grande negócio, pois segundo Martins (1996, p.68), “além de produzir café, o fazendeiro passou a produzir, também, fazendas de café”. Sesmeiros e posseiros lucraram com a venda de terras adquiridas gratuitamente ou a preço irrisório. Estudando as escrituras de compra e venda de propriedades entre 1850 e 1870 em Santo Antônio do Paraibuna, Oliveira (2005, p.207-208) observou que dentre as 101 com área especificada, 73% correspondiam a dimensões com até 30 alqueires³¹⁴. Este dado, segundo a autora, poderia indicar tendências de fracionamento. Contudo, entre as parcelas negociadas, muitas faziam parte de grandes propriedades já consolidadas na produção cafeeira e não chegavam a caracterizar um desmembramento da fazenda “matriz”. Pelo contrário, refletiam a valorização das terras decorrente da expansão da fronteira agrícola. Ilustram bem a análise os negócios da família de Antônio Dias Tostes. Proprietário de no mínimo 6 sesmarias, na época de expansão do sistema (1820) elas compunham 4 grandes fazendas. Os negócios de terras dessa família totalizaram 25, dos quais 18 foram de pequenas parcelas, 3 de pequenos sítios já constituídos com suas benfeitorias e apenas 1 de uma fazenda de médio porte.

No período entre 1870-1888 e 1888-1920, a análise das escrituras de compra e venda de imóveis rurais em Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora) foi efetuada por Souza (2003, p.55-56 e 211-213). No primeiro intervalo, das 616 escrituras coletadas, 358 informaram o tamanho da propriedade negociada. Destas, 286 ou 80% se referiam às transações envolvendo apenas parte do imóvel, 230 ou 64% com dimensão até 10 alqueires (48,4 hectares)³¹⁵. No

(1), Joaquim José Monteiro de Barros (não declarado), José Augusto Monteiro de Barros (2), José Joaquim Monteiro de Barros (1), Manuel José Monteiro de Barros (14), Manuel José Monteiro de Castro (1) e Maria do Carmo Monteiro de Barros (3) (CARRARA, 1993, p.48).

³¹⁴ As extensões entre 31 e 100 alqueires representavam 24,5% das transações e as acima de 101 alqueires 3%.

³¹⁵ Os imóveis cujas extensões negociadas foram superiores a 100 alqueires estiveram representados por 6 escrituras (1,7% do total).

segundo momento, algumas das características se mantiveram. Do total de 734 escrituras coletadas, 585 indicaram a extensão negociada. Destas, 541 ou 92% correspondiam às transações envolvendo apenas parte do imóvel, 351 ou 60% com extensão até 10 alqueires³¹⁶. Em ambos os períodos estudados pela autora, as descrições de “quartas”, “litros”, “celamins” e “pratos” de terras nas escrituras mostram que a dimensão comercializada não chegava a um alqueire. Em que pese o oportunismo de alguns médios e grandes cafeicultores que se aproveitaram da valorização das terras para vender parte delas, o percentual elevado de escrituras com menos de 10 alqueires e a menção de parcelas cuja dimensão foi inferior a um alqueire caracterizam situações de fragmentação da pequena propriedade.

O fracionamento das grandes propriedades esteve imune enquanto não ocorreu o envelhecimento das terras, dos cafezais e o fechamento da fronteira. Para conter a divisão do patrimônio, aumentá-lo e preservar o status familiar, a elite agrária fundiu entre si e à sua correspondente da margem direita do vale do Paraíba, a partir do estabelecimento de relações econômicas, políticas e matrimoniais. Oliveira (2005, p.155-183) demonstrou que a elite agrária uniu primos e primas, tios e sobrinhas, compadres a afilhadas, filhos de comerciantes ou capitalistas às filhas de grandes proprietários fundiários e vice-versa. Outros integrantes da mesma elite promoveram arranjos pré ou pós-inventários, nos quais foram propostos acordos de usufruto dos bens por todos os herdeiros ou de compra de todas as partes por um dos herdeiros. Vários exemplos foram citados pela autora³¹⁷.

O novo proprietário fundiário escravista do sul da Mata foi resultado do apossamento de terras, do sistema de mercês e honrarias que conferiu cargos burocráticos e não raro facultou a concessão de sesmarias, da monopolização da mão-de-obra cativa e do comando exclusivo da maior fatia do mercado, seja da

³¹⁶ Os imóveis cujas dimensões negociadas foram superiores a 100 alqueires estiveram representados por 24 escrituras (4,1% do total).

³¹⁷ No ano de 1831, José Caetano Rodrigues Horta possuía 36 escravos. Em 1854, no inventário de sua mulher, uma representante da família dos Vale Amado, detinha 135 cativos, 180 mil pés de café, uma tropa de 32 bestas de carga e diversas ações de estradas, como a Mangaratiba no Rio de Janeiro e a União e Indústria, ainda em construção. José Damaso da Costa Lage apareceu na lista de 1831 como proprietário de 30 escravos. Em 1850, casado com a irmã do Barão de Bertioga, ele detinha 123 escravos, uma tropa de bestas e mais de 80 mil pés de café plantados. Situação semelhante era a de Francisco de Paula Vilas Boas da Gama, apontado na lista de 1831 como detentor de 57 cativos. Casado com Rosa Joana do Vale Amado, em 1838 deixou 72 cativos (OLIVEIRA, 2005, p. 80-82).

produção de alimentos ou da nova atividade econômica, o café. A origem da sua riqueza remonta à mineração na antiga região das minas e se consolidou com a passagem do trabalho escravo para o livre, momento no qual se fundaram mecanismos de dominação política e social como a parceria, a meação etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte territorial *Zona da Mata* tem sido tomado como uma unidade homogênea. Resultados de análises centradas numa parcela específica de municípios, geralmente em Juiz de Fora e seu entorno, são generalizados para a base regional. Contudo, desde o período colonial, a formação dessa região apresentou profundas diferenças em termos dos agentes modeladores, das atividades econômicas instaladas, das estruturas fundiárias e da evolução dos meios de transporte rodo-ferroviários. Estes são elementos chaves para explicação da acentuada disparidade interna da região no contexto atual, notada na presença de duas formações territoriais (Centro-norte e Centro-sul), e para compreensão da sua estagnação, que atinge especialmente a primeira área.

Na literatura histórica criou-se o dogma de que a ocupação da Mata só ocorreu no decorrer das primeiras décadas do século XIX com a introdução do café, devido à crise da mineração e ao afrouxamento das proibições portuguesas de devassamento da área. Todavia, já nos primeiros tempos da descoberta do ouro, a Mata foi um espaço instável, dinâmico, com surtos variáveis de ocupação territorial. A sua posição geográfica, borda da região mineradora, conferiu-lhe a condição de *área de trânsito* cuja característica principal foi a *mobilidade* da população. A primeira acepção da região remonta ao período colonial e está pautada no critério físico ou natural, advinda dos maciços florestais da mata atlântica, com suas características peculiares de topografia, geologia, clima e hidrografia. O conteúdo da sua organização territorial também pesou na conformação da distinção regional. Era notável a predominância de várias unidades produtivas com atividade voltada para o consumo e/ou para o abastecimento de mercados intra-regionais criados pelos centros urbanos ou pela circulação de viajantes e animais.

A ocupação da área ocorreu, principalmente, através da usurpação de terras indígenas e públicas pelos colonos, por meio do apossamento, e da política de aldeamento e colonização implantada pela simbiose do Estado português com a igreja, voltada à proteção dos colonizadores. O sistema de trabalho foi baseado especialmente na escravidão de nativos e de negros africanos, com pequena margem de exploração dos homens pobres livres. No povoamento “serra abaixo”, impulsionado por mineradores, lavradores, mineradores-agricultores-pecuaristas,

ex-mineradores e cafeicultores, destacaram-se desde camponeses, índios e escravos (esses em maior grau) a capitães, sargentos, tenentes, alferes, padres etc. Frente à constante ameaça dos indígenas, notadamente dos Botocudos e Puris, o avanço do povoamento esteve longe de se caracterizar por um front contínuo, a ser balizado regularmente.

Na expansão do povoamento podem ser reconhecidos três períodos distintos. O primeiro, entre 1694 e 1750, é caracterizado pelo deslocamento da ocupação para as áreas de fronteira, no entorno da região mineradora (freguesia de Guarapiranga) e no caminho de acesso às minas (freguesia do Caminho Novo). O segundo compreende o intervalo entre 1750 e 1813 e pode ser assinalado pela migração dos habitantes da antiga zona da mineração para as fronteiras do Caminho Novo e do Termo de Mariana (da área circunvizinha a esta vila para os vales dos rios Doce e Pomba e do Termo de São José, freguesias de Borda do Campo e Itaverava, para o vale do Pomba). Neste movimento se incluíam, principalmente, lavradores, tropeiros e comerciantes cujo tamanho médio das fortunas e das propriedades rurais era ainda modesto. Após a primeira década do dezenove localiza-se o terceiro período que se inicia com a migração de grandes proprietários de terras, de escravos e de datas auríferas dos Termos de Ouro Preto, Barbacena e São João Del Rey para o vale do Paraíba cuja conseqüência principal foi a formação de um novo núcleo agrário agroexportador no sul da Mata.

A condição de fronteira dos vales dos rios Piranga e Doce, com características pedológicas, climáticas e geomorfológicas favoráveis à implantação da agropecuária, relativamente próximos às principais centralidades urbanas do século XVIII, estimulou o deslocamento do povoamento e o surgimento de uma atividade agrícola com elevado grau de mercantilização. O acentuado montante de roceiros da freguesia de Guarapiranga em 1750 (maior da capitania) confirma a tese acerca da ocupação do alto vale do rio Piranga ao longo da primeira metade do setecentos e evidencia a inaplicabilidade da legislação proibitiva de devassamento da área. O valor da sua produção agrária à época (4º maior da capitania) indica que boa parte da agropecuária foi necessariamente destinada ao abastecimento das vilas mais próximas (Ouro Preto e Mariana), haja vista que no distrito de Guarapiranga o fenômeno urbano foi pouco expressivo. No vale do rio Paraíba, até a primeira metade do século

XVIII, a ocupação margeou a borda do Caminho Novo, por meio da introdução de roças para garantir o abastecimento dos viajantes e a alimentação dos animais, combater os descaminhos do ouro e incentivar a formação de uma estrutura para o transporte seguro dos quintos reais. A partir de 1750, a ocupação se adentrou pelas bordas do caminho, especialmente pelas freguesias de Borda do Campo e do Caminho Novo, incorporando boa parte dos espaços proibidos da Mantiqueira.

Os principais centros consumidores da produção agrária dos lavradores do vale do rio Doce (Comarca de Vila Rica) consistiam na população dos distritos mineradores. O nível de mercantilização dessa atividade agropastoril esteve sujeito às flutuações gerais de uma exploração incerta e arriscada do ouro. Com a retração da circulação de moeda interna (ouro em pó) e com a redução da atração exercida pelas áreas consumidoras, determinada pelo declínio e pela estagnação demográfica no centro de Minas, a manutenção e a ampliação da característica mercantil da agropecuária tornaram-se restritas. Frente à redução dos níveis de consumo nos espaços próximos (vilas e distritos), a orientação dos excedentes da produção de subsistência para médias e longas distâncias era praticamente a única opção, mas esbarrava nos elevados custos de transportes e na precariedade de caminhos e pontes. Fatores que determinaram um pesado ônus para a comercialização em novos mercados.

A mineração impôs uma sociedade diversificada, interdependente, mas bastante hierarquizada e assimétrica, formada por negociantes, mineradores, mineradores/agricultores, vendeiros, mascates, ferreiros, alfaiates, jornaleiros etc. O aspecto principal dessa estrutura, a desigualdade, transpôs os espaços urbanos do ouro e se estendeu à agropecuária no espaço rural, marcado pelas profundas diferenças entre os senhores de terra, escravos, rendeiros, agregados, parceiros, cultivadores livres, indigentes etc ou pela participação diferenciada dos camponeses roceiros e dos fazendeiros no suprimento de gêneros destinados ao mercado. Os pequenos lavradores participaram da atividade agropastoril, com uma inserção mercantil bastante esporádica e produção voltada especialmente para o auto-consumo. Eles ganharam maior visibilidade após a crise da mineração em 1750, quando os setores do modo de produção dominante retraíram-se para níveis mais baixos de mercantilização, com a conseqüente redução dos valores avançados no dízimo. A expansão e a desconcentração da agropecuária podem ser notadas na primeira década do século XIX. Os roceiros

se tornaram maioria e ampliaram o tributo avençado na categoria. Todavia, o controle da maior parte do abastecimento interno ainda se encontrava nas mãos de poucos médios e grandes lavradores.

Se até por volta do princípio do século dezenove houve retração dos médios e grandes lavradores no conjunto total, com alguns migrando para outras regiões, e expansão de formas camponesas no âmbito da produção agrária mercantil, a partir da segunda década do oitocentos, além de ter havido uma maior seletividade na categoria dos pequenos lavradores, eles experimentaram retração, tanto na proporção dos dizimados quanto no montante avençado no dízimo. Neste período, os registros que mencionam alguma atividade apontam, quase que exclusivamente, a do café: principal produto exportável. No bojo da expansão da rubiácea, a agropecuária mercantil apresentou novos sinais de concentração, protagonizada pelos extratos sociais dos médios e grandes lavradores, melhor aparelhados para a comercialização em mercados mais longínquos. Eles se apropriaram do crescimento vertiginoso da cultura (preços e produção), com sua riqueza acompanhando a valorização do café, dos escravos e do alqueire de terras.

Os latifundiários do vale do Paraibuna estiveram inseridos na principal rota de comunicação e de abastecimento da região das minas (Caminho Novo) desde o período colonial. Após a crise da mineração, seus filhos e netos compuseram, conjuntamente com os proprietários oriundos da antiga região das minas, o espaço prioritário ao deslocamento migratório (a Comarca do Rio das Mortes), beneficiados pela proximidade do proeminente mercado consumidor do Rio de Janeiro. O crescimento da agropecuária de caráter exclusivamente mercantil, comandada pelos parentes e pela elite oriunda dos Termos de São João Del Rey e Barbacena, era consequência inevitável. Bem como o direcionamento, a partir das duas primeiras décadas do oitocentos, dos excedentes da economia mercantil de alimentos para a atividade agroexportadora do café: principal alternativa econômica lucrativa, capaz de proporcionar o tão almejado status de grande proprietário de terras e de escravos. O novo núcleo agrário formado no sul da Mata esteve comandado por poucas famílias, proprietárias de pés de café, terras e escravos. Durante o Império, essa elite cafeeira construiu a imagem de que o Brasil era o Vale. À expansão do café seguiram-se os investimentos privados e públicos na construção de estradas de rodagem e de ferro.

A diferenciação intra-regional da Mata já era notória no período colonial, evidenciada pelos distintos padrões de espaço agrário e de sociedade, os quais condicionaram atitudes políticas diversas em torno de questões de âmbito nacional como a abolição da escravidão e a implantação da rede ferroviária durante o Império. Ao sul da região, no Caminho Novo, emergiu desde o setecentos o grande e o médio proprietário de terras e escravos, sobressaindo na paisagem o plantio de milho para abastecimento dos viandantes ao longo da estrada e a criação de gado. No império, as atividades econômicas, monopolizadas pelas elites oriundas dos Termos de São João Del Rey e Barbacena em especial, assemelharam-se às do vale do Paraíba (café, monocultura e escravismo). Os fazendeiros e seus representantes defendiam firmemente a ferrovia como meio de transporte privilegiado para o café.

Em contrapartida, nos vales dos rios Doce e Pomba, centro e norte da Mata, destacaram-se as fazendas e sítios com produção diversificada, dedicadas à criação de gado bovino, cavalar e de porcos e/ou ao plantio do milho, feijão, arroz, tabaco, algodão, cana-de-açúcar, em seguida, café, cuja agricultura mercantil alcançou mercados regionais. Contrário à perspectiva historiográfica, a última cultura já era plantada na parte norte desde o início do século XIX, voltada para o mercado interno e sem expressão de cultivo monocultor. Neste espaço houve um prolongamento de padrões semelhantes aos reproduzidos na periferia das minas, com predomínio de uma formação espacial camponesa. No império, os políticos dessa área, sobretudo os da Mata central (Ubá), viam na estrada de ferro um meio a facilitar o transporte de gêneros, a aglomeração de população, a comunicação rápida de idéias, a civilização e, em última instância, o progresso.

No período colonial, a produção camponesa se desenvolveu principalmente pela enorme disponibilidade de terras devolutas no entorno da região mineradora, pela necessidade de subsistência da população crescente de homens pobres livres à margem da sociedade, pelo caráter improdutivo de vastas extensões das sesmarias etc. Estes fatores contribuíram tanto para o lançamento de posses nas áreas de fronteira, na condição de cultivadores/criadores independentes, quanto para a expansão de formas de produção não-capitalistas, como os agregados e parceiros. Aos modestos povoadores, com seus recursos escassos, pequenas lavouras de mantimentos e criações de animais, atirados à sua própria sorte nas solidões das áreas florestais do leste de Minas, é que se deve a ocupação dos

espaços remotos. Apesar da base técnica restrita, os níveis de rendimento da sua atividade agropastoril permitiram o crescimento contínuo da população e o deslocamento sucessivo da fronteira. Mas, a partir da segunda metade do século dezenove, a expansão do campesinato esteve condicionada à disponibilidade de terras em áreas de fronteira, esgotada em função da colonização antiga da área e da expansão demográfica. A redução de matos virgens, o aumento do preço da terra, o parcelamento do solo e a pulverização dos bens do inventário afetariam a reprodução do modo de vida familiar.

As grandes propriedades, por outro lado, estiveram imunes à fragmentação enquanto não ocorreu o envelhecimento das terras, dos cafezais e o fechamento da fronteira. Para preservar o status familiar e conter o fracionamento do patrimônio, a elite agrária efetuou fusões entre si. Promoveu arranjos pré ou pós-inventários, uniu primos e primas, tios e sobrinhas, compadres a afilhadas, filhos de comerciantes ou capitalistas às filhas de grandes proprietários fundiários etc. No sul da Mata, o novo proprietário fundiário escravista valeu-se de expedientes tais como o apossamento de enormes extensões de terras, as fraudes cometidas contra o fisco, o sistema de mercês e honrarias (que conferiram postos e concorreu nas concessões de sesmarias), os capitais acumulados na decadente atividade mineradora, a monopolização do mercado de gêneros alimentares, da mão-de-obra cativa e do solo e a inserção privilegiada na agroexportação. A transição do trabalho escravo para o livre, ao fundar os principais mecanismos de dominação política e social como a parceria, a meação etc, completou a formação deste novo personagem do espaço agrário. Apesar de latifundiário, ele era diferente de outros grupos dominantes anteriores, não pelo fato de que tenham controlado o governo, mas segundo Furtado (1977, p.116), por terem utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política.

APÊNDICE: A Política Colonial de Restrição à Abertura de Caminhos

No período colonial, os avanços dos colonos em direção às áreas de fronteira, a abertura de novas picadas e caminhos na região das minas e, principalmente, no seu entorno começou a preocupar as autoridades coloniais. A Coroa procurou impedir a criação de rotas alternativas entre o centro mineiro e o litoral como estratégia para conter o descaminho do ouro. Temerosos de uma invasão, a preocupação inclusive se estendeu aos estrangeiros que se encontravam nas Minas, conforme o Bando a seguir, publicado em 1711 pelo Governador Antônio de Albuquerque C. de Carvalho:

Mando que todo o estrangeiro de qualquer nação que seja e se achar nos distritos destas minas venha perante mim apresentar-se dentro de trinta dias que começarão da publicação deste para se lhes consignar tempo e forma em que hão de ser enviados para o Rio de Janeiro [...] e os que o não fizer dentro do dito tempo será preso³¹⁸.

Em 1733, no governo de André de Melo e Castro (Conde de Galveias), segundo o desembargador frei Sebastião Pereira de Castro, o Rei de Portugal, Alexandre de Gusmão, determinou em regimento a Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, diretrizes para fomentar novos descobrimentos auríferos, implantar a cobrança do quinto por capitação, combater o descaminho do ouro e levantar o potencial navegável da Capitania. O Rei também ordenou que caso fosse necessário lançar algum bando, que este fosse representado ao governador Conde de Galveias, como relata a passagem a seguir:

Achando que é conveniente ao meu serviço lançar bando, ou publicar alguma ordem, ou tomar outro expediente, o representareis ao governador [Conde de Galveias] e advertireis aos mais ministros que me servem, aos quais tenho ordenado que atendam muito ao que por meu serviço lhe disserdes (COSTA MATOSO, 1999, p. 299).

Da “informação certa de descaminho de ouro em pó, casa de moeda e barras falsas” no governo do Conde de Galveias e da possibilidade de lançar

³¹⁸ RAPM, v.2, 1897, p.794-795. Bando era a denominação dada a um instrumento normativo emitido pelo Governador da Capitania, afixado em local público para divulgar ordens e resoluções oficiais.

bando conveniente parece ter decorrido a Ordem de 27 de outubro de 1733, uma repetição da lei publicada em 26 de setembro do mesmo ano, pois impunha a necessidade de sua observância.

Ordem de 26 de setembro de 1733, para se publicar e observar a lei, que com ela se remeteu de 27 de outubro do mesmo ano, na qual se determina que não se abram novos caminhos ou picadas para as Minas, em que já houver forma de Arrecadação da Real Fazenda: e que por estes caminhos, ou picadas proibidos se não possa entrar, ou sair, e se impõem aos que abrirem, ou por eles entrarem as mesmas penas dos que desencaminham os quintos do ouro, e que as Fazendas que se introduzirem pelos ditos caminhos, ou picadas fiquem perdidas, a metade para a Fazenda Real e a [outra] metade para o denunciante³¹⁹.

A ordem citada determinou a interdição da abertura de caminhos e picadas nos matos não povoados da capitania. Numa primeira observação, a repetição do instrumento impositivo demonstra, conforme salientou Russel Wood (1977, p.32-33, 52), uma indiferença pelos decretos reais e governamentais, freqüentemente publicados, de forma quase idêntica, por cada novo Senado. Num segundo caso, apesar da restrição normativa e da condição de barreira que o mato denso podia desempenhar para conter o contrabando do ouro, somada à presença do indígena que o habitava, os sertões do leste em particular não estiveram rigorosamente intactos durante o século XVIII.

A administração metropolitana, ao mesmo tempo em que procurou vedar o povoamento do leste da Capitania de Minas Gerais, com resoluções impedindo o acesso dos colonos em virtude das possibilidades de descaminho do metal por falta de registro e vigilância em certos locais, também foi conivente com o devassamento da área, pois chegou a conceder sesmarias em paragens não povoadas, inclusive, restritas pelos próprios bandos lançados. Mas, isto possui pouca importância, pois o título de sesmaria no período colonial teve, tão somente, o papel de *garantia* a posses lançadas ou a terras compradas. Ao longo da ocupação da capitania, o processo predominante foi o da difusão generalizada de posses nos espaços de fronteira aberta, onde a expansão populacional interiorizou-se pelas bordas da região mineradora, independentemente dos regimentos que a proibiam.

³¹⁹ RAPM, v.16, 1911, p.457-458.

A Ordem de 1733, com suas repetições, e a imposição da manutenção de apenas uma rota (Caminho Novo) ligando a Capitania de Minas Gerais à do Rio de Janeiro contribuíram para que o espaço da Mantiqueira, no sul da Mata, fosse conhecido como *área proibida*. Em 1781, o Governador D. Rodrigo José de Menezes relatou que esta denominação fora decorrente de um Bando de Aditamento ao Regimento de Minerar, lançado por Gomes Freire de Andrade em 1736, que “sem propriamente determinar sítio algum”, restringiu o lançamento de “posses nas extremidades não povoadas da Capitania sem licença sua ou de seus sucessores³²⁰”.

A administração colonial tinha consciência de que as florestas dos sertões do leste poderiam funcionar como barreira contra a ação dos sonegadores. Tal comprovação está explícita na fala de Luiz da Cunha Menezes (1784): “Sertão para a parte de Leste desta Capitania, denominado áreas proibidas, na hipótese de servirem os ditos sertões de uma barreira natural a esta Capitania, para segurança da sua fraude³²¹”. A ausência de povoamento e a existência do mato denso, somadas à presença indígena, eram vistas como garantias contra os descaminhos do ouro. Contudo, a realidade de parte do leste de Minas no final do século XVIII era outra, principalmente se levarmos em conta a primeira característica. Provavelmente, três fatores contribuíram para cunhar uma imagem equivocada do leste da capitania: presença de indígenas pouco afeitos à civilização, ausência de sedes distritais de grande importância populacional e inexistência de distritos erigidos à condição de vilas.

Durante boa parte do período colonial, a Mata esteve atrelada à visão de uma área de povoamento rarefeito de população branca, dominada por grupos indígenas sem costumes religiosos, moralidade e cultura: espaço onde a civilização estava ausente e imperava a barbárie, devido à antropofagia dos temidos e genericamente chamados Botocudos³²². Na percepção dos governantes, a presença dessa tribo era vital para conter o contrabando do ouro.

³²⁰ APM. SC, Códice 224, fl. 29. A ordem de 1736, disponível na RAPM, v.1, 1896, p.707, é, com poucas diferenças, semelhante à de 1733. Aquela versa sobre a questão das posses, em especial nas extremidades não povoadas, e esta sobre a abertura de picadas na região das Minas.

³²¹ RAPM, v.2, 1897, p.347.

³²² A antropofagia tem sido questionada por alguns autores que a identificam como uma construção forjada pelos portugueses para justificar o projeto de “guerra justa” contra os índios. Entretanto, Theóphilo Ottoni (1930, p.175) relatou que a antropofagia ocorria, porém o hábito não se originara independentemente entre os “selvagens”. Pelo contrário, era uma resposta à violência

A forma de distribuição da população no leste de Minas foi muito diferente da predominante na zona mineradora central. Enquanto nesta sobressaiu um adensamento pontualizado, com destaque para o processo de urbanização, nos sertões, devido à pulverização dos descobertos auríferos, às características favoráveis à implantação da agropecuária e à própria morfologia espacial do sítio geográfico, caracterizado pela presença de terraços e vales relativamente planos, o povoamento se “ruralizou” pelos vales dos rios e ribeirões. Em termos de população distrital, os arraiais não foram tão importantes como os da região das minas, não obstante a existência de freguesias como a de Guarapiranga, uma das mais povoadas do Termo de Mariana em 1750³²³.

O leste da capitania, ao contrário da zona mineradora central, não dispôs de distritos erigidos à condição de vila durante o período colonial³²⁴. Este fato contribuiu para criar a imagem de uma área intocada, com inexpressivo povoamento branco e abundância de mato denso. Os primeiros arraiais com tal titulação remontam ao segundo quartel do século XIX, conforme se observa na Tabela 24. Na visão dos governantes, as primeiras povoações da Mata não

dos invasores que usavam cães de caça na guerra. Os Botocudos teriam passado ao canibalismo como forma de represália ou vingança (DUARTE, 1998, p.45).

³²³ Em 1749, na lista das pessoas de confissão e comunhão da Comarca Eclesiástica de Mariana, a freguesia de Guarapiranga aparecia com 5.536 pessoas, apenas superada pela cidade de Mariana com 7.329 (COSTA MATOSO, 1999, p.706-707). Após um ano, Bento Fernandes Furtado relatou no Códice Costa Matoso (1999, p.183 e 257) que as margens do rio Guarapiranga se encontrava “todo povoado com amplíssima freguesia, com igreja matriz suntuosa e bem ornada, com arraial de bastantes vizinhos”.

³²⁴ Entre 1711 e 1814 foram fundadas 16 vilas na Capitania. Na primeira data citada, face à descoberta do ouro e à necessidade de controle administrativo e centralidade assumida pelo novo espaço, criaram-se as três primeiras, sem dúvida, as mais importantes do período colonial: Vila de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque (atual Mariana), Vila Rica de Albuquerque (hoje Ouro Preto) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição (atual Sabará). No período entre 1713 e 1729, fase de expansão da atividade aurífera, foram instaladas mais 6 novas vilas, essencialmente, também mineradoras, que passaram a compor, afora a última, o núcleo central da capitania, as duas primeiras como “cabeças” de comarca: Vila de São João Del Rey (atual cidade de mesmo nome), Vila do Príncipe (atual Serro), Vila Nova da Rainha (hoje Caeté), Vila de Nossa Senhora da Piedade (atual Pitangui), Vila de São José Del Rey (hoje Tiradentes) e Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí (atual Minas Novas). A terceira fase de expansão da criação de vilas em Minas só ocorreu no final do século XVIII e início do XIX, portanto, num momento de retração da exploração aurífera. Dadas as características assumidas pela produção agropastoril mercantil, em especial na Comarca do Rio das Mortes, era de se esperar a criação de vilas justamente neste espaço. Assim sendo é que, entre 1790 e 1814, são fundadas mais 7 vilas, todas com importância da produção mercantil e localizadas, exceto a última, na Comarca citada: Vila de São Bento do Tamanduá (atual Itapeverica), Vila da Campanha da Princesa (hoje Campanha), Vila de Barbacena (atual cidade de mesmo nome), Real Vila de Queluz (hoje Conselheiro Lafaiete), Vila de Santa Maria do Baependi (atual Baependi), Vila de São Carlos do Jacuí (hoje cidade de Jacuí) e Vila de Paracatu do Príncipe (atual Paracatu). As informações dos topônimos e das datas foram retiradas em Barbosa (1995, págs. 39, 43, 65, 70, 97, 164, 170, 196, 204, 230, 238, 256, 291, 318, 341 e 350).

dispunham da necessidade de organização de um governo municipal ou, principalmente, de atributos e qualidades que conferissem prestígio à elevação dos arraiais como a importância econômica, os fatos gloriosos, a nobreza dos habitantes, a salubridade do sítio, a regularidade das ruas, a beleza das igrejas, a riqueza do território, a fidelidade à Coroa etc³²⁵.

Tabela 24 – Marco Temporal das Primeiras Vilas Erigidas na Mata

Ano	Nome Anterior	Nome da Vila	Município Atual
1831	São Manoel do Pomba	São Manoel do Pomba	Rio Pomba
1839	São João Batista	São João Batista do Presídio	Visconde do Rio Branco
1841	Guarapiranga	Piranga	Piranga
1841	São João Nepomuceno	São João Nepomuceno	São João Nepomuceno
1850	St. Antônio do Juiz de Fora	Santo Antônio do Paraibuna	Juiz de Fora
1851	Cágado	Mar de Espanha	Mar de Espanha
1853	São Januário do Ubá	São Januário do Ubá	Ubá
1854	Feijão Cru	Leopoldina	Leopoldina
1855	Manuel Burgo	São Paulo do Muriaé	Muriaé
1857	São Sebastião e Almas	Ponte Nova	Ponte Nova
1871	Santa Rita do Turvo	Santa Rita do Turvo	Viçosa
1875	Meia Pataca	Cataguases	Cataguases

Fonte: Dados coletados a partir de Barbosa (1995, págs. 84-85, 177-178, 187, 194, 214, 254, 264-265, 286-287, 359, 368 e 370).

Na Mata, a primeira vila criada foi a de São Manoel do Pomba, em 1831, possivelmente devido à expansão do café, pois os seus registros do dízimo em 1827 já especificam vários tributos sobre a rubiácea. Algumas vilas implantadas nos decênios de 1840 e 1850 como São João Nepomuceno, Santo Antônio do Paraibuna, Mar de Espanha, São Januário do Ubá, Leopoldina e São Paulo do Muriaé igualmente se vinculam à economia cafeeira.

No caso da freguesia de Piranga, apesar da sua importância desde o período colonial, a vila só foi instalada em 1841. Em 1830, o seu distrito dispunha do maior número de domicílios entre os povoados localizados na Mata, segundo consta a Tabela 25. No espaço urbano foram registrados 249 fogos, 18,3% do total regional, seguidos, de longe, pelos 93 ou 6,8% do total em Itaverava.

³²⁵ Em 1745, a vila de Ribeirão do Carmo, alçada à condição de sede do Bispado, foi erigida à categoria de cidade com o título de Mariana. Esta elevação era concedida às vilas que possuíssem tal função Eclesiástica. Em contrapartida, Vila Rica, sede do governo da Capitania de Minas Gerais, onde se encontrava a casa de fundição e da moeda, as imponentes residências dos altos escalões da administração da capitania e uma complexa vida urbana caracterizada pela divisão de funções econômicas, administrativas e religiosas, não obteve o *status* de cidade.

Tabela 25 – Relação das Povoações Localizadas na Região da Mata, Província de Minas Gerais, com Declaração do Número de Fogos em 1830¹

Povoações	Fogos	%
Termo de Mariana		
Arraial e Matriz de Guarapiranga (Piranga)	249	18,3
Arraial da Ponte Nova	87	6,4
Arraial e Matriz do Presídio (Visconde do Rio Branco)	84	6,2
Arraial e Capela das Mercês do Pomba (Mercês)	80	5,9
Arraial e Matriz do Cuieté (Distrito de Conselheiro Pena)	68	5,0
Arraial e Capela de São José do Xopotó (Alto Rio Doce)	58	4,3
Arraial e Capela de São Gonçalo do Ubá (Acaiaca)	42	3,1
Arraial e Matriz de São Manoel do Pomba (Rio Pomba)	39	2,9
Arraial e Capela do Bacalhau (Distrito de Piranga)	38	2,8
Arraial e Capela de Santana dos Ferros (Guaraciaba)	37	2,7
Arraial e Capela das Dores do Pomba (Dores do Turvo)	33	2,4
Arraial e Capela da Conceição do Turvo (Senador Firmino)	32	2,3
Arraial de São Lourenço do Casca (Manhuaçu)	32	2,3
Arraial e Capela do Calambau (Presidente Bernardes)	24	1,8
Arraial e Capela de Santa Rita do Turvo (Viçosa)	22	1,6
Arraial e Capela de São Januário do Ubá (Ubá)	19	1,4
Arraial e Capela de Manja Léguas (Localidade de Piranga)	18	1,3
Arraial e Capela do Barroso (Paula Cândido)	14	1,0
Arraial e Capela de São Caetano do Chopotó (Cipotânea)	8	0,6
Arraial e Capela do Mello (Desterro do Melo)	5	0,4
Arraial de Abre Campo	4	0,3
Arraial e Capela de Brás Pires	3	0,2
Arraial e Capela do Salto (Localidade de Piranga)	3	0,2
Arraial e Capela do Mestre Campo (Localidade de Piranga)	3	0,2
		73,5%
Termo de Queluz		
Arraial e Matriz da Itaverava	93	6,8
Arraial e Capela da Espera (Rio Espera)	68	5,0
Arraial das Dores (Capela Nova)	39	2,9
Arraiais do Lamim	37	2,7
Arraiais de Catas Altas da Noruega	10	0,7
		18,1%
Termo de Barbacena		
Arraial e Capela dos Remédios (Senhora dos Remédios)	76	5,6
Arraial das Dores do Rio do Peixe (Lima Duarte)	13	1,0
Arraial de Matriz de Ibitipoca (Distrito de Lima Duarte)	12	0,9
Arraial de Rio Novo	10	0,7
Matriz do Engenho do Mato (Localidade de Juiz de Fora)	2	0,1
Matriz de Simão Pereira	2	0,1
		8,4%
Total	1.402	100%

Notas: ¹Não consta na relação o número de fogos do arraial de Pinheiros Altos (Distrito de Piranga), São Miguel (Araponga), Santo Antônio (Astolfo Dutra) e Meia Pataca (Cataguases), Termo de Mariana. Em relação a este último, Barbosa (1995, p.84), utilizando-se do jornal "O Universal" de Ouro Preto, apontou que, em 1828, a povoação possuía 38 fogos brasileiros. Fonte: Retirado da *Relação das cidades, vilas e povoações da Província de Minas Gerais com declaração do número de fogos*. RAPM, v.2, 1897, p.18-28.

No distrito de São Manoel do Pomba, em expansão devido à mercantilização crescente do café, foram descritos 39 domicílios, 2,9% do total regional, montante pouco superior ao relatado para o distrito de Bacalhau (38 ou 2,8%), vinculado ao arraial de Piranga.

Os números da tabela referem-se apenas aos domicílios dos distritos, portanto, uma parte da freguesia. Nos espaços rurais, obviamente, a soma dos fogos superava, em muito, a computada exclusivamente nos arraiais. Na freguesia de São João Batista do Presídio, por exemplo, no ano de 1819 foram listados 604 fogos. Destes, somente 116 ou 19,2% se encontravam localizados nos seus dois arraiais: Presídio e Ubá³²⁶. É verossímil que o número de domicílios listados no distrito de Piranga (249) representasse um montante entre 10 a 20% do total apresentado pela freguesia, conjeturando, portanto, a expressividade que a jurisdição mencionada deveria possuir.

O dado da expressividade de domicílios no distrito de Piranga, todavia, esconde o declínio e/ou a estagnação do fenômeno urbano no arraial, característica que podia ser generalizada para boa parte dos distritos da antiga zona central da mineração. Em 1840, Gardner (1975, p.231-232) relatou que a maior parte da população do arraial de Piranga (1.200 habitantes) vivia em grande pobreza. O arraial tinha um “aspecto solitário e melancólico, mas, ao mesmo tempo, todos os vestígios de antiga opulência” como três igrejas e casas, na maior parte, grandes e de dois andares. Semelhante observação foi destacada por Burmeister (1952, p.175-181) em 1850. Segundo o naturalista, o arraial, com seus 1.500 habitantes, não lhe pareceu muito movimentado, mas, as igrejas testemunhavam que nos tempos em que o ouro abundava em seus arredores “a vila devia ter sido rica”.

Observações diferentes foram descritas para a vila da Pomba, onde a agropecuária passou a ter maior importância econômica a partir das duas primeiras décadas do dezenove. Em 1850, de acordo com Burmeister (1952, p.175-181), a vila assemelhava-se a uma “grande cidade”, apesar das 130 casas (91 fogos a mais do que os 39 citados em 1830) e dos aproximados 1.000 habitantes. A praça principal era flanqueada por “belas construções de dois andares”. Uma pequena parcela de brancos compunha a população, em grande

³²⁶ ACMM, Códices 398 e 742 *apud* Carrara (1999c, p.3-83).

parte de fazendeiros e comerciantes, aqueles considerados as “colunas mestras do comércio local”. Essas características opunham-se à monotonia, estagnação e declínio dos antigos distritos mineradores.

Ao longo da primeira metade do século XIX, o espaço a gerar dinamismos não era o urbano. A crise da mineração determinou a estagnação e/ou a retração de vários distritos, outrora importantes durante a exploração do ouro. Em 1822, Saint-Hilaire (1974b, p.32) ressaltou que Ibitipoca compunha-se de “algumas casinhas apenas e do pior aspecto”. O costume de morar a maior parte do ano em fazendas e sítios, distantes dos lugares habitados, dominava em todo o Brasil, segundo relatou o viajante Gardner (1975, p.221). Nas matrizes de Simão Pereira e Engenho do Mato, somados os seus domicílios, havia, em 1830, tão somente, quatro fogos, montante irrisório no conjunto total da Mata. No entanto, nas duas freguesias mencionadas, o espaço rural impunha rapidamente a formação do urbano, a transformá-lo, de fato, ao longo da segunda metade do século XIX com um novo tipo de dinamismo econômico: a atividade agroexportadora cafeeira.

FONTES DOCUMENTAIS

1. Arquivísticas

ACSM. Mariana

111 Inventários *post-mortem* do 1º e 2º Ofícios, Freguesia de Guarapiranga, 1749-1820 (Disponibilizados por Oliveira, 2006).

AHU. Rio de Janeiro (CD-ROM)

Cx. 27, doc. 6181.

Cx. 55, doc. 25.

APM. Belo Horizonte

SC, Códice 028.

SC, Códice 080.

SC, Códice 085.

SC, Códice 090.

SC, Códice 106.

SC, Códice 146.

SC, Códice 224.

SC, Códice 334.

SC, Códice 335.

1.1. Dízimos

1.1.1 Esclarecimentos e Rendimentos Gerais

APM. CC. Livro 1159. Filme 23. Fls. 4v e seguintes.

APM. CC. Livro 2045, Filme 147. Mapa Geral em que se mostra todo o rendimento que teve a Real Fazenda da sua origem, 1700, até o último de dezembro de 1713.

1.1.2 Registros de Dízimos por Comarcas

Rio das Mortes

1750. APM. CC. Livro 2039. Filmes 128 e 129.

Rio das Velhas

1750. APM. CC. Livro 2043. Manuscrito.

Serro Frio

1753. APM. CC. Livro 2043. Filme 131.

Vila Rica

1750. APM. CC. Livros 2040 e 2044. Manuscrito.

1.1.3. Registros de Dízimos de Freguesias da Mata

Barra do Bacalhau

1833 e 1835. APM. CC. FP 009. Manuscrito.

Caminho Novo

1750. APM. CC. Livro 2039. Filme 129. Volume 30.

1753. AN. CC. Livro 2043. Filme 131. Ft. 0131.

1773. AN. CC. Livro 675. Filme 47.

1784. AN. CC. Livro 4190. Filme 643. Ft. 0363.

Cuieté

1784. AN. CC. Livro 678. Filme 47. Ft. 0533.

Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Mato

1813. AN. CC. Livro 246. Filme 26. Ft. 0956.

1818. AN. CC. Livro 02. Filme 01. Ft. 0405.

1827. AN. CC. Livro 3268. Filme 190. Ft. 0356.

Nossa Senhora da Glória de Simão Pereira

1813. AN. CC. Livro 246. Filme 26. Ft. 0940.

1818. AN. CC. Livro 02. Filme 01. Ft. 0353.

1827. AN. CC. Livro 3268. Filme 190. Ft. 0338.

1828. AN. CC. Livro 102. Filme 14. Ft. 0929.

Piranga

1750. APM. CC. Livro 2040. Manuscrito.

1805. AN. CC. Livro 3047. Filme 174. Ft. 0289.

1806. AN. CC. Livro 2720. Filme 153. Ft. 0608.

1807. AN. CC. Livro 299. Filme 32. Ft. 0934.

1828. AN. CC. Livro 278. Filme 29. Ft. 0633.

Rio Pomba

1826. AN. CC. Livro 3057. Filme 177. Ft. 002.

1827. AN. CC. Livro 85. Filme 12. Ft. 0504.

1828. AN. CC. Livro 2045. Filme 118. Ft. 0453.

1830. AN. CC. Livro 3199. Filme 184. Ft. 1002.

1833. APM. CC. FP 006. Manuscrito.

Santa Rita do Turvo

1833. APM. CC. FP 006. Manuscrito.

1835. APM. CC. FP 009. Manuscrito.

São João Batista do Presídio

1829. AN. CC. Livro 90. Filme 12. Ft. 0796.

1830. AN. CC. Livro 2579. Filme 146. Ft. 0333.

1831. AN. CC. Livro 2579. Filme 146. Ft. 0357.
1833. APM. CC. FP 006. Manuscrito.

São Miguel e Almas

1828. AN. CC. Livro 278. Filme 29. Ft. 0741.

1.1.4. Registros de Dízimos de Freguesias do Entorno da Mata

Borda do Campo

1753. APM. CC. Livro 2042. Filme 130. Ft. 040. Livro 2043. Filme 131. Ft. 0130.
1772. AN. CC. Livro 675. Filme 47. Ft. 0007.
1785. AN. CC. Livro 4190. Filme 643. Ft. 0307.
1829. AN. CC. Livro 090. Filme 12. Ft. 0797.

Itaverava

1750. APM. CC. Livro 2039. Filme 129.
1753. APM. CC. Livro 2043. Filme 131. Ft. 191.
1772. AN. CC. Livro 675. Filme 47. Ft. 0294.
1826. AN. CC. Livro 3057. Filme 177. Ft. 002.
1827. AN. CC. Livro 106. Filme 15. Ft. 0267.
1828. AN. CC. Livro 176. Filme 23. Ft. 1010.
1829. AN. CC. Livro 277. Filme 29. Ft. 0608.

Queluz

1771. AN. CC. Livro 675. Filme 047. Ft. 0217.
1818. AN. CC. Livro 02. Filme 01. Ft. 005.
1825. AN. CC. Livro 068. Filme 10. Ft. 0918.

Sumidouro

1750. APM. CC. Livro 2040. Manuscrito.
1806. AN. CC. Livro 2720. Filme 153. Ft. 0845.
1826. AN. CC. Livro 11. Filme 03. Ft. 0339.
1825. AN. CC. Livro 68. Filme 10. Ft. 1079.

1.1.5. Registros de Freguesias Diversas

Congonhas do Campo

1750. APM. CC. Livro 2039. Filme 128.

Pitangui

1830. AN. CC. Livro 274. Filme 29. Ft. 0365.

São João Del Rey

1750. APM. CC. Livro 2039. Filme 128.

2. Revistas

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Garcia Rodrigues Pais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.1, p. 683-684, jul./set. 1896.

_____. Ordem sobre terras minerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.1, p. 707, jul./set. 1896.

_____. Relação das cidades, vilas e povoações da Província de Minas Gerais com declaração do número de fogos de cada uma (1830). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.2, p.18-28, 1897.

_____. Exposição do Governador D. Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.2, p. 311-327, 1897.

_____. Comissão confiada ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier pelo Governador Luiz da Cunha Menezes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.2, p. 347-350, 1897.

_____. Tabelas de todas as lavras de ouro de cada distrito da Província de Minas Gerais com o nome de seus proprietários, situação e natureza das lavras, número de trabalhadores e produção total do ouro em 1814. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.2, p. 632-672, 1897.

_____. Carta do Padre Francisco da Silva Campos, Capelão Cura dos índios Coroados. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.2, p. 689-721, 1897.

_____. Bando com que se declara a Ordem de Sua Majestade sobre a expulsão dos estrangeiros para fora destas Minas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.2, p.794-795, out./dez. 1897.

_____. Sobre o Rio Doce. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.3, p.53-64, 1898.

_____. Mercês do Pomba. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.3, p.381, 1898.

_____. Expedição na Zona do Rio Doce pelo Mestre de Campo Matias Barbosa da Silva (1734). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.3, p.769-772, 1898.

_____. Navegação do Rio Doce. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.7, p.1019-1022, jan./jun. 1902.

_____. Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais por José João Teixeira de Coelho (Desembargador da Relação do Porto) – 1780. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.8, p.399-581, jan./jun. 1903.

_____. Ao Capitão Mor Garcia Rodrigues Pais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.9, p.426-428, jan./jun. 1904.

_____. Guido Thomaz Marlière. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.10, n.2, p.382-668, jul./dez. 1905.

_____. Sobre a navegação do Rio Doce. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.11, p.298-302, 1906, [1907].

_____. Civilização de Índios. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.11, p.312-316, 1906, [1907].

_____. A Fazenda da Borda do Campo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.11, p.631-639, 1906, [1907].

_____. Divisões Militares do Rio Doce. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.12, p.481-509, 1907, [1908].

_____. Coleção sumária das próprias Leis, Cartas Régias, Avisos e Ordens que se acham nos Livros da Secretaria do Governo desta Capitania de Minas Gerais, deduzidas por ordem a títulos separados. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.16, p.331-474, 1911.

_____. Termo da Junta a respeito do novo aldeamento dos Índios Croatos estabelecidos no Rio da Casca para a guarnição dos Sertões daquele distrito infestado dos índios brabos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.17, p.426-431, 1912, [1913].

_____. Notícia histórica das origens da atual cidade de Alto Rio Doce, do Estado de Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.21, p.499-507, 1927.

_____. Catálogo de Sesmarias. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.37, 1988. v. 1 e 2.

_____. José Alves Maciel. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.37, p.14, 1988.

_____. Gabriel Fernandes Aleixo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.37, p.28, 1988.

3. Livros

AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil, 1865-1866**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Livraria Martins, 1952.

BURTON, Richard Francis. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Brasília: Senado Federal, 2001.

CANSTATT, Oscar. **Brasil: terra e gente, 1871**. Brasília: Senado Federal, 2002.

COSTA MATOSO, Caetano da. **Código Costa Matoso**: Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v.

COUTO, José Vieira. **Memória sobre a Capitania das Minas Gerais**: seu Território, Clima e Produções Metálicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwing von. **Jornal do Brasil, 1811-1817**: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Tradução de Friedrich E. Renger, Tarcísia L. Ribeiro e Günter Augustin. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

FREIREYSS, Georg Wilhelm. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

MENEZES, José Augusto Gomes de. **Rápido Exame da Lei sobre as Terras Devolutas e Colonização**. [S.l.]: Tipografia Drumond, 1850.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

ROCHA, José Joaquim da. **Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais**: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais; memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975a.

_____. **Viagem às Nascentes do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975b.

_____. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974a.

_____. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974b.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. v.1.

TAUNAY, Afonso de E. **Relatos sertanistas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Média das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.

_____. **História Antiga das Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. v. 1.

_____. **História Antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. v. 2.

4. Relatórios de Presidente de Província³²⁷

RELATÓRIO que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou o Presidente da Província, Antônio da Costa Pinto, na Sessão Ordinária do dia 3 de fevereiro de 1837. Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1837.

RELATÓRIO que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou o Presidente da Província, Bernardo Jacinto da Veiga, na Sessão Ordinária do dia 1º de fevereiro de 1840. Ouro Preto: Tipografia do Correio de Minas, 1840.

RELATÓRIO que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou o Vice-Presidente da Província, Herculano Ferreira Pena, na Sessão Ordinária do dia 3 de maio de 1842. Ouro Preto: Tipografia do Correio de Minas, 1842.

RELATÓRIO que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou o Presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, na Sessão Ordinária do dia 25 de Março de 1855. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1855.

RELATÓRIO que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou o Presidente da Província, Antônio Luiz Afonso de Carvalho, na Sessão Ordinária do dia 2 de Março de 1871. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1871.

RELATÓRIO que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou o Presidente da Província, Venâncio José de Oliveira Lisboa, na Sessão Ordinária do dia 1º de Setembro de 1873. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1873.

RELATÓRIO que à Assembléia Provincial de Minas Gerais apresentou o Presidente da Província, Luiz Eugênio Horta Barbosa, na Sessão Ordinária do dia 1º de junho de 1888. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1888.

³²⁷ Todos os relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais estão disponíveis em meio eletrônico e podem ser consultados a partir da referência seguinte. CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. **Provincial Reports:** Minas Gerais, 1830-1889. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm>> ou <<http://www.nd.edu/~kic/brazil/pindex.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2006.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.

ABREU, Maurício de Almeida. A Apropriação do Território no Brasil Colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (Orgs.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.197-245.

AB'SÁBER, Aziz N. Aspectos da Geografia Econômica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (Orgs.). **História Geral da Civilização Brasileira: a Época Colonial**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p. 177-182. v.2, t.1.

AGÊNCIA MINAS. Governador inaugura e visita obras na Zona da Mata. 12 Ago. 2003. Disponível em: <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br>>. Acesso em: 16 set. 2007.

AGUIAR, José Otávio. **Points de Vie Étrangers: A Trajetória de Vida de Guido Thomaz Marlière no Brasil (1808-1836)**. 2003. 306 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras, Mariana, 1750 a 1850**. 1994. 220 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

_____. **Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822**. 302 f. 2001. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **História e Direito: Sesmarias e Conflito de Terras entre Índios em Freguesias Extramuros do Rio de Janeiro (Século XVIII)**. 2002. 197 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ALVES, Márcio Resende Ferrari. **Mata Mineira: Passado e Presente**. Viçosa: Folha de Viçosa, 1993.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A Enxada Complexa**: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. 1994. 270 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

_____. Espaço Econômico Agrário e Exteriorização Colonial: Mariana das Gerais nos Séculos XVIII e XIX. In: POLITO, Ronald; AGUIAR, José Arnaldo Coelho (Orgs.). **Termo de Mariana**: história e documentação. Ouro Preto: UFOP, 1998. p. 113-125. v.1.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Caminhos e Descaminhos da Geografia**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1993.

ANDRADE, Rômulo Garcia de. Estrutura agrária e família escrava na Minas Gerais oitocentista. **Revista Eletrônica de História do Brasil**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 21-32, dez. 1997.

_____. Formação de Estruturas Agrárias e seu Dinamismo na Zona da Mata Mineira (Juiz de Fora e Muriaé, Século XIX). In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 12., 2006, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2006.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Zona da Mata**: Diagnóstico e Indicações de Ações Prioritárias para seu Desenvolvimento. Belo Horizonte: BDMG, 2000.

BLASENHEIM, Peter Louis. **A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil**: 1870-1906. 1982. 372 f. Tese (Doctor of Philosophy), Department of History, Stanford University, Stanford, 1982.

BOSERUP, Ester. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo: HUCITEC; Polis, 1987.

BOXER, Charles Ralph. **A Idade de Ouro do Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do

Brasil, Brasília, 31 novembro 1964. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

_____. Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos artigos 49 e 50 da Lei n. 4.504, de 30 de Novembro de 1964 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, 11 dezembro 1976. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

_____. Decreto n. 84.685, de 6 de maio de 1980. Regulamenta a Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, 7 maio 1980. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

_____. Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, 26 fevereiro 1993. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Série histórica da área plantada, da produtividade e da produção entre as safras de 1990/91 a 2002/03**. Disponível em: <<http://www.mapa.gov.br>>. Acesso em: 06 jun. 2006.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Indicadores Básicos do INCRA, Brasil – Municípios (2005)**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2006.

BRITO, Maristella de Azevedo; MESQUITA, Olindina Vianna. Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período de 1970-75. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.44, n.1, p.3-49, jan./mar. 1982.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 4. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

CANO, Wilson. Economia do Ouro em Minas Gerais (Século XVIII). **Contexto**, São Paulo, n.3, p.91-107, jul. 1977.

_____. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Campinas: UNICAMP, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. As Concepções acerca do “Sistema Econômico Mundial” e do “Antigo Sistema Colonial”: a preocupação obsessiva com a “extração de excedente”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980. p.109-132.

_____. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo (Org.). **O Campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002. p.19-38.

CARDOSO, Maria Francisca Thereza. Organização e Reorganização do Espaço no Vale do Paraíba do Sul: uma análise geográfica até 1940. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.53, n.1, p. 81-135, jan./mar. 1991.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Desigualdades Intra-regional na Zona da Mata Mineira: produção e organização socioespaciais diferenciadas. **Geografia**, Rio Claro, v.31, n.3, p.539-554, set./dez. 2006.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva *et al.* Transformações Sócio-Regionais Decorrentes da Consolidação e Modernização da Cultura do Café no Cerrado Mineiro. **Geografia**, Rio Claro, v.30, n.3, p.491-505, set./dez. 2005.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva; FONTES, Maurício Paulo Ferreira. Aspectos Geográficos e Agrícolas do Estado de Minas Gerais. In: FONTES, Rosa; FONTES, Maurício Paulo Ferreira (Orgs.). **Crescimento e Desigualdade Regional em Minas Gerais**. Viçosa: Folha de Viçosa, 2005. p. 151-222.

CARRARA, Angelo Alves. **A Zona da Mata Mineira**: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909). 1993. 167 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

_____. **Estruturas Agrárias e Capitalismo**: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: UFOP, 1999a.

_____. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais:** séculos XVIII-XIX. Mariana: UFOP, 1999b.

_____. **Uma fronteira da Capitania de Minas Gerais:** a freguesia de São João Batista do Presídio. Mariana: UFOP, 1999c.

_____. Espaços urbanos de uma sociedade rural: Minas Gerais, 1808-1835. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 25, p.144-164, jul. 2001.

_____. **Lista nominativa dos habitantes da Freguesia de Santa Rita do Turvo em 1819.** Mariana: UFOP, 2002.

_____. **A Real Fazenda de Minas Gerais:** guia de pesquisa da coleção Casa dos Contos de Ouro Preto. Ouro Preto: UFOP, 2003. v.1.

_____. **Ouro, moeda e mercado interno:** um modelo contábil da economia de Minas Gerais, 1700-1808. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

_____. **Minas e Currais:** produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

CASTRO, Antônio Barros de. **Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. **Os Sertões de Leste:** achegas para a história da Zona da Mata. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

CASTRO, Iná Elias de. Estado e Região: considerações sobre o regionalismo. **Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ**, Rio de Janeiro, v.10, p. 27-47, 1986.

_____. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia A. de; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco Capurano; ARROYO, Mônica (Orgs.). **O Novo Mapa do Mundo:** natureza e sociedade de hoje. São Paulo: HUCITEC; ANNABLUME; ANPUR, 2002. p. 56-63.

CESAL, Lon; BANDEIRA, Antônio Lima. **Uso da Terra na Zona da Mata de Minas Gerais.** Viçosa: Imprensa Universitária, 1971. Série Convênio IPEA/UFV.

CHAVES, Marilena. A Heterogeneidade Regional em Minas Gerais: como combinar o Dinâmico e o Estagnado. In: LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Andrade de (Orgs.). **20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira – 1982/2002**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002. p.313-333. v.1.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.134-163.

CORRÊA, Roberto Lobato. Algumas Considerações sobre Análise Regional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.49, n.4, p. 47-52, out./dez. 1987.

_____. **Região e Organização Espacial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). **Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real**. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

COSTA, Iraci del Nero da. **Populações mineiras**: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX. São Paulo: IPE/USP, 1981.

_____. **Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Jr.** São Paulo: NEHD; FEA; USP, 1995.

CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, Paisagem e População: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.27, n.53, p.123-158, 2007.

CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6., 2003, Caxambu. **Anais...** Niterói: ABPHE, 2003.

CUNHA, Alexandre Mendes; MONTE-MÓR, Roberto Luís. A Tríade Urbana: Construção Coletiva do Espaço, Cultura e Economia na Passagem do Século XVIII para o XIX em Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9., 2000, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2000.

CUNHA, Thiago Ferreira da. Observações Gerais Acerca da Morfologia dos Solos da Zona da Mata. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 225-229, abr./jun. 1958.

DESTRO, José Augusto de Souza. Café e Pecuária em Juiz de Fora: 1896-1930. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora, v.1, n.1, p. 1-24, jan./jul. 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **1822 – Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 160-184.

DIRETORIA GERAL de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger; Tipografia Comercial, 1876. 12 vol.

DUARTE, Regina Horta. Histórias de uma Guerra: os índios Botocudos e a sociedade oitocentista. **Revista de História**, São Paulo, v.139, n.2, p.35-53, 1998.

EGLER, Eugênia Gonçalves. Distribuição da População no Estado de Minas Gerais em 1940. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.123-152, jan./mar. 1953.

ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 59-80.

ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE. **Arc View GIS, Version 3.2a**. San Diego: ESRI, 1996. 1 CD-ROM.

ERTHAL, Rui. A Colonização Portuguesa no Brasil e a Pequena Propriedade. **GEOgraphia**, Niterói, v. 2, n.4, p.49-75, 2000.

ESPESCHIT, Luci Rodrigues. **Caracterização do Parceiro na Zona da Mata de Minas Gerais**. 1981. 94 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1981.

FANNI, Silvana O. Cataguases no Século XIX. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA ZONA DA MATA MINEIRA, 1., 2005, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: CES; UFJF, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio – Século XXI**. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

FIORAVANTE, Eduardo. Modo de Produção, Formação Social e Processo de Trabalho. In: GEBRAN, Philomena (Coord.). **Conceito de Modo de Produção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 31-45.

FISHER, Charles A. Uma Confusão de Conceitos: Região e Regional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.41, n.1/2, p. 147-150, jan./jun. 1979.

FONTES, Rosa; CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva; SANTOLIN, Roberto. Inequality in Minas Gerais, Brazil: a Study Case on Zona da Mata Region. In: MEETING OF THE SOCIETY FOR THE STUDY OF ECONOMIC INEQUALITY, 5., 2005, Palma de Mallorca. **Anais...** Palma de Mallorca: ECINEQ, 2005.

FORMAN, Shepard. **Camponeses**: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. Campesinato europeu, séculos XVI e XVII: algumas notas historiográficas sobre economia e cultura popular. CHEVITARESE, André Leonardo (Org.). **O Campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002. p.117-128.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto Interno Bruto de Minas Gerais**: municípios e regiões: 1985, 1990 e 2000. Belo Horizonte: FJP, 2003. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. Belo Horizonte: FJP; IPEA, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GEOMINAS. **Base de Dados do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.geominas.mg.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2006. (Apresenta dados relativos a Hidrografia, Solos, Vegetação, Sedes Municipais, Distritos, Localidades etc).

GEORGE, Pierre. **Os Métodos da Geografia**. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978.

GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em Movimento**: um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). 204 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

GODOY, Marcelo Magalhães. Fazendas diversificadas, escravos polivalentes: caracterização sócio-demográfica e ocupacional dos trabalhadores cativos em unidades produtivas com atividades agroaçucareiras de Minas Gerais no século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...**Campinas: ABEP, 2004.

GOMES, Paulo César da Costa. O Conceito de Região e sua Discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-73.

GOODWIN JUNIOR, James William. A luz do progresso em Juiz de Fora: o jornal *Pharol* nas décadas de 1870-1880. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 17, p. 195-218, mar. 1997.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **A Escravidão Reabilitada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, José F. *et al* (Coord.). **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750). **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, v.1, n.2, p. 7-36, jun. 1986.

_____. Agricultura e Caminhos de Minas (1700/1750). **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n.4, p.85-99, jun.1987.

GUIMARÃES, Elione Silva. Tropas e Tropeiros na Minas Gerais Oitocentista: Francisco Garcia de Mattos, um Tropeiro na Zona da Mata Mineira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 6., CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EMPRESAS, 7., 2005, Conservatória. **Anais...** Niterói: ABPHE, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Região, Diversidade Territorial e Globalização. **GEOgraphia**, Niterói, v. 1, n. 1, p.15-39, 1999.

HEINIG, Klaus. Principales enfoques sobre la economia campesina. **Revista de La CEPAL**, Chile, n. 16, p. 115-142, abr. 1982.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil Monárquico. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. p. 364-412. v.2, t.2.

_____. Minas e a Imposição do Estado no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n.100, p. 257-273, out./dez. 1974.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2005.

_____. **Censos Demográficos de 1991 e 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jan. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **Programa de Diversificação Econômica da Região Leste do Estado de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: IBC/GERCA, 1967.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KROPOTKIN, Piotr. **O que a Geografia deve ser**. Tradução de José Willian Vesentini. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986. (Seleção de Textos, n.13).

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Tradução de Fernandes Martins. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

LAMAS, Fernando Gaudereto. Povoamento e Colonização da Zona da Mata no século XVIII. **Histórica**, São Paulo, n.8, p.1-9, mar. 2006.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho**: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920. Campinas: UNICAMP; Brasília: CNPq, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **Espace et politique**. Paris: Anthropos, 1972.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

_____. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIBBY, Douglas Cole. Notas sobre a Produção Têxtil Brasileira no Final do Século XVIII: novas evidências de Minas Gerais. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.27, n.1, p.97-125, jan./abr. 1997.

LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais**. Petrópolis: Vozes, 1981.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A Capitania das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOPES, Hélio. A Zona da Mata na Obra de Cláudio Manuel da Costa. In: BOSI, Alfredo (Org.). **Letras de Minas e outros ensaios**. São Paulo: EDUSP, 1997. p.75-79.

LOSS, Wolmar Roque. **Excedente de Mão-de-Obra Rural e sua Absorção na Agricultura da Zona da Mata de Minas Gerais**. 1981. 106 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1981.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 173-193, jul./dez. 2004.

MARCONDES, Renato Leite. A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba. **Revista de História**, Juiz de Fora, v.4, n.2, p.35-54, 1998.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Orgs.). **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987a.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. A modernização agrícola e a panela do povo. In: _____ (Orgs.). **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987b.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. População de Minas Gerais na Segunda Metade do Século XIX: novas evidências. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

MARTONNE, Emmanuel de. Apresentação da 1ª edição da obra *Principes de Géographie Humaine*. In: LA BLACHE, Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. 2. ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1954.

MARX, Karl. El Campesinato como Clase. In: SHANIN, Teodor (Comp.). **Campesinos y Sociedades Campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. p. 207-213.

_____. A Parceria e a Pequena Propriedade Camponesa. In: _____. **O Capital**. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 919-931.

MATOS, Odilon Nogueira de. A Guerra dos Emboabas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial**. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p. 297-306. v.1, t. 1.

_____. Vias de Comunicação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (Orgs.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. p. 42-59. v. 4, t. 2.

MATOS, Ralfo. Migração e Desconcentração Demográfica nas Principais Áreas de Atração Populacional de Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...**Campinas: ABEP, 1998.

MAZZALI, Leonel. **O Processo Recente de Reorganização Agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: UNESP, 2000.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Tradução de Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MENESES, José Newton Coelho. **O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas**. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MERCADANTE, Paulo. **Os Sertões do Leste: estudo de uma Região, a Mata Mineira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.

MONTEIRO, John M. A Dimensão Histórica do Latifúndio. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: UNESP; Brasiliense, 1989. p. 153-161.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MOTTA, Márcia. **Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Vício de Leitura, 1998.

MUKOLE, Kongolo. **Distribuição de Renda de Agricultores da Zona da Mata, MG – 1977-1984**. 1985. 53 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1985.

MULLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MULS, Nair Costa. A Formação da Estrutura Agrária Mineira e a Gênese do Campesinato. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 5, n.3, p. 94-109, set./dez. 1990.

NETTO, Marcos Mergarejo; DINIZ, Alexandre M. A. A estagnação sócio-econômica da Zona da Mata de Minas Gerais: uma abordagem geohistórica. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

NOVAIS, Fernando Antônio. A Proibição das Manufaturas no Brasil e a Política Econômica Portuguesa do Fim do Século XVIII. **Revista de História**, São Paulo, v. 33, n.67, p. 145-166, 1966.

_____. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

OLIVEIRA, Evonir Pontes de. **A Importância do Café na Formação da Renda Agrícola na Zona da Mata, MG**. 1985. 54 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1985.

OLIVEIRA, Luís Henrique de. **Nas Malhas da Incerteza: comportamento e estratégias camponesas na freguesia de Guarapiranga (1750-1820)**. 2006. 232 f.

Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Cafeicultura mineira: formação e consolidação, 1809-1870. **Revista Eletrônica de História do Brasil**, Juiz de Fora, v. 4, n. 2, p.27-40, jul./dez. 2000.

_____. Permutas Matrimoniais: reflexões sobre o comportamento sócio-econômico de uma elite agrária. **Revista Eletrônica de História do Brasil**, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p.132-144, jul./dez. 2004.

_____. **Negócios de famílias**: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

PACHECO, Carlos Américo. **Novos Padrões de Localização Industrial**: Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para Discussão n. 633).

PAES, Maria Paula Dias Couto. **Teatro do Controle**: Prudência e Persuasão nas Minas do Ouro. 2000. 217 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

PAIVA, Maria Cristina Silva de. **A Dinâmica Populacional da Zona da Mata Mineira no Período de 1960 a 1991**. 1995. 144 f. Monografia (Graduação em Economia), Departamento de Economia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1995.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Guido Pokrane, o Imperador do Rio Doce. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2005.

PAULA, Maria Carlota de Souza. **As Vicissitudes da Industrialização Periférica**: o caso de Juiz de Fora (1930/1970). 1976. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1976.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **Percalços da Industrialização**: o caso de Minas Gerais. 2001. 165 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

_____. Ocupação do espaço, formas de produção e território: uma nota sobre a formação territorial de Minas Gerais. **Revista Científica da Faminas**, Muriaé, v. 1, n. 2, p. 1-21, mai./ago. 2005.

_____. Região e Regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora, v.1, n.1, p. 1-13, jan./jul. 2006.

PEDROSA, Manuel Xavier de Vasconcelos. Zona silenciosa da historiografia mineira – a Zona da Mata. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.9, p.189-230, 1962.

PIRES, Anderson José. **Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura em Juiz de Fora em 1870/1929**. 1993. 247 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

_____. **Café, Finanças e Bancos**: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. 2004. 412 f. Tese (Doutorado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PITA, José Cauby. **Avaliação do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona da Mata, MG**: um estudo de caso. 1982. 132 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1982.

PORTO, Costa. **Estudo sobre o Sistema Sesmarial**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. Rio de Janeiro: PNUD; IPEA; FJP, 2003.

RANGEL, Ignácio M. Feudalismo e Propriedade Fundiária. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: UNESP; Brasiliense, 1989. p.209-226.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Entradas e bandeiras nas Minas dos Cataguases. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2005.

RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. **Desbravamento, Caminhos Antigos e Povoamento nos Sertões do Leste**: uma aventura de pioneiros. Viçosa: Centro de Referência do Professor, 2006.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O Caso das Minas que não se Esgotaram**: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. 1999. 179 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do Governador Dom Rodrigo José de Meneses. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003.

RURALMINAS. **Programa Integrado de Desenvolvimento da Zona da Mata - PRODEMATA**. Belo Horizonte: Fundação Rural Mineira, 1978.

RUSSEL WOOD, A. J. R. O Governo Local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. **Revista de História**, São Paulo, v.55, n.28, p.25-80, 1977.

_____. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.18, n.36, p.187-250, 1998.

_____. Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Costa Matoso. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 21, p. 101-118, jul. 1999.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p. 81-99, 1977.

_____. Dimensão Temporal e Sistemas Espaciais no Terceiro Mundo. **Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ**, Rio de Janeiro, v.5, p. 1-15, 1981.

SARAIVA, Luiz Fernando. Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora 1870 - 1900. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda**: sociologia política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rusia, 1910-1925). Madri: Alianza Editorial, 1983.

SILVA, Flávio Marcus da. **Subsistência e Poder**: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. 2002. 242 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SILVA, Marilda Santana da. **Poderes Locais em Minas Gerais Setecentista**: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808). 361 f. 2003. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SILVA, Moacir M. F. Geografia dos Transportes no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 216-239, abr. 1940a.

_____. Geografia dos Transportes no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 407-439, jul. 1940b.

SILVA, Sebastião Moreira Ferreira da. Reflorestamento e Incentivos Fiscais na Zona da Mata de Minas Gerais. In: PANIAGO, Euter *et al* (Orgs.). **Estudos sobre uma região agrícola**: Zona da Mata de Minas Gerais. Rio de Janeiro: IPEA, 1973. p.105-154. v.2.

SILVA, Tarcísio Glauco da. **Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce**: fronteiras, apropriação de espaços e conflitos (1808 - 1822). 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

SINDICATO INTERMUNICIPAL DAS INDÚSTRIAS DE MARCENARIA DE UBÁ. **Feira de Móveis de Minas Gerais - FEMUR 2004**. Disponível em: <<http://www.intersind.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2004.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução de Vera Ribeiro; Revisão de Berta Becker e Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das Propriedades Rurais no Estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 47-70, jan./mar.1951.

SOUZA, Sonia Maria de. **Além dos Cafezais**: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora - Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. 1998. 201 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

_____. **Terra, Família, Solidariedade...**: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição - Juiz de Fora (1870-1920). 2003. 308 f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

TRIBUNA DE MINAS. Aeroporto Regional só precisa passar por vistoria técnica. Disponível em: <<http://www.forum.contatoradar.com.br>>. Acesso em: 16 set. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Diagnóstico da Zona da Mata de Minas Gerais**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1971.

_____. **Avaliação do Programa Integrado de Desenvolvimento da Zona da Mata**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1987.

VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-79, 1958.

_____. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

VARGA, Eugênio. O Modo de Produção Asiático. In: GEBRAN, Philomena (Coord.). **Conceito de Modo de Produção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 47-71.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 165-181, 1997.

_____. Caminho Novo: a longa duração. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 21, p. 181-189, jul. 1999.

_____. Comércio e Fronteira em Minas Gerais Colonial. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p.181-192.

WAIBEL, Leo H. As Zonas Pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.17, n. 4, p. 3-31, out./dez. 1955.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...Caxambu: ANPOCS**, 1996.

WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira-1889/1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ZARUR, Jorge. Análises Regionais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p. 177-188, abr./jun. 1946.

ANEXO

